

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO E DOUTORADO

SANDRA CRISTINA DEMSCHINSKI

ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO NO ENSINO SUPERIOR: FLEXIBILIDADE E
PRECARIEDADE DO TRABALHO EM TEMPOS DE CRISE

PONTA GROSSA
2025

SANDRA CRISTINA DEMSCHINSKI

ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO NO ENSINO SUPERIOR: FLEXIBILIDADE E
PRECARIEDADE DO TRABALHO EM TEMPOS DE CRISE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Stricto Sensu em Educação da Universidade
Estadual de Ponta Grossa - UEPG, na linha de
pesquisa História e Política Educacionais como parte
do requisito para obtenção do título Doutor (a) em
Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Simone de Fátima Flach.

PONTA GROSSA

2025

D389 Demschinski, Sandra Cristina

Estágio não obrigatório no Ensino Superior: flexibilidade e precariedade do trabalho em tempos de crise / Sandra Cristina Demschinski. Ponta Grossa, 2025. 196 f.

Tese (Doutorado em Educação - Área de Concentração: Educação), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Simone de Fátima Flach.

1. Estágio não obrigatório - Educação superior. 2. Estudantes estagiários. 3. Processo formativo. I. Flach, Simone de Fátima. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Educação. III.T.

CDD: 370.71



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Bairro Uvaranas - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR - <https://uepg.br>

TERMO

SANDRA CRISTINA DEMSCHINSK

"ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO NO ENSINO SUPERIOR: FLEXIBILIDADE E PRECARIIDADE DO TRABALHO EM TEMPOS DE CRISE"

Ponta Grossa, 25 de fevereiro de 2025

Tese apresentada para obtenção do grau de Doutora no Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Profª Drª Simone de Fátima Flach - UEPG (Presidente)

Profª Drª Michelle Fernandes Lima - UEM

Profª Drª Marisa Schneckenberg - UNICENTRO

Profª Drª MaryAngela Teixeira Brandalise- UEPG

Profª Drª Carina Alves da Silva Darcoletto - UEPG



Documento assinado eletronicamente por **Simone de Fátima Flach, Professor(a)**, em 25/02/2025, às 17:17, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Carina Alves da Silva Darcoletto, Professor(a)**, em 25/02/2025, às 17:29, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Michelle Fernandes Lima, Usuário Externo**, em 27/02/2025, às 11:54, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Mary Angela Teixeira Brandalise, Professor(a)**, em 27/02/2025, às 15:38, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marisa Schneckenberg, Usuário Externo**, em 28/02/2025, às 13:29, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

AGRADECIMENTOS

Chegar ao final desta jornada só foi possível graças ao apoio de muitas pessoas que estiveram ao meu lado. Os agradecimentos em forma de palavras que aqui compartilho estão carregados da imensa gratidão que sinto:

Ao meu marido, Daniel, pelo seu amor, apoio e compreensão durante esta jornada. Sua presença constante e seu encorajamento me auxiliaram a seguir firme nos momentos difíceis. Obrigada por estar ao meu lado em cada passo do caminho, e por dividir o cuidado e a atenção com o Joaquim.

Ao meu filho, Joaquim, por sua paciência e compreensão enquanto eu me dedicava a este projeto. Você é a luz da minha vida e a razão pela qual me esforço para alcançar meus sonhos.

Aos meus sogros, que, nos momentos de minha ausência, sempre estiveram dispostos a me ajudar no cuidado com o Joaquim.

À minha orientadora, professora Simone, por confiar que eu era capaz, orientar-me com sabedoria, compartilhar seus conhecimentos, ser apoio e incentivo constante durante este período desafiador. Muito obrigada por todas as leituras indicadas, correções criteriosas do texto e todas as vezes que disseste “vai dar tudo certo!”. Elas foram fundamentais para esse percurso.

Aos professores escolhidos cuidadosamente para compor a banca de qualificação e defesa, ofereço meu reconhecimento. Obrigada por dedicarem tempo e sabedoria avaliando meu trabalho, por apontarem caminhos para lapidar minha pesquisa.

Aos professores e ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa pela oportunidade de formação. E a mesma Universidade por abrir as portas para realizarmos as entrevistas.

Aos estagiários que se dispuseram a participar, partilhando suas experiências e expectativas através das entrevistas, enriquecendo a pesquisa.

Ao Grupo de Pesquisa Capital, Trabalho, Estado, Educação e Políticas Educacionais (GPCATE) por promover discussões que ampliaram minha formação, proporcionando novos aprendizados e permitindo vislumbrar alternativas para a organização da sociedade e da educação, além de fortalecer meu compromisso com a pesquisa.

À família e aos amigos que estiveram presentes nesse percurso, pelos ouvidos atentos, pelos incentivos sinceros, pelo amor, e por serem refúgio e descanso.

À Capes pelo financiamento, tornando possível a realização da minha formação. Agradeço por investirem no avanço da ciência e na formação de novos pesquisadores.

A Deus pela sua presença constante, pela vida, saúde e por todas as pessoas que estiveram comigo. Pela força que me sustentou em cada desafio.

Digamos, portanto, que o homem é um processo, precisamente o processo de seus atos. Observando ainda melhor, a própria pergunta “o que é o homem” não é uma pergunta abstrata ou “objetiva”. Ela nasce do fato de termos refletido sobre nós mesmos e sobre os outros; e de querermos saber, em relação com o que vimos e refletimos, aquilo que somos, aquilo que podemos vir a ser, se realmente e dentro de que limites somos “criadores de nós mesmos”, da nossa vida, do nosso destino. E nós queremos saber isto “hoje”, nas condições de hoje, da vida “de hoje”, e não de uma vida qualquer e de um homem qualquer.

(Antonio Gramsci, 1999, p. 412)

RESUMO

DEMSCHINSKI, S. C. **Estágio não Obrigatório no ensino superior: a flexibilidade e a precariedade do trabalho em tempos de crise.** 2024. 196 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2025.

A pesquisa aqui apresentada tem como objeto de estudo o Estágio não Obrigatório realizado por estudantes na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) no Paraná. A problemática que norteou a pesquisa foi: como o Estágio não Obrigatório realizado por estudantes da Universidade Estadual de Ponta Grossa vem se efetivando no atual cenário do capitalismo e qual sua relação com as atuais formas de trabalho? Sendo assim, o objetivo geral da pesquisa é o de desvelar os como se efetiva a realização de Estágio não Obrigatório e sua relação com as atuais formas de trabalho no contexto do capitalismo. O método utilizado para a investigação foi o Materialismo Histórico e Dialético pautado nos escritos de Antônio Gramsci (1976, 1978, 2001, 2007), e as categorias centrais foram o Trabalho, a Hegemonia e o Estado. Os objetivos específicos foram os seguintes: a) identificar como os estudantes estão vivenciando o Estágio não Obrigatório na UEPG; b) verificar as relações entre os dispositivos legais sobre o Estágio não Obrigatório e sua interpretação prática; c) analisar as características do trabalho no contexto contemporâneo do capitalismo sob a influência do estado neoliberal e suas possíveis relações com o Estágio não Obrigatório. Para atender a esses objetivos, o recurso metodológico foi a pesquisa teórica com foco documental, com a análise das Leis, Decretos e Portarias que regulamentam o Estágio, e a abordagem qualitativa diagnóstica com: realização de entrevistas com estagiários e com o responsável pela contratação dos estagiários na UEPG, identificação da quantidade de estagiários na UEPG e os locais de atuação. Os resultados indicam que as novas configurações de trabalho, sua flexibilização e a não observância da legislação na efetivação e desenvolvimento do Estágio não Obrigatório abrem caminhos para que o estágio seja colaborativo ao capital, o qual pode utilizar a mão de obra do estudante como forma de economia para não contratar profissional com carteira de trabalho assinada, o que demandaria maior remuneração e direitos trabalhistas. No contexto universitário analisado, os dados indicam que, mesmo pautada na necessidade dos estudantes no recebimento da bolsa auxílio, a atividade de Estágio não Obrigatório é importante para a formação profissional, visto que oferece experiência para o exercício laboral futuro.

Palavras-chave: Estágio não Obrigatório na Educação Superior; Estudantes estagiários; Processo formativo.

ABSTRACT

DEMSCHINSKI, S. C. **Non-Mandatory Internship in Higher Education: the flexibility and the precariousness of work in times of crisis.** 2024. 196 f. Thesis (Doctoral Degree in Education) - State University of Ponta Grossa, 2025.

The research presented here has as study object the Non-Mandatory Internship realized by students at the State University of Ponta Grossa (UEPG) in Paraná. The problematic which guided this research was: How the Non-Mandatory Internship realized by the students at State University of Ponta Grossa has become effective in the current scenario of capitalism and what is its relation to the current forms of labor? Therefore, the general objective of the research is unveiling how is effectuated realization of the Non-Mandatory Internship and its current forms of labor in the context of capitalism. The method utilized for the investigation was Historical and Dialectical Materialism based on the writings by Antônio Gramsci (1976, 1978, 2001, 2007), and the central categories were Work, Hegemony and the State. The specific objectives were the following: a) Identifying how the students are living he Non-Mandatory Internship at UEPG; b) Verifying the relations between the legal devices on Non-Mandatory Internship and its practical interpretation; c) Analyzing the characteristics of the work in the contemporary context of capitalism under the influence of the neoliberal state and their possible relations with the Non-Mandatory Internship. To meet these objectives, the methodological resource is theoretical research focused on documents, with the analysis of Laws, Decrees and Ordinances which regulate the Internship, and the diagnostic qualitative approach with: the realization of interviews with interns and with the responsible for the hiring of interns at UEPG, the identification of quantity of interns at UEPG and the locations of actuation. The results indicate the new configurations of work, its flexibilization and the non-compliance with the legislation in its implementation and development of the Non-Mandatory Internship, open paths so the internships is collaborative to the capital, which might utilize the student's labor as a form of economy in order to not hire a professional with a signed work card, what would call for larger pay and workers rights. In the university context analyzed, the data indicate that, even based on the students' need of receiving the aiding scholarship, the activity of Non-Mandatory Internship is important for the professional formation, having in sight it offers experience for the future labor exercise.

Keywords: Formative process. Non-mandatory internship in Higher Education. Intern students. Precarization of work.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantidade de estagiários por idade - 2022.....	111
Gráfico 2 - Quantidade de estagiário por curso realizado - UEPG - 2022.....	113
Gráfico 3 - Tempo de contrato de estágio entre estagiário e UEPG - 2022	119

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dimensões e Indicadores para a realização de entrevistas - 2022	31
Quadro 2 - Resumo das regulamentações sobre o Estágio não Obrigatório (1942-2008)	55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Curso, local de atuação e quantitativo de estagiários que realizam Estágio não Obrigatório na UEPG - 2022	29
Tabela 2 - Quantidade total de trabalhos encontrados nos portais - por descritor - 2001 a 2022	32
Tabela 3 - Quantidade de trabalhos encontrados nos portais após seleção - por descritor - 2001 a 2022	33
Tabela 4 - Classificação dos trabalhos encontrados - 2001 a 2022	33
Tabela 5 - Quantidade de pesquisas selecionadas que tratam sobre o Estágio não Obrigatório - 2001 a 2022	34
Tabela 6 - Categorização das produções e seus respectivos autores - 2001 a 2022	34
Tabela 7 - Áreas analisadas pelas pesquisas sobre Estágio não Obrigatório - 2001 - 2021	36
Tabela 8 - Número de pessoas residentes na mesma moradia – por estagiário - Ponta Grossa - 2022.....	112

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRES	Associação Brasileira de Estágios
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
CEP	Comitês de Ética em Pesquisa
CHSSA	Ciência Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas
Cict	Comissão Intersectorial de Ciência e Tecnologia
CNS	Conselho Nacional de Saúde
Conep	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
IES	Instituição de Ensino Superior
LibGen	<i>Library Genesis</i>
PRE	Programa Residência Educacional
RME-PG	Rede Municipal de Educação de Ponta Grossa
SARESP	Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo
SCIELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
Sisnep	Sistema Nacional de Informações sobre Ética em Pesquisa
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro-Oeste

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 - A REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	27
1.1 CAMINHOS PERCORRIDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA ..	27
1.2 ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA	32
1.2.1 Estágio não Obrigatório: Categorias de Análise da Revisão de Literatura	37
1.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA E A OFERTA DE ESTÁGIO	48
CAPÍTULO 2 - RELAÇÕES ENTRE O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO E O TRABALHO NO CONTEXTO DO CAPITALISMO	52
2.1 ANÁLISE DOS DOCUMENTOS NORMATIVOS E A CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS	53
2.2 TRABALHO FORMAL, INFORMAL E O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO NO CONTEXTO BRASILEIRO	64
CAPÍTULO 3 - A SUBSUNÇÃO DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO À LÓGICA NEOLIBERAL	79
3.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O NEOLIBERALISMO E SUA INFLUÊNCIA NO CONTEXTO BRASILEIRO	80
3.2 RELAÇÕES ENTRE NEOLIBERALISMO E ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA O DEBATE	88
3.2.1 Relações entre Hegemonia e Estágio não Obrigatório	90
3.2.2 A presença do Estado no Estágio não Obrigatório	98
CAPÍTULO 4 - NEOLIBERALISMO E GERENCIALISMO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	107
4.1 PERFIL DOS ESTUDANTES ESTAGIÁRIOS.....	109
4.2 O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA: PERCEPÇÃO DOS ESTAGIÁRIOS	116
4.3 DESTAQUES DOS ESTAGIÁRIOS SOBRE A CONTRAPRESTAÇÃO DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
REFERÊNCIAS.....	145
APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTA DOS ESTAGIÁRIOS.....	155
APÊNDICE B - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM RESPONSÁVEL PELA CONTRATAÇÃO DOS ESTAGIÁRIOS NA IES-UEPG.....	156
APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	157
ANEXO A - AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA NA UEPG	158
ANEXO B - PROJETO APROVADO PELO COMITÊ DE ÉTICA- PLATAFORMA BRASIL	159

ANEXO C - RELAÇÃO QUANTITATIVA DE ESTAGIÁRIOS, FORNECIDA PELA UEPG - 2022.....	163
ANEXO D - TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS.....	164

INTRODUÇÃO

A atual organização da sociedade se mantém sob a lógica da exploração do trabalho da classe trabalhadora e tem como pressuposto a constante ampliação e manutenção da desigualdade. Essa forma de organização está presente em todos os âmbitos da vida humana, seja no trabalho, na vida em sociedade, na família ou na escola. No campo educacional, a organização capitalista se faz presente na organização do trabalho pedagógico, na oferta e no currículo, especialmente na educação pública, afetando o desenvolvimento educacional das pessoas pertencentes à classe trabalhadora.

Não é novidade que os estudantes da classe trabalhadora, para manterem-se no processo educativo, muitas vezes precisem buscar alternativas que garantam também a sua subsistência material, visto que, sem essa, sua formação fica inviabilizada, pois, como já nos ensinaram Marx e Engels (2007, p. 50), “é premissa de que os homens, para ‘fazer história’, se achem em condições de poder viver” e para isso precisam, antes de tudo, de “comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais”.

Por isso, em tempos hodiernos, a ocupação do tempo em funções que vão além do estudo e que garantam algum recebimento pecuniário, como as atividades laborais ou realização de estágios, é uma realidade e se constitui em necessidade dos estudantes da classe trabalhadora. É nesse contexto, em que as desigualdades sociais se fazem presentes, que a realização de Estágio não Obrigatório, enquanto atividade que garanta a manutenção individual e coletiva, mostra-se central para o entendimento sobre como essa atividade impacta tanto no processo formativo quanto no modo de vida de estudantes, especialmente aqueles oriundos da classe trabalhadora.

No atual cenário do capitalismo, para além do processo formativo, a assinatura de termos de compromisso de Estágio não Obrigatório por estudantes de ensino superior vem se tornando realidade cada vez mais frequente, mostrando o quão difícil pode ser sua permanência no espaço do ensino superior. Todavia, é preciso elucidar que o Estágio não Obrigatório é, conforme estabelecido no Artigo 1º da Lei nº 11.788/08, um “[...] ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos”

(Brasil, 2008). Nesse sentido, o Estágio não Obrigatório não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, já que, em tese, tem a finalidade de proporcionar aprendizados e experiências que auxiliem no crescimento formativo do estudante oportunizando preparação para o trabalho, o qual visa “[...] ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho” (Brasil, 2008).

É importante destacar que a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, normatiza duas modalidades de estágio: o obrigatório, que é “[...] definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma”, e o Estágio não Obrigatório, que é “desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória” (Brasil, 2008). Desde que a Lei entrou em vigor, ambas as modalidades de estágio necessitam ser fundamentadas em uma relação pedagógica, visto ser esse o caráter do estágio.

No entanto, a configuração atual do estágio mostra que a Lei nem sempre está sendo cumprida, pois na prática pesquisas mostram que o Estágio não Obrigatório atende demandas específicas do mundo do trabalho, as quais levam os estagiários a assumirem muitas funções que não condizem com aquelas estabelecidas nos termos de compromisso. Essa situação contribui, de forma direta, para que os estudantes sejam, na prática, considerados trabalhadores e, de forma indireta, para que o processo formativo seja muitas vezes desconsiderado. Nesse contexto, a necessidade material, muitas vezes, se sobrepõe ao processo formativo, dificultando que essa etapa de aprendizagens seja vivenciada plenamente.

Considerando o atual contexto social, o estágio com o recebimento de bolsa tem se mostrado indispensável para assegurar a permanência de muitos estudantes no ensino superior de forma a colaborar para a conclusão da formação. Sendo assim, a possibilidade de realização de Estágio não Obrigatório pelos estudantes de ensino superior se encontra presente em diferentes áreas de conhecimento e setores do mercado de trabalho, inclusive dentro das próprias instituições de formação.

À luz dessas explicações iniciais, é possível indicar a seguinte tese: **quando o estágio é realizado desvinculado à perspectiva de ser “ato educativo escolar supervisionado que visa à preparação produtiva de educandos” (Brasil, 2008), pode se transformar em atividade que contribui para a manutenção do capital,**

sendo o estagiário utilizado como mão de obra barata, sob o subterfúgio de uma colaboração para a formação do estudante.

É importante destacar que o estudo deste objeto de investigação foi motivado por pesquisas realizadas no decorrer do meu percurso acadêmico, o qual teve início na graduação em Licenciatura em Pedagogia, realizada nos anos de 2013 a 2016 na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

No segundo semestre do primeiro ano da graduação, recebi a proposta de realizar Estágio não Obrigatório em uma escola particular da cidade de Ponta Grossa. Naquela oportunidade, as atividades do estágio estavam centradas no auxílio pedagógico a uma professora na Educação Infantil.

Naquele momento, estava residindo em Ponta Grossa por aproximadamente 6 (seis) meses e acabei aceitando a proposta. O aceite foi motivado tanto pelo recebimento da bolsa, visto que, sem renda, eu dependia exclusivamente da renda do meu esposo, quanto para me inserir no ambiente escolar, futuro campo profissional, já que minha experiência estava centrada apenas nas atividades estudantis, e já havia concluído o ensino médio havia 3 (três) anos.

Durante o período de realização de Estágio não Obrigatório na instituição, houve a necessidade de dedicação de 20 (vinte) horas semanais, o que dava o direito de receber uma bolsa no valor de 400 reais, acrescido de um valor no cartão vale transporte, referente a duas passagens diárias. Permaneci nessa atividade por 1(um) ano.

Alguns meses depois, entre 2014 e 2015, realizei novamente um Estágio não Obrigatório, mas dessa vez na mesma instituição em que cursava Pedagogia, na Universidade Estadual de Ponta Grossa, no Colegiado do Curso de Pedagogia - COLPED. Nesse período, a orientadora do presente estudo coordenava o curso de Pedagogia, e a atividade de Estágio não Obrigatório despertou em mim o interesse pela temática, contribuindo para discussões constantes sobre a questão. Foi durante esse processo de realização de Estágio que tive a necessidade de encontrar uma temática para o TCC, o qual juntamente com minha orientadora surgiu sem grandes esforços, mediante a observação da quantidade significativa de contratos de estágio firmados entre alunos de Pedagogia e a Rede Municipal de Educação de Ponta Grossa ou outras instituições privadas.

A pesquisa desenvolvida e apresentada naquele momento para o TCC foi a monografia intitulada: “O Estágio não Obrigatório no curso de pedagogia: Processo formativo ou exploração de mão de obra?” (Demschinski, 2016). Nela, apresentamos reflexões sobre a realização de Estágio não Obrigatório por graduandos do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa, a partir do questionamento de se a atividade é um processo formativo ou exploração de mão de obra.

Concluiu-se que as razões para a realização do Estágio não Obrigatório na Rede Municipal de Ensino de Ponta Grossa atendem a diferentes interesses e necessidades: as razões dos estudantes estão vinculadas às necessidades de aproximações com o futuro ambiente de trabalho e às condições materiais de subsistência, visto que se submetem à atividade para conseguirem manter-se no curso de graduação. Por outro lado, o poder público utiliza dessa estratégia legal para garantir a contratação de mão de obra mais barata do que a do profissional habilitado.

Outra questão que ficou evidente com a pesquisa realizada naquela época (Demschinski, 2016) foi a constatação da realização de atividades que não são de competência dos estagiários. Com os dados obtidos, verificamos que, das ações desenvolvidas em campo de estágio, o que predominou foi a de auxiliar de tutoria, ou seja, tutor de alunos em processo de inclusão educacional. Essa atividade ocorria sem considerar que os estagiários não tinham preparo adequado para exercer o atendimento educacional especializado, conforme descrito nas Leis, não atendendo à Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº 9394/96, no art. 59, parágrafo III, que trata sobre os professores para atendimento especializado.

Outras constatações e essas brevemente aqui apresentadas motivaram a continuidade do estudo sobre o Estágio não Obrigatório, de modo que, com a aprovação no Mestrado em Educação na mesma Universidade e com a mesma orientadora, foi possível ampliar o público pesquisado e aprofundar a temática na dissertação nos anos de 2018 a 2020, a qual teve como título: “A realização de Estágio não Obrigatório por estudantes de cursos de Licenciatura em Pedagogia: impactos e interesses” (Demschinski, 2020).

A pesquisa teve como objeto o Estágio não Obrigatório realizado por estudantes dos cursos de Licenciatura em Pedagogia, com foco nos interesses presentes nesse tipo de contratação e nos impactos de sua realização na formação e

vida dos estudantes. Para tanto, foi realizada coleta de dados por meio de questionário aplicado aos estudantes de Licenciatura em Pedagogia e coordenadoras de curso e estágio em duas IES de Ponta Grossa, sendo uma pública e outra privada, a fim de verificar: as necessidades individuais, sociais e econômicas dos estudantes para a realização de Estágio não Obrigatório; contribuições do Estágio não Obrigatório para o processo formativo; condições individuais e institucionais para a concedente; como realizavam o acompanhamento do Estágio não Obrigatório; e a visão deles sobre esse tema.

Naquela época, participaram da pesquisa 300 estudantes de Pedagogia das duas IES, e, dentre elas, 137 realizavam Estágio não Obrigatório em escolas privadas ou municipais, ou seja, um total de 45%. Dessas, 41 estagiárias desempenhavam a função de tutoras (31%), 23 substituíam professores (17%) em horários já estabelecidos ou eventualmente por falta de professor ou em hora atividade, e 68 estagiárias desempenhavam a função de auxiliar professor regente (52%) (Demschinski, 2020).

A partir dos dados, também se concluiu que os contratos de Estágio não Obrigatório eram efetivados por parte das estagiárias por dois principais fatores: a) bolsa de estágio recebida e b) possibilidade de experiência obtida no processo de Estágio não Obrigatório. Das 137 estagiárias participantes da pesquisa, 43% apontaram o primeiro motivo como determinante para a realização do Estágio não Obrigatório, 30% pelo segundo motivo e 25% pela soma dos dois motivos apresentados, ou seja, pela bolsa recebida somando-se com a possibilidade de experiência no processo de Estágio não Obrigatório (Demschinski, 2020).

Já por parte dos contratantes, foi verificado que o Estágio não Obrigatório tem se apresentado como estratégia para suprir mão de obra a baixo custo, sem considerar que o objetivo principal do estágio é formativo. A partir de várias divergências identificadas entre a previsão da Lei nº 11.788/08 e a forma com que o estágio ocorre, foi possível afirmar que há interesses e desinteresses em relação ao Estágio não Obrigatório, fazendo com que a Lei não seja cumprida.

Ao analisar essas pesquisas (Demschinski, 2016, 2020), percebemos que, assim como em outros setores, a fragilidade financeira dos estudantes e o desconhecimento sobre a Lei acabam colaborando para que os estagiários, em razão de suas necessidades mais imediatas, aceitem desempenhar todas as atividades que

são solicitadas nos campos de estágio, oportunizando que contratantes utilizem a força de trabalho do estagiário seguindo a lógica de exploração e em detrimento de profissionais formados.

Nesse sentido, a contratação de estagiários prevista em Lei como formativa, em muitos casos, tem se apresentado de forma diferente e tem sido utilizada em detrimento da contratação de trabalhadores efetivos, já que os estagiários precisam exercer funções de profissionais formados, recebendo valor menor, fato que tem colaborado e acentuado a redução de postos de trabalho formais e de vagas em concursos públicos. O que de um lado tem auxiliado os estudantes a manterem-se e concluir o processo formativo em razão da bolsa de estágio, de outro prejudica a valorização dos profissionais já formados e sua futura contratação, quando concluída a formação.

A partir das referidas pesquisas que abordaram o Estágio não Obrigatório dos estudantes de Pedagogia em escolas de educação básica (RME-PG e instituições privadas), despertou-se o interesse e a necessidade de explorar essa questão em um novo contexto. Após analisarmos a implementação do Estágio não Obrigatório nas escolas, buscamos agora desvelar como ocorre em outro ambiente, especificamente no contexto das Instituições de Educação Superior. Portanto, esta pesquisa representa uma continuação do tema, mas com um enfoque nos estágios realizados por estudantes nos espaços da UEPG.

Para tanto, a partir do problema da pesquisa: **como o Estágio não Obrigatório realizado por estudantes na Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG vem se efetivando no atual cenário do capitalismo e qual sua relação com as atuais formas de trabalho?**, realizou-se pesquisa teórica e documental, análise das Leis pertinentes sobre o estado atual do Estágio não Obrigatório, além de conduzir uma análise diagnóstica, tendo a Universidade Estadual de Ponta Grossa como foco central da investigação, buscando responder às seguintes questões:

- 1- Como os estudantes estão vivenciando a realização do Estágio não Obrigatório em espaços da UEPG?**
- 2- Qual é a abordagem da legislação e interpretações decorrentes, em relação ao Estágio não Obrigatório?**

3- Quais as possíveis relações entre o Estágio não Obrigatório e as características do trabalho no atual contexto do capitalismo atrelado ao Estado neoliberal?

Para tanto, o **objetivo geral** é o de **desvelar como se efetiva a realização de Estágio não Obrigatório e sua relação com as atuais formas de trabalho no contexto do capitalismo.**

Os **específicos** foram delimitados como:

- a) Identificar como os estudantes estão vivenciando o Estágio não Obrigatório na UEPG;**
- b) Verificar as relações entre os dispositivos legais sobre o Estágio não Obrigatório e sua interpretação prática;**
- c) Analisar as características do trabalho no contexto contemporâneo do capitalismo sob a influência do Estado neoliberal e suas possíveis relações com o Estágio não Obrigatório.**

Para desenvolver a presente pesquisa, a utilização do Materialismo Histórico e Dialético foi essencial, trazendo subsídios para evidenciar os vários determinantes que compõem a realidade acerca das contratações dos estagiários para atuarem na IES.

O Materialismo Histórico e Dialético, pautado na perspectiva de transformação da realidade, constitui-se como teoria e método de pesquisa. Nesse sentido, o método possibilita, enquanto importante raiz filosófica, a compreensão que articula a “crítica radical com a transformação também radical de sociedade” (Tonet, 2013, p. 66). É um referencial que nos permite a compreensão da realidade, em que se consegue “[...] captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima” (Marx, 1996a, p. 140).

Para Marx, a humanidade se define por sua produção material de vida, em que “[...] o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto para reproduzi-lo como concreto pensado” (Marx, 1982, p. 14), ou seja, “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (Marx; Engels, 2007, p. 94). Sendo assim, o Materialismo Histórico e Dialético é um atributo da realidade e não do pensamento, porque

[...] não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida (Marx; Engels, 2007, p. 94).

Ademais, conforme destaca Tonet (2013), a compreensão da realidade, e o que se produz a partir dela, possui sempre uma estreita associação com a opção teórico-metodológica escolhida, o que, conseqüentemente, é também um produto histórico-social. Resumidamente, o método norteia o caminho a ser percorrido durante o processo de investigação, e o Materialismo Histórico e Dialético enfatiza que o universo objetivo, o material, é o que determina a pesquisa científica.

O papel do pesquisador, diante do objeto que pesquisa, não é neutro, visto que tem um papel ativo na produção do conhecimento, precisando ser capaz de compreender e traduzir a essência do objeto, suas demandas fundamentais e sua relação com a realidade social. Nesse contexto, torna-se imprescindível a compreensão sobre o antagonismo de classe que orienta a sociedade capitalista. Assim, como afirmam Behring e Boschetti (2017, p. 50),

O método, na perspectiva marxiana, não se confunde com técnicas ou regras intelectivas [...], é uma relação entre sujeito e objeto que permite ao sujeito aproximar-se e apropriar-se das características do objeto. Nessa perspectiva, o conhecimento não é absoluto, mas é possível apreender as múltiplas determinações dos processos sociais historicamente situados, porque o ser social se objetiva - a sociabilidade é objetivação.

Na esteira desse pensamento, Tonet (2013, p. 92) afirma que “[...] são os indivíduos que realizarão a tradução teórica dessas demandas. Ao elaborarem as suas teorias eles estarão, pois, respondendo, consciente ou inconscientemente, aos interesses de alguma classe social”.

Dessa forma, realizar uma pesquisa à luz do método de Marx é, antes de tudo, identificar uma problemática na qual se iniciará o processo de investigação, para posteriormente fazer uma análise mais minuciosa dos aspectos a serem compreendidos. “A totalidade compreende a realidade nas suas íntimas e complexas determinações, e revela, sob a superfície dos fenômenos, suas conexões internas, necessárias à sua apreensão” (Behring; Boschetti, 2017, p. 53).

Assim, como indicado na citação das autoras, a decomposição do todo em suas partes constitutivas e o estudo comprometido e detalhado do objeto possibilitam

que o investigador apreenda os pormenores e compreenda as múltiplas correlações que se estabelecem no interior da matéria. É dessa forma que pretendemos desenvolver a pesquisa aqui apresentada sobre o Estágio não Obrigatório realizado na UEPG.

Dessa forma, recorremos a pensadores como Marx (1978, 1982, 1996, 2011); Marx e Engels (1998, 2005, 2007); Gramsci (1976, 1978, 2001, 2007) e outros da teoria marxista. As categorias do método empregadas neste estudo são abrangentes e mantêm uma interconexão significativa, são elas: Trabalho, Estado e Hegemonia, que ao nosso ver foram importantes para compreender o Estágio não Obrigatório no atual contexto capitalista.

Sendo assim, para alcançar o objetivo definido, realizou-se análise da Legislação, estudo teórico e uma pesquisa diagnóstica da realidade da UEPG com: a) identificação da quantidade de estagiários e os locais de atuação (conforme disponibilização de dados pelos setores responsáveis)¹; b) realização de entrevistas com estagiários (cujo contato conseguimos através do setor responsável pela contratação) e com o responsável pela contratação dos estagiários na IES-UEPG. As reflexões realizadas na pesquisa estão amparadas em autores selecionados durante o estudo (tanto em relação ao objeto investigado quanto ao método que dá aporte às análises).

Para melhor organização e exposição desta pesquisa, o trabalho está estruturado em quatro capítulos. O primeiro capítulo delineia os caminhos percorridos na condução da pesquisa, abrangendo uma revisão da literatura que apresenta as definições e contribuições das produções acadêmicas sobre o Estágio não Obrigatório. Nele, destaca-se o caráter inovador deste trabalho, observando que, entre os trabalhos encontrados nos quatro portais² de busca, apenas 37 abordam o Estágio não Obrigatório, sendo que apenas uma dissertação e três artigos dela derivados discutem especificamente o Estágio não Obrigatório realizado na Universidade Federal da Paraíba para a formação de estudantes de Pedagogia. E,

¹ O objetivo inicial era realizar um mapeamento dos estudantes que realizam Estágio não Obrigatório na UEPG, seu respectivo curso de formação e local de atuação. Mas não foi possível atingi-lo em razão da não disponibilização desses dados conforme prescreve a Lei de Proteção de Dados - Lei nº 13709/2018.

² Os portais de busca foram os seguintes: Portal de Periódicos da CAPES (CAFe); LibGen (Library Genesis); Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES; e SCIELO (Scientific Electronic Library Online).

por fim, apresentamos algumas características da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), onde foram coletados dados para tecer as análises, como a Universidade se insere no contexto educacional e como ela oferece oportunidades de estágio para seus estudantes.

No segundo capítulo, é realizada análise dos documentos normativos que regulamentaram o Estágio não Obrigatório ao longo da história, destacando os avanços e lacunas presentes nessas leis, com o intuito de verificar como a legislação aborda o Estágio não Obrigatório. Exploramos a centralidade do trabalho na sociedade, enfatizando seu papel na formação do ser social, na criação das condições fundamentais para a sobrevivência individual e coletiva, e na promoção de avanços sociais. Analisamos as diversas configurações do trabalho ao longo da história, destacando como ele foi moldado pela divisão de classes e pela manutenção da estrutura capitalista, identificando o Estágio não Obrigatório nesse cenário. Além disso, tecemos reflexões sobre as reconfigurações do trabalho, enfatizando a sua flexibilização e precarização no contexto atual do capitalismo e a relação com a realização do Estágio não Obrigatório. Nele, busca-se analisar as características do emprego contemporâneo sob a influência do Estado neoliberal.

No terceiro capítulo, discorremos sobre a subsunção do Estágio não Obrigatório à lógica neoliberal e realizamos discussões teóricas a fim de verificar como as categorias gramsciana “hegemonia” e “Estado” se fazem presentes na oferta e realização do Estágio não Obrigatório na IES. Percebemos que quando o Estágio não Obrigatório não é efetivado como formativo, pode ser utilizado pelos contratantes como mão de obra barata, perpetuando as desigualdades sociais e naturalizando a ideia de que os estagiários precisam aceitar as condições em troca de uma bolsa ou de experiência. Ainda, sobre o Estado, é possível inferir que, por meio da hegemonia pode permitir a existência de lacunas na legislação, de modo que essas sejam interpretadas para facilitar a dinâmica de contratos de estágio em favor do contratante.

No quarto e último capítulo, apresentamos a discussão sobre o gerencialismo e a análise dos dados da pesquisa buscando identificar a realidade da realização de estágio na IES, destacando os limites e as possibilidades que a realização de Estágio não Obrigatório proporciona, buscando identificar como os estudantes estão vivenciando o Estágio não Obrigatório na UEPG.

É importante mencionar que, mesmo diante das limitações de tempo, existem posicionamentos importantes que foram estabelecidos e seguidos para a realização desta pesquisa, sendo o ético um deles, marcando presença constante em todas as fases da pesquisa empreendida, guiando as ações e decisões ao longo do processo.

Entendemos, assim como Mainardes (2016, p. 74), que “a discussão sobre a ética na pesquisa em educação constitui-se em um tema extremamente complexo, controverso e necessário”. No entanto, os estudos que apresentam um panorama histórico global mostram que a preocupação com a ética nem sempre esteve presente na prática do investigador, o que resultou em sérias complicações e danos aos participantes de pesquisas, especialmente no setor biomédico, em que eram realizados testes e experimentos. Essas ocorrências mobilizaram a opinião pública para a implementação de um controle social nas pesquisas que envolvem seres humanos (Salgueiro; Freitas, 2022).

A regulamentação ética em pesquisas no Brasil teve início na década de 1980, liderada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS). Em 1988, a Resolução CNS 1/1988 estabeleceu normas para pesquisas em saúde e instituiu a necessidade de comitês de ética em pesquisa (CEP) nas instituições de saúde. Em 1996, a Resolução CNS 196/1996 definiu as diretrizes nacionais e regulamentou o credenciamento dos CEP na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), criando o Sistema CEP/Conep. Em 2001, a Conep lançou o Sistema Nacional de Informações sobre Ética em Pesquisa (Sisnep) para cadastrar projetos em todo o país. Em 2012, a Plataforma Brasil substituiu o Sisnep, consolidando-se como uma base nacional unificada para registros de pesquisas envolvendo seres humanos, representando um avanço organizacional significativo (Salgueiro; Freitas, 2022).

Autores como Mainardes e Cury (2019) mostram que, diferentemente do Brasil, em outros países há diretrizes específicas para a pesquisa em Saúde e para a pesquisa em Ciências Sociais e Humanidades. Os autores alertam que no Brasil a revisão ética acontece

pelo sistema Comitê de Ética em Pesquisa/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CEP/Conep (Plataforma Brasil). A Conep, com sede em Brasília, é uma das Comissões do Conselho Nacional de Saúde, ligada ao Ministério da Saúde. A Conep foi criada pela Resolução CNS Nº 196/1996 e tem a função de elaborar e implementar normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, tanto para as pesquisas biomédicas quanto para as pesquisas de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas (CHSSA). (Mainardes; Cury, 2019, p. 24).

Após 2012, houve um fortalecimento das discussões e maior preocupação com a temática, especialmente a partir do compromisso alavancado pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED.

Mainardes e Cury (2019) apresentam que a ANPED se constitui associação nacional que congrega os pesquisadores da área, por isso, tem um importante potencial para “definir princípios e padrões éticos, os quais, obviamente, necessitam ser formulados com a participação de seus associados, bem como com a representação de outras entidades e associações” (Mainardes; Cury, 2019, p. 27).

Dessa forma, para além do cumprimento dos requisitos éticos da Plataforma Brasil, que está em vigor, entendemos que os princípios gerais indicados por Mainardes e Cury (2019) para orientar as pesquisas em Educação são importantes. São eles:

- a) todas as pesquisas que envolvam seres humanos devem ter como princípio fundante a dignidade da pessoa humana. Isso implica no respeito aos participantes, consentimento, avaliação cuidadosa de potenciais riscos aos participantes, compromisso com o benefício individual, social e coletivo das pesquisas;
- b) respeito aos direitos humanos e à autonomia da vontade;
- c) emprego de padrões elevados de pesquisa, integridade, honestidade, transparência e verdade;
- d) defesa dos valores democráticos, da justiça e da equidade;
- e) responsabilidade social. (Mainardes; Cury, 2019, p. 27),

Dessa forma, ao discutirmos ética na pesquisa, compreendemos não apenas o cumprimento dos requisitos estabelecidos pela Plataforma Brasil, mas também consideramos aspectos que ultrapassam essas diretrizes. Defendemos que os princípios éticos precisam ser compreendidos, incorporados e utilizados pelo sujeito que pesquisa em todos os momentos, o que é essencial para a garantia de direitos e respeito ao outro. Dessa forma, essa pesquisa buscou respeitar os princípios éticos, e todas as etapas do percurso da pesquisa são descritas no primeiro capítulo.

Os dados e análises sobre o desenvolvimento de atividades de Estágio não Obrigatório no interior de IES mostram que as novas configurações de trabalho, sua flexibilização e a não observância da legislação na efetivação e desenvolvimento do Estágio não Obrigatório abrem caminhos para que o estágio seja colaborativo ao capital, o qual pode utilizar a mão de obra do estudante como forma de economia para

não contratar profissional com carteira de trabalho assinada, o que demandaria maior remuneração e direitos trabalhistas.

No entanto, há uma significativa quantidade de estudantes que procuram por Estágio não Obrigatório na Universidade, visto que, para eles, essa prática é importante tanto para a formação profissional, ao adquirir experiência prática no campo de trabalho, quanto para o recebimento de uma bolsa auxílio, que pode ser uma fonte significativa de renda durante o período de formação.

A realização de Estágio não Obrigatório, portanto, é controversa e expressa interesses antagônicos, colaborando de maneira diversa para a manutenção da lógica capitalista, visto que, ao mesmo tempo que colabora para a manutenção dos estudantes no espaço formativo e na própria vida, também colabora para a lógica de exploração dos trabalhadores no capitalismo. Mesmo que a instituição contratante seja pública e não necessariamente interessada no capital, a lógica empregada segue os ditames capitalistas que versam sobre a redução de gastos, a intensificação e a precarização do trabalho e, conseqüentemente, se fundamentam na exploração da mão de obra. Assim, os estudantes, quando deveriam dedicar-se ao processo formativo, são subsumidos pela realização de atividades laborais que garantam a manutenção da vida e sua permanência no ensino superior.

Entrar nesse campo controverso é um desafio a ser enfrentado. Adentramos nesse espaço e procuramos desvelar suas contradições.

É o que se pretende na exposição que agora se inicia...

CAPÍTULO 1 - A REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Neste capítulo, empreendemos uma análise dos pormenores que envolvem o Estágio não Obrigatório, buscando compreendê-lo e analisá-lo de forma que consigamos captá-lo no movimento da realidade. Utilizamos dados coletados nas entrevistas para inferir análises embasadas no método do Materialismo Histórico e Dialético, na Lei nº 11.788 de 2008, no Decreto nº 5283 de 29 de julho de 2020 e no respaldo bibliográfico que fundamenta esta tese.

Inicialmente são expostas as etapas percorridas para a elaboração desta pesquisa. Em seguida, exploramos a revisão de literatura, destacando as definições e contribuições das produções acadêmicas acerca do Estágio não Obrigatório. A revisão de literatura apresentada expõe as fases envolvidas na busca e análise de pesquisas já conduzidas sobre o Estágio não Obrigatório. Um levantamento inicial ocorreu em 2021 para auxiliar na delimitação do objeto de investigação, sendo seguido por uma atualização desta revisão que ocorreu em junho de 2023. Esse exercício de levantamento e análise das produções evidencia como outros pesquisadores têm abordado, compreendido e definido o objeto, os objetivos e as conclusões das pesquisas encontradas, auxiliando na delimitação e avanço das discussões, bem como na valorização dos trabalhos realizados por outros pesquisadores. Por fim, contextualizamos a Universidade Estadual de Ponta Grossa e a oferta de Estágio não Obrigatório em seus espaços.

1.1 CAMINHOS PERCORRIDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Como mencionado na introdução deste trabalho, a problemática da pesquisa aqui abordada origina-se de estudos já desenvolvidos em ocasiões anteriores, em que pesquisamos sobre o Estágio não Obrigatório realizado por estudantes de Pedagogia da UEPG e de outra instituição de Ensino em escolas de educação básica.

Entendendo que as discussões não se esgotam, a partir desses estudos desenvolvidos sobre o Estágio não Obrigatório, novas possibilidades para investigação surgiram com o mesmo objeto. Foi então que o compromisso com a temática foi ganhando força, de modo que o objeto em questão se tornasse central

para novas pesquisas e, em especial, como as instituições formadoras oferecem essa modalidade de estágio. É sob tal perspectiva que a pesquisa sobre Estágio não Obrigatório em Instituição de Ensino Superior foi direcionada para a Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Durante a realização do levantamento de produções para a revisão de literatura, utilizando descritores que se aproximavam da proposta desta pesquisa, constatamos que a temática foi pouco explorada até o momento. Apenas uma dissertação e seus artigos correlatos se aproximam do objeto aqui investigado, abordando o Estágio não Obrigatório realizado na Universidade Federal da Paraíba para a formação de estudantes de Pedagogia da instituição.

A partir do aprimoramento e definições do projeto de pesquisa, o primeiro passo foi preparar os instrumentos para que a investigação pudesse ser realizada, com a definição do método histórico-dialético para a pesquisa - o qual permite desvelar e interpretar a realidade e ainda, como detalham Behring e Boschetti (2017, p. 52), “descobrir a essência dos fenômenos, na perspectiva crítico-dialética, pressupõe situá-los na realidade social sob o ponto de vista da totalidade concreta que, antes de tudo, significa que cada fenômeno pode ser apreendido como um momento da totalidade”.

Estas escolhas são consequência da natureza da temática pesquisada e se dão pela necessidade de verificar como se efetiva a realização de Estágio não Obrigatório em diferentes espaços na Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG. Com esse questionamento e com o objetivo geral da pesquisa elencado como: desvelar como se efetiva a realização de Estágio não Obrigatório e sua relação com as atuais formas de trabalho no contexto do capitalismo, entendemos que a realização de entrevistas possibilitaria trilhar o caminho para atingir o objetivo proposto e responder a nossas indagações.

Definidas as questões do roteiro das entrevistas, solicitamos autorização para a UEPG, instituição definida para a realização das entrevistas e que, sem demora, manifestou-se favorável à realização da pesquisa, reforçando a necessidade de observar o seguimento da Lei Geral de Proteção dos Dados, Lei nº 13.709/2018, e os trâmites administrativos pertinentes à realização da coleta de dados na Pró-Reitoria de Graduação. Estando com essa autorização em mãos, foi momento de submeter e

obter a liberação pelo comitê de ética em pesquisa, do qual, do mesmo modo, recebemos o rápido retorno, com a aprovação e autorização para o início³.

A solicitação dos dados dos estudantes que desempenham a função de estagiário na UEPG foi realizada pelos meios eletrônicos disponíveis. Foi solicitado o respectivo curso de formação do estagiário e local de atuação para realizarmos o mapeamento. O retorno dos dados ocorreu em dezembro de 2022. A lista⁴ recebida indicava o curso que o estagiário estava cursando, o local de realização de estágio e a quantidade de estagiários no local. Em razão da duplicidade de dados, foi necessário filtrar as informações, restando os seguintes locais para iniciar os contatos com os estagiários, conforme indicado na Tabela 1:

Tabela 1 - Curso, local de atuação e quantitativo de estagiários que realizam Estágio não Obrigatório na UEPG - 2022

		(continua)
Curso	Local de atuação	Nº de estagiários
ADMINISTRAÇÃO	PROESP - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	1
ADMINISTRAÇÃO	PRÓ-REITORIA DE RECURSOS HUMANOS - DCS	2
ADMINISTRAÇÃO ADMINISTRAÇÃO-COMÉRCIO EXTERIOR ENGENHARIA DE SOFTWARE ENFERMAGEM FARMÁCIA E BIOQUÍMICA INFORMÁTICA	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL - HURCG	20
ADMINISTRAÇÃO COMÉRCIO EXTERIOR- CIÊNCIAS CONTÁBEIS	PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO - CONVÊNIOS	4
AGRONOMIA	FAZENDA ESCOLA - FESCON	2
ARTES	PROEX - DAC - DIVISÃO DE ASSUNTOS CULTURAIS	2
ARTES SERVIÇO SOCIAL	PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E ASS. CULTURAIS-PROEX	2
ADMINISTRAÇÃO CIÊNCIAS CONTÁBEIS CIÊNCIAS ECONÔMICAS	PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO - DIFI	10
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONOMICAS	PROEX - INCUBADORA DE EMPREENDEMENTOS SOLIDÁRIOS	1
ENGENHARIA DE SOFTWARE ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO	DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA	3
HISTÓRIA	DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA	3
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - LICENCIATURA	SETOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE	1

³ O parecer do comitê de Ética está disponível no “anexo B”.

⁴ Esta relação está disponível no “Anexo C”.

Tabela 1 - Curso, local de atuação e quantitativo de estagiários que realizam Estágio não Obrigatório na UEPG - 2022

Curso	Local de atuação	(conclusão) Nº de estagiários
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS-BACHARELADO	DEPARTAMENTO DE BIOLOGIA EST. MOL. E GENÉTICA	1
CIÊNCIAS ECONÔMICAS	PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO	1
CIÊNCIAS ECONÔMICAS	PRORH - DIRETORIA DE PROVIMENTO E CONCURSOS	1
DIREITO	NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA - NPJ	5
DIREITO	PROCURADORIA JURÍDICA - PROJUR	2
EDUCAÇÃO FÍSICA - BACHARELADO	COORDENADORIA DE DESPORTOS E RECREAÇÃO	3
ENFERMAGEM	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO MATERNO INFANTIL	1
ENGENHARIA CIVIL	DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA CIVIL	1
ENGENHARIA CIVIL	LABORATÓRIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	1
ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO	NÚCLEO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO	5
ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO	SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E DE TECNOLOGIA	1
HISTÓRIA	MUSEU DOS CAMPOS GERAIS	3
LETRAS - PORTUGUÊS / INGLÊS	DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM	1
LETRAS - PORTUGUÊS / INGLÊS	ESCRITÓRIO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS	1
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA	DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS	1
LICENCIATURA EM MATEMÁTICA	DEPARTAMENTO DE MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA	1
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA/ PEDAGOGIA - EAD	CAIC - CENTRO DE ATENÇÃO À CRIANÇA E ADOLESCENTE	4
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA SERVIÇO SOCIAL	PRÓ-REITORIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	5
SERVIÇO SOCIAL	AMBULATÓRIO	1
TOTAL		90⁵

Fonte: Dados da Pesquisa (2022). Organizados pela autora (2024).

A partir dos dados fornecidos pela UEPG, entramos em contato com os estagiários para agendar as entrevistas. Elas ocorreram de forma presencial, no local

⁵ Além dos estagiários do ensino superior, a UEPG conta com estagiários do ensino médio. Em 2024 14 estagiários de ensino médio atuavam em atividades administrativas na instituição, sendo todos provenientes da Escola de Guardas Mirins Tenente Antônio João, a qual faz parte do Instituto Educacional Duque de Caxias, que atende a mais de 200 crianças e adolescentes de 6 a 17 anos em situação de vulnerabilidade e risco. Além do acompanhamento social e pedagógico dos alunos e de suas famílias e do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, os alunos participam de oficinas, círculos restaurativos, atividades cívicas e cursos. (UEPG, 2024)

de atuação dos estagiários, e, dos 90 estagiários da UEPG, foi possível realizar entrevista com 19⁶, e ainda com o responsável pela contratação de estagiários.

Na realização das entrevistas, inicialmente o objetivo da pesquisa foi apresentado aos entrevistados juntamente com o termo de consentimento livre e esclarecido⁷. Foi ressaltado que os dados seriam utilizados para fins didáticos da pesquisa com possibilidade de futuras divulgações, contudo, a privacidade e sigilo seriam rigorosamente respeitados. Para a realização das entrevistas, definimos *a priori* quais seriam as dimensões e indicadores para a realização das entrevistas e posterior análise, conforme indicados no Quadro 1.

Quadro 1 - Dimensões e Indicadores para a realização de entrevistas - 2022

	Dimensões	Indicadores
I	Perfil dos Participantes	Sexo
		Idade
		Estado civil
		Residência/moradia
		Membros familiares
		Cursos de Graduação dos Estagiários participantes da pesquisa
		Ano ou semestre do curso
		Experiência profissional
II	Sobre o curso na IES	O que acha do Curso? Por que da escolha?
III	As normativas e participação no Estágio não Obrigatório	Conhecimento da oferta
		Decisão de realizar o estágio
		Atividades desenvolvidas durante o estágio
		Carga horária
IV	A formação acadêmica no Estágio não Obrigatório	Flexibilização de horários/horas
		Visão do estagiário
		Efeitos do estágio na formação do estagiário
		Relação entre as atribuições e as atividades de estágio realizadas
		Relação entre as atividades realizadas no curso e a área de formação
V	Recebimento da bolsa de Estágio não Obrigatório	Relevância para o estagiário

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Com as entrevistas realizadas, foi o momento de dedicar-me aos estudos teóricos e à escrita da Tese. Nas análises e exposição das entrevistas que estão no

⁶ Algumas situações que justificam a não realização de entrevistas com os demais estagiários: não foi possível localizar por telefone; telefonemas não foram atendidos; para alguns números disponíveis no site não efetuava a ligação (possivelmente a lista não estava atualizada); estagiários indicaram que não podiam, pois estavam acompanhando reuniões naquele período em que as entrevistas foram feitas.

⁷ Está disponível na lista de Apêndices, em "Apêndice C".

capítulo 4, a fim de preservar o anonimato dos entrevistados, utilizamos o termo “estagiário” seguido de uma letra.

A próxima seção possibilita visualizar as produções sobre o Estágio não Obrigatório, visando a entender e identificar a possível importância e contribuição que esta pesquisa apresenta, assim como valorizar trabalhos já desenvolvidos a respeito dessa temática.

1.2 ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA

Para realizar a revisão de literatura, selecionamos os seguintes sites/portais⁸: Portal de Periódicos da CAPES (CAFe); LibGen (*Library Genesis*); Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES; e SCIELO (*Scientific Electronic Library Online*).

Sem delimitar recorte temporal, foram selecionados descritores para encontrar estudos que possuem similaridade com o objeto desta pesquisa, são eles: “estágio remunerado”; “Estágio não Obrigatório”; “estágio extracurricular”; “estágio na IES”; “estágio na Universidade”; “estágio na Faculdade”. Dos 3 (três) últimos descritores, nenhum apresentou resultados na busca, resultando em 225 trabalhos com os três primeiros descritores, conforme apresentados na Tabela a seguir:

Tabela 2 - Quantidade total de trabalhos encontrados nos portais - por descritor - 2001 a 2022

DESCRIPTOR	PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES (CAFE)	LIBGEN	CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES CAPES	SCIELO	TOTAL
“Estágio remunerado”	43	0	17	1	61
“Estágio não Obrigatório”	43	1	16	12	72
“Estágio extracurricular”	70	0	18	4	92
Total	156	1	51	17	225

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Nessa primeira tabela, estão os trabalhos com os descritores elencados nos respectivos portais de busca. A partir desse primeiro levantamento quantitativo, foi identificado que alguns trabalhos se repetiam. A partir dessa identificação, foi

⁸ A escolha desses sites/portais é justificada por possuírem seriedade e exigências formais para a publicação e divulgação das pesquisas.

observado o título das pesquisas e seus autores, e aqueles que se repetiam foram excluídos deixando apenas um, restando as seguintes quantidades, separadas por descritores, conforme a Tabela 3:

Tabela 3 - Quantidade de trabalhos encontrados nos portais após seleção - por descritor - 2001 a 2022

DESCRIPTOR	PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES (CAFE)	LIBGEN	CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES CAPES	SCIELO	TOTAL
“Estágio remunerado”	36	0	16	1	54
“Estágio não Obrigatório”	35	0	16	12	63
“Estágio extracurricular”	56	0	18	3	77
TOTAL	127	0	51	16	194

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

A partir desse número de trabalhos encontrados, optou-se por organizá-los de acordo com o tipo de pesquisa, como mostra a Tabela 4 a seguir:

Tabela 4 - Classificação dos trabalhos encontrados - 2001 a 2022

TIPO	TOTAL
TESES	6
DISSERTAÇÕES	45
ARTIGOS	143
LIVRO	0
TOTAL	194 ⁹

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Com base nesse levantamento quantitativo, notou-se que alguns trabalhos abordavam o **estágio curricular (obrigatório)** e outros temas que não estão alinhados com os objetivos da presente pesquisa, que foca na realização do **Estágio não Obrigatório por estudantes na Instituição de Educação Superior**.

Sendo assim, foi observada qualitativamente cada uma das 192 (cento e noventa e duas) produções, realizando a leitura atenta dos títulos e resumos, procurando os trabalhos que possuem discussão a respeito do Estágio não

⁹ Desse total de trabalhos encontrados, um artigo e uma dissertação já foram apresentados na introdução dessa Tese, os quais são de minha autoria com minha orientadora. Por isso, elas não serão apresentadas novamente no decorrer deste capítulo.

Obrigatório. Assim, foram identificados 37 (trinta e sete) trabalhos de diferentes áreas, conforme evidenciado pela Tabela 5:

Tabela 5 - Quantidade de pesquisas selecionadas que tratam sobre o Estágio não Obrigatório - 2001 a 2022

DESCRIPTOR	PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES (CAFE)	LIBGEN	CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES CAPES	SCIELO	TOTAL
“Estágio remunerado”	4 artigos	0	3 Dissertações	0	7
“Estágio não Obrigatório”	13 artigos	0	9 Dissertações	0	22
“Estágio extracurricular”	4 artigos	0	2 Dissertações	1 Artigo	8
			1 Tese		
TOTAL	21	0	15	1	37

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Como podemos observar na tabela acima, tivemos para estudo 22 artigos, 14 dissertações e 01 tese. Para análise, realizamos a categorização desses trabalhos conforme seus objetos de estudo. A partir da análise dos trabalhos, classificamo-las em categorias, conforme apresentado na Tabela 6:

Tabela 6 - Categorização das produções e seus respectivos autores - 2001 a 2022

(continua)				
CATEGORIA	ARTIGOS	DISSERTAÇÕES	TESES	TOTAL
1- Faz estudo da legislação	PRETTO; PORTELINHA (2022)			1
2 - Analisa estágios remunerados para Programas	NAKAYAMA; BRITO (2016).			1
3 - Analisa processo de acompanhamento do Estágio não Obrigatório	ROCHA; NETO (2019).	MARCHRY (2014) SILVA (2016) ROCHA (2018)		4
4 - Relata e/ou problematiza a sua realização de Estágio não Obrigatório	SANTOS (2018). ARRAIS (2019). GOMES; SAMPAIO; SIMÕES; RIBEIRO (2021) VELÔSO; OLIVEIRA, STROPA; CUNHA (2022) VIEIRA; ZANON (2022)	SILVA (2022)		6
5 - Faz contraponto entre Estágio não Obrigatório e estágio obrigatório	PAIVA; COSTA (2017). CASSUNDRÉ; OLIVEIRA; ALENCAR; RODRIGUES; RODRIGUES (2017).			2
6 - Busca de informações sobre Estágio não Obrigatório	ROCHA (2017)			1

Tabela 6 - Categorização das produções e seus respectivos autores - 2001 a 2022

(conclusão)				
CATEGORIA	ARTIGOS	DISSERTAÇÕES	TESES	TOTAL
7 - Representações sociais dos estudantes sobre o Estágio não Obrigatório	GONZAGA; OLIVEIRA; CHAGAS (2015).			1
8 - Discute consequências/motivo e contribuições do Estágio não Obrigatório	OLIVEIRA; SANTOS (2016). POLZIN; BERNARDIM (2018). LAVALL; BARDEN (2014). TAQUETTE; MACEDO; ALVARENGA (2003). FREITAS; ROSTAS; TEIXEIRA (2020). PORTELINHA; BORSSOI; NEZ (2022)	COSTA (2016) PEREIRA (2010) GUARAGNI (2016) TREVISAN (2001) NEVES (2019) VIEIRA (2019) PRETTO (2022) HILTL (2022)		14
9 - Investiga a atuação de estagiários na educação inclusiva	BERNARDO; NACARATO (2022)		ALENCAR (2020)	2
10 - Trata sobre o Estágio não Obrigatório em setores não relacionados ao ensino	MOREIRA; PONTES (2017a). MOREIRA; PONTES (2017b) MOREIRA; PONTES (2018)	MOREIRA (2017) BENEVIDES (2021)		5
TOTAL	22 (59%)	14 (38%)	1 (3%)	37

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Observa-se que, entre os 22 artigos, a categoria mais abrangente é a: “Consequências/motivo e contribuições do Estágio não Obrigatório”, a qual teve o maior número de trabalhos concentrados (27%), seguida das categorias: “Relata e/ou problematiza a sua realização de Estágio não Obrigatório” com 5 (23%) e “O Estágio não Obrigatório em setores não relacionados ao ensino” com 3 (13%) artigos. Já a categoria: “Contraponto entre Estágio não Obrigatório e estágio obrigatório” teve dois (9%) trabalhos e as demais categorias que apresentam autores na coluna nomeada como “artigos”, apenas um trabalho em cada.

Entre as 14 dissertações, a categoria que concentrou maior quantidade também foi a: “Consequências/motivo e contribuições do Estágio não Obrigatório” com 8 (57%). Em seguida a categoria “Processo de acompanhamento do Estágio não Obrigatório” concentrou 3 (22%) trabalhos. Duas outras dissertações foram categorizadas como: “O Estágio não Obrigatório em setores não relacionados ao ensino” (14%) e a outra dissertação como “Relata e/ou problematiza a sua realização

de Estágio não Obrigatório” (7%). Já em relação à tese, ela ficou categorizada como “Atuação de estagiários na educação inclusiva”.

Podemos interpretar que essa distribuição de trabalhos nas categorias demonstra que os autores estão pesquisando diferentes perspectivas sobre o Estágio não Obrigatório.

Entre os trabalhos selecionados para análise, há predominância de pesquisas sobre o Estágio não Obrigatório na área da Educação com 21 pesquisas, e as demais em outras áreas conforme mostra a Tabela a seguir:

Tabela 7 - Áreas analisadas pelas pesquisas sobre Estágio não Obrigatório - 2001 - 2021

ÁREA	AUTORES	TOTAL
Educação	(NAKAYAMA; BRITO, 2016); (ROCHA E NETO, 2019); (ROCHA 2018); (SANTOS, 2018); (ARRAIS, 2019); (PAIVA; COSTA, 2017); (ROCHA, 2017); (MOREIRA, 2017); (MOREIRA; PONTES, 2017a); (MOREIRA; PONTES, 2017b); (MOREIRA; PONTES, 2018); (COSTA, 2016); (GUARAGNI, 2016); (NEVES, 2019); (ALENCAR, 2020); (PRETTO; PORTELINHA 2022); (PORTELINHA; BORSSOI; NEZ, 2022); (BERNARDO; NACARATO, 2022); (VELÔSO; OLIVEIRA, STROPA; CUNHA, 2022) (PRETTO, 2022) e (SILVA, 2022).	21 (56%)
Administração	(CASSUNDÉ; OLIVEIRA, ALENCAR, RODRIGUES E RODRIGUES, 2017); (GONZAGA; OLIVEIRA; CHAGAS, 2015); (POLZIN; BERNARDIM, 2018); (TREVISAN, 2001) e (HILTL, 2022).	5 (13%)
Enfermagem	(GOMES; SAMPAIO; SIMÕES, RIBEIRO 2021).	1 (3%)
Psicologia	(OLIVEIRA; SANTOS; DIAS, 2016) e (VIEIRA, 2019) e (VIEIRA; ZANON, 2022).	3 (8%)
Medicina	(TAQUETTE, MACEDO E ALVARENGA, 2003).	1 (3%)
Análise de estágio de diversos cursos da: Unisinos; UFJF; Univates.	(MARCHRY, 2014); (SILVA, 2016); (LAVALL; BARDE, 2014).	3 (8%)
Estagiários do programa da Fundação Nacional de Saúde - Funasa do Maranhão	(PEREIRA, 2010)	1 (3%)
Estágio na manutenção das Redes de Computadores	(FREITAS; ROSTAS; TEIXEIRA, 2020)	1 (3%)
Estágio em arquivologia na Universidade Estadual da Paraíba	(BENEVIDES, 2021).	1 (3%)

Fonte: Dados da Pesquisa (2024).

A seção a seguir tem como objetivo identificar, na produção acadêmica destacada na tabela 5, os principais elementos discutidos pelos autores sobre o Estágio não Obrigatório.

1.2.1 Estágio não Obrigatório: Categorias de Análise da Revisão de Literatura

Esta seção inicia destacando os trabalhos presentes na 10ª categoria da tabela 5, intitulada: **"O Estágio não Obrigatório em setores não relacionados ao ensino"**.

Uma dissertação e três artigos se destacam, centrando-se na análise de estágios realizados em Instituições de Ensino Superior (IES). Os três artigos derivaram da dissertação de autoria de Alan Leite Moreira, orientado por Ana Paula Furtado Soares Pontes, desenvolvida no Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (MPPGAV), as quais são as que mais se aproximam do objeto desta pesquisa. Há outro trabalho que é a dissertação de Alyne Gisele Fernandes da Silva Benevides (2021), intitulada "(Re)pensando a gestão do estágio não-obrigatório em arquivologia na Universidade Estadual da Paraíba: impasses e perspectivas", contudo, o foco central desse trabalho é a gestão do Estágio não Obrigatório.

Esses estudos proporcionam uma visão abrangente sobre os estágios não obrigatórios realizados em setores não diretamente vinculados ao ensino, explorando motivações, vivências, contribuições e desafios enfrentados pelos estudantes envolvidos. As análises apontam para a importância de aprimoramentos na gestão, planejamento e desenvolvimento desses estágios, enfatizando a necessidade de uma abordagem crítica e reflexiva para melhorar os benefícios dessa experiência para os estudantes.

Os trabalhos de Moreira (2017) e Moreira e Pontes (2017a; 2017b; 2018) serão analisados a partir de agora. Iniciaremos pela dissertação que é intitulada "O estágio de estudantes de pedagogia: a experiência para além da sala de aula" (2017), que teve como objetivo analisar as contribuições do estágio curricular supervisionado não obrigatório interno, realizado em áreas distintas das salas de aula na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) para a formação de estudantes de Pedagogia. A pesquisa, de natureza descritiva e exploratória, incluiu revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas com diversos envolvidos no processo de estágio.

Moreira (2017) identificou quatro modalidades de estágio curricular supervisionado na UFPB: obrigatório interno, obrigatório externo, não obrigatório interno (bolsa-estágio) e não obrigatório externo. Ele observou que a UFPB contratava

estagiários para atuar em vários ambientes, concedendo bolsa e auxílio transporte compulsoriamente. Apesar dos esforços e investimentos, o autor destacou que nem sempre havia uma contribuição efetiva para o desenvolvimento das aptidões e competências pretendidas, devido a dificuldades existentes.

O autor mostrou que, no ano de 2016, a UFPB contemplou 409 estudantes de diversos cursos, com um investimento mensal significativo. Dos contemplados, 27 (6,6%) eram estudantes de Pedagogia, correspondendo a 6,8% do montante investido pela universidade nesse período. Moreira identificou, por meio das falas dos envolvidos, que, apesar das motivações distintas entre a instituição e os estudantes de Pedagogia, o estágio oferecia uma experiência enriquecedora, contribuindo para uma formação mais abrangente dos acadêmicos, permitindo a integração da docência com outras dimensões do curso, como gestão educacional e pesquisa. No entanto, ressaltou a necessidade de aprimoramento e de um debate crítico-reflexivo para potencializar os benefícios do estágio (Moreira, 2017, p. 106).

No artigo posterior à dissertação, Alan Leite Moreira e Ana Paula Furtado Soares Pontes (2017a) exploraram o tema do estágio para estudantes de pedagogia na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). O objetivo do artigo, intitulado "O estágio para estudantes de pedagogia na UFPB: motivações e vivência", foi caracterizar e discutir a motivação e a experiência do Estágio não Obrigatório de estudantes de Pedagogia em setores ou projetos não diretamente vinculados ao ensino na instituição.

Os autores destacaram que o estágio não deve ser encarado apenas como treinamento em serviço, mas, sim, como uma oportunidade para integração com o mundo do trabalho e aprendizado por meio da troca de experiências. Para Moreira e Pontes (2017a), o estágio oferece aos estudantes de Pedagogia a chance de atuar não apenas na docência da sala de aula, mas também em diversos setores administrativos e projetos acadêmicos da instituição. No entanto, ressaltam a necessidade de aprimoramento no planejamento e desenvolvimento do estágio.

No artigo "Contribuições do Estágio não Obrigatório para estudantes de pedagogia: uma experiência para além da sala de aula", publicado em 2017, os autores sintetizam as discussões da dissertação e têm como objetivo analisar as contribuições do Estágio não Obrigatório para a formação de estudantes de Pedagogia na Universidade Federal da Paraíba. Esse estágio foi realizado em

setores/projetos da instituição, envolvendo atividades não diretamente ligadas ao processo de ensino-aprendizagem (2017b, p. 35).

Moreira e Pontes (2017b) destacam que, apesar de algumas lacunas, essa experiência contribui tanto para a instituição quanto para a permanência do estudante no curso de Pedagogia, principalmente nas áreas de gestão e pesquisa, que estão articuladas à docência. Além da formação proporcionada durante o estágio, os estudantes também recebem bolsas, ampliando os benefícios dessa vivência (Moreira; Pontes, 2017b).

No outro artigo, cujo título é "Estagiários de pedagogia na gestão universitária: do acompanhamento à relação teoria e prática" (2018), Moreira e Pontes caracterizaram e discutiram o acompanhamento do Estágio não Obrigatório de estudantes de Pedagogia em setores não diretamente ligados ao ensino na Universidade Federal. O estudo também analisou a relação teoria-prática nessa experiência formativa, destacando um distanciamento entre a Coordenação de Estágio, supervisores/orientadores e o curso de Pedagogia, bem como uma relação teoria-prática frágil.

A Dissertação de Alyne Gisele Fernandes da Silva Benevides (2021) foca mais na gestão, tendo como objetivo analisar a gestão de estágio não-obrigatório do Curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e as perspectivas postas para seu aprimoramento. A partir dos resultados, ela aponta a complexa fragilidade estrutural da gestão do Programa de Estágio Não-Obrigatório da UEPB, sendo apresentados questionamentos e sugestões no sentido de contribuir para o (re)pensar dessa gestão no âmbito da UEPB com a participação da comunidade acadêmica do Curso de Arquivologia.

Além dessas pesquisas, foram analisadas as demais que se encontram na tabela 5, identificando suas respectivas abordagens, objetivos e principais conclusões, e observa-se que, apesar da diversidade nos objetos de estudo e categorias, alguns temas comuns emergem. Destaca-se, primeiramente, a relevância do estágio para os estudantes, em termos de aprendizado e integração ao ambiente de trabalho; contudo, foi possível identificar que os autores também alertam para possíveis problemas. Sobre isso, Maria Edineia Sousa Vargas Pretto e Ângela Maria Silveira Portelinha (2022) destacam que o Estágio não Obrigatório, enquanto dimensão teórico-prática, é fundamental para o processo formativo-educativo, mas atentam para

a possibilidade de exploração da força de trabalho dos estagiários quando “não observados os requisitos necessários para acompanhamento, planejamento e desenvolvimento das atividades relacionadas ao estágio nas instituições de ensino” (2022, p. 183).

Outro autor que ressaltou isso é Marcelo Trevisan (2001), indicando na dissertação que os estágios contribuíram positivamente para a vivência da realidade empresarial, favorecendo a formação profissional e a maturidade pessoal dos participantes, o que é evidenciado pelo engajamento nas disciplinas e debates em sala de aula. Contudo, Trevisan (2001) destacou algumas dificuldades ressaltadas pelos pesquisados: ausência de treinamento, capacidade de conciliar os estudos e as atividades do curso; falta de oportunidade para expor as ideias e pressão exercida pelos superiores (2001, p. 65).

Nesse mesmo sentido, Maria Cristina Leandro de Paiva e Leide Dayana Pereira de Freitas Costa (2017) apontam que o Estágio não Obrigatório representa uma via de ingresso à prática docente, mas alertam para a falta de condições mínimas necessárias à profissionalização docente e à qualidade educacional para crianças pequenas. Destacam a falta de clareza nas atividades do estagiário não obrigatório, que muitas vezes desempenha um papel sem compreender completamente seu desenvolvimento profissional, diferenciando-o do estagiário obrigatório, considerado um aprendiz em formação.

Encontramos, na dissertação de Felipe de Lima Silva (2022), aspectos positivos do Estágio não Obrigatório, caracterizando-o como uma atividade cidadã adicionada à carga horária do curso, sendo uma prática significativa para aproximar os futuros profissionais do campo de trabalho e integrar a teoria com a prática durante a formação. Na mesma linha, Clarissa Tochetto de Oliveira, Anelise Schaurich dos Santos e Ana Cristina Garcia Dias (2016) revelaram que os alunos reconhecem a necessidade de buscar conhecimentos e oportunidades para complementar sua formação, envolvendo-se em trabalho voluntário, projetos de pesquisa, extensão e estágios. As autoras argumentam que esse envolvimento gera um sentimento de pertencimento à futura categoria profissional, promovendo a identificação do estudante com o curso e reforçando a necessidade de concluir a graduação para atuar na profissão escolhida (Oliveira; Santos; Dias, 2016, p. 867).

Percebe-se que esses estudos abordaram a importância de o estágio se constituir em oportunidade para os estudantes conhecerem, na prática, os conhecimentos adquiridos em sala de aula, contribuindo significativamente para o desenvolvimento de habilidades e competências essenciais para o processo de formação. Além disso, destacam a dimensão do estágio como uma experiência enriquecedora, permitindo aos estudantes uma visão mais abrangente de suas áreas de formação, seja na profissão docente ou outras. Mesmo assim, é possível identificar que os autores destacam alguns problemas que ainda se encontram presentes na realização de Estágio não Obrigatório.

A concessão de bolsas para estagiários é outro aspecto que se ressaltou com frequência nos trabalhos analisados, apontando para a relevância do estágio como uma fonte de auxílio financeiro para os estudantes. Henrique da Rocha Veloso, Thalia Rhaney Silva de Oliveira, Jusinei Meireles Stropa e Geremias Dourado da Cunha (2022) mostram que o valor recebido pelos alunos residentes durante o Programa Residência Pedagógica durante as aulas remotas devido à pandemia do Coronavírus contribui para um melhor desempenho no projeto, além de promover uma maior comunicação entre a Instituição de Ensino Superior e a escola campo. Maria Rosane Soares Pereira (2010) também destacou sobre o valor da bolsa, dizendo que observou que o Estágio não Obrigatório acarreta impacto positivo na autoestima dos jovens, pois, com o valor recebido pela bolsa, cobriam algumas despesas pessoais (2010, p. 133). No entanto, a autora ressalta a necessidade de fortalecimento de ações governamentais para a juventude, visando a reduzir situações de risco, subemprego disfarçado como estágio, desemprego e trabalhos precarizados.

Outro ponto que merece destaque, por ter sido encontrado com frequência nos trabalhos, é a crítica em relação ao estágio como uma via de exploração do estagiário e a substituição do trabalhador formal, ressaltando que o Estágio não Obrigatório deve ser formativo e não utilizado para suprir demandas de profissionais formais, como é o caso do artigo de Angelita Carvalho de Oliveira de Freitas, Márcia Helena Sauaia Guimarães Rostas e Rafael Montoito Teixeira (2020), que apresenta uma análise inicial sobre estágios remunerados, visando a discutir sua caracterização e a relação entre ato educativo e trabalho precarizado. A pesquisa, realizada por meio de questionários com seis estagiários do setor de manutenção de redes e computadores do IFSul - Campus Pelotas, indica indícios de precarização e

exploração de mão de obra, sugerindo que, nesse contexto, o estágio perde sua função pedagógica.

Nessa mesma linha de identificação, encontramos a dissertação de Maria Letícia Neves (2019), que investigou o Estágio não Obrigatório como um dos elementos de (des)valorização da carreira docente e atratividade para os cursos que conduzem à docência, especificamente o curso de Pedagogia. A partir da pesquisa em quatro redes municipais de Educação da Microrregião de Irati-Paraná, Neves (2019) destacou que a flexibilização nas leis trabalhistas favorece a contratação de estagiários em detrimento de profissionais habilitados, resultando em uma desvalorização da carreira docente. Ela conclui que o estágio, se mais bem problematizado como um ato educativo, poderia ser um mecanismo de atratividade para os cursos de Pedagogia (Neves, 2019, p. 143).

A Dissertação de Mariana Prado Guaragni (2016) analisou as relações de trabalho e condições laborais dos estudantes/estagiários da Educação Infantil em Guarapuava-PR e como esses fatores influenciam sua prática pedagógica. A autora destacou que o estágio remunerado, situado entre a esfera educativa e laboral, enfrenta conflitos de perspectivas, sendo caracterizado por flexibilidade e precariedade, sem direitos trabalhistas. Guaragni (2016) conclui que o estágio remunerado é uma atividade de trabalho flexível e explorada, impactando negativamente nas práticas pedagógicas, enfatizando o saber tácito e não contribuindo significativamente para a formação docente, manifestando-se em atividades rotineiras e fragmentadas (Guaragni, 2016).

Ressalta-se também o trabalho de Jaqueline Cristina Romero Gonzaga, Josiane Silva de Oliveira e Priscilla Borgonhoni Chagas (2015), que aborda as representações sociais dos estudantes de Administração da UEM em relação ao Estágio não Obrigatório. As autoras indicaram que o estágio em Administração é representado pelos acadêmicos como uma forma de ingressar rapidamente no mercado de trabalho, embora destaquem a baixa remuneração e a precarização em algumas situações.

Na mesma linha dessas discussões, destaca-se um outro artigo de Ângela Maria Silveira Portelinha, escrito juntamente com Berenice Lurdes Borssoi e Egeslaine de Nez (2022), em que abordam o Estágio não Obrigatório remunerado como uma experiência profissional e fonte de renda para estudantes de Pedagogia, em um

contexto de escassez de vagas de trabalho formal. As autoras investigaram as práticas desenvolvidas pelos estagiários vinculados aos cursos de pedagogia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), identificando que algumas ações se configuram como trabalho docente. Elas abordam que a contratação de estagiários para substituir professores formados em diferentes áreas é uma prática significativa nos estágios remunerados relacionados ao curso de pedagogia (Portelinha; Borssoi; Nez, 2022, p. 717).

Essa realidade também foi denunciada por Maria Cristina Leandro de Paiva e Leide Dayana Pereira de Freitas Costa (2017), que problematizam que o cenário da realização de estágio apresenta situações dissonantes e conflitantes, “na medida em que, em muitos municípios, as secretarias estão contratando estagiários para assumirem a função de auxiliares de turma, ao invés de arcarem com a contratação/seleção de professores” (2017, p. 115).

Outra constatação recorrente nas pesquisas é a verificação das fragilidades presentes no processo de acompanhamento do estágio, indicado pelos autores como necessidade de aprimoramento para melhor eficácia. Podemos indicar a dissertação de Mariceia Machry de 2014, que examinou a importância do estágio, o processo de acompanhamento, sugestões de melhorias e a avaliação do setor Unisinos Carreiras, incluindo o novo sistema de estágios. Nessa pesquisa, a autora destacou a necessidade de um acompanhamento mais aprofundado devido à superficialidade causada pelo grande número de alunos em estágio. A partir do reconhecimento do Estágio não Obrigatório como uma valiosa oportunidade de aprendizado, enfatiza o papel dos professores em oferecer apoio para efetivar o processo de ensino e aprendizagem ressaltando ainda a importância de um acompanhamento efetivo pela instituição, professores orientadores e Coordenações de Curso para valorizar as experiências dos alunos e estabelecer um processo consistente de acompanhamento do Estágio não Obrigatório pelos cursos.

Nessa mesma discussão, encontramos a dissertação de Elaine Leite Araujo Silva, de 2016, que buscou analisar o processo do Estágio não Obrigatório à luz de normas e regulamentos das Comissões de Orientação de Estágios (COEs) dos cursos de graduação. Como resultado, a pesquisa identificou desafios enfrentados por professores orientadores, Coordenadores de Curso e membros das COEs, que dificultam ou inviabilizam o acompanhamento efetivo do Estágio não Obrigatório na

UFJF. Sobre isso, Teresinha Pereira da Rocha (2018) também mostra que o estágio supervisionado não obrigatório é parte da formação profissional de muitos alunos de graduação e requer acompanhamento por parte dos professores orientadores, e enfatiza a importância das informações desse acompanhamento para decisões no âmbito do curso. Assim, procurou estabelecer um fluxo informacional para o acompanhamento do estágio supervisionado não obrigatório, inserindo-o no contexto de uma Política da Informação.

E, por último, destacamos o trabalho de Jaqueline Lavall e Júlia Elisabete Barden (2014), que ressaltaram as contribuições positivas do Estágio não Obrigatório para a formação acadêmica e profissional, contudo, apontam um descontentamento em relação à supervisão realizada pela Univates, sugerindo isso como uma possibilidade de melhoria para a instituição.

Além desses aspectos mostrados, há estudos que reconhecem desafios e fragilidades associados ao desenvolvimento dos estágios, como a falta de clareza nas atividades do estagiário, a precarização em algumas situações, a necessidade de aprimoramento na gestão do estágio e a importância de uma relação mais integrada entre teoria e prática.

Sobre isso, Teresinha Pereira da Rocha (2017), ao analisar o comportamento informacional dos alunos de Pedagogia presencial, evidenciando as necessidades de informação sobre o Estágio não Obrigatório e as fontes de busca utilizadas, identificou que as lacunas de informação, em sua maioria, concentram-se no desconhecimento dos papéis dos orientadores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, dos supervisores no campo de estágio e das atividades pertinentes aos estagiários. Nesse sentido, as estratégias consideradas mais eficientes para suprir as lacunas foram os colegas e a coordenação do curso. Os resultados da pesquisa apontam a importância de fortalecer um canal de informações institucional com os alunos para esclarecimentos sobre o tema. Por isso, Rocha (2017) sugere que a coordenação do curso reforce a disponibilidade de informações aos estudantes e que seja elaborado um material informacional eletrônico, específico da coordenação, distribuído no início dos semestres e disponível nos canais de contato com os alunos, assim, “informados, os alunos podem viver a experiência de Estágio não Obrigatório com menos incertezas, favorecendo as relações com as instituições concedentes.” (Rocha, 2017, p. 112).

Marcelo Trevisan (2001) buscou identificar os resultados dos estágios extracurriculares na formação profissional de acadêmicos e egressos do curso de Administração na Universidade Federal de Santa Maria e destacou desafios mencionados pelos participantes, como a falta de treinamento, a dificuldade de conciliar estudos e atividades do curso, a escassez de oportunidades para expressar ideias e a pressão exercida pelos superiores. Além disso, o autor fez recomendações apontadas também por outros autores sobre a importância do acompanhamento, orientações e supervisão dos estágios extracurriculares, sugerindo que a UFSM implemente medidas para aprimorar essas práticas (Trevisan, 2001, p. 65). Já Suiane dos Santos (2018) compartilha sua própria experiência de estágio, motivada pela urgência de contratar professores na Educação Básica em Nossa Senhora do Socorro (SE). A autora argumenta que, devido à falta de tempo para concursos públicos, a prefeitura contratou estagiários de diferentes faculdades de forma paliativa, muitos sem formação em Pedagogia. Desta forma, Santos descreve a rápida implementação desse processo para atuar em creches e escolas de ensino fundamental.

A tese de Laine Cristina Forati de Alencar (2020) analisa a contratação de alunas de Pedagogia para estágios extracurriculares em escolas municipais, com ênfase no acompanhamento de alunos da educação especial. Ela destaca a falta de direcionamento que reconheça os estágios como necessários para a formação de profissionais críticos e reflexivos, propondo a integração das experiências observadas nos estágios nas salas de aula para discussão e reflexão. Destaca ainda que a contratação de estagiárias sem apoio e condições de trabalho adequadas evidencia a inadequação das políticas de educação inclusiva, evidenciando a necessidade de estabelecer um trabalho de formação ou supervisão nos estágios baseado na constante problematização, construção e articulação do contexto social com as situações vivenciadas, enfatizando a colaboração entre estagiárias, professores e escola (Alencar, 2020, p. 136-137).

Há ainda estudos que oferecem uma análise crítica e comparativa entre o estágio obrigatório e o não obrigatório, destacando questões específicas relacionadas a sua implementação e a seu impacto. Essas análises contribuem para uma compreensão mais abrangente das dinâmicas e complexidades envolvidas nessas formas de estágio.

A problematização das questões relacionadas à Lei do Estágio também foi recorrente pelos pesquisadores, evidenciando não conformidades no cumprimento das determinações por parte dos contratantes e das Instituições de Ensino Superior (IES), especialmente no que diz respeito ao acompanhamento das atividades de estágio.

Nesse sentido, o trabalho de Maria Rosane Soares Pereira (2010) enfatiza a importância da Lei como instrumento de controle do estágio, visando a evitar práticas abusivas na contratação de mão de obra estudantil, destacando a necessidade de fiscalização efetiva por parte das instâncias governamentais nos programas de estágio não-obrigatório em empresas públicas e privadas (Pereira, 2010, p. 135).

O artigo de Fernanda Ribeiro Polzin e Marcio Luiz Bernardim, publicado em 2018, faz uma análise da história da legislação do estágio no Brasil e indica a importância das oportunidades de aprendizagem fora do ambiente escolar por desenvolver habilidades, adquirir conhecimentos práticos e obter renda, no entanto os autores argumentam a importância de serem respeitadas as normas e as condições do estudante, bem como a necessidade de aprimoramentos na sua utilização.

Houve ainda outras preocupações evidenciadas pelos autores, como a dissertação de Leide Dayana Pereira de Freitas Costa (2016), que discute a formação inicial de alunas de Pedagogia durante o Estágio não Obrigatório em uma instituição de Educação Infantil em Parnamirim, Rio Grande do Norte. Utilizando a metáfora da pintura, a pesquisa visou a entender a contribuição do Estágio não Obrigatório no percurso formativo dessas alunas. Nessa pesquisa, a autora destaca diversos elementos do cenário do Estágio não Obrigatório, incluindo o elevado número de contratos, o interesse das estagiárias como um caminho para a formação, a escassez de debate nas pesquisas educacionais sobre o tema, a falta de momentos direcionados para estudos entre estagiárias e seus pares, a ausência de acompanhamento das coordenações dos cursos de Pedagogia, a desatenção da Secretaria de Educação na condução do estágio concernente ao fomento de atividades e a falta de ações integradas entre estagiárias, professoras, coordenação e gestão da escola, como em planejamentos e reuniões pedagógicas (Costa, 2016, p. 156).

Já Gabriela Pagano Vieira (2019) explorou as concepções de estudantes universitários sobre o estágio extracurricular e sua relação com o desenvolvimento do

projeto de vida. A autora reflete sobre o termo a "adulterez emergente", fase pós-adolescência, indicando que esse período é propício para estudar o projeto de vida, especialmente na esfera profissional. Os resultados destacam que, quando o estágio extracurricular oferece oportunidades de aprendizagem, os estagiários têm experiências positivas, adquirindo conhecimento prático e contribuindo para a construção de seus projetos profissionais. Vieira (2019) ressaltou ainda a relação mútua entre o projeto de vida e o estágio extracurricular, influenciando o desenvolvimento da identidade, a autopercepção como adultos e a tomada de decisões, principalmente em relação ao projeto de vida relacionado ao trabalho (Vieira, 2019, p. 8).

Alguns trabalhos indicaram ainda a necessidade de aprofundamento nos estudos envolvendo o Estágio não Obrigatório como apontado pelos autores: Fernanda Roda de Souza Araújo Cassundé, Maurício Vitor Souza Oliveira, Maria Tereza Caldas Alencar, Nilson Fernando Marcos Rodrigues e Elias Eduardo Damasceno Rodrigues (2017), que afirmaram que há fragilidade nos estudos referentes ao estágio na área no Brasil, mesmo com a importância que o estágio possui, "a discussão teórica sobre estágio, do ponto de vista pedagógico, é frágil e pouco profícua, significativamente recente, e sem avanços expressivos para a área" (2017, p. 594).

Para finalizar esta seção, cabe destacar que, ao revisar os trabalhos de outros pesquisadores, percebe-se que o Estágio não Obrigatório apresenta diversas faces que demandam compreensão e aprofundamento. Diante disso, considerando o foco da tese na análise do Estágio não Obrigatório realizado na IES-UEPG por estudantes, nota-se que apenas a dissertação de Moreira (2017) e os artigos dela derivados (Moreira; Pontes, 2017a, 2017b, 2018), que buscam analisar as contribuições do estágio realizado na Universidade Federal da Paraíba para a formação de estudantes de Pedagogia, aproximam-se do objetivo delineado para esta pesquisa.

Assim, apesar da relevância das pesquisas apresentadas, poucas abordam diretamente a problemática proposta para esta tese, ressaltando a importância desta investigação específica, o que torna esta pesquisa importante não para esgotar, mas para contribuir para a compreensão mais aprofundada sobre o Estágio não Obrigatório.

1.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA E A OFERTA DE ESTÁGIO

Após o mapeamento da produção apresentado, mostra-se importante evidenciar o campo da pesquisa, qual seja, a Universidade Estadual de Ponta Grossa. Localizada na região centro sul do Paraná, a Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG - foi fundada em 1970, pelo governo do Estado do Paraná através da Lei nº 6.034, de 6 de novembro de 1969, e pelo Decreto nº 18.111, de 28 de janeiro de 1970.

Abrangendo 22 municípios em sua área de influência, ela possui atualmente dois *Campi* em Ponta Grossa, um localizado na Praça Santos Andrade, nº 1 e o outro na Avenida Carlos Cavalcanti, nº 4.748, um em Telêmaco Borba e extensões em outras cidades (UEPG, 2023).

A UEPG, assim como as outras seis universidades estaduais do Paraná, está sob a responsabilidade administrativa da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), a qual foi criada em 1987 nos termos da Lei nº 8.485, de 3 de junho de 1987, e mais recentemente alterada pela Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, possuindo como atribuições “coordenar, implementar e executar políticas e diretrizes nas áreas da Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior que possam contribuir com o desenvolvimento da sociedade paranaense” (Paraná, 2023).

Atualmente, além dos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* (que oferece especializações EaD, Presenciais e Residências) e *Stricto Sensu* (que oferece mestrados acadêmicos, mestrados profissionais e doutorados), conta com 37 cursos de graduação presenciais¹⁰.

Compõem o quadro de profissionais dentro da Universidade trabalhadores que ingressam por meio de: concurso público (Agente Universitário, Professor não titular, Professor titular e Técnico-Administrativo), teste seletivo (agente CRES -

¹⁰ Os cursos oferecidos são: Administração; Administração e Comércio Exterior; Agronomia; Bacharelado em Ciências Biológicas; Bacharelado em Educação Física; Bacharelado em Física; Bacharelado em Geografia; Bacharelado em História; Bacharelado em Matemática Aplicada; Bacharelado em Química Tecnológica; Ciências Contábeis; Ciências Econômicas; Direito; Enfermagem; Engenharia Civil; Engenharia de Alimentos; Engenharia de Computação; Engenharia de Materiais; Engenharia de Software; Farmácia; Jornalismo; Licenciatura em Artes Visuais; Licenciatura em Ciências Biológicas; Licenciatura em Educação Física; Licenciatura em Física; Licenciatura em Geografia; Licenciatura em História; Licenciatura em Letras; Licenciatura em Matemática; Licenciatura em Música; Licenciatura em Química; Medicina; Odontologia; Pedagogia; Serviço Social; Turismo e Zootecnia.

Contrato em Regime Especial e Professor Colaborador), e há ainda os contratos de Estágio não Obrigatório, firmados com estudantes.

As vagas para os trabalhadores são disponibilizadas no portal da Universidade, inclusive as de Estágio não Obrigatório com um ícone que direciona para a página da Central de estágios do Governo do Estado do Paraná¹¹, onde as vagas de estágio, obrigatório e Estágio não Obrigatório, são lançadas e administradas pelos órgãos contratantes.

A Divisão de Estágio do Paraná, é responsável pelo relacionamento entre a comunidade estudantil de ensino médio regular, médio profissional, técnico subsequente, superior e pós graduação, instituições de ensino públicas e privadas, e os Órgãos da Administração Direta ou das entidades autárquicas e fundacionais integrantes do Poder Executivo Estadual, incluindo as Instituições Estaduais de Ensino Superior - IEES, de acordo com *Inciso XV, do Art. 13, do Decreto nº 3888, de 21 de Janeiro de 2020*, que trata do Regulamento da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência (Paraná, *on-line*).

Além de ser o meio de divulgação e cadastramento de vagas de estágio, a Central de Estágio do Paraná evidencia que seu papel é também de orientar sobre as principais normas que regulamentam o estágio, bem como os direitos e deveres dos estagiários, as atribuições e responsabilidades dos servidores/supervisores (Paraná, *on-line*).

O Decreto nº 5283, de julho de 2020, que regulamenta o estágio nos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, incluindo as Instituições Estaduais de Ensino Superior, trata sobre o meio de divulgação de estágio e de cadastramento por parte dos estudantes, caso tenham interesse. Isso está indicado no Art. 25, que esclarece que compete à divisão de estágio o gerenciamento da Central de Estágio, bem como manter atualizado o banco de dados, as informações e matérias para ciência das Unidades de “Recursos Humanos dos órgãos da Administração Direta ou das entidades autárquicas e fundacionais integrantes do Poder Executivo Estadual, incluindo as Instituições Estaduais de Ensino Superior, junto ao sistema Central de Estágio” (Paraná, *on-line*).

Ainda, segundo o Decreto nº 5283, no art. 29, compete às Unidades de Recursos Humanos lançar e divulgar a oferta da vaga de estágio, no sistema Central de Estágio, pelo período mínimo de 03 (três) dias.

¹¹ Link da central de estágio: <https://www.centraldeestagio.pr.gov.br/>

É importante destacar que as disposições indicadas no Decreto nº 5283 foram confirmadas em entrevista com um dos sujeitos da pesquisa, o qual confirmou a relação entre a Universidade e a Central de Estágios. Disse o responsável: “a gente trabalha com a Central de estágio, aí lá eles fazem um cadastro e são ofertadas várias vagas, eles vão conforme o ensino superior deles, né. Se candidatam, e, se chamados, fazem a entrevista e começam a estagiar” (Responsável).

Sobre o processo de seleção dos estagiários, o Decreto nº 5283 de 29 de julho de 2020, indica no Art. 24 que a seleção do estudante será

[...] realizada pela Parte Concedente que ofertar a vaga e deverá observar o princípio da impessoalidade, podendo o processo seletivo constituir-se de prova objetiva, discursiva, prática, análise de currículo ou entrevista, de forma conjugada ou isoladamente. (Paraná, 2020).

Os dados da pesquisa indicam que a procura por estágios na IES pesquisada ocorre conforme a demanda de ofertas e a respectiva procura, a qual ocorre de maneira diferenciada conforme a área ofertada, não havendo possibilidade de quantificar exatamente a relação entre as variáveis apontadas. Em suas palavras,

Então, eu tenho acesso aqui às ofertas de estágio e tenho acesso a quem são os candidatos. Então assim, depende muito. Tem ofertas que tem bastante candidatos, tipo uns 20, e tem outras que têm uns 5 candidatos. Então é bem variável mesmo. Eu não posso dizer um número exato porque é bem variável mesmo. (Responsável, 2022).

A fala indica que os estudantes buscam vaga de estágios não obrigatórios na Universidade, e o número de alunos é bastante variado.

Ao contextualizar a Universidade Estadual de Ponta Grossa e a oferta de Estágio não Obrigatório, é possível inferir que a instituição segue a regulamentação específica do estágio, conforme estabelecido pelo Decreto nº 5283 de 2020, que orienta a gestão e a oferta. No entanto, é importante destacar que a UEPG não se desvincula da lógica que rege a oferta de vagas no setor privado. Assim como o setor privado, o setor público tem utilizado a estratégia de estágios não obrigatórios como uma forma de ocupar postos de trabalho, muitas vezes sem a devida articulação com a formação do estudante.

No levantamento da produção acadêmica, foram identificados trabalhos que abordam a temática, apontando a crítica à realização do estágio como uma via de exploração do estagiário e a substituição do trabalhador formal, ressaltando que o Estágio não Obrigatório deve ser formativo e não utilizado para suprir demandas de

profissionais formais (Freitas; Rostas; Teixeira, 2020), (Neves, 2019), (Guaragni, 2016), (Gonzaga; Oliveira; Chagas, 2015), (Portelinha; Borssoi; Nez, 2022), (Pretto; Portelinha, 2022), (Paiva; Costa, 2017).

Em que pese o Estágio não Obrigatório ser visto como uma oportunidade para a formação profissional, as discussões apontam que essa atividade está inserida em um contexto de precarização das relações de trabalho, tanto no setor privado quanto no público. Assim, a UEPG, ao seguir a regulamentação específica do estágio, deveria estar atenta a essas dinâmicas e visando a garantir que a experiência se torne enriquecedora e formativa para os estudantes, evitando que se torne uma mera estratégia de ocupação de postos de trabalho.

Essa relação entre o Estágio não Obrigatório e o mundo do trabalho será analisada no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2 - RELAÇÕES ENTRE O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO E O TRABALHO NO CONTEXTO DO CAPITALISMO

A questão central deste capítulo é o trabalho e, a partir dele, evidenciamos algumas das formas que ele foi ganhando na sociedade e identificando onde localizamos o Estágio não Obrigatório nessas configurações de sociedade.

O trabalho foi essencial no desenvolvimento da constituição do ser social e é por meio dele que, ao interferir na natureza, foram criadas as condições básicas para a sobrevivência individual e coletiva, além de se criarem novas necessidades que resultaram no avanço de instrumentos e outros modos para a vida em sociedade. Nessa perspectiva, o trabalho se constitui fator essencial para a constituição do ser social.

Desde a pré-história até os dias atuais, inúmeras transformações ocorreram nos seres humanos e no meio em que vivemos. Não é objetivo do presente capítulo fazer uma discussão sobre como os homens e mulheres agiram sobre a natureza, constituíram grupos sociais e organizaram a sociedade. Contudo, é importante destacar que a propriedade privada foi fundamental para a organização de grupos sociais e para a sua divisão em classes.

Identificamos, na atual forma de sociabilidade, um projeto de sociedade marcado pela divisão de classes e manutenção da organização capitalista. Santos (2019, p. 13) entende que “[...] a pobreza não apenas é resultado de construção social e histórica, mas que faz parte de um projeto de sociedade que necessita da miséria para se sustentar e perpetuar sua lógica”.

No contexto brasileiro, o trabalho e a situação dos jovens estão profundamente influenciados pelas dinâmicas de classes e pela estrutura capitalista, que perpetuam desigualdades sociais e econômicas que, como mencionado por Santos (2019), necessita da manutenção de uma classe trabalhadora empobrecida para sustentar a estrutura econômica vigente.

Os jovens enfrentam desafios significativos para se inserir no mercado de trabalho, e a desigualdade no acesso à educação de qualidade também afeta as oportunidades de trabalho. Aqueles que não conseguem acessar ou concluir uma educação superior de qualidade muitas vezes ficam limitados a empregos de baixa remuneração e a poucas perspectivas de crescimento.

Para os jovens da classe trabalhadora que estão em processo formativo em escolas e Instituições de Ensino Superior, o Estágio não Obrigatório emerge como uma oportunidade para a aquisição de experiência prática e possibilidade de renda durante o processo formativo, visualizado também como uma ponte entre a educação e o mercado de trabalho.

O Estágio não Obrigatório não é (legalmente) considerado trabalho¹², mas sua forma de organização possui características semelhantes àquelas da atividade denominada trabalho e merece ser entendido dentro da organização social.

A contratação de estagiário, quando não considera os dispositivos da Legislação, abarca uma série de prejuízos para os trabalhadores, visto que, segundo Capone (2010, p. 66),

Um desses prejuízos é a supressão dos postos de trabalho formais com a contratação de estagiários, que não passam de mão-de-obra barata e que exercem as mesmas atividades que um obreiro regido pela CLT, com a vantagem de não se ter de pagar os pesados encargos sociais a aqueles. A consequência lógica para a supressão dos postos formais de trabalho é o aumento desenfreado do desemprego.

Nesse sentido, o presente capítulo começa abordando alguns elementos importantes presentes nos documentos normativos referentes ao Estágio não Obrigatório. Em seguida, apresenta reflexões sobre o trabalho e suas diferentes formas, de forma a situar a modalidade de Estágio não Obrigatório no debate.

2.1 ANÁLISE DOS DOCUMENTOS NORMATIVOS E A CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

O estágio esteve e ainda se faz presente durante o processo formativo de muitas pessoas e atualmente, no Brasil, é regulamentado pela Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008. No ensino superior, essa modalidade de estágio é, também, regulamentada pelo Decreto nº 5283, de 29 de julho de 2020.

Segundo a Lei, o conceito de estágio é expresso como

¹² A Lei nº 11.788 de 2008 em seu Art. 3º prevê que, se cumpridos os requisitos de matrícula e frequência do educando; celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino; e compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso, a atividade não cria vínculo empregatício de qualquer natureza.

um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. (Brasil, 2008)

Anterior à Lei nº 11.788/08, o estágio foi compreendido de diferentes formas ao longo da história, o qual passou de uma simples atividade de acompanhamento prático a um mestre na Idade Média, para uma atividade curricular prática nos cursos ofertados pelas Instituições de ensino da atualidade (Colombo; Ballão, 2014, p. 172). Analisar a Legislação desde a sua institucionalização nos permite visualizar as transformações que foram ocorrendo ao longo do tempo e inferir os avanços que o estágio alcançou e os limites que ainda possui.

Colombo e Ballão (2014) realizaram um histórico e aplicação da legislação do estágio no Brasil e mostram que o termo “estágio” desde o primeiro aparecimento sempre esteve vinculado ao processo de aprendizagem colocado em prática em determinado local e com supervisão.

Os autores buscaram identificar os primeiros aparecimentos do termo “estágio”. A partir do Dicionário Houaiss da língua portuguesa, apontaram o ano de 1080 como o ano em que ele foi citado pela primeira vez, definido em latim medieval como *stagium*, que significava residência ou local para morar. Este, por sua vez, foi originado do latim clássico *stare*, que significava “estar num lugar”.

Segundo os autores, o termo *stage* apareceu posteriormente na literatura, no ano de 1630 em francês antigo, referindo-se ao período transitório de treinamento de um sacerdote para o exercício de seu mister, ou seja, era o período em que o padre deveria residir na igreja antes de assumir seus direitos por completo. Daí também “[...] deriva o termo ‘residência’, usado para indicar o estágio ou tempo de tirocínio (prática ou noviciado) para a profissionalização médica” (Colombo; Ballão, 2014, p. 172).

As mudanças no entendimento e definições do estágio no Brasil foram acompanhadas pela evolução da legislação educacional, e os debates recentes em torno de uma nova legislação sobre estágio que ocorreram “[...] no Congresso Nacional Brasileiro, a partir da primeira década do século XXI, demonstraram a existência de um confronto entre aqueles que defendiam o estágio com foco no interesse da escola e os que focavam o interesse das empresas” (Colombo; Ballão, 2014, p. 172).

Algumas regulamentações históricas do estágio a partir da década de 1940 também foram estudadas por Rocha (2018) e, partindo do estudo dessa autora, complementamos e organizamos o Quadro a seguir:

Quadro 2 - Resumo das regulamentações sobre o Estágio não Obrigatório (1942-2008)

ANO	LEGISLAÇÃO	PRINCIPAIS DISPOSIÇÕES
1942	Lei nº 4.073 Lei Orgânica do Ensino Industrial	Estabelece as bases de organização e de regime do ensino industrial, permitindo o estágio obrigatório e não obrigatório para o nível de 2º grau.
1967	Portaria nº 1.002 de 29 de setembro de 1967	Institui nas empresas a categoria de estagiário, permitindo estágio para alunos de Faculdade e Escolas Técnicas.
1969	Criação do Instituto Euvaldo Lodi	Criado por iniciativa do Sistema Federação das Indústrias do Estado do Pará com a finalidade de promover maior interlocução e aproximação entre os centros de conhecimento e as empresas.
1970	Decreto nº 66.546 Projeto Integração	Implementa programas de estágios práticos remunerados para estudantes do ensino superior, de áreas consideradas prioritárias, sobretudo engenharia, tecnologia, economia e administração.
1971	Lei nº 5.692 de 1971-LDB	Lei de Diretrizes e Bases para o ensino de primeiro e segundo grau.
1975	Decreto nº 75.778	Dispõe sobre o estágio de estudantes de estabelecimento de ensino superior e de ensino profissionalizante de 2º grau, no Serviço Público Federal, e dá outras providências.
1977	Lei nº 6.494 Lei do Estágio	Dispõe sobre os estágios obrigatórios e não obrigatórios de estudantes de estabelecimentos de Ensino Superior e de ensino profissionalizante de segundo grau e supletivo bem como de escolas de educação especial.
1982	Decreto nº 87.497	Regulamenta a lei 6.494/77, adotando a denominação de estágio curricular.
1994	Lei nº 8.859	Modifica dispositivos da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, estendendo aos alunos de ensino especial o direito à participação em atividades de estágio.
2004	Resolução Conselho Nacional de Educação CNE/CEB nº 1	Define que toda e qualquer atividade de estágio, obrigatório e não obrigatório, será sempre curricular e supervisionado.
2008	Lei nº 11.788 Lei do Estágio	Estabelece que o estágio, seja obrigatório ou não obrigatório, deve estar vinculado ao projeto pedagógico do curso e ser supervisionado, portanto todo estágio é curricular e supervisionado.
2020	Decreto nº 5283 de 29 de julho de 2020	Regulamenta o estágio nos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, incluindo as Instituições Estaduais de Ensino Superior.

Fonte: Dados da pesquisa de Rocha (2018, p. 29) complementados pela autora (2023).

A partir da síntese das Legislações organizada por Rocha (2018) e que complementamos com a instituição do Instituto Euvaldo Lodi (1969), a Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971, o Decreto nº 75.778 de 26 de maio de 1975, a Lei nº 8.859 de 23 de março de 1994 e o Decreto nº 5283 de 29 de julho de 2020, entendemos que

analisá-las nos possibilita visualizar os avanços e limites das regulamentações atuais do estágio e ressaltamos que

A aplicação da norma legal, o conhecimento de suas implicações e a gestão adequada do estágio, por parte das instituições educacionais, ajudará a evitar que esta atividade curricular se torne uma forma de precarização nas relações de trabalho. Portanto, na palavra 'estágio' deve estar implícita a questão educativa, mas se observarmos o cotidiano e as antigas brechas legais, muitas vezes o termo representa trabalho precário. (Colombo; Ballão, 2014, p. 173).

Iniciamos com a primeira regulamentação elencada no quadro, o **decreto Lei nº 4.073 de 30 de janeiro de 1942**, que estabeleceu as bases de organização e de regime do ensino industrial para o grau secundário, destinado à preparação profissional dos trabalhadores da indústria e das atividades artesanais, e ainda dos trabalhadores dos transportes, das comunicações e da pesca. Esse decreto Lei definiu o estágio como um período de trabalho desenvolvido pelo estudante em uma indústria com o controle das atividades realizadas por um professor.

No Decreto Lei nº 4.073 de 1942, encontramos a definição do conceito de ensino industrial, sendo elencados como necessário atender, entre outras questões, os interesses do trabalhador no sentido de realizar sua preparação profissional e formação humana e os interesses das empresas, de acordo com as necessidades crescente e mutáveis, indicando ainda a adequada e suficiente mão de obra.

E sobre os estágios encontra-se previsto apenas no Art. 48, em que denomina o estágio como um período de trabalho, realizado por aluno, sob o controle da competente autoridade docente, em estabelecimento industrial. Indica também a necessidade de articulação da direção dos estabelecimentos de ensino com os estabelecimentos industriais cujo trabalho se relacione com os cursos desenvolvidos pelos alunos, para o fim de assegurar a possibilidade de realização de estágios, sejam estes obrigatórios ou não obrigatórios.

A partir da análise deste mesmo decreto Lei (nº 4.073 de 1942), Colombo e Ballão apontam que “o estágio não cumpria seu papel no processo educativo por se aproximar muito de uma forma de se obter mão de obra de baixo custo, visto que não previa formalização entre a escola e a empresa, considerando esta atividade mero trabalho” (2014, p. 174). No mesmo sentido, Cesa (2007) esclarece que

Na verdade, a Lei Orgânica visava regulamentar a aprendizagem industrial recentemente imposta às indústrias, por meio da criação do SENAI, e faz parecer que usou o termo *estágio* com o proposto de diferenciar o aprendizado dos estudantes que não estavam matriculados nas escolas do SENAI nem trabalhavam nestas indústrias, mas que nelas praticavam os conhecimentos teóricos adquiridos em outras escolas técnicas (Cesa, 2007, p. 78).

A segunda regulamentação indicada é a **Portaria nº 1.002 de 29 de setembro de 1967**. Essa Portaria foi emitida em razão da urgente necessidade em criar condições que possibilitassem o entrosamento empresa-escola, visando à formação e ao aperfeiçoamento técnico-profissional. Para tanto, instituiu a categoria de estagiário a ser integrada por alunos oriundos das Faculdades ou Escolas Técnicas de nível colegial.

Segundo os dispositivos da referida Portaria, o estágio não acarretaria vinculação empregatícia, cabendo às empresas pagar a Bolsa apenas durante o período de estágio, mas o estágio precisava ser firmado com um contrato elencando a duração, carga horária, valor da bolsa de estágio e também um seguro contra acidentes pessoais. Nesse contexto, “o foco continuava no interesse das empresas, dando continuidade à política de estágio nascida com o Decreto-Lei nº 4.073/42” (Colombo; Ballão, 2014, p. 174).

O terceiro item indicado no quadro é o **Instituto Euvaldo Lodi (IEL) do Pará, que foi criado em 29 de janeiro de 1969**, por iniciativa do Sistema Federação das Indústrias do Estado do Pará apresentando como finalidade promover maior interlocução e aproximação entre os centros de conhecimento e as empresas.

A quarta regulamentação apresentada por Rocha é o **decreto nº 66.546 de 11 de maio de 1970**, que instituiu o estágio prático para estudantes de nível superior nas áreas prioritárias de engenharia, tecnologia, economia e administração, com a oportunidade de os estudantes se exercitarem no desempenho de tarefas relacionadas com as respectivas especialidades, ficando de fora

áreas importantes como saúde e educação, pois na época a diretriz desenvolvimentista do governo militar estava focada na administração de obras. Neste sentido, as palavras ‘estágios práticos’ induziam a um sentido de trabalho para algumas áreas consideradas desenvolvimentistas, em que havia deficiência de mão de obra preparada. Para as atividades de estágio foram previstas bolsas de estudos, tanto no setor público como no privado, com a previsão de que isso não significaria geração de vínculo empregatício. (Colombo; Ballão, 2014, p. 173).

Para além dos documentos indicados por Rocha (2018), é conveniente destacar a **Lei nº 5.692 de 1971**, visto que seus dispositivos impuseram o ensino profissionalizante em todas as escolas de 2º grau, indicando que as habilitações profissionais poderiam ser realizadas em regime de cooperação com as empresas. No entanto, segundo Colombo e Ballão (2014, p. 175), a oferta educacional proposta pela Lei nº 5692/71 ocorreu “de forma antidemocrática, burocratizada, sem o protagonismo da escola e menos ainda da comunidade escolar”, resultando em um “trabalho precário”, visto que o foco da oferta educacional estava centrado no interesse do setor produtivo. Em relação ao estágio, essa lei estabelecia, no Parágrafo único do art. 6º, que este não acarretaria às empresas “nenhum vínculo de emprego, mesmo que se remunere o aluno estagiário, e suas obrigações serão apenas as especificadas no convênio feito com o estabelecimento” (Brasil, 1971).

Outra regulamentação que apresentamos no quadro foi o **Decreto nº 75.778 de 26 de maio de 1975**, que regulamentou o estágio de estudantes do ensino superior e profissionalizante de 2º Grau no serviço público federal. O Art 2º destaca que o estágio somente poderá verificar-se em unidades que tenham condições de proporcionar experiência prática na linha de formação, devendo o estudante, para esse fim, estar frequentando um dos dois últimos períodos.

No Art. 3º do Decreto, é prevista a bolsa que se destina à complementação educacional e de prática profissional, e que o estágio deveria ser planejado e desenvolvido em harmonia com os programas escolares.

A sétima regulamentação elencada por Rocha (2018) é a **Lei 6.494, de 7 de dezembro de 1977**, que veio a ser regulamentada somente em **18 de agosto de 1982 pelo Decreto nº 87.497**. Esse decreto indicava que o estágio somente poderia ocorrer em unidades com condições de proporcionar experiência na linha de formação e devendo também o estudante estar em condições de estagiar. É destacado também que o estagiário poderia receber bolsa, contudo essa relação não criava vínculo empregatício.

O artigo Art. 3º da Lei aponta que a realização do estágio se efetivaria mediante termo de compromisso celebrado entre o estudante e a parte concedente, com a interveniência obrigatória da instituição de ensino. Segundo Andrade, “percebe-se que o Estágio Curricular foi regulamentado por legislação federal somente em

1977, de forma a exigir os subsídios necessários para uma formação técnica do profissional com maior qualidade” (2013, p. 59).

Após quase uma década sem mudanças na legislação, em 1994 foi prevista a inclusão de estudantes com deficiência nos estágios, conforme a Lei nº 8.859. Além disso, a Medida Provisória nº 1.952-24, de 2000, trouxe alteração permitindo a realização de estágio por estudantes matriculados no Ensino Médio não profissionalizante. Apesar disso, seis décadas de publicação de regulamentações sobre o Estágio não Obrigatório não foram suficientes para que ele, efetivamente, fosse considerado um elemento de formação plena do estudante, pois até o início da década de 2010 tivemos uma ideia fragmentária de estágio, presente de forma difusa nas políticas educacionais (Colombo; Ballão, 2014, p. 175).

A **Resolução CNE/CEB nº 1, de 21 de janeiro de 2004**, estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos. No Artigo 1º, inciso 1º, estabelece-se que “toda e qualquer atividade de estágio será sempre curricular e supervisionada, assumida intencionalmente pela Instituição de Ensino, configurando-se como um Ato Educativo”. É importante destacar que essa resolução aponta, pela primeira vez, de forma mais direta e explícita, a necessária orientação e supervisão do estágio por parte do estabelecimento de ensino, por profissional especialmente designado, respeitando-se a proporção exigida entre estagiários e orientador.

No artigo 5º, a Resolução CNE/CEB nº 1, de 21 de janeiro de 2004, apresenta que são modalidades de estágio curricular supervisionado a serem incluídas no projeto pedagógico da Instituição de Ensino e no planejamento curricular do curso, como ato educativo: “II - Estágio profissional não obrigatório, mas incluído no respectivo plano de curso, o que o torna obrigatório para os seus alunos, mantendo coerência com o perfil profissional de conclusão do curso”. O inciso 4º do Artigo 6º deixa claro que o estágio, ainda que remunerado, não gera vínculo empregatício. No entanto, seja o estagiário remunerado ou não, a Instituição de Ensino precisa fornecer seguro contra acidentes pessoais.

Essa resolução explicita ainda que é necessário termo de parceria entre instituição de ensino e a organização concedente; termo de compromisso de estágio; a carga horária de estágio ser compatível com a jornada escolar; período de recesso

quando o estágio tem duração igual ou maior que um ano; profissionais responsáveis pela orientação e supervisão dos estágios.

Chegamos à penúltima linha do quadro, a qual cita a lei que, mesmo após uma década e meia, ainda regulamenta o estágio obrigatório e o não obrigatório. A **Lei, sob o nº 11.788 de 25 de setembro de 2008**, define o estágio como ato educativo escolar supervisionado que precisa ser desenvolvido no ambiente de trabalho visando ao aprendizado, ao desenvolvimento para a vida cidadã e à preparação para o trabalho. Ou seja, a contratação de estagiário precisa ter o objetivo de propiciar ao estudante o aprendizado.

Ao estudá-la, vemos alguns avanços em relação às regras anteriores que apresentavam certas inadequações,

as quais propiciavam, sob o manto da palavra 'estágio', que as empresas driblassem a legislação trabalhista, desvinculassem a atividade dos interesses educacionais, e também que não fossem atribuídas à escola e nem ao setor econômico responsabilidades inerentes aos objetivos do estágio. (Colombo; Ballão, 2014, p. 176).

Assim como em outras regulamentações evidenciadas, essa Lei determina que nenhuma das modalidades de estágio cria vínculo empregatício se seguidos os requisitos dispostos na Lei, caso contrário vale lembrar que implica a criação do vínculo para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária, e a instituição que reincidir na irregularidade fica impedida de receber estagiário por dois anos. Os requisitos são: matrícula e frequência do estudante na instituição de ensino; celebração do termo de compromisso de estágio (entre estudante, parte concedente de estágio e instituição de ensino); e compatibilidade entre as atividades previstas no termo de compromisso e as desenvolvidas no estágio. Indica ainda que o educando pode inscrever-se e contribuir como segurado facultativo do Regime Geral de Previdência Social (Brasil, 2008).

Sobre o termo de compromisso, no artigo 7º, são dispostas as obrigações das instituições de ensino em relação aos estágios, e o inciso I aponta que, quando o estudante for absoluta ou relativamente incapaz, o termo precisa ser celebrado com seu representante ou assistente legal.

Sobre a compatibilidade entre as atividades previstas no termo de compromisso e as desenvolvidas, infelizmente é muito comum que, na prática, alguns contratantes de estagiários desvirtuem o real caráter do estágio, indicando ao

estagiário a realização de atividades que não possuem relação com seu curso ou que não são de sua competência.

A Lei determina que o estágio deve ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por um supervisor da parte concedente do estágio, e isso se comprova pelos vistos nos relatórios das atividades.

Encontramos explícito também que a contratação de seguro de acidentes pessoais é obrigatória pela empresa concedente quando o estágio for ou não obrigatório.

Essa Lei apresenta outra novidade em relação às anteriores, indicando a limitação de carga horária de estágio e a redução dela em período de avaliações para garantir o bom desempenho do estudante. A comunicação das datas de realização das avaliações é uma atribuição da Instituição de ensino.

Ainda, a duração de estágio não pode exceder 2 anos na mesma instituição concedente, com exceção de estagiários com deficiência, e a jornada de estágio está prevista no Art. 10, não podendo ultrapassar:

I – 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos;

II – 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

§ 1º O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino. (Brasil, 2008).

Ao realizar o estágio por um ano ou mais, o estagiário tem o direito de recesso por 30 dias e, se houver recebimento de bolsa, esse período também deve ser remunerado. Sobre a bolsa, o art. 12 prevê que o estudante poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de Estágio não Obrigatório. Essa é uma lacuna que destacamos nessa Lei, pois, ao não estabelecer valor mínimo para bolsa de estágio, abre possibilidade para contratos de estágio que visem à exploração da força de trabalho por meio de contratação de mão de obra barata.

Nesse sentido, é válido lembrar que a contratação de estagiário não deve ser uma forma de fraudar o contrato de emprego,

É de conhecimento doutrinário e jurisprudencial que o estágio profissional ou curricular tem sido instrumento generalizado de fraude aos direitos trabalhistas e previdenciários no ordenamento jurídico brasileiro. Não raro encobre verdadeiros contratos de trabalho, não só pelo concurso doloso dos sujeitos cedentes, enganados pelos agentes de integração, que nada mais querem do que contar com a força de trabalho jovem e obediente sem os ônus sociais, como também pelas negligências das IEs - Instituições de Ensino, que se limitam a cumprir os requisitos formais, sem se preocuparem com o acompanhamento pedagógico previsto na legislação e no plano de estágio, equiparando-se a meras intermediadoras de mão de obra barata, cujo objetivo é apenas de cunho financeiro, ou seja, recebimento de suas mensalidades em casos de instituições de ensino privadas. (Reis, 2015, p. 142).

A análise da Lei indica alguns avanços, os quais podem ser evidenciados da seguinte forma:

- a) o estágio deve ser entendido como ato educativo;
- b) para a realização do estágio, há necessidade de firmação de termo de compromisso e de que os requisitos precisam ser seguidos para não caracterizar vínculo empregatício;
- c) o estágio precisa ter relação com o processo formativo;
- d) o acompanhamento do estágio é de responsabilidade da instituição de ensino;
- e) garantia de redução de carga horária em períodos avaliativos;
- f) limitação de carga horária semanal para a realização de estágio.

Por fim, temos vigente o **Decreto sob o nº 5283 de 29 de julho de 2020**, que regulamenta o estágio nos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, incluindo as Instituições Estaduais de Ensino Superior.

Esse decreto, baseado na Lei nº 11.788 apresenta no Art. 1º a definição de estágio como:

ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente profissional, que visa à preparação para o trabalho produtivo de estudantes do ensino médio regular, médio profissional e concomitante, médio técnico subsequente, tecnólogo, nível superior e de pós-graduação, em caráter latu e strictu sensu, nas instituições de ensino públicas e privadas, oficiais ou reconhecidas pelo Ministério da Educação (Paraná, 2020).

Assim como na Lei nº 11.788, esse decreto classifica o estágio em obrigatório e Estágio não Obrigatório. Segundo seu Art. 20, “O estudante que realizar o Estágio não Obrigatório fará jus ao recebimento de bolsa auxílio mensal, cujo valor terá como

referencial o respectivo nível de escolaridade, nos termos deste Decreto” (Paraná, 2020).

Um avanço em relação à Lei nº 11.788/08 é que esse Decreto aponta, no Art. 21, valores de bolsa auxílio para o cálculo do pagamento, em que serão consideradas a carga horária estabelecida em Termo de Compromisso de Estágio - TCE - e a frequência mensal efetiva do estagiário:

- I - R\$ 5,96/h (cinco reais e noventa e seis centavos a hora), para estagiário de ensino médio regular, médio profissional e técnico subsequente;
 - II - R\$ 7,67/h (sete reais e sessenta e sete centavos a hora), para estagiário de ensino superior e tecnólogo;
 - III - R\$ 13,63/h (treze reais e sessenta e três centavos a hora), para o estagiário de pós-graduação, tanto em caráter lato como strictu sensu.
- § 1º O crédito do valor da bolsa auxílio aos estagiários será realizado no dia programado para pagamento dos servidores públicos estaduais, conforme Calendário de Pagamento Mensal da Bolsa Auxílio (Paraná, 2020).

Esses valores são os mínimos que precisam ser pagos aos estagiários, pois, segundo o Decreto, os órgãos da Administração Direta ou as entidades autárquicas e fundacionais integrantes do Poder Executivo Estadual, incluindo as Instituições Estaduais de Ensino Superior - IEES -, que dispõem de orçamento e recursos próprios, podem estabelecer valores ou correções superiores à bolsa auxílio de seus estagiários, “desde que não gere suplementação em outras despesas” (Paraná, 2020).

Outro avanço importante é a autorização para as Partes Concedentes de Estágio de promover a concessão de recesso remunerado aos seus estagiários, observadas algumas disposições:

- I - para cada 3 (três) meses, equivalentes a 60 (sessenta) dias úteis, de estágio realizado, o estagiário usufruirá uma semana ou período equivalente a 05 (cinco) dias úteis de recesso remunerado, ficando vedado o acúmulo de mais de 2 (dois) períodos de recesso remunerado;
- II - quando decretado feriado, recesso funcional ou quando o dirigente da Parte Concedente de Estágio decidir pela não realização de expediente, não podendo, nesse caso, ser solicitado aos estagiários a compensação de horas e nem desconto de eventual recesso acumulado; (Paraná, 2020).

Além dessas questões apresentadas, o documento em análise indica as Regras Gerais do estágio, aponta a efetivação do estágio por meio do termo de compromisso, indica o tempo e a jornada de estágio, os deveres, as proibições e os direitos dos estagiários, e outros pontos importantes.

A título de conclusão, entendemos que, por meio da análise e discussão dos documentos legais realizadas nesta seção, é possível identificar que, de acordo com a organização da sociedade e da educação, o estágio tem entendimento e características diferentes.

No decorrer da seção, também notamos que pouco a pouco a aprendizagem foi ganhando espaço dentro das Legislações que orientaram e orientam o estágio, configurando-se atualmente o principal objetivo desta atividade.

Algumas lacunas ainda foram encontradas na Lei vigente, porém, analisando posteriormente o Decreto nº 5283, que regulamenta o estágio nos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, incluindo as Instituições Estaduais de Ensino Superior, algumas foram supridas.

Compreendemos que não é suficiente ter direitos, deveres e obrigações apenas estabelecidos na legislação. Além das Leis, que precisam ser cumpridas, tanto pelos estagiários, quanto pelos contratantes e pela Instituição de Ensino, garantindo assim os direitos de todas as partes envolvidas na contratação de estagiários, há a necessidade de mais políticas de assistência estudantil, que viabilizem a permanência dos estudantes no processo formativo na educação superior.

2.2 TRABALHO FORMAL, INFORMAL E O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO NO CONTEXTO BRASILEIRO

A necessidade de manter-se vivo colocou o homem para agir e transformar a natureza em prol de suprir suas necessidades, e “o ato de agir sobre a natureza, adaptando-a às necessidades humanas, é o que conhecemos pelo nome de trabalho. Por isto podemos dizer que o trabalho define a essência humana” (Saviani, 2003, p. 152).

Marx entende por capacidade de trabalho ou força de trabalho “o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso¹³ de qualquer espécie” (Marx, 1996a, p. 285), ou seja, o homem, ao executar trabalho, utiliza todo o conjunto da sua corporeidade física e intelectual.

¹³ Que é determinado pela capacidade de satisfazer as necessidades humanas, de acordo com a utilidade.

Nesse sentido, o trabalho é essencial para a existência humana, e é com o trabalho que o homem se afasta das determinações animais, transformando-se em ser social,

[...] o trabalho é um processo histórico entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. (Marx, 1996a, p. 297).

Ao transformar, construir e reconstruir o mundo a sua volta para produção de subsistência, o homem também transformou sua consciência e postura diante de si e do mundo. O processo de ação sobre a natureza possibilitou, também, a transformação do próprio processo de trabalho, o qual passou a ser desenvolvido conforme novas necessidades que surgiram ao longo do tempo.

O trabalho é influenciado por um conjunto de fatores econômicos, tecnológicos, sociais e culturais, os quais, movidos pela dinâmica capitalista, redefinem constantemente as habilidades exigidas e as condições de empregabilidade.

A partir da leitura de Marx, entendemos que a concepção de trabalho é a porta de entrada para entender o processo de desenvolvimento do ser humano e o funcionamento da sociedade, pois as formas com que a produção é organizada e como as pessoas se relacionam entre si no processo produtivo são fundamentais para entender a estrutura da sociedade.

Outro autor que contribui para a discussão sobre trabalho no contexto capitalista é Antonio Gramsci. Esse pensador, ao longo de seus escritos e de forma esparsa, demonstrou a importância do processo formativo para a inserção crítica do trabalhador no processo de trabalho e, conseqüentemente, para uma potencial transformação da sociedade. Ao fazer “observações sobre a escola: para a investigação do princípio educativo”, Gramsci discute o trabalho, acrescentando o aspecto teórico, escrevendo que “o conceito e o fato do trabalho (da atividade teórico-prática) é o princípio educativo imanente à escola primária, já que a ordem social e estatal (direitos e deveres) é introduzida e identificada na ordem natural pelo trabalho”

(Gramsci, 2001, p. 43). Dessa forma, entende que as estruturas sociais e comportamentais são inicialmente compreendidas e moldadas a partir das experiências práticas e teóricas do trabalho, criando os primeiros elementos de uma compreensão do mundo racional e esclarecida, livre de superstições. Em suas palavras,

O conceito do equilíbrio entre ordem social e ordem natural com base no trabalho, na atividade teórico-prática do homem, cria os primeiros elementos de uma intuição do mundo liberta de toda magia ou bruxaria, e fornece o ponto de partida para o posterior desenvolvimento de uma concepção histórica, dialética, do mundo [...] (Gramsci, 2001, p. 43).

Para Gramsci, o conceito de trabalho é central no processo educativo, entendido como uma atividade teórico-prática essencial para a formação humana, para a participação ativa dos homens na transformação da natureza e na organização social.

Antonio Gramsci mostra que o trabalho é essencial na constituição da existência humana e social, não apenas “porque o ser humano cria instrumentos, adapta a natureza a suas necessidades, incrementa a produção e a eficiência administrativa” (Semeraro, 2015, p. 240), mas também porque é o princípio central que organiza e interliga todas as atividades humanas e sociais. Em sua visão, o trabalho vai além de uma mera atividade econômica sendo fundamental para a construção da realidade social e para a formação da consciência humana.

Para Gramsci, os seres humanos podem superar as divisões de classe e as fragmentações sociais, e, através do trabalho, criar uma nova consciência coletiva, que transcende as limitações impostas pelas divisões de classe. Nesse sentido, o trabalho tem o potencial de reconstruir a unidade do real, sendo o “fundamento de uma nova e integral concepção do mundo” (Gramsci, 2001, p. 53). Em suas palavras,

[...] modificando sua relação com o esforço muscular-nervoso no sentido de um novo equilíbrio e fazendo com que o próprio esforço muscular-nervoso, enquanto elemento de uma atividade prática geral, que inova perpetuamente o mundo físico e social, torne-se o fundamento de uma nova e integral concepção do mundo (Gramsci, 2001, p. 53).

Gramsci entende que não há atividade puramente prática ou puramente teórica, segundo ele, toda atividade humana envolve uma combinação de trabalho intelectual e muscular-nervoso, pois a ação e a reflexão estão intrínsecas no homem.

[...] todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais (assim, o fato de que alguém possa, em determinado momento, fritar dois ovos ou costurar um rasgão no paletó não significa que todos sejam cozinheiros ou alfaiates). Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas sobretudo em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante. (Gramsci, 2001, p. 18).

Mas a definição de operário ou proletário acontece nas condições e nas relações sociais em que esse trabalho é realizado. “Na verdade, o operário ou proletário, por exemplo, não se caracteriza especificamente pelo trabalho manual ou instrumental, mas por este trabalho em determinadas condições e em determinadas relações sociais” (Gramsci, 2001, p. 18). Dessa forma, a distinção entre intelectuais e não-intelectuais é, na verdade, uma referência à função social imediata da categoria profissional dos intelectuais. Esta distinção leva em conta onde recai o peso maior da atividade profissional específica, seja na elaboração intelectual ou no esforço muscular-nervoso (Gramsci, 2001, p. 52).

Nesse sentido, Gramsci (2001) acredita que o trabalho não deve se limitar à mera função operativa ou executiva, mas deve ser um campo fecundo para o desenvolvimento do conhecimento e uma experiência política coletiva.

Sendo assim, para que o trabalho transcenda a mera subsistência e promova a construção de uma nova sociedade, ele defende a ideia de que os trabalhadores precisam ter seus próprios intelectuais orgânicos capazes de pensar criticamente e influenciar a sociedade para recriar uma nova sociedade que supere a divisão de classes, criando uma nova civilização por meio da construção da hegemonia dos trabalhadores.

Gramsci (2010) sugere que os trabalhadores sejam “operários-homens” e não “operários-máquinas”, pois, ao se tornarem “operários-homens”, os trabalhadores podem se emancipar da alienação, participando ativamente da construção de uma nova sociedade. Essa perspectiva é especialmente relevante diante da transformação histórica do trabalho, que, ao longo do tempo, passou a assumir novas finalidades, visto que, inicialmente, visava a suprir as necessidades do homem ou de um grupo de homens de forma comum, mas, com o processo de transformação da produção dos meios de subsistência, foi se transformando, fato que contribuiu para que alguns

acumulassem riquezas de forma individual enquanto outros foram obrigados a vender sua força de trabalho para garantir a sobrevivência.

Diante do contexto de produção capitalista, as pessoas acabaram deixando de trabalhar para si mesmas e passaram a vender sua força de trabalho aos capitalistas. Dessa forma, os trabalhadores, ao invés de produzirem para seu próprio benefício, oferecem sua capacidade de trabalho em troca de um salário. “Proprietário de sua força de trabalho é o trabalhador, enquanto como vendedor da mesma mercadoria com o capitalista, e ele só pode vender o que possui, sua força de trabalho individual isolada” (Marx, 1996a, p. 449). Assim, ao vender sua força de trabalho, os trabalhadores se tornam empregados e passam a realizar atividades produtivas sob a direção e controle dos empregadores, que detêm os meios de produção necessários para a realização do trabalho.

Essa relação de trabalho assalariado é uma característica fundamental do sistema capitalista, no qual os trabalhadores são contratados para realizar determinadas tarefas em troca de salário, enquanto os produtos do trabalho são propriedade do empregador. Dessa forma, os trabalhadores se tornam parte do processo de produção capitalista, assim, segundo Marx, “no processo de trabalho eles já deixaram de pertencer a si mesmos. Com a entrada no mesmo eles são incorporados ao capital” (1996a, p. 449).

No volume I de O Capital, Marx (1996a) discute sobre como a atividade de um número maior de trabalhadores, sob o comando do mesmo capitalista, marca o início da produção capitalista,

A atividade de um número maior de trabalhadores, ao mesmo tempo, no mesmo lugar (ou, se se quiser, no mesmo campo de trabalho), para produzir a mesma espécie de mercadoria, sob o comando do mesmo capitalista, constitui histórica e conceitualmente o ponto de partida da produção capitalista (Marx, 1996a, p. 439).

Nesse sentido, a força de trabalho dos indivíduos é utilizada em conjunto, não como forças de trabalho independentes, mas como parte de um organismo maior que é o processo de produção capitalista. Assim, a força produtiva que os trabalhadores desenvolvem durante o trabalho social é considerada como uma força produtiva do capital, uma vez que é direcionada e controlada pelo capitalista dentro do sistema de produção. Dessa forma, os trabalhadores são incorporados ao capital no sentido de

que sua atividade produtiva é direcionada para atender aos interesses e objetivos de acumulação de capital dentro do sistema capitalista.

Marx aborda sobre a cooperação baseada na divisão de trabalho, a qual, segundo ele, adquire sua forma clássica na manufatura (1996a, p. 453). Na manufatura, os trabalhadores são organizados de forma sistemática e especializada, cada um realizando uma tarefa específica, o que resulta na produção em larga escala de mercadorias. A manufatura revoluciona o modo de trabalho individual, transformando o trabalhador em uma parte automatizada do processo produtivo. A divisão do trabalho na manufatura é descrita como uma evolução que surge da necessidade de produzir um maior volume de mercadorias em prazos específicos. A colaboração entre os trabalhadores é destacada, assim como a dependência do trabalhador em relação ao capitalista.

Um quantum maior de mercadorias prontas tem, por exemplo, de ser fornecido em determinado prazo. O trabalho é por isso dividido. Em vez de o mesmo artífice executar as diferentes operações dentro de uma sequência temporal, elas são desprendidas umas das outras, isoladas, justapostas no espaço, cada uma delas confiada a um artífice diferente e todas executadas ao mesmo tempo pelos cooperadores. Essa divisão acidental se repete, mostra suas vantagens peculiares e ossifica-se pouco a pouco em divisão sistemática do trabalho. Do produto individual de um artífice autônomo, que faz muitas coisas, a mercadoria transforma-se no produto social de uma união de artífices, cada um dos quais realiza ininterruptamente uma mesma tarefa parcial. (Marx, 1996a, p. 454).

Tonet (2009) explica que na sociedade atual, marcada pelos antagonismos de classe, o trabalho assume posição contraditória. A atividade essencial para atender às necessidades humanas se transforma em um meio de acumulação de capital, o que resulta na desumanização e exploração dos trabalhadores.

Nesse sentido, enquanto muitos trabalham para poder continuar apenas suprimindo as necessidades básicas, outros lucram sobre esse trabalho realizado, aprofundando a divisão de classes que marca a vida em sociedade nos países capitalistas.

Muitas formas de trabalho estão presentes na atualidade, emergindo cenários de intensa exploração no mundo do trabalho, especialmente quando envolve os estratos mais pobres da classe trabalhadora.

A formalização do trabalho nos países com organização capitalista como o Brasil vem se configurando de diferentes modos com o decorrer do tempo, e a

dinâmica da precarização, a informalidade do trabalho, o desemprego, o subemprego e a desproteção trabalhista ganham força e assumem lugar do trabalho formalizado e estável.

Esta universalização da condição de proletariedade, como condição de existência (des)humana, encarna-se em uma série de atributos histórico-existenciais que se disseminam na civilização contemporânea do capital em crise: instabilidade, insegurança, descontrole existencial, incomunicabilidade, corrosão do caráter, deriva pessoal e sofrimento, risco e periculosidade, experimentação e manipulação, prosaísmo e desencantamento, ausência de projeto de vida, resignação. (Carvalho, 2014, p. 229).

O acelerado desenvolvimento das tecnologias e de modernas maquinarias não possibilitou melhoras para os trabalhadores no sentido de poupar a força física ou de tempo de trabalho para que ele conseguisse conquistar mais qualidade de vida, mas a força de trabalho do trabalhador foi, gradativamente, sendo substituída pelas máquinas, fato apontado por Marx (2011) como substituição do trabalho vivo (de homens e mulheres) por trabalho morto (máquinas).

Nesse sentido, a educação acaba interferindo no tipo de trabalho que o trabalhador irá executar. Gramsci (2010), no texto homens ou máquinas, escrito no ano de 1916, durante a Primeira Guerra Mundial, discute e defende a educação para o operariado, mostrando que, na Itália, a educação era um organismo estritamente burguês (2011, p. 65) e o proletário, ainda que inteligente e com condições necessárias para tornar-se homem de cultura,

é obrigado ou a desperdiçar suas qualidades em outra atividade, ou a tornar-se obstinado, autodidata, ou seja, com as devidas exceções, meio homem, um homem que não pode dar tudo o que poderia dar caso tivesse se completado e fortalecido na disciplina da escola (Gramsci, 2011, p. 65).

Segundo Gramsci, o proletariado foi excluído das escolas de cultura média e superior devido às condições sociais vigentes que determinam uma especialização entre as pessoas (2010, p. 66). Essa especialização mencionada não é natural, pois não se baseia nas diferentes capacidades das pessoas, mas é determinada pelo contexto social. Isso significa que, devido a essa divisão social do trabalho e das oportunidades educacionais, os trabalhadores são impedidos de acessar um ensino mais avançado que poderia contribuir para seu desenvolvimento integral como indivíduo, ingressando “nas escolas paralelas: técnicas e profissionais.” (Gramsci, 2010, p. 66).

Um proletário, ainda que inteligente, ainda que com todas as condições necessárias para tornar-se homem de cultura, é obrigado ou a desperdiçar suas qualidades em outra atividade, ou a tornar-se obstinado, autodidata, ou seja, com as devidas exceções, meio homem, um homem que não pode dar tudo o que poderia dar caso tivesse se completado e fortalecido na disciplina da escola. (Gramsci, 2010, p. 66).

Dessa forma, em seus escritos, Gramsci defende a formação do operariado que não os restrinja a serem "operários-máquinas", mas que vá além do aspecto técnico e que promova o desenvolvimento integral dos indivíduos, englobando o desenvolvimento intelectual, moral e cultural dos trabalhadores para uma compreensão mais ampla e crítica do mundo. Para tanto, Gramsci propõe uma educação e uma escola liberta dos interesses do capital. Diz Gramsci (2010, p. 66),

O proletariado precisa de uma escola desinteressada. Uma escola na qual seja dada à criança a possibilidade de ter uma formação, de tornar-se homem, de adquirir aqueles critérios gerais que servem para o desenvolvimento do caráter. Em suma, uma escola humanista [...]. Uma escola que não hipoteque o futuro da criança e não constrinja sua vontade, sua inteligência, sua consciência em formação a mover-se por um caminho cuja meta seja prefixada. Uma escola de liberdade e de livre iniciativa, não uma escola de escravidão e de orientação mecânica.

Ao apreender o pensamento gramsciano, podemos inferir que a educação e o processo formativo dos estudantes da classe trabalhadora precisam ser livres e possibilitar a liberdade. No entanto, para que isso aconteça, a formação não pode se vincular aos interesses capitalistas. Essa questão é importante para a discussão sobre Estágio não Obrigatório ao situar essa atividade como processo formativo e não como ação que substitui trabalhadores.

Druck (2011) explicita que essa mesma lógica que incentiva a permanente inovação no campo da tecnologia e dos novos produtos financeiros alcança e atinge a força de trabalho de forma impiedosa,

transformando rapidamente os homens que trabalham em obsoletos e descartáveis, que devem ser 'superados' e substituídos por outros 'novos' e 'modernos', isto é, flexíveis. É o tempo de novos (des)empregados, de homens empregáveis no curto prazo, através das (novas) e precárias formas de contrato. (Druck, 2011, p. 42)

Essa nova forma de produção chamada de maquinafatura constitui-se, segundo Carvalho (2014), em *homotecnológico* a encarar a *ciberhominização*, ou seja, o homem acaba se tornando vigia da máquina ou, como afirma Marx, "dentro da

fábrica, o trabalhador se torna um apêndice da máquina e se subordina aos movimentos dela, em obediência a uma finalidade - a do lucro - que lhe é alheia” (1996a, p. 34).

O desenvolvimento da tecnologia e da ciência é outro fator que contribui para o aumento de pessoas desempregadas no país, já que exige um outro tipo de qualificação do trabalhador.

Gesta-se, assim, o crescimento e a ampliação da precariedade laboral, materializada no desemprego e nos múltiplos processos de precarização, a alastrar-se no conjunto da classe trabalhadora, em seus distintos segmentos e diferentes categorias profissionais. (Carvalho, 2014, p. 228).

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no 1º trimestre de 2021, o Brasil contava com 14,9% de desempregados ou chamados desocupados¹⁴, no 1º trimestre de 2022 com 11,1%, no primeiro trimestre de 2023 com 8,8% e no primeiro trimestre de 2024 com 7,9%. Segundo Carvalho, assim é instituída a “geração Sem-Sem: sem trabalho, sem casa, sem acesso a direitos...[...]” (Carvalho, 2014, p. 228).

A mesma autora destaca que o processo acelerado de mudança ocorrida no sistema do capital no final do século XX e limiar do século XXI é vinculado “a um desenvolvimento da ciência e da tecnologia sem limites e sem controles, apartado das necessidades humanas e desconectado da ética, da sustentabilidade e do cuidado” (Carvalho, 2014, p. 226). A autora apresenta ainda as inúmeras crises que são causadas por esse sistema do capital que, segundo ela, confronta-se em uma crise civilizacional, a qual expressa a insustentabilidade do seu modo de funcionamento que, em suas palavras, é fundado na

sua expansão predatória e sem limites, a manifestar-se numa articulação de crises: ambiental, climática, alimentar, energética, financeira, crise do mundo do trabalho, crise social e uma profunda crise de sentidos. E, múltiplos são os fenômenos indicadores desta crise civilizatória: uso intensivo e indiscriminado de recursos naturais, beirando ao débâcle; a privatização exacerbada de bens comuns: a água, o ar, a biodiversidade; a expulsão do próprio processo de trabalho de centenas de milhões de trabalhadores/trabalhadoras que se tornam supérfluos ao modo de funcionamento do capital; precarização estrutural do trabalho; universalização da condição de proletariado e precarização existencial; violências e inseguranças sempre em aprofundamento; exclusões sociais e

¹⁴ Segundo o IBGE, o desemprego se refere às pessoas com idade para trabalhar que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho. É calculado pela PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

apartações; consumismo ilimitado como modo de existência social; a lógica da descartabilidade a perpassar a totalidade das relações sociais. (Carvalho, 2014, p. 227).

Nessa conjuntura de crises sem limites e controle, o capital se expande acentuando e agravando sua tendência destrutiva, “não poupando nada, nem ninguém, a minar as condições fundamentais de sobrevivência humana e a colocar em risco o planeta Terra” (Carvalho, 2014, p. 227). A autora aponta ainda que essa crise ganha visibilidade nas configurações contemporâneas do mundo do trabalho.

Nesse mesmo sentido, Antunes (2015) entende o século XX como o início em que o Brasil passou a vivenciar o desmonte do trabalho regulamentado e que “[...] em plena era da informatização do trabalho, do mundo maquinal e digital, estamos conhecendo a época da informalização do trabalho, dos terceirizados, precarizados, subcontratados, flexibilizados, trabalhadores em tempo parcial [...]” (Antunes, 2015, p. 127).

Em relação à precarização do trabalho, Barros entende que “a oferta abundante de força de trabalho é um aspecto essencial para entender sua ampliação nas distintas manifestações em que se apresenta” (2019, p. 46), ou seja, quanto mais pessoas sem trabalho, maior a força da precarização, e Marx já destacava sobre a população excedente, o que também chama de exército industrial de reserva,

Com a acumulação do capital produzida por ela mesma, a população trabalhadora produz, portanto, em volume crescente, os meios de sua própria redundância relativa. [...] Mas, se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa. Ela proporciona às suas mutáveis necessidades de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional. (Marx, 1996a, p. 263).

O desemprego é também destacado por Druck (2011) como uma estratégia de dominação do capitalismo que se materializa pela força na imposição de condições precárias de trabalho frente às constantes ameaças de desemprego, criando concorrência e divisão entre os próprios trabalhadores, e no consenso que é produzido pelos próprios trabalhadores quando passam a acreditar que as transformações no trabalho são resultado de uma nova época. (Druck, 2011, p. 43).

Antunes (2011) entende que o capital desemprega cada vez mais o trabalho estável e acaba substituindo-os por trabalhos precarizados, os quais se encontram em enorme expansão no mundo agrário, industrial e de serviços, bem como nas múltiplas interconexões existentes entre eles, como na agroindústria, nos serviços industriais ou na indústria de serviços, e complementa que a germinação do desemprego estrutural ao nível transnacional é “a expressão mais aguda e trágica dessa destrutividade presente no mundo do trabalho” (Antunes, 2011, p. 407).

O trabalho assalariado, tanto no modelo formal como no informal, é característico da sociedade capitalista e, ao mesmo tempo, o trabalho é o meio de o trabalhador obter renda para apenas viver. Enquanto a classe trabalhadora depende da venda de sua força de trabalho para viver, há a classe burguesa, que vive da exploração do trabalho do outro e desfruta sem barreiras do que é produzido pela humanidade.

Ao adentrar à discussão da precarização do trabalho, Vargas (2016) também entende que a precarização do trabalho está associada ao propósito de acumulação capitalista, em suas palavras,

uma definição estrita da precariedade do trabalho, em termos de informalidade e marginalidade, parece não se sustentar mais atualmente. Isso porque essa precariedade não estaria mais associada apenas às atividades marginais e periféricas, mas povoaria, como afirma Castel, o coração da dinâmica da acumulação capitalista (Vargas, 2016, p. 324).

O trabalho formalizado com estabilidade não é realidade para maior parcela de brasileiros e brasileiras, os quais precisam viver e manter suas famílias por meio da venda da força de trabalho. Entram então outros modos de trabalho que estão dentro do informal, caracterizados por Antunes (2011, p. 408) pelos “contratos temporários, sem estabilidade, sem registro em carteira, dentro ou fora do espaço produtivo das empresas, quer em atividades mais instáveis ou temporárias, quando não na condição de desempregado”. E ainda esses trabalhadores que estão inseridos no modo informal de trabalho frequentemente não possuem horário fixo de trabalho, com jornadas que invadem as horas vagas de descanso e de refeição, na intenção de aumentar a renda obtida por meio da atividade realizada.

Esses que, mesmo vendendo sua força de trabalho, não recebem por ela um preço que assegure minimamente sua existência material são denominados por Paul Singer de subproletários (Singer, 1981). São aqueles que vivem na informalidade ou

sob a precariedade das relações formais do trabalho (Flach, 2010, p. 24). Nessa categoria, incluem-se também os denominados por Marx, na obra “O dezoito Brumário de Luiz Bonaparte” (1852), de “lumpemproletariado”¹⁵, que são aqueles que vivem imersos em situações de extrema crise de desintegração social, que reunia os “indivíduos arruinados e aventureiros, egressos da burguesia, vagabundos, soldados desmobilizados, malfeitores recém-saídos da cadeia, batedores de carteira, rufiões, mendigos etc.” (Bottomore, 2013, p. 354).

Segundo Antunes (2011), nesse modo de trabalho informal estão três modalidades: a de trabalhadores informais tradicionais; a modalidade de trabalhadores informais assalariados sem registro; e a modalidade de trabalhadores informais por conta própria.

Dentro da primeira modalidade, encontram-se os menos instáveis e os mais estáveis. O primeiro diz respeito àqueles trabalhadores ocasionais ou temporários que estão no trabalho informal por estarem desempregados e visam a voltar ao mercado de trabalho, e que realizam atividades que exigem baixa capacitação.

Os trabalhadores informais menos instáveis são os “que possuem um mínimo de conhecimento profissional e os meios de trabalho e, na grande maioria dos casos, desenvolvem suas atividades no setor de prestação de serviços” (Antunes, 2011, p. 409).

E os mais instáveis são aqueles incorporados temporariamente e com frequência, remunerados por peça ou por serviço realizado. Eles podem ser subempregados pelos trabalhadores informais mais estáveis e realizam “trabalhos eventuais e contingenciais, pautados pela força física e pela realização de atividades dotadas de baixa qualificação, como carregadores, carroceiros e trabalhadores de rua e serviços em geral” (Antunes, 2011, p. 409).

Na segunda modalidade citada por Antunes (2011), nomeados como trabalhadores informais assalariados sem registro, estão aqueles que não possuem contratualidade.

¹⁵ O principal significado da expressão lumpemproletariado não está tanto na referência a qualquer grupo social específico que tenha papel social e político importante, mas antes no fato de ela chamar a atenção para o fato de que, em condições extremas de crise e de desintegração social em uma sociedade capitalista, grande número de pessoas pode separar-se de sua classe e vir a formar uma massa “desgovernada”, particularmente vulnerável às ideologias e aos movimentos reacionários. (Bottomore, 2013, p. 354).

E por último, presentes na terceira modalidade, estão os trabalhadores informais por conta própria, os quais podem ser definidos como “uma variante de produtores simples de mercadorias, contando com sua própria força de trabalho ou de familiares e que podem inclusive subcontratar força de trabalho assalariada” (Antunes, 2011, p. 410).

A precarização que ocorre hoje é destacada por Carvalho (2014) como precarização não só do trabalho no sentido de força de trabalho como mercadoria, mas também a do próprio homem que trabalha, no sentido de precarizar sua existência, capturando sua subjetividade, restringindo e reduzindo homens e mulheres em seu espaço-tempo de vida (Carvalho, 2014).

Vargas (2016) evidencia que as formas de trabalho tipicamente individuais acabam sendo normalizadas e legalizadas no Brasil, e cita o exemplo das políticas públicas de microcrédito que visam a estimular o empreendedorismo.

Em grande medida, trata-se de reconhecer formas de trabalho tipicamente individuais, instituindo-se medidas específicas de proteção que, em última análise, reforçam a individualização dos riscos e institucionalizam a instabilidade decorrente das flutuações do mercado. (Vargas, 2016, p. 326).

Ao analisar a intenção do capital e as modalidades descritas por Antunes, entendemos que o Estágio não Obrigatório com o recebimento de bolsa - que é o objeto dessa pesquisa -, mesmo não sendo denominado trabalho, possui algumas características de trabalho e poderia ser intitulado de acordo com as nomenclaturas utilizadas pelo autor, de formal temporário. Isso por possuir alguns requisitos que se assemelham ao trabalho, como o cumprimento de horas semanais, o desenvolvimento de atividades definidas, o firmamento de contrato de estágio e por determinar limite de tempo máximo de realização de estágio. No entanto, esse contrato de estágio não garante os direitos previstos na Consolidação das Leis de Trabalho - CLT¹⁶, como, por exemplo, o 13º salário, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, a assistência médica, o seguro-desemprego e a licença-maternidade.

¹⁶ Na UEPG há ainda o regime estatutário, que de acordo com a Lei 8.112/90, de 11 de dezembro de 1990, esse regime possui vínculo legal mediante cargo público, com prerrogativas extraordinárias. Assim, o regime estatutário foi criado com o intuito de regulamentar as relações de direito administrativo entre o Estado e prestadores de cargos públicos através da regência de um estatuto, instituído por lei. Nesse regime, o trabalhador tem estabilidade após três anos de serviço e há benefícios como: licença prêmio, maternidade, paternidade, por adoção, aposentadoria com valor integral do salário, gratificações, acompanhamento de pessoa doente na família e adicionais variáveis de acordo com a legislação específica.

A flexibilização do trabalho e a não observância da legislação na efetivação e desenvolvimento do Estágio não Obrigatório abrem caminhos para que o estágio seja colaborativo ao capital, não no sentido de obter a mais-valia, já que estamos tratando de uma Instituição de Ensino Superior Pública, mas gerando economia de custos, o qual pode utilizar a mão de obra do estudante como forma de economia para não contratar profissional com carteira de trabalho assinada, o que demandaria maior remuneração e direitos trabalhistas.

Ao citar a remuneração, vale lembrar que Marx (1996b) alertou para o fato de que, na sociedade burguesa, o salário do trabalhador aparece como quantidade de dinheiro pago por um determinado trabalho realizado, e, por outro lado, os preços de mercado do trabalho, que oscilam para mais ou menos do seu preço necessário. Além disso, para ele, o salário é “uma parte do produto reproduzido continuamente pelo próprio trabalhador, que reflui constantemente para ele na forma de salário” (Marx, 1996b, p. 200).

Contudo, ele adverte mostrando que o valor e os preços da força de trabalho apresentam-se em sua forma transformada como salário tomando como base certa duração de jornada de trabalho e que “o valor do trabalho tem de ser sempre menor que seu produto - valor, pois o capitalista sempre faz a força de trabalho funcionar por mais tempo do que o necessário para a reprodução do seu próprio valor” (Marx, 1996b, p.169). O salário pago ao trabalhador não corresponde ao valor total do trabalho que ele realiza. Parte do valor produzido pelo trabalhador é apropriada pelo capitalista como lucro, o que caracteriza a exploração da força de trabalho. Em outra passagem, Marx explica:

O processo de produção é iniciado com a compra da força de trabalho por determinado tempo, e esse início se renova constantemente, tão logo o prazo de venda do trabalho esteja vencido, tendo decorrido determinado período de produção, semana, mês etc. O trabalhador, porém, só é pago depois de sua força de trabalho ter se efetivado e realizado tanto seu próprio valor como a mais-valia, em mercadorias. Ele produziu, dessa forma, tanto a mais-valia, que consideramos por enquanto apenas como fundo de consumo do capitalista, quanto o fundo de seu próprio pagamento, o capital variável, antes que este retorne a ele sob a forma de salário, e ele só fica ocupado enquanto não deixa de reproduzi-lo. Daí provém a fórmula dos economistas, [...] que apresenta o salário como participação no próprio produto. (Marx, 1996b, p. 200).

Segundo Marx, no trabalho assalariado, até o trabalho não pago ou o mais trabalho exercido pelo trabalhador aparece como trabalho pago, pois a relação de

dinheiro oculta o trabalho gratuito do assalariado gerando a mais-valia em forma de lucro ao capitalista. Além disso, “o movimento real do salário apresenta fenômenos que parecem demonstrar que não se paga o valor da força de trabalho, mas o valor de sua função, do próprio trabalho.” (Marx, 1996b, p. 171).

Há ainda, além desses modos de trabalho citados, o trabalhador que é produtivo para o capital e o que é improdutivo para o capital. Marx explica que “Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital.” (Marx, 1996a, p. 138), e o mais-valor só é alcançado pela apropriação dos produtos do trabalho produzido pelo trabalhador, dos produtos que geram valores de troca, no qual o capitalista se apropria.

Sobre o trabalhador produtivo e improdutivo, Marx (1978) esclarece que

Todo trabalhador produtivo é assalariado, mas nem todo assalariado é trabalhador produtivo. Quando se compra o trabalho para consumi-lo como valor de uso, como serviço, - e não para colocá-lo como fator vivo em lugar do valor do capital variável e incorporá-lo ao processo capitalista de produção -, o trabalho não é trabalho produtivo e o trabalhador assalariado não é trabalhador produtivo. Seu trabalho é consumido por causa de seu valor de uso, não como trabalho que gera valores de troca; consome-se o improdutivo, não produtivamente. O capitalista, pois, não se defronta com o trabalho como capitalista, como representante do capital; de troca seu dinheiro por esse trabalho na condição de renda, não como capital. (Marx, 1978, p. 72).

Ao analisarmos os estagiários que realizam Estágio não Obrigatório com recebimento de bolsa em instituições públicas, entendemos que ele não produz valor para que seja possível obter a mais-valia. Sendo assim, ele é considerado improdutivo para o capital naquela função, pois as instituições públicas prestam serviço à população, e não visam, com isso, à obtenção de lucro.

Já aqueles estagiários que atuam em instituições privadas colaboram para a produção de valor, pois a força de trabalho pode ser utilizada como mercadoria para obtenção de lucro para o contratante. Contudo, em ambos os casos, tanto os estagiários que atuam em instituições públicas, quanto em instituições privadas não deixam de ser trabalhadores, porque vendem a força de trabalho para conseguir um pagamento pelo que realizam ou pelas horas disponíveis no local em que atuam.

No próximo capítulo, discutimos sobre a subsunção do Estágio não Obrigatório à lógica neoliberal e realizamos discussões teóricas a fim de verificar como as categorias gramsciana “hegemonia” e “Estado” se fazem presentes na oferta e na realização do Estágio não Obrigatório na IES.

CAPÍTULO 3 - A SUBSUNÇÃO DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO À LÓGICA NEOLIBERAL

De acordo com os dicionários “Priberam”, “Online de Português” e “Michaelis”, o neoliberalismo é uma forma moderna de liberalismo que permite uma intervenção limitada do Estado, tanto no âmbito jurídico quanto econômico.

No contexto do neoliberalismo, a transformação dos direitos sociais em mercadorias pode ser entendida em decorrência da crise ao estado de bem-estar social ocorrida especialmente a partir dos anos de 1970. O Estado de bem-estar social se tornou insustentável em razão das crises econômicas e orçamentárias decorrentes da diminuição da produção e aumento das despesas sociais, fatos que contribuíram para um desequilíbrio fiscal que mostrou a ineficiência do Estado como interveniente econômico (Jesus, 2018).

A sobrecarga desse modelo, com altos custos de manutenção e um aumento nas demandas por serviços públicos, culminou em críticas e rejeições de uma vertente ultraliberal que questionava seus fundamentos e eficácia. Os críticos argumentavam que esse modelo de Estado não era capaz de garantir o bem-estar da população, defendendo que sua abordagem interventiva e assistencialista falhava em promover a eficiência econômica e a autonomia individual (Siqueira; Schmidt, 2022).

Decorrente dessa conjuntura econômica e social, os governos de diversos países passaram a adotar políticas que transformaram significativamente os direitos sociais até então assegurados. Essa nova forma de entender o papel do Estado foi denominada de Neoliberalismo.

Serviços essenciais como saúde, alimentação, educação e moradia, que deveriam ser garantidos universalmente pelo Estado, foram convertidos em mercadorias e oferecidos como serviços privados regulados pelo mercado. Dessa forma, tornam-se acessíveis apenas para aqueles que têm recursos financeiros para adquiri-los.

O neoliberalismo também impacta a educação e o mercado de trabalho. A educação passa a reforçar as condições de trabalho adversas e precárias, preparando a força de trabalho para se adaptar e sustentar esse sistema econômico exploratório.

Nesse contexto, os estágios não obrigatórios podem funcionar como uma ferramenta que integra a educação ao mercado de trabalho informal e precário, ao

mesmo tempo que diminui a responsabilidade do Estado e das instituições de ensino em assegurar uma transição sólida e protegida para o mercado de trabalho.

Discutir esse tema requer uma análise abrangente da abordagem econômica e política que teve um impacto significativo nas últimas décadas. Para compreendê-lo, é essencial examinar seu desenvolvimento histórico, o que permite uma visão das transformações que provocou nas estruturas socioeconômicas e ajuda a entender as discussões sobre seus impactos no desenvolvimento global. Embora este texto não busque explorar todos os aspectos do neoliberalismo, é importante resgatar seus principais elementos históricos para compreender sua relação com a lógica da contratação de estagiários. E esse é o objetivo deste capítulo.

3.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O NEOLIBERALISMO E SUA INFLUÊNCIA NO CONTEXTO BRASILEIRO

Pode-se afirmar que o neoliberalismo não foi implementado de forma repentina, mas que ganhou força e se consolidou nas últimas décadas. Autores apresentam que, embora as raízes do neoliberalismo possam ser rastreadas em períodos anteriores, sua afirmação ocorreu nas décadas de 1970 e 1980 e somente a partir dos anos 2000 é que a controvérsia sobre o neoliberalismo passou por uma requalificação acadêmica, com cientistas sociais de diversas especialidades empenhando-se em fornecer definições mais precisas sobre ele (Andrade, 2019, p. 212).

A disseminação dessa perspectiva aconteceu ao longo da década de 80, impulsionada por uma espécie de revitalização do liberalismo que aconteceu como uma resposta político-ideológica a três aspectos: a crise que atingiu os países nos anos 70 que teve impacto global; pela percepção da ineficácia do Estado em controlar essa crise; e pela consideração da funcionalidade e adequação do neoliberalismo para a classe dominante (Gonçalves, 1999, p. 42). Ou seja, após a crise de 1970, os países passaram a buscar uma nova abordagem econômica visando ao aumento da arrecadação de impostos e à redução dos gastos públicos. Nesse contexto, defensores de políticas ultraliberais e ultraconservadoras, como Margaret Thatcher, primeira-ministra do Reino Unido, e Ronald Reagan, presidente dos Estados Unidos, foram protagonistas na definição do que ficou conhecido como neoliberalismo. Segundo Gonçalves (1999, p. 43),

Durante a década de 80 nota-se uma influência crescente das ideias e políticas neoliberais nos países em desenvolvimento. O liberalismo surge, então, como um *deus ex-machina* que apresentava as soluções de saída para a crise econômica, política e social que a maioria destes países enfrentava desde meados dos anos 70. De fato, a década de 80 se caracterizou, na maior parte dos países em desenvolvimento, por um 'contramovimento' ou por um amplo movimento de 'ânsia pelo antipodal': intervenção governamental versus mercado, protecionismo versus abertura etc.

Carcanholo (2002) explica que o processo de internacionalização do capital resultou na globalização da economia, a qual se manifestou na década de 90 por meio de diversas mudanças significativas: crescimento das atividades internacionais das firmas e dos fluxos comerciais; ampla mudança da base tecnológica, fazendo com que alguns autores chegassem a denominá-la de Terceira Revolução Industrial; reordenamento dos mercados, com uma maior importância da Ásia; intensificação da circulação financeira, caracterizada pela expansão na mobilidade e na intermediação do capital internacional; predominância das trocas ditas intra-setoriais; e reorganização dos grupos industriais em redes de firma.

A partir disso, houve um aumento notável na interação entre os países em diversos aspectos, abrangendo tanto o setor produtivo quanto os fluxos comerciais e financeiros. Segundo Carcanholo (2002),

[...] a desregulamentação dos mercados e a desobstrução do comércio internacional e da entrada de capitais afirmam-se como as diretrizes de política que podem garantir a inserção de diferentes nações no novo contexto da globalização. Abrem-se as portas para que o neoliberalismo se apresente como única forma de obter com êxito essa inserção. Apresenta-se a globalização como fenômeno natural e irreversível e, a partir daí, as políticas neoliberais como as únicas capazes de desregulamentar os mercados [...]. (Carcanholo, 2002, p. 16).

Com base nesse contexto inicial sobre o neoliberalismo, é possível explorar a realidade brasileira, lembrando que o desenvolvimento histórico do país, desde a chegada dos portugueses, sempre foi moldado e influenciado por parâmetros internacionais, inclusive no quesito das relações econômicas, de modo que "o país sempre teve relações muito estreitas com o sistema econômico internacional" (Gonçalves, 1999, p. 145).

Além disso, na segunda metade da década de 70, o Brasil já passava por um movimento de crítica em relação à intervenção estatal no aparato produtivo e ao

excesso de regulamentação da atividade econômica quando houve uma significativa expansão da indústria de bens intermediários sob controle estatal. Nesse sentido, mesmo com influências internacionais no Brasil, segundo Gonçalves (1999), esse movimento “de avanço mais expressivo das ideias ‘antiestado’ é muito mais o resultado de fatores econômicos concretos do que a influência própria das ideias liberais que proliferaram no mundo afetado pelo *Thatcherismo* e pelo *Reagonomics*” (Gonçalves, 1999, p. 146, grifos do autor).

De acordo com Chauí (2020), no contexto do neoliberalismo, direitos são transformados em serviços privados regulados pelo mercado e, assim, tornam-se mercadorias acessíveis apenas àqueles com poder aquisitivo suficiente para comprá-los.

Gonçalves (1999) explica que há uma competição cada vez mais acirrada por espaços dentro do Estado brasileiro, sobretudo entre os segmentos mais hegemônicos do setor privado. A crítica dos atores privados ao Estado brasileiro ao longo dos últimos anos reflete, em grande parte, um esforço para disputar e reconfigurar a situação de privatização do próprio Estado brasileiro. Desse modo,

O aprofundamento da crise acelera, então, o processo de crítica ao Estado porque interessa aos diferentes segmentos, em particular, os grandes grupos privados, manter seu acesso aos recursos do Estado. A cada segmento interessa unicamente diminuir aquela parte do Estado que não é fonte de recursos para si (Gonçalves, 1999, p. 147).

Por sua vez, o setor privado encontra uma crescente fragilidade com o agravamento da crise econômica ao longo da década de 80. Assim, a integração competitiva por meio da abertura da economia é percebida como uma oportunidade para importar insumos mais baratos, obter facilidades para exportar mercadorias, estabelecer parcerias com o capital estrangeiro e realizar investimentos no exterior (exportar capital) (Gonçalves, 1999). Nesse contexto, grandes grupos de poder econômico privado continuaram tendo grande desempenho, já que o ambiente era favorável com “elevado grau de permissividade do mercado, das restrições à importação e de enorme reserva de mão de obra” (Gonçalves, 1999, p. 151).

Com o agravamento da crise econômica, a situação da economia brasileira tornou-se volátil, oscilando entre aberturas e fechamentos. Durante esse período, o país viu diferentes presidentes assumirem o comando, estando diante de respeito ou ameaça da democracia.

De modo geral, é possível afirmar que o neoliberalismo se caracteriza como um movimento político-econômico que preconiza a promoção da competição, a privatização de empresas estatais, a redução de regulamentações governamentais, o encolhimento do Estado e a abertura irrestrita dos mercados. Mas, para além disso, o neoliberalismo emerge como uma iniciativa contrária à democracia social, procurando estabelecer leis e uma estrutura completa que garantam a proteção e imunização dos mercados, possibilitando a formação de mercados resistentes a qualquer forma de intervenção política. Na prática, cria-se um aparato político, social e normativo para que os mercados operem com poucas restrições externas.

Nessa perspectiva, o papel do Estado e das organizações internacionais assume uma posição oposta àquela do keynesianismo. Enquanto no keynesianismo o Estado desempenhava o papel de intervenção na economia buscando promover a equidade social, garantia dos direitos trabalhistas e oferecer serviços públicos abrangentes, no neoliberalismo se minimiza as ações do Estado para a população e seu papel é o de garantir a construção dos mercados e a promoção da livre concorrência. Harvey afirma que “[...] a doutrina neoliberal opunha-se profundamente às teorias do Estado intervencionista, como as de John Mainard Keynes, que alcançaram a proeminência nos anos 1930 em resposta à Grande Depressão” (2008, p. 30). Essa abordagem tem impactado significativamente as políticas econômicas em muitas partes do mundo e “A opção neoliberal implica o retrocesso à barbárie com a exclusão da maioria” (Frigotto, 1996, p. 12).

Segundo Harvey (2008),

Podemos, portanto, interpretar a neoliberalização seja como um projeto *utópico* de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto *político* de restabelecimento das condições de acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas. Defenderei a ideia de que o segundo desses objetivos na prática predominou. A neoliberalização não foi muito eficaz na revitalização da acumulação de capital global, mas teve notável sucesso na restauração ou, em alguns casos (a Rússia e a China, por exemplo), na criação do poder de uma elite econômica. O utopismo teórico de argumento neoliberal, em conclusão, funcionou primordialmente como um sistema de justificação e de legitimação do que quer que tenha sido necessário fazer para alcançar esse fim. Os dados sugerem, além disso, que quando os princípios neoliberais conflitam com a necessidade de restaurar ou sustentar o poder da elite, esses princípios são ou abandonados ou tão distorcidos que se tornam irreconhecíveis. Isso de modo algum nega o poder que têm as ideias de agir como força de mudança histórico-geográfica. Mas de fato indica uma tensão criativa entre o poder das ideias neoliberais e as práticas reais de

neoliberalização que têm transformado nas três últimas décadas o funcionamento do capitalismo global. (Harvey, 2008, p. 27).

Assim, no contexto do neoliberalismo, além de o Estado construir mercados com um arcabouço jurídico e institucional que assegura proteção aos mercados e à concorrência, também implementa modelos de mercado em domínios da vida que não fazem parte de mercado. Dessa forma, outras esferas da própria vida vão perdendo a essência e são moldadas para funcionarem como se fossem mercados, de acordo com a lógica que rege o mercado.

Essa esquizofrênica lógica de concentração, acumulação e centralização de capital imposta pela lei do livre mercado conduziu o capitalismo, resultando, conseqüentemente, em crises cíclicas cada vez mais profundas. A cada nova crise, a sociabilidade capitalista gera novos desafios e manifesta formas mais sutis e violentas de exclusão (Frigotto, 1996).

De acordo com a perspectiva marxista, o neoliberalismo é compreendido como uma estratégia política com a finalidade de fortalecer e ampliar globalmente a hegemonia de uma classe, assinalando uma nova etapa do capitalismo que surgiu após a crise estrutural dos anos 1970 (Andrade, 2019). Sendo assim, o neoliberalismo estabelece uma ordem social, na qual são impostas mudanças nas relações de trabalho e nas práticas de gestão que acompanham essa implementação das políticas neoliberais juntamente com a introdução de novos critérios gerenciais.

Dessa forma, viver sob a égide do neoliberalismo, conforme apontado por Harvey (2008), implica aceitar ou se submeter a um conjunto de direitos indispensáveis à acumulação de capital. Sob tal lógica, é possível afirmar que, na atual forma de sociabilidade, a propriedade privada e a busca por lucro predominam sobre qualquer outra concepção concebível de direitos inalienáveis.

Harvey (2008) elenca uma série de "virtudes burguesas" que os defensores desse regime promovem, argumentando que, sem essas virtudes, todos estariam em uma condição consideravelmente pior: a ênfase na responsabilidade e obrigações individuais; a independência em relação à interferência do Estado; igualdade de oportunidades no mercado e perante a lei; recompensas para iniciativa e atividade empreendedora; a atenção para o cuidado de si mesmo e dos seus; e a existência de um mercado aberto que permita uma ampla liberdade de escolha tanto em termos de contrato quanto de troca.

Aponta ainda que

Esse sistema de direitos se mostra ainda mais persuasivo quando estendido ao direito à propriedade privada do próprio corpo (que está na base do direito da a pessoa fazer um contrato voluntário de venda de sua força de trabalho, bem como de ser tratada com dignidade e respeito e estar livre de coerções corporais como a escravidão) e à liberdade de pensamento, de expressão e de manifestação. Esses direitos derivados são atraentes, e muitos de nós recorreremos fortemente a eles. Mas o fazemos mais ou menos como os mendigos vivem das migalhas que caem na mesa dos ricos (Harvey, 2008, p. 194).

No contexto da política brasileira, o neoliberalismo tem se manifestado de maneiras diversas ao longo dos anos, dependendo do governo no poder. Cada administração adota sua própria abordagem para implementar políticas neoliberais, levando em consideração suas prioridades e circunstâncias específicas.

Mesmo com a diversidade de manifestações, é possível identificar as continuidades dessas políticas neoliberais entre os diferentes governos e também as possíveis rupturas e tentativas de mudança. No entanto, até agora, essas variações nas abordagens não foram suficientes para alterar a estrutura fundamental do neoliberalismo no Brasil (Barrios, 2023).

Apesar das diferenças na forma de implementação, o modelo de desenvolvimento neoliberal tem permanecido essencialmente o mesmo, sustentando a estrutura neoliberal em todos os governos federais desde a década de 1990. Dessa forma, embora cada governo tenha suas peculiaridades, o esqueleto do neoliberalismo tem se mantido constante ao longo do tempo (Barrios, 2023).

Nos últimos anos, o Brasil passou por alguns eventos determinantes que se inclinaram para a direita, como, por exemplo, o impeachment da presidenta eleita Dilma Rousseff e a eleição de um representante da extrema direita para a presidência da República. Essas transformações apontam para um período que resulta na diminuição das já limitadas garantias presentes na Constituição Federal, as quais precisariam ser proporcionados pelo Estado, agravando ainda mais as desigualdades sociais, além de abrir possibilidades de mudanças nas políticas públicas, legislação ou práticas governamentais que acabam impactando as garantias e direitos previstos.

Nas políticas educacionais, a agenda neoliberal se manifestou nos diferentes governos no Brasil através da privatização e subordinação da educação pública aos interesses do mercado, priorizando a formação voltada para a sobrevivência no capitalismo. Barrios (2023) esclarece que, durante o mandato de Fernando Henrique

Cardoso, o neoliberalismo pode ser observado através da privatização de serviços públicos e da redução do papel do Estado na economia, promovendo a desregulamentação e a flexibilização das leis trabalhistas, o que resultou em um aumento da desigualdade social e da subordinação das políticas sociais aos interesses do capital financeiro internacional.

Nos dois períodos do governo Lula, embora tenha havido uma abordagem mais "social", as políticas ainda mantiveram elementos neoliberais, como a continuidade de políticas de ajuste fiscal, a manutenção de um ambiente favorável ao capital financeiro, a flexibilização das leis trabalhistas e a priorização do crescimento econômico (Barrios, 2023).

Assim, entendemos que a análise do governo Lula revela um dilema: enquanto se promoviam avanços sociais, a estrutura econômica e política ainda estava profundamente entrelaçada com os princípios neoliberais, perpetuando uma lógica que beneficia a classe dominante em detrimento da classe trabalhadora.

No mandato de Dilma, o neoliberalismo se manifestou através da continuidade de políticas de austeridade fiscal e da busca por parcerias público-privadas, que priorizavam o investimento privado em setores públicos (Barrios, 2023). Apesar de tentar implementar um neodesenvolvimentismo, Dilma enfrentou resistência da burguesia e adotou medidas que favoreciam o capital, como desonerações e reformas no setor elétrico. Além disso, a gestão de Dilma foi marcada por um ativismo estatal que, embora buscasse o desenvolvimento, muitas vezes se alinhou aos interesses do capital internacional, refletindo uma ambiguidade nas políticas econômicas (Barrios, 2023).

Dessa forma, vemos que as políticas de Dilma demonstram como, em um contexto de pressões externas e internas, o Estado adota uma postura que recai em práticas que perpetuam a desigualdade e favorecem a classe dominante.

No mandato de Michel Temer, as medidas refletem uma clara tendência de desmantelamento do Estado de bem-estar, evidenciando a fragilidade das conquistas sociais e a crescente subordinação das políticas públicas às demandas do mercado, o que, segundo Barrios (2023), foi evidenciado pela implementação de reformas que visavam à austeridade fiscal, como a Emenda Constitucional que congelou os gastos públicos por 20 anos, afetando áreas como saúde e educação. Além disso, houve um forte impulso à privatização de estatais e à desregulamentação de setores

estratégicos. A política de Temer também incluiu a extinção de ministérios voltados para direitos sociais, deslegitimando as lutas sociais e priorizando os interesses da burguesia e do capital financeiro (Barrios, 2023).

No governo Bolsonaro, o neoliberalismo se manifestou através da radicalização das políticas de austeridade fiscal, com cortes significativos em áreas sociais, incluindo educação e saúde. Além disso, houve uma forte ênfase na privatização de estatais e na promoção de reformas que favorecem o setor privado, como a reforma da previdência. A administração também buscou alinhar a política econômica aos interesses imperialistas, aprofundando a agenda neoliberal com elementos neofascistas, como a intolerância e a desvalorização dos direitos sociais (Barrios, 2023).

Sendo assim, vemos que o governo de Bolsonaro demonstra como o neoliberalismo pode ainda ser acompanhado de um retrocesso, no qual a defesa de direitos e a busca por igualdade e justiça social são deslegitimadas. As políticas implementadas sob sua gestão não apenas acentuaram as desigualdades existentes, mas também promoveram um ambiente de intolerância e exclusão.

A vitória da esquerda, representada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições de 2022 foi um marco significativo segundo Júnior, Miguel e Filgueiras (2023), pois impediu a continuidade do governo de Jair Bolsonaro. No entanto, mesmo com a derrota de Bolsonaro, a extrema direita conseguiu manter uma forte representação no Congresso, evidenciando sua capilaridade na sociedade brasileira. Assim, o início do novo mandato se deu sob a mesma dinâmica de "presidencialismo de coalizão", onde a falta de um programa político claro e a dependência de negociações para garantir apoio no parlamento dificultaram a implementação das políticas públicas prometidas (Júnior; Miguel; Filgueiras, 2023).

Essa trajetória do neoliberalismo mostra um processo complexo, formado por vários elementos e aspectos, e que se consolidou ao longo das últimas décadas, adaptando-se às particularidades de cada governo.

Isso evidencia que a essência do neoliberalismo - a priorização do capital e a desresponsabilização do Estado em relação ao bem-estar social - permanece constante. As políticas, em especial as educacionais que estão relacionadas ao nosso objeto de investigação, refletem essa subordinação aos interesses do mercado, moldando a formação para servir às necessidades do capitalismo. E isso está

diretamente relacionado com o Estágio não Obrigatório que leva o jovem em processo de formação a se inserir no contexto de trabalho. Dessa forma, a próxima seção abordará a relação entre neoliberalismo e Estágio não Obrigatório.

3.2 RELAÇÕES ENTRE NEOLIBERALISMO E ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA O DEBATE

A discussão acerca da realização do Estágio não Obrigatório requer entendimento de algumas categorias teóricas que auxiliam na compreensão sobre a exploração sofrida pelos trabalhadores. Para isso, no contexto da pesquisa, algumas categorias gramscianas se mostram como centrais para a compreensão da realidade e no debate aqui proposto.

O intelectual marxista Antônio Gramsci viveu entre 1891 e 1937 na Itália, tendo vivenciado as agruras do movimento fascista. Foi ativista político e produtor de intenso trabalho intelectual que demonstra compromisso político, cultural e social. Além disso, Gramsci se constitui um pensador que inovou na crítica política, especialmente em relação à discussão sobre estado ampliado.

O autor sardo¹⁷ contribuiu significativamente para o entendimento da organização social pautada nos determinantes econômicos e sociais do capitalismo e, a partir dele, indicou caminhos possíveis para a luta por outra organização de modo de vida para a sociedade, para “organizar e mobilizar o que ele chamava de grupos subalternos, de modo que pudessem dar início a uma nova forma de Estado e a uma nova ordem” (Fontana, 2003, p. 114).

O método proposto por Marx, assumido também por Antonio Gramsci, era de, a partir da compreensão da sociedade pautada na lógica da exploração do trabalho, indicar possibilidades para sua transformação radical. Sob tal perspectiva, qualquer investigação precisa “[...] captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real” (Marx, 1996a, p. 140).

No entanto, o movimento real é permeado por diferentes e determinadas relações que precisam ser compreendidas. Tais relações são complexas e expressam

¹⁷ Chamado de sardo, pois nasceu em Ales, Sardenha, região sul da Itália.

concepções de mundo e de sociedade que fundamentam a vida em sociedade. Marx (19-- , p. 301) alertou como tais relações interferem na consciência social e que muitas delas independem da vontade do trabalhador. Diz Marx:

Na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. (Marx, 19-- , p. 301).

O que Marx indica no excerto acima e em diversas outras passagens de sua obra é que o Estado exerce ação fundamental na superestrutura jurídica e política, contribuindo para que determinadas formas de pensar e agir se fortaleçam na materialidade da vida. No entanto, a discussão sobre Estado não foi sistematizada nos escritos de Marx e de seu companheiro de luta, Engels. Em obra célebre, O Manifesto Comunista, Marx e Engels (1998, p. 12) expressaram que “o poder executivo do Estado moderno não passa de um comitê para gerenciar os assuntos de toda a burguesia”.

Coube a Antonio Gramsci a discussão sobre o Estado Moderno de forma dialética, sem dicotomizar sociedade civil e sociedade política. É nesse contexto que se torna importante a compreensão sobre hegemonia. Para expor seus pensamentos, percebemos que a categoria “hegemonia” perpassa toda produção do autor e está relacionada com o “Estado”.

Os pensamentos desse intelectual ainda se apresentam atuais para compreender a sociedade capitalista dos dias de hoje e, por meio dos conceitos de “hegemonia” e “Estado” trabalhados amplamente por ele, poderemos compreender como esses conceitos se fazem presentes na oferta do Estágio não Obrigatório na IES, considerando que, apesar de não obrigatório, pode refletir e reforçar as relações de poder e as contradições do sistema capitalista e como esses conceitos auxiliam na compreensão sobre as contradições existentes.

A partir dessa primeira anunciação, indicamos que o objetivo deste capítulo é realizar a discussão teórica tendo como principal fonte os escritos de Antonio Gramsci, a fim de verificar como essas duas categorias “hegemonia” e “Estado” se fazem presentes na oferta e realização do Estágio não Obrigatório na IES. O entendimento

dessas categorias permite uma análise crítica sobre como o poder é exercido e mantido em diferentes esferas da sociedade, incluindo o sistema educacional.

3.2.1 Relações entre Hegemonia e Estágio não Obrigatório

A realização de um aparato hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, é um fato de conhecimento, um fato filosófico. Em linguagem Croceana: quando se consegue introduzir uma nova moral adequada a uma nova concepção de mundo, termina-se por introduzir também esta concepção, isto é, determina-se uma reforma filosófica total (Gramsci, 1978, p. 52).

A epígrafe escolhida para iniciar esta seção indica a linha de pensamento que se segue. Nela, há a expressão “hegemonia”, que é tema central do marxista italiano Antonio Gramsci para explicitar o funcionamento do sistema capitalista e entender as configurações sociais instituídas nas sociedades como estratégia de poder, a qual é intimamente ligada ao Estado, pois “Estado” refere-se a consenso e força.

No seu sentido originário na etimologia grega, a palavra hegemonia tem o significado de direção, de guia, de condução (Sheen, 2007).

Na epígrafe, Gramsci mostra que a hegemonia, ao ser estabelecida, não é apenas uma mudança política, mas uma transformação profunda e total na consciência, nos métodos de conhecimento e na visão de mundo das pessoas. Esse processo implica uma reforma filosófica completa, na qual novas ideias e valores são internalizados pela sociedade, alterando a base ideológica e cultural de uma época. Sheen (2007, p. 5) explica que “A conquista e o exercício da hegemonia exigem uma atuação tanto em nível da estrutura quanto da superestrutura, uma vez que a hegemonia se dá em todos os níveis: político, econômico, ideológico e cultural.”.

Mesmo que Gramsci não tenha nos deixado uma definição ou uma reunião das inúmeras notas em que trata de hegemonia, “sempre ocorre em conexão com seu tratamento dos temas e fenômenos cada vez mais diversos que ele se esforça por analisar, no seu campo de pesquisas sempre em expansão” (Buttigieg, 2003, p. 41).

A partir das ideias elaboradas em seus estudos e reflexões, entendemos que a hegemonia é uma visão de mundo de um grupo social que se torna dominante ao transformar seus interesses particulares em interesses gerais ou universais para os demais grupos, utilizando-se da coerção ou consenso. “Hegemonia significa

supremacia de um grupo ou classe sobre outras classes ou grupos” (Fontana, 2003, p. 114).

Nas palavras de Gramsci,

a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa ‘liquidar’ ou a submeter inclusive com força armada e dirige os grupos afins e aliados. (Gramsci, 2002, p. 62).

É importante ressaltar, a partir de Gramsci, que a hegemonia deve ser entendida como um processo que envolve a capacidade de um grupo social se tornar dirigente antes de ser dominante, o que implica uma luta de classes e a necessidade de construir um consenso entre as massas trabalhadoras, sendo a educação um dos principais aparelhos de hegemonia que contribui para essa construção. Nas palavras de Sheen (2007, p. 5), “o aparelho escolar (incluindo as Universidades) como uma instância superestrutural, é o lócus privilegiado onde se pode desencadear ou sedimentar a luta pela hegemonia cultural, ideológica e, conseqüentemente, pela hegemonia política e econômica.”.

Marx, ao estudar a estrutura e dinâmica das sociedades capitalistas, destaca como diferentes segmentos da burguesia (industrial, agrária, comercial, financeira, bancária) compõem a elite dominante. Ele mostrou que, embora esses grupos compartilhem a necessidade de manter o sistema capitalista, seus interesses nem sempre são alinhados. Em diferentes momentos históricos, um segmento específico da burguesia pode se tornar mais dominante afetando as relações internas e as interações com os trabalhadores.

Para explicar o poder conquistado pela burguesia, o qual se apropriou de espaços e vem ditando valores e normas regulando toda a sociedade, Gramsci desenvolveu, na análise da noção de ordem, uma elaboração preciosa da eficácia da ideologia enquanto materialização/organização das relações políticas. A ordem aparece datada política e ideologicamente, dessa forma, o presente é concebido como ordem, como naturalidade, e o diferente é concebido como perigo, violência e caos (Dias, 2014).

Sendo assim, a ordem burguesa, “pelo efeito ideológico da ideia de *ordem*, se naturaliza, perde sua historicidade, se eterniza, passando a ser vista como o único cenário possível da vida social evitando-se assim a questão central: seu caráter classista, burguesa ou proletária” (Dias, 2014, p. 21).

A luta de classes está presente e se desenvolve no cotidiano, nas mais diversas formas, incluindo-se na família, na escola, nas relações de trabalho, entre outros. As formas de discursos e o processo de leitura com consciência crítica e política desempenham papel importante para o entendimento da possibilidade de conservação ou ruptura da ideologia dominante. A compreensão das palavras e das sentenças desempenha um papel importante para superar a neutralidade e conseguir visualizar a possibilidade de conseguir essa ruptura, a qual significa fazer a crítica da ideologia dominante e pensá-la como produção e como projeto (Dias, 2014, p. 22).

[...] a leitura revela/ oculta o embate de projetos vigentes na nossa sociedade. Vários problemas se colocam. Um deles é a identificação entre palavra e conceito, o que pode permitir o ocultamento das determinações objetivas. Vejamos a aparência da forma contratual do trabalho na sociedade capitalista. Ao reduzir-se força de trabalho a trabalho, ao identificar compradores e vendedores dessa mercadoria particular ela permite transformar a violência classista em algo natural, legítimo, desejável. (Dias, 2014, p. 22).

Ao analisarmos o Estágio não Obrigatório, realizado em Instituições privadas, entendemos que, quando não é realmente efetivado como “ato educativo escolar supervisionado que visa à preparação produtiva de educandos” (Brasil, 2008), é um exemplo de atividade que visa à manutenção do capital, o qual utiliza o estagiário como mão de obra barata, sob o subterfúgio de colaborar para a formação do estudante. E, ainda, quando é realizado nas instituições públicas, atende aos interesses do gerencialismo que vem sendo implementado.

No modo de organização capitalista, o trabalho é, enquanto atividade vital, estruturado sobre a exploração da força de trabalho com vistas ao aumento do capital. A intensa exploração pautada, principalmente, na ampliação da jornada de trabalho e na baixa remuneração colabora para o esgotamento físico do trabalhador e gera maior distanciamento da situação econômica entre as classes. Essa lógica enfraquece as lutas por melhores condições de trabalho e de vida, além de impossibilitar ou tornar mais difícil a busca por outra organização.

Contudo, assim como foi possível a implantação da hegemonia burguesa, Gramsci acreditava ser possível outro modo de organização social. Com um intenso trabalho intelectual, o autor sardo teve um compromisso de elaborar reflexões que auxiliassem na luta pela emancipação das classes subalternas e pela superação da condição de subalternidade.

Antonio Gramsci alerta para o fato de que, mesmo com limitações, inconscientemente, todos os homens são filósofos, pois, nas simples manifestações de atividade intelectual, como, por exemplo, a linguagem, encontra-se presente uma concepção de mundo. Contudo, o autor nos apresenta duas maneiras a partir das quais podemos pensar: sem consciência crítica ou com consciência crítica. No primeiro caso, é participar e aceitar a concepção de mundo imposta a todos por apenas um grupo social. No segundo, é a elaboração da própria concepção de mundo de maneira crítica e consciente, participando ativamente da produção da história do mundo (Gramsci, 1978, p. 11). Em seguida, faz uma indagação ao leitor, a qual está presente na primeira nota em que questiona: “Qual é o tipo de histórico do conformismo e do homem massa do qual fazemos parte?” (Gramsci, 1978, p. 12).

Com essa indagação, Gramsci nos alerta para o fato de que todos pertencem a um determinado grupo e nele é compartilhado o modo de pensar, de agir, e que “somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens massa ou homens coletivos” (Gramsci, 1978, p. 12). Somos um coletivo de homens massa, quando não possuímos criticidade em nossa concepção de mundo, quando pensamos de forma desagregada. Criticar a própria concepção de mundo significa torná-la unitária e coerente, e elevá-la até o ponto mais desenvolvido do pensamento mundial, isso significa criticar toda filosofia até hoje existente na medida em que deixou estratificações consolidadas na filosofia popular (Gramsci, 1978).

O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que somos realmente, isto é, um ‘conhece-te a ti mesmo’ como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços recebidos sem benefício no inventário. Deve-se fazer, inicialmente, este inventário (Gramsci, 1978, p. 12).

Neste mesmo sentido, Dias (1996, p. 10) aponta que “a capacidade que uma classe fundamental (subalterna ou dominante) tenha de construir sua hegemonia decorre da sua possibilidade de elaborar sua visão de mundo própria, autônoma”. A hegemonia burguesa vigente atualmente possui interesses bem definidos, mas perceber que eles estão presentes na direção da sociedade requer todo o movimento do pensamento e a capacidade de atribuir um olhar crítico sobre elas, já que se encontram bem camufladas. A hegemonia se apresenta e se estabelece a partir de disputas que envolvem classes sociais antagônicas, entre frações de classe e, dentre elas, as que conseguem hegemonizar seus interesses sobre as demais frações.

Na verdade, Gramsci percebe que na consciência dos oprimidos há um amálgama contraditório de valores, em parte provenientes da visão dos seus governantes e, em parte, derivados do próprio saber popular e das próprias experiências sociopolíticas (Semeraro, 2006, p. 30).

Na atual forma de sociabilidade, tornam-se evidentes os dois principais extremos das classes sociais, os quais são mantidos pela supremacia da classe dominante em prol de seus próprios interesses. Bottomore (2013, p. 106) evidencia que a “sociedade como um todo está cada vez mais dividida em dois grandes campos hostis, em duas grandes classes que se enfrentam diretamente - a burguesia e o proletariado” -, mas não significa que ambas as classes são monolíticas.

Apesar de não haver uma hegemonia com consenso total e cristalizado (Schlesener, 2016), na estrutura atual da sociedade, a hegemonia em favor dos interesses do capital é dissimulada e inicialmente se apresenta como benéfica para toda a população, independentemente da classe social a que pertença. Isso faz com que de certa forma amenize os aparentes efeitos negativos daquela hegemonia que se pretende instituir ou manter. Um subsídio para que isso ocorra é a autonomia relativa do Estado em relação à economia, o que dá impressão de que este governa para todos.

Segundo Schlesener (2016, p. 17), para elaborar a consciência crítica superando a fragmentação e as contradições da própria concepção de mundo, é necessária a organização em grupo, com movimento de organização política por meio de projetos sociais definidos, a qual é um processo que passa pela ressignificação da linguagem¹⁸ e aprofundamento do conhecimento da língua nacional. Enquanto o subalterno não possuir uma concepção de mundo bem elaborada, que expresse seus interesses e suas práticas de classe, ele se apropria de um pensamento hegemônico de outro grupo social que não o representa.

A compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma luta de ‘hegemonias’ políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência de fazer parte de uma

¹⁸ A linguagem é caracterizada por Schlesener (2016, p. 17) pela formação do senso comum, veículo de difusão de uma ideologia unificadora, por meio da fragmentação do pensamento ou pela divulgação de elementos dispersos e parciais, que escondem as desigualdades sociais e culturais; mas pode ser também instrumento importante para a obtenção de uma nova unidade cultural a partir da organização política dos trabalhadores e da superação do silêncio ao qual são reduzidos a partir da assimilação de uma linguagem unificadora.

determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam. (Gramsci, 1999, p. 103).

Assim como para todo grupo social que quer conquistar a hegemonia, Gramsci deixa claro que as classes populares precisam passar pelo processo de construção de sua identidade, de intelectualidade e por uma educação que efetive a construção rigorosa de saber mais avançado e socializado (Semeraro, 2006, p. 21).

Gramsci entende que, para os subalternos alcançarem a consciência crítica, faz-se necessária uma organização da classe. Desse modo, os intelectuais, a educação e a cultura são importantes para esse processo. Toda classe tem seus intelectuais e, nesse sentido, a função dos intelectuais é aperfeiçoar o debate e a formação em torno da necessária reforma intelectual e moral para alcançar outro tipo de sociedade, alicerçada nos interesses da vontade coletiva. Assim, os intelectuais das classes subalternas possuem a tarefa de construir em conjunto com elas a inteligibilidade do real, desenvolvendo e identificando sua própria identidade com projetos e práticas para a transformação social. “Os intelectuais devem ser governantes e não governados, construtores de ideologias para governar os outros e não charlatões que se deixem picar e envenenar pelas próprias serpentes” (Gramsci, 1999, p. 284).

É preciso superar muitos desafios para alcançar a nova hegemonia, já que a força hegemônica instaurada institui barreiras para conter a organização da classe trabalhadora em todos os setores da sociedade, inclusive na educação, a qual é ponto forte para transformar toda sociedade. A educação oferecida é atrelada ao projeto de sociedade que se pretende construir ou manter, e Gramsci (2001, p. 49) já alertava que “a marca social é dada pelo fato de que cada grupo social tem um tipo de escola próprio, destinado a perpetuar nestes estratos uma determinada função tradicional, dirigente ou instrumental”, e complementa que

em 1931 travou-se na Câmara dos Deputados uma ampla discussão sobre o ensino profissionalizante e, nela, todos os elementos teóricos e práticos para o estudo do problema foram abordados de modo bastante claro e orgânico. Três tipos de escola: 1) profissionalizante; 2) média técnica; 3) clássica. A primeira, para os operários e camponeses; a segunda, para os pequenos burgueses; a terceira, para a classe dirigente (Gramsci, 2001, p. 147).

Mesmo com organizações e movimentos para uma Educação de qualidade, inúmeras controvérsias estão presentes na sua efetivação e no cumprimento das Leis estabelecidas por meio de luta dos próprios trabalhadores ao longo da história.

Ao analisar a configuração atual do Estágio não Obrigatório para os estudantes de educação superior, detectamos que, em muitos casos, a Lei nº 11.788/08 (Lei do estágio) ainda não está sendo cumprida, pois, na realidade, o Estágio não Obrigatório vem suprimindo uma demanda de trabalhadores, levando os estagiários a assumirem muitas funções que não condizem com a fixada no termo de compromisso, de forma a atuarem como trabalhadores formais.

Entendemos que a forma com que a contratação de estudantes para realizar estágio vem se efetivando em muitos lugares, além de explorar o estagiário, tem incidido diretamente no aprofundamento da desvalorização das categorias de trabalhadores, visto que, ao atender as demandas em troca de uma bolsa com valor inferior àquela que seria destinada à remuneração de profissionais habilitados, os estagiários ocupam postos que seriam destinados a tais profissionais, colaborando para a redução dos postos de trabalho e, conseqüentemente, para a redução de vagas de empregos formais e em concursos públicos. Desta forma, muitos dos estagiários, que ainda estão em processo de formação, inseridos em uma instituição formadora, também são utilizados para atender interesses do capital quando inseridos em ambientes privados para realizar estágio.

Dessa forma, a relação entre o Estágio não Obrigatório e o conceito de hegemonia pode ser entendida na maneira como as práticas sociais e econômicas se articulam para manter o poder das classes dominantes, já que hegemonia é a capacidade de uma classe social de liderar e influenciar outras classes, não apenas por meio da força, mas também pela construção de consenso e aceitação de valores e normas.

No caso do Estágio não Obrigatório, quando este não é efetivamente compreendido como uma experiência educativa e formativa, pode ser utilizado pelos contratantes para explorar mão de obra, perpetuando desigualdades sociais. Essa prática naturaliza a ideia de que estagiários devem aceitar condições de trabalho precárias em troca de uma experiência que, na verdade, deveria ser enriquecedora.

Essa aceitação pode ser vista como uma forma de hegemonia, na qual a classe dominante consegue moldar a percepção do estágio como algo benéfico e

necessário, desconsiderando as questões de exploração e precarização do trabalho, Mesmo instituições públicas, que não necessariamente têm como foco o capital, seguem a lógica capitalista de contratação. Assim, as interpretações e aplicações da Lei do estágio podem ser ajustadas para atender aos interesses dessas classes, enfraquecendo a luta por direitos e condições justas entre os trabalhadores e estagiários.

Sendo assim, a hegemonia se manifesta quando práticas como o Estágio não Obrigatório são aceitas sem questionamento, permitindo que estruturas de poder e exploração permaneçam invisíveis e inquestionadas na sociedade.

Para outra forma de organização social, Gramsci, ao analisar o amplo estudo e experiência nos conselhos de fábrica, deixou-nos uma proposta. Para isso, segundo ele, seria necessária uma ampla reforma intelectual e moral, travada pelas esferas econômica, política e cultural.

Se se quiser criar uma nova camada de intelectuais, chegando às mais altas especializações, a partir de um grupo social que tradicionalmente não desenvolveu as aptidões adequadas, será preciso superar enormes dificuldades. (Gramsci, 2001, p. 52).

Essa transformação seria alcançada por meio de um processo de transformação de mentalidades a partir da construção de uma nova subjetividade, com racionalidade crítica, autônoma e criativa compreendendo suas potencialidades como classe revolucionária em que as massas construíssem suas próprias organizações para educar-se e educar seus próprios intelectuais orgânicos (Gramsci, 2001). Dessa forma, é possível inaugurar uma nova maneira de pensar, a qual demanda de processo lento, mas com possibilidade de ser mais efetiva e duradoura.

Compreende-se que haverá resultado efetivo se mais setores da sociedade forem organizados para os mesmos propósitos, como a reforma intelectual e moral conectada com uma reforma econômica, pois

uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica; mais precisamente, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral (Gramsci, 2007, p. 19).

Há desafios e complexidades para superar, mas os trabalhadores são capazes de organizar e elaborar outro projeto de sociedade, diferente do instaurado.

Semeraro (2006, p. 32) explana as colocações de Gramsci e indica que “[...] é possível e necessário para as classes trabalhadoras elaborar, aberta e conscientemente, uma ideologia própria que permita unificar suas lutas e dar visibilidade ao seu projeto de sociedade”.

É nesse sentido que Antonio Gramsci sugere que a escola seja organizada de maneira que “[...] conduza o jovem até os umbrais da escolha profissional, formando-o, durante este meio tempo, como pessoa capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige” (Gramsci, 2001, p. 49).

A discussão realizada nesta seção não se esgota, mas já nos permite refletir e fazer relações com o objeto da pesquisa e com o próximo conceito discutido. Então, a seguir, desenvolvemos a noção de Estado amplamente trabalhado por Gramsci, o qual é entendido, como afirma Liguori (2003), não no sentido de que ele seja o sujeito da história, mas que os sujeitos da história, que são as classes sociais, “[...] só podem verdadeiramente se tornar hegemônicos na medida em que avaliam a si mesmos como capazes de ‘tornar-se Estado’” (2003, p. 180).

3.2.2 A presença do Estado no Estágio não Obrigatório

São várias as definições dessa categoria denominada “Estado” instituídas ao longo do tempo pelos diversos pensadores e intelectuais. Entretanto, no campo do Marxismo, é evidenciado o importante papel dos fatores econômicos e sociais nos fatos políticos e intelectuais, e a interpretação de Estado formulado por Marx está presente ao longo de sua análise do modo capitalista de produção.

Ianni (1988) aponta que, nos primeiros escritos de Marx, o Estado nem paira sobre a sociedade civil, nem exprime a vontade geral, ainda que essas sejam suas dimensões ideológicas frequentes. Marx entende o Estado inserido no jogo das relações entre as pessoas, os grupos e as classes sociais, e que o Estado precisa ser compreendido, simultaneamente, “como uma colossal superestrutura e o poder organizado de uma classe social em seu relacionamento com as outras” (Ianni, 1988, p. 65).

O Estado é a estrutura da sociedade e se estabeleceu para fazer com que os interesses privados encontrem um mecanismo poderoso de se expressar. Ianni explica que:

O Estado e a sociedade não são politicamente distintos, o Estado é a estrutura da sociedade. Mas o Estado não é a expressão harmônica e abstrata da sociedade. Ao contrário, ele já se constitui como um produto de contradições políticas. Essa é a primeira e mais geral contradição na qual se funda o poder estatal: O Estado se funda na contradição entre o público e a vida privada, entre o interesse geral e o particular. (Ianni, 1988, p. 66).

De acordo com Marx, “a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes” (Marx; Engels, 2005, p. 40), e “cada etapa da evolução percorrida pela burguesia foi acompanhada de um progresso político correspondente” (Marx; Engels, 2005, p. 41). Assim, a burguesia, com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno (Marx; Engels, 2005, p. 42). Dessa forma, o Estado é uma forma de poder que possui íntima relação com a estrutura econômica, ou seja, é entendido a partir das condições materiais. Sendo assim, Marx compreende o Estado como um “comitê para gerenciar os assuntos de toda a burguesia” (Marx; Engels, 1998, p. 12).

Em um texto escrito por Marx em 1844, “Glosas críticas marginais ao artigo ‘O rei da Prússia e a reforma social’. De um prussiano”, e publicado no jornal *Avante!* (*Vorwärts!*), como resposta ao artigo de Arnold Ruge, que também foi publicado no mesmo jornal e é identificado como “o prussiano”, mencionado no título do texto criticado, Marx desenvolveu reflexões filosóficas significativas sobre os fundamentos do Estado e da política, além de analisar a intervenção dessas instituições no complexo fenômeno do pauperismo que se espalhava pela Europa à medida que o capitalismo se expandia. Nele, Marx discute o papel do Estado em relação aos problemas sociais, mostrando que o Estado, por sua própria natureza, é um instrumento de coerção que concentra o poder político em favor da classe dominante. No entanto, quando o Estado reconhece a existência de problemas sociais, ele tende a buscar suas causas em fatores externos, como leis da natureza ou deficiências administrativas, em vez de investigar a essência do próprio Estado e sua relação com a sociedade civil.

O Estado jamais encontrará no ‘Estado e na organização da sociedade’ o fundamento dos males sociais, como o ‘prussiano’ exige do seu rei. Onde há partidos políticos, cada um encontra o fundamento de qualquer mal no fato de que não ele, mas o seu partido adversário, acha-se ao leme do Estado (Marx, 2011, p. 148).

Situado nos fundamentos do marxismo, Antonio Gramsci caminha nessa mesma direção quando se refere ao Estado. Contudo, traz ainda uma originalidade e avança no entendimento, concebendo a categoria de Estado que se origina da sociedade política + sociedade civil.

Sheen (2007) mostra as características da sociedade política e da sociedade civil. A primeira é composta pelos mecanismos através dos quais a classe dominante exerce o monopólio legal da repressão e da violência. Isso inclui os aparelhos de coerção, como as forças policiais e militares, que são controlados pelas burocracias executivas. A função da sociedade política é garantir a ordem e a disciplina, utilizando a força quando necessário. Portanto, a sociedade política é vista como o espaço onde se exerce a dominação através da coerção. Por outro lado, a sociedade civil é formada por um conjunto de organizações e instituições que são responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias. Isso inclui o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos e os meios de comunicação, entre outros. A sociedade civil atua como um espaço onde as classes sociais buscam exercer sua hegemonia, ou seja, tentam ganhar aliados para suas posições por meio da direção política e do consenso. A função da sociedade civil é, portanto, promover a hegemonia cultural e ideológica, contribuindo para a legitimação do poder da classe dominante.

Nas palavras de Gramsci, “se deve notar que na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção)” (2007, p. 244). E é na sociedade civil que se dão as lutas de classes.

Para Coutinho (2003), Gramsci é “o autor que melhor apreendeu, no campo marxista, a nova relação entre Estado e sociedade que se realiza na modernidade do século XX” (2003, p. 174). Ao referir-se ao Estado, Gramsci (2007) elabora a distinção entre o conjunto dos homens e outros homens mais especificamente legisladores, o qual se dá pelo fato de que o grupo dos legisladores “não só elabora diretrizes que se devem tornar norma de conduta para os outros, mas, ao mesmo tempo, elabora os instrumentos através dos quais as próprias diretrizes serão ‘impostas’ e será controlada sua aplicação” (Gramsci, 2007, p. 302). De acordo com ele, no grupo dos legisladores, o poder legislativo máximo reside no pessoal estatal (funcionários eleitos e de carreira), que possuem à disposição as forças coercivas legais do Estado.

Contudo, o autor alerta para o fato de que não se pode dizer que os dirigentes de organismos e organizações "privadas" também não disponham de sanções coercivas e até a pena de morte, e

A capacidade máxima do legislador pode se deduzir do fato de que, à perfeita elaboração das diretrizes, corresponde uma perfeita predisposição dos organismos de execução e de controle e uma perfeita preparação do consenso 'espontâneo' das massas, que devem 'viver' aquelas diretrizes, modificando seus hábitos, sua vontade e suas convicções de acordo com aquelas diretrizes e com os objetivos que elas se propõem atingir. (Gramsci, 2007, p. 302).

Ao referir-se ao Estado e outras categorias como a de sociedade civil e de Estado ampliado compreendido por Antonio Gramsci, Liguori (2003) percebe que elas são utilizadas em acepções diversas das que eram predominantes em seu tempo, e também tinham conotações diferentes no interior da própria obra.

Para melhor entender essa questão, cabe evidenciar as palavras de Liguori, segundo o qual Gramsci "não substitui a economia pela política, simplesmente reafirma com vigor o nexos dialético e de ação recíproca entre os dois níveis da realidade, pesquisando em profundidade o nível 'superestrutural'" (2007, p. 14). Sendo assim, Gramsci entende que a economia é a estrutura, e a sociedade civil e o Estado fazem parte da superestrutura. De acordo com Gramsci (2007), por "Estado" é preciso entender o aparelho de governo e o aparelho "privado" de hegemonia ou sociedade civil.

O autor sardo entende que, para as classes fundamentais produtivas que são a burguesia capitalista e o proletariado moderno, o Estado

só é concebível como forma concreta de um determinado mundo econômico, de um determinado sistema de produção, disso não deriva que a relação de meio e fim seja facilmente determinável e assumo o aspecto de um esquema simples e óbvio à primeira vista. É verdade que conquista do poder e afirmação de um novo mundo produtivo são indissociáveis; que a propaganda em favor de uma coisa é também propaganda em favor da outra; e que, na realidade, somente nessa coincidência é que reside a unidade da classe dominante, a qual é, ao mesmo tempo, econômica e política; mas se manifesta o complexo problema da correlação de forças internas ao país em questão, da correlação das forças internacionais, da posição geopolítica do determinado país (Gramsci, 1999, p. 427).

Liguori (2003) esclarece que Gramsci não faz do Estado o sujeito do modo de produção capitalista nem o sujeito da história, mas que ele é a expressão da situação econômica. Nas palavras de Gramsci, "certamente, o Estado não produz *ut sic* a

situação econômica, mas é a expressão da situação econômica; todavia, pode-se falar do Estado como agente econômico precisamente enquanto o Estado é sinônimo de tal situação” (1999, p. 379).

O que temos até então é que os poderes representativos da sociedade são meios utilizados para manter a coerção das massas e manter o domínio dos capitalistas. As limitações tanto de compreensão política quanto de pensamentos críticos impostas à sociedade impedem a percepção da realidade de submissão.

Para Gramsci, as ideologias políticas são construções práticas, instrumentos de direção política, “as ideologias são meras ilusões para os governados, um engano sofrido, enquanto são para os governantes um engano desejado e consciente” (Gramsci, 1999, p. 387). De acordo com o entendimento do autor, essas ideologias são fatos históricos e que devem ser combatidos e revelados em sua natureza de domínio por razões de luta política: “para tornar os governados intelectualmente independentes dos governantes, para destruir uma hegemonia e criar uma outra, como momento necessário da subversão da práxis” (Gramsci, 1999, p. 387).

Segundo Dias (2014), a política, sob a forma de organização capitalista, “aparece como sendo o reino das contingências, do movimento de indivíduos (seus interesses, desejos, ideias) que se entrecrocaram sem, necessariamente, possuir uma meta-racionalidade, reduzindo-se a jogos de poder não tão racionais” (2014, p. 27). Assim, o autor explicita que, quando os burgueses, individualmente, ou como Estado, se defrontam com movimentos sociais, oferecem algumas formas compensatórias, chamadas de políticas públicas. Contudo, essas políticas não resolvem o problema central da “adequação entre o modo de governo das massas e o modo de governo da economia” (Dias, 2014, p. 27).

Romper com a hegemonia vigente não é impossível, mas exige esforços, organização social e especialmente desenvolvimento de capacidade crítica. Gramsci explicita que, com o processo de educação da classe subalterna que forma os dirigentes, eles ocupariam o espaço de poder utilizado pela burguesia, não para continuar com seus métodos, mas para uma direção radicalmente democrática, popular e coletiva do poder (Semeraro, 2006, p. 58). Dessa forma, o Estado seria organizado com nova concepção e teria a responsabilidade pela educação de todos, “[...] a inteira função de educação e formação das novas gerações deixa de ser privada

e torna-se pública, pois somente assim ela pode abarcar todas as gerações, sem divisões de grupos ou castas” (Gramsci, 2001, p. 36).

Ao tratar da filosofia da práxis, Gramsci (1999, p. 104) fala da autoconsciência crítica, que, segundo ele, significa histórica e politicamente a criação de uma elite de intelectuais, isto é, organizadores e dirigentes para a elaboração conceitual e filosófica.

Mas este processo de criação dos intelectuais é longo, difícil, cheio de contradições, de avanços e de recuos, de debandadas e de reagrupamentos; e, neste processo, a ‘fidelidade’ da massa (e a fidelidade e a disciplina são inicialmente a forma que assume a adesão da massa e a sua colaboração no desenvolvimento do fenômeno cultural como um todo) é submetida a duras provas (Gramsci, 1999, p. 104).

Atualmente, o Estado é um espaço de dominação e correlação de forças entre as classes sociais. Ele organiza todos os aspectos da vida visando à manutenção dos interesses do capital. Gramsci esclarece que o Estado é ético na medida em que

uma de suas funções mais importantes é elevar a grande massa da população a um determinado nível cultural e moral, nível (ou tipo) que corresponde às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, aos interesses das classes dominantes (Gramsci, 2007, p. 284).

Para Gramsci, o Estado é a associação de sociedade política e sociedade civil, e regula juridicamente os “dissídios internos de classe, os atritos e interesses conflitantes, unifica os vários setores e dá a imagem plástica da classe inteira” (Gramsci, 1976, p. 231), ou seja, o Estado regula a sociedade civil, para esta adequar-se à sociedade econômica.

entre a estrutura econômica e o Estado com a sua legislação e a sua coerção, está a sociedade civil, e esta deve ser radical e concretamente transformada não apenas na letra da lei e nos livros dos cientistas; o Estado é o instrumento para adequar a sociedade civil à estrutura econômica, mas é preciso que o Estado ‘queira’ fazer isto, isto é, que o Estado seja dirigido pelos representantes da modificação ocorrida na estrutura econômica (Gramsci, 1999, p. 324).

Nessa perspectiva, Gramsci entende que o grupo dirigente exerce direção na esfera da sociedade civil, a qual insere e mantém seu domínio através da hegemonia, e, por meio do consenso, a classe dirigente, no patamar da estrutura, dirige a sociedade. Dessa maneira, a visão de mundo capitalista é amplamente aceita como

senso comum, estabelecendo-se como um bloco histórico hegemônico. Consequentemente, o controle sobre os subalternos é exercido através de consentimento quando as ideologias dominantes alcançam o status de senso comum. Para a filosofia da práxis,

as superestruturas são uma realidade (ou se tornam tal, quando não são meras elucubrações individuais) objetiva e operante; ela afirma explicitamente que os homens tomam consciência da sua posição social (e, conseqüentemente, de suas tarefas) no terreno das ideologias, o que não é pouco como afirmação de realidade; a própria filosofia da práxis é uma superestrutura, é o terreno no qual determinados grupos sociais tomam consciência do próprio ser social, da própria força, das próprias tarefas, do próprio devir (Gramsci, 1999, p. 388).

Coutinho (1992, p. 31) entende que Gramsci utiliza o conceito “Política” em dois sentidos, o qual chama de “amplo” e “restrito”. No sentido amplo, também conhecido como “catarse”, identifica-se com a liberdade, universalidade e com toda forma de práxis que supera a mera recepção passiva ou a manipulação de dados imediatos e se orienta conscientemente para a totalidade das relações subjetivas e objetivas. Identifica que ela é elemento real ou potencial ineliminável, que todas as esferas do ser social são atravessadas pela política. Na acepção restrita, o conceito de Política aparece em seu sentido habitual, as relações de poder entre governantes e governados, como conjunto de práticas e objetivações que se referem diretamente ao Estado. Coutinho complementa que, “se em sua primeira acepção, como “catarse”, a política pode ser considerada um momento ineliminável da estrutura ontológica do ser social, nessa segunda acepção ela aparece ao contrário, como algo *historicamente transitório*” (1992, p. 54).

Coutinho (1992) esclarece que o Estado é contraditório porque, ao mesmo tempo que assegura direitos, caracteriza-se como uma instituição coerciva e opressora, e que pode ser um espaço de autodefesa do capitalismo e dos interesses burgueses podendo ser tanto transformador como conservador. “O Estado é tido como ponto de equilíbrio destinado a desempenhar a mediação entre acumulação privada e legitimação democrática” (Semeraro, 2006, p. 155), portanto precisa ser assumido pelos trabalhadores e transformado.

Como o Estado fica a serviço da classe dominante, ele se mantém através da força e do consenso que legitimam sua dominação. O Estado consiste, ainda, em “todo o complexo de atividades práticas e teóricas com os quais a classe dirigente não

só justifica e mantém o seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados" (Gramsci, 2007, p. 331).

Contudo, vale lembrar que, para Gramsci, o Estado tem caráter histórico e só existe enquanto há dominantes e dominados, dirigentes e dirigidos, e que deverá desaparecer quando não existirem classes sociais, ou seja, na sociedade comunista (Coutinho, 1992, p. 55).

Vale lembrar que Marx e Gramsci entenderam o Estado como forma de poder representando e impondo os interesses de uma classe social sobre todas as demais classes existentes. Dessa forma, todos se encontram sujeitos às regras que são elaboradas para atender a interesses específicos. O Estágio não Obrigatório não está isolado desse contexto mais amplo, o qual, embora tenha sido concebido pela legislação para fins formativos, está dividido entre as demandas do mundo profissional e do processo de formação acadêmica. Essa dinâmica será mais bem compreendida no capítulo de análise dos dados das entrevistas.

O estudo da "hegemonia" fez-se necessário para entender o funcionamento da sociedade capitalista, na qual "hegemonia" foi instituída como estratégia de poder pela coerção ou consenso, e a hegemonia está intimamente ligada ao Estado, uma vez que "Estado", conforme afirmado anteriormente, refere-se a consenso e força.

O Estado, como vimos, foi se estabelecendo na medida em que houve a contradição da vida pública e da privada, e ele possui íntima relação com a estrutura econômica, sendo então uma forma de poder.

Marx entende que a história da sociedade é permeada por lutas de classe e o Estado é uma forma de poder representando os interesses de uma das classes sociais. Nesse mesmo sentido, ao tratar do Estado, Gramsci apresentou uma originalidade na explicitação do Estado, compreendendo-o como uma categoria que se origina da soma de sociedade política e sociedade civil. Segundo o autor, o Estado é a expressão da situação econômica, regulando a sociedade civil para adequar-se à sociedade econômica, podendo manter o domínio de toda a população. Assim, o poder que o Estado proporciona aos legisladores representativos da sociedade é utilizado para legitimar os fundamentos do capitalismo sobre todas as classes.

A categoria Estado discutida neste capítulo foi fundamental para entender o Estágio não Obrigatório, pois nos permitiu analisar as dinâmicas de poder e as relações de classe que permeiam essa prática. O Estado, conforme analisado por

Marx e Gramsci, é um instrumento que regula as relações sociais, refletindo os interesses da classe dominante. Nesse contexto, o Estágio não Obrigatório é regulado pela legislação, que, embora tenha sido concebida para proporcionar uma experiência formativa aos estudantes, deixa brechas, e sua aplicação muitas vezes se desvia desse objetivo, transformando o estágio em uma forma de exploração da mão de obra do estudante. Nesse sentido, o Estado pode ser visto como um facilitador dessa dinâmica, ao deixar um ambiente onde os contratantes podem se beneficiar de estagiários sem as mesmas obrigações trabalhistas que teriam com empregados formais.

Podemos visualizar também que, ao ser promovida uma narrativa de que o estágio está relacionado com o aprendizado, sem ter uma verdadeira fiscalização e obscurecendo as condições precárias que muitos estagiários enfrentam, é um aspecto da hegemonia burguesa, na qual a aceitação de práticas que favorecem o capital se torna corriqueira, fazendo com que estagiários e a sociedade em geral vejam essas condições como aceitáveis ou normais.

Portanto, a análise do Estágio não Obrigatório à luz da categoria Estado revela como as estruturas de poder operam para manter desigualdades sociais, mostrando que essa prática não é apenas uma questão de formação profissional, mas um reflexo das relações de dominação e consentimento que caracterizam o sistema capitalista.

O Estado adota um modelo de economia política que regula a organização da sociedade, e o objetivo do próximo capítulo é o de discorrermos sobre a subsunção do Estágio não Obrigatório à lógica neoliberal, que é economia política vigente.

CAPÍTULO 4 - NEOLIBERALISMO E GERENCIALISMO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

O neoliberalismo influencia não apenas as políticas econômicas, mas também as perspectivas sociais, culturais e humanas, moldando a forma como as pessoas percebem a si mesmas e interagem na sociedade.

Ao presumir que as empresas são mais eficientes, o Estado recorre à terceirização de vários serviços públicos (gerencialismo), cria "quase-mercados" e abre espaço para a participação de agentes privados na colaboração para a criação de legislações, normas, agendas e formulação de políticas (Andrade *et al.*, 2021).

O neoliberalismo é tão abrangente que promove uma mentalidade de mercado, estendendo-se para além dos domínios comerciais. Sob tal lógica, os fundamentos neoliberais se fazem presentes em todos os espaços da vida, incentivando agilidade, eficiência e competitividade e, em contrapartida, interfere na essência da vida humana.

Em um universo em que a economia está sob comando e hegemonia do capital financeiro, as empresas buscam garantir seus altos lucros exigindo e transferindo aos trabalhadores e trabalhadoras a pressão pela maximização do tempo, pelas altas taxas de produtividade, pela redução de custos, como os relativos à força de trabalho, além de exigir a 'flexibilização crescente dos contratos de trabalho'. (Antunes, 2018, p. 37).

Como resultado, para garantir subsistência, as pessoas dependem de atividades laborais que normalmente exigem uma determinada qualificação profissional. Nesse cenário, se veem obrigadas a se alinhar com os ritmos do mercado, transformando-se em competidoras e empreendedores de si mesmas e aplicando uma lógica gerencial à condução de suas próprias vidas, já que, segundo Ball (2005, p. 545), "O gerenciamento busca incutir performatividade na alma do trabalhador".

Sendo assim, as pessoas passam a buscar constantemente oportunidades de autodesenvolvimento, aprimoramento ou conhecimento de habilidades e competências para possuírem um diferencial que é tão cobrado por empresas, como se com isso elas fossem valorizadas. Além disso, a concepção de equiparar-se a uma empresa acaba indicando que as pessoas devem administrar suas vidas de maneira eficaz buscando melhorar cada vez mais seus resultados, o que pode resultar em uma

pressão constante para atingir o sucesso individual, muitas vezes negligenciando as necessidades físicas e orgânicas inerentes ao ser humano.

Dessa forma, essa engrenagem pode levar à alienação das pessoas de sua essência humana, transformando as relações sociais em transações comerciais e promovendo uma visão utilitária do ser humano, na qual a lógica gerencial e a ênfase na competição podem contribuir para um ambiente social mais individualista e desigual.

O Estado, por sua vez, incorpora o modelo de mercado e passa a administrar tendo como base o modelo de administrações privadas para as instituições públicas, usando as estratégias de medição e ranqueamento para comparar as instituições públicas e privadas.

Dessa forma, há uma tendência de enxugamento da máquina pública, ou seja, uma diminuição de pessoas trabalhando para o setor governamental. Essa redução pode ser observada na decisão de diminuição de realização de concursos públicos, optando, em vez disso, por terceirizações, contratação de trabalhadores temporários e ainda estagiários.

Segundo Jeffrey (2012), entre os anos 1990 e 2000, o Brasil passou por um significativo processo de reforma educacional que impactou as condições de oferta de educação e a valorização do profissional da educação. Esse período foi marcado por três elementos centrais: gerencialismo, performatividade e profissionalismo. Esses três elementos, conforme Ball (2005), resultaram em um cenário onde a educação foi cada vez mais vista através da lente da eficiência e da competitividade, o que gerou desafios significativos para a valorização do profissional da educação e a qualidade do ensino oferecido. A pressão por resultados e o controle externo, em vez de promoverem uma melhoria genuína na educação, muitas vezes levaram a uma desvalorização do trabalho docente e a um ambiente educativo menos autêntico e mais burocrático. Para Ball (2005, p. 544), “o gerencialismo desempenha o importante papel de destruir os sistemas ético-profissionais que prevaleciam nas escolas, provocando sua substituição por sistemas empresariais competitivos”.

Nas universidades, o gerencialismo pode ser visto de diversas formas, refletindo uma abordagem inspirada em práticas do setor privado e na busca por eficiência, o que, na prática, se apresenta: na terceirização de serviços, como limpeza e segurança, sob a crença de que empresas privadas podem oferecer esses serviços

de maneira mais eficiente e econômica; na oferta de cursos voltados para as demandas do mercado de trabalho; e nas avaliações que as Universidades enfrentam, que priorizam resultados em detrimento da qualidade do ensino.

A partir disso, entendemos que a realização de Estágios não Obrigatórios é também uma forma de preparar os alunos para as demandas do mercado, promovendo uma formação mais alinhada às expectativas dos empregadores, o que pode levar as Universidades a estabelecer parcerias com empresas e a adaptar currículos para atender a essas demandas.

De acordo com pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Estágios (ABRES), finalizada em fevereiro de 2021, o número de estagiários no Brasil era de 900 mil, sendo 686 mil para o ensino superior e 214 mil para o ensino médio e técnico.

Esses números revelam, por um lado, que as parcerias para a realização de estágios permitem aos estudantes se aproximarem do ambiente de trabalho, o que é fundamental para a classe trabalhadora poder sobreviver em uma sociedade capitalista. Por outro lado, também evidenciam tanto as carências financeiras enfrentadas pelos alunos quando realizam estágio em razão da bolsa recebida, quanto as lacunas deixadas pelo Estado ao longo do tempo, resultando em uma situação em que muitos não conseguem se dedicar integralmente aos estudos e acabam ingressando precocemente no mundo do trabalho.

As transformações do mercado aliada à regulamentação do Estado sobre as atividades do estágio/bolsa pedagógica contribuíram para o desvirtuamento dos contratos deste tipo de 'emprego', tornando-o um dos tipos mais usuais de flexibilização e de precarização do trabalho qualificado, excluindo, quase que por completo, todo seu caráter de complementação à formação escolar. (Freitas *et al.*, 2020, p. 445).

Para identificar como os estudantes estão vivenciando o Estágio não Obrigatório na UEPG, a partir da próxima seção, analisaremos os dados coletados por meio das entrevistas realizadas com os estagiários e o responsável pelas contratações.

4.1 PERFIL DOS ESTUDANTES ESTAGIÁRIOS

Os dados das entrevistas nos permitiram apresentar um panorama do perfil dos estudantes estagiários entrevistados, tais como sexo, idade, dados sobre a moradia e sobre o curso que realizam.

Diante disso, na tentativa de tornar possível a visualização e a aproximação com os participantes da pesquisa, os quais possuem suas próprias subjetividades e experiências, organizamos essa seção para apresentar esses sujeitos, que são estudantes e se encontram na função de estagiários dentro da estrutura organizacional da UEPG.

Sendo assim, a partir dos dados obtidos, iniciamos apresentando o sexo dos participantes da pesquisa: entre os 19 entrevistados, há 63% do sexo feminino e 37% do sexo masculino, indicando uma predominância do sexo feminino.

Não é o propósito desta tese aprofundar a discussão sobre este tema, porém é relevante ressaltar que, durante muito tempo, as mulheres foram amplamente vinculadas a papéis relacionados ao trabalho doméstico, à maternidade e ao cuidado de outros, tanto em contextos familiares quanto em instituições como hospitais ou organizações de assistência social. E, mesmo desenvolvendo o trabalho, as mulheres geralmente não recebiam uma compensação financeira por ele (Campagnoli, 2021).

A inserção das mulheres no processo de formação educacional é vista como um marco importante que possibilitou que elas obtivessem certificação acadêmica, o que, por sua vez, capacitava-as para exercerem ocupações consideradas dignas para mulheres naquele contexto histórico. Isso significa que, ao receberem educação formal e certificação, as mulheres ganhavam acesso a oportunidades de trabalho que eram socialmente aceitas e valorizadas para elas naquela época. Essas oportunidades muitas vezes eram limitadas e tendiam a se concentrar em áreas tradicionalmente associadas ao papel feminino. Portanto, a formação certificada proporcionava avanços dentro dos limites impostos pela estrutura de gênero da sociedade da época (Campagnoli, 2021).

Nesse sentido, visualizar as mulheres integrando os cursos de ensino superior traz uma dupla reflexão: de um lado a conquista feminina precisa ser lembrada e, por outro, ao compararmos homens e mulheres, percebemos as desigualdades ainda presentes na educação, fato que impacta significativamente a vida das mulheres. Entre tais desigualdades, destacam-se: a) as disparidades salariais, visto que, com frequência, as mulheres são contratadas por valores inferiores àqueles destinados aos homens; b) acúmulo de funções para além daquelas destinadas ao trabalho remunerado, visto que muitas mulheres são as principais responsáveis pela criação

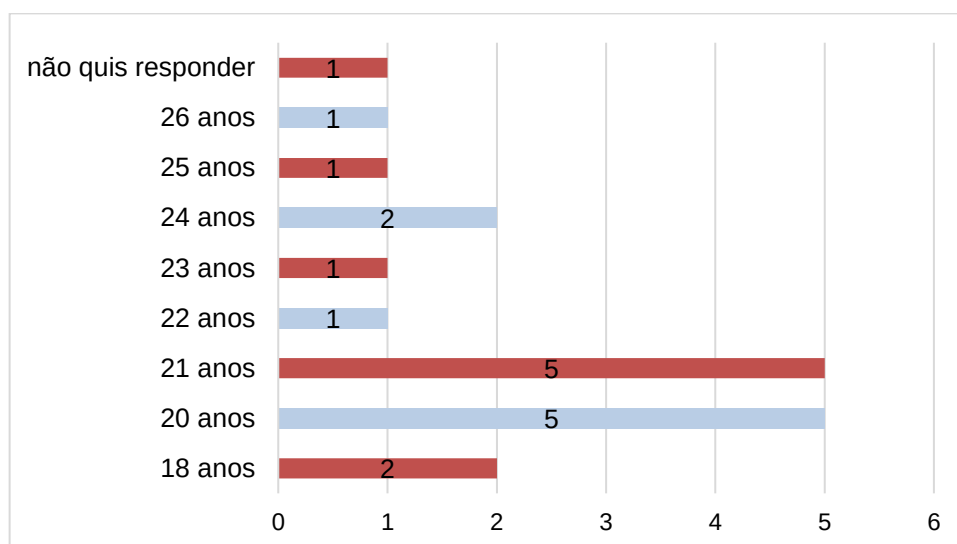
dos filhos e pelas tarefas domésticas, sem receberem reconhecimento ou compensação por tais atividades.

Ainda no século XXI, algumas políticas comprometem direitos humanos essenciais à vida. Ao analisarmos o Art. 45 do Decreto 5283 de 2020, que afirma que “aos estagiários não serão concedidas licença maternidade ou paternidade”, percebemos que o decreto ignora a realidade dos estagiários que podem ser mães e pais, deixando-os sem o devido amparo, o que desconsidera a importância do suporte familiar no início da vida dos filhos e a necessidade de proteção dos direitos trabalhistas, mesmo em contextos de estágio, o que acentua a desigualdade entre estagiários e trabalhadores contratados.

Entendemos também que a falta de licença pode impactar negativamente a continuidade da formação do estagiário, aumentando o risco de evasão. Essa realidade não se limita apenas aos estagiários. Trabalhadores informais ou aqueles com contratos de trabalho por tempo determinado também enfrentam esse desafio, especialmente quando seus contratos não preveem prorrogação em caso de gravidez.

Outro aspecto identificado nas entrevistas foi a faixa etária dos participantes, que variou entre 18 e 26 anos, correspondendo ao intervalo de idade mais recorrente para estudantes universitários, conforme mostra o Gráfico 1.

Gráfico 1 - Quantidade de estagiários por idade - 2022



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Dos 19 estagiários entrevistados, 17 especificaram estar solteiros/as e 2 casados/as, e nenhum deles tem filhos.

Ao questionarmos sobre a moradia, identificamos que todos os estagiários estão residindo em Ponta Grossa, contudo duas responderam estar no município para cursar a graduação, já que as famílias são dos municípios de Castro e de Telêmaco Borba. Entre elas, uma apontou que está residindo sozinha e outra divide apartamento com duas pessoas. Dos demais estagiários, obtivemos repostas com quantidades que variam de 2 a 9 pessoas morando na mesma residência, conforme apresentamos na Tabela 8 a seguir:

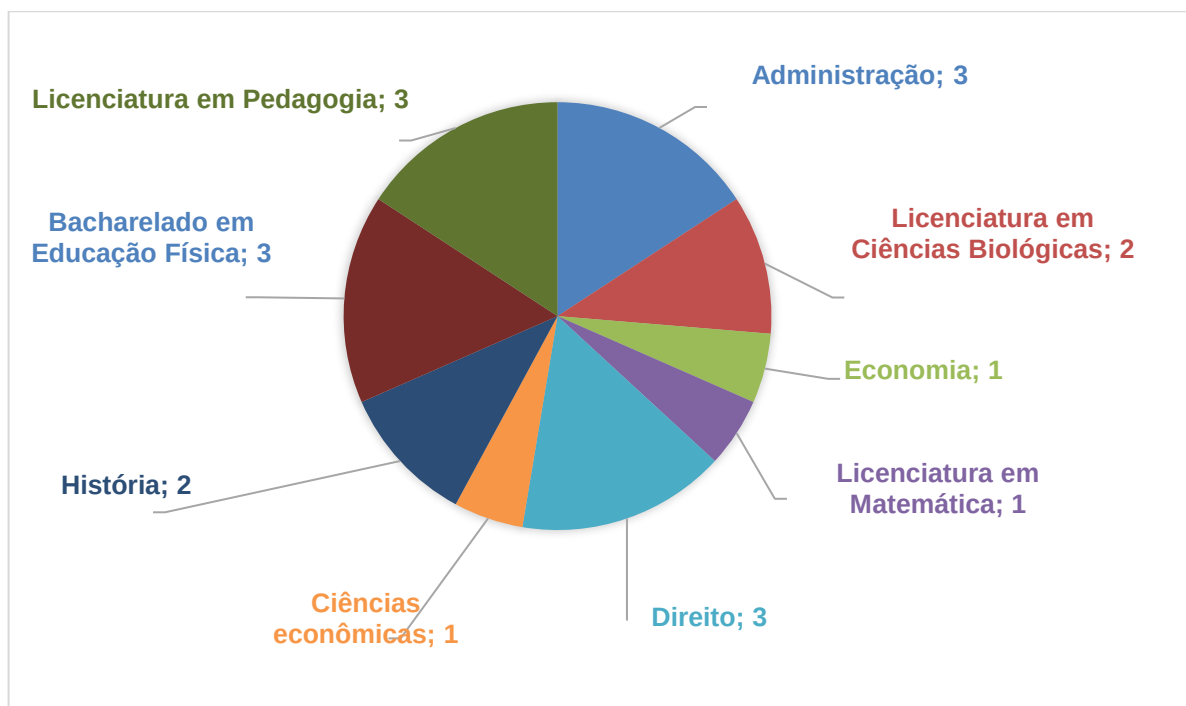
Tabela 8 - Número de pessoas residentes na mesma moradia – por estagiário - Ponta Grossa - 2022

ESTAGIÁRIOS	NÚMERO DE PESSOAS RESIDENTES NA MESMA MORADIA								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Estagiário A									X
Estagiário B					X				
Estagiário C					X				
Estagiário D			X						
Estagiário E			X						
Estagiário F						X			
Estagiário G			X						
Estagiário H	X								
Estagiário I				X					
Estagiário J				X					
Estagiário K				X					
Estagiário L				X					
Estagiário M			X			X			
Estagiário N									
Estagiário O						X			
Estagiário P			X						
Estagiário Q		X							
Estagiário R		X							
Estagiário S				X					
Total	1	2	5	5	2	3	0	0	1

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Em relação aos cursos frequentados pelos estagiários, foi possível identificar 9 diferentes cursos e, entre eles, 3 de Licenciatura, como mostra o Gráfico 2.

Gráfico 2 - Quantidade de estagiário por curso realizado - UEPG - 2022



Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Ao terminar o Ensino Médio, o estudante toma uma decisão importante: ingressar diretamente no mercado de trabalho ou continuar seus estudos. Sabemos que, na atual forma de sociabilidade, muitos não têm a possibilidade de escolha, sendo obrigados a optar por caminhos que atendam às necessidades imediatas. No entanto, para aqueles que têm a oportunidade de prosseguir para o ensino superior, surge a necessidade de decidir qual curso seguir. Conforme Martins e Machado (2018) explicam, mesmo com esforços para democratizar o acesso ao ensino superior, as desigualdades sociais e econômicas ainda moldam quem tem acesso a quais oportunidades educacionais e como esses indivíduos escolhem seus caminhos acadêmicos e profissionais.

O fenômeno de estratificação educacional, ou seja, a importância da origem social para determinar o alcance educacional dos indivíduos se configura ainda na sociedade brasileira, apesar de avanços em termos de políticas públicas para a promoção do ingresso de pessoas de classe mais baixa na universidade. A maior parte dos alunos que ingressam no ensino superior vem das camadas mais ricas da população. Ou seja, a escolha do curso universitário ocorre muitas vezes a partir de um processo de auto seleção do candidato, que segue uma determinada hierarquização de cursos. (Martins; Machado, 2018, p. 3).

Considerando que a escolha do curso superior é o que vai nortear o estudante para se encaminhar para uma futura área de atuação profissional, na qual muitas vezes permanecerá ao longo da vida, ela precisaria ser pensada cuidadosamente.

Em relação às escolhas dos cursos superiores a serem frequentados, os dados indicam que há uma diversidade em relação às motivações e circunstâncias pessoais que influenciaram o ingresso dos estudantes no ensino superior.

Então, eu meio que escolhi aleatoriamente, porque eu estava entre ADM e contábeis, eu falei, não gosto de nenhum desses e vi economia e vi a descrição do curso que tem no site, achei legal fui lá e me inscrevi. Foi isso. (Estagiário C, 2022).

[...] quando eu tava terminando o ensino médio, eu não tinha muita ideia do que fazer, até eu nem queria muito entrar na Universidade, mas com a pressão eu comecei a pesquisar e decidi pela astronomia. Eu terminei o ensino médio em 2018 e entrei na UEPG pra fazer física, e fiz por um ano. Aí pela necessidade de precisar trabalhar, eu tive que abandonar o curso, porque no primeiro ano a gente não consegue trancar. Então tive que largar mesmo. Na pandemia, comecei a pesquisar cursos alternativos que eu poderia estudar astronomia, daí apareceu biologia, estudei e entrei. E assim, eu estudei em casa, não fiz cursinho nada e consegui entrar. (Estagiário E, 2022).

Então, eu sempre gostei de história na escola, e sempre gostei da coisa da docência, porque minha mãe é professora de educação física. Aí eu pensei, por que não eu juntar as duas coisas, história eu gosto tanto e docência também, então eu decidi juntar as duas coisas. (Estagiário L, 2022).

Eu tinha pego as opções de curso pra fazer na UEPG né, porque era de graça e eu não tinha condições de pagar a Faculdade. Aí peguei e fui eliminando os que eu não queria fazer de forma nenhuma. Aí eu cheguei a ficar com jornalismo, história e arte. História e arte porque eu sempre amei as disciplinas e jornalismo porque eu não teria que dar aulas, porque eu não queria ser professor. Aí na hora decidi jornalismo. Mas daí cursando ele foi extremamente decepcionante, foi o curso que eu odiei e a única coisa que gostei foi a matéria de fotografia. No segundo ano, quando os professores estavam apresentando a ementa, o que a gente ia ver, teve um professor que tava falando e tinha um texto sobre um conteúdo que ele deixou de fora. Daí ele comentou que tinha esse conteúdo, mas que não ia dar tempo e por isso deixou de fora. E daí nisso, eu conhecia esse conteúdo porque eu tinha visto no ensino médio com um professor de sociologia e eu tinha me interessado muito no assunto. Que era o conceito de Foucault e eu comentei que conhecia aquilo, e nisso um colega falou que ele não conhecia, e eu tirei um tempinho pra explicar do que se tratava, e nisso eu tive uma satisfação, um prazer em ensinar pra ele aquilo, e daí parece que igual desenho animado, acendeu uma lâmpada na minha cabeça e pensei nossa: será que é assim ser professor? e se eu largasse o jornalismo e tentasse história? Porque do jeito que tava, o cenário não era muito bonito. Daí tranquei jornalismo e fiz o vestibular pra história e passei na lista de espera. Logo que começou as aulas, já entrou a pandemia. Mas mesmo assim, mesmo na pandemia eu tive um prazer de aprender cada conteúdo. (Estagiário M, 2022).

A pedagogia na verdade caiu na minha vida de paraquedas, eu digo isso pra todo mundo. Porque eu comecei pedagogia, e quando eu tava na metade, eu

passei em engenharia na UTF, e daí por ser uma faculdade federal, eu fui pra lá e não gostei porque eu tava acostumada com a pedagogia, e me identifiquei mais do que com a engenharia, sendo que meu sonho sempre era engenharia. Aí voltei pra fazer pedagogia. E hoje já quero até me especializar na área. (Estagiário R, 2022).

Os relatos evidenciam que a escolha do curso superior ocorreu de diversas maneiras e essa decisão foi influenciada por uma série de fatores, tais como: afinidade pessoal, incentivos, influência da família, nível de escolarização e situação financeira, pois, embora a universidade seja pública, alguns cursos podem implicar custos adicionais para o estudante.

As falas dos entrevistados mostraram que poucos tinham certeza sobre a escolha do curso desde o início. Alguns relatos mostram que a escolha se deu por eliminação da relação de cursos ofertados pela universidade (Estagiários C, E e M), outros acabaram mudando de curso no decorrer do processo (Estagiários B, D e R), outros optaram por influência de familiar que já atua na área (Estagiários J e L).

Ao analisar os fatores que influenciam a escolha do curso superior no Brasil, Martins e Machado (2018, p. 1) ressaltam que “as variáveis que condicionam essa escolha são: características individuais e familiares; relação candidato-vaga; tempo de duração do curso; e incentivos econômicos das carreiras (média e variabilidade do rendimento e desemprego)”.

Ao refletir sobre essa questão, lembramos novamente que Marx e Engels nos mostraram que “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (Marx; Engels, 2007, p. 94). Isso mostra que a escolha do curso superior não é um ato de livre arbítrio, mas uma decisão profundamente enraizada nas condições sociais, econômicas e culturais em que o indivíduo se encontra. As experiências e circunstâncias da vida desempenham um papel significativo na formação das aspirações e na escolha dos caminhos a seguir. Considerando ainda o contexto neoliberal, o estudante é visto como um consumidor no mercado educacional, e sua escolha de curso, muitas vezes, se vincula às exigências do mercado de trabalho, pois, para sobreviver na atual forma de sociabilidade, é preciso atender aos interesses que orientam a lógica capitalista.

Entre os estudantes estagiários entrevistados, houve uma predominância de 47% (9) cursando o 2º ano do curso, e os demais distribuídos no 1º ano (3), 3º ano (4) e 4º ano (3) do Curso que realizam.

Destinamos a seção seguinte para expor e analisar os apontamentos realizados pelos estudantes estagiários sobre o estágio realizado na Universidade.

4.2 O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA: PERCEPÇÃO DOS ESTAGIÁRIOS

As percepções dos estagiários sobre essa vivência são diversas e refletem tanto os aspectos positivos quanto os desafios enfrentados.

Conforme indica a Lei nº 11.788/08, “o estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho” (BRASIL, 2008), o que está muito alinhado aos objetivos do neoliberalismo quando cita a competência e o desenvolvimento para o trabalho.

Defendemos que a realização de estágio precisa proporcionar experiências que contribuam para o desenvolvimento do estudante e, com o processo formativo, alcançar a práxis.

Para Marx, a práxis é uma atividade humana que não apenas transforma a natureza, mas também a sociedade. Ele enfatiza que a filosofia deve ir além da contemplação; deve se tornar um guia ativo e consciente para a ação. Vásquez (2003) mostra o conceito de práxis explicitado por Marx:

Com Marx, el problema de la práxis como actividad humana transformadora de la naturaleza y la sociedad pasa al primer plano. La filosofía se vuelve conciencia, fundamento teórico e instrumento de ella. La relación entre teoría e práxis es para Marx teórica y práctica; práctica, el cuanto que la teoría como guía de la acción conforma la actividad del hombre, particularmente la revolucionaria; teórica en cuanto que esta relación es consciente. (Vásquez, 2003, p. 127).

Dessa forma, podemos compreender que a experiência do estágio, em conjunto com o estudo, deve desenvolver tanto a formação teórica quanto a prática para a atuação do futuro profissional. A teoria serve como um guia consciente para a ação, enquanto a prática não se limita à aplicação de conhecimentos, mas visa a transformar a realidade ao seu redor. Sendo assim, a realização do estágio precisa estar vinculada aos objetivos do curso que realizam.

Dessa forma, questionamos os participantes da pesquisa se o Estágio não Obrigatório tem relação com o curso que realizam. De maneira geral, enquanto muitos

veem o estágio como um meio de integrar teoria e prática e de se construir enquanto profissional, outros enfrentam desafios na adequação entre as atividades do estágio e os objetivos acadêmicos. Perguntamos para o responsável pela contratação dos estagiários se, para assinar o termo de compromisso, é analisado se há relação do curso que o estudante faz com a vaga de estágio oferecida. E ele nos explicou que “sim, o estágio tem que ser relacionado com o curso, de outra forma não tem como”.

Nas respostas dos estagiários, verificamos que predominou a visão de que sim, eles entendem que há relação e o estágio é uma oportunidade para complementar a teoria aprendida, proporcionando experiência prática e facilitando o contato com profissionais da área (Estagiários A, B, D, E, F, G, H, I, K, L, M, N, O, P, Q, R, S). A seguir, destacamos 3 falas que mostram isso:

Sim, porque é uma área de recursos humanos que é uma das áreas do curso, aí você vai conhecendo mesmo. (Estagiário B, 2022).

Sim, porque tenho muito contato com os professores, então eu consigo ver como que é a carreira aqui, dá vontade de continuar trabalhando dentro da Universidade, porque a gente tá com muito contato entre pesquisa, extensão, dia dia dos professores, então assim, ele ajuda bastante nessa situação. (Estagiário E, 2022).

Tem tudo a ver. Por exemplo as olimpíadas é tratada com as questões problemas, e a gente tem que resolver. E o POT, a gente dá aula pras crianças pra treinar eles pra fazer a olimpíada. (Estagiário F, 2022).

Outros estagiários entendem que há uma relação moderada entre o Estágio não Obrigatório e o curso (Estagiários C, L).

Um pouquinho... Porque meu curso não é uma coisa assim específica, ele abrange várias áreas. A gente pode trabalhar com o que quiser praticamente. Então acho que ajuda. (Estagiário C, 2022).

É, digamos que é mais ou menos. Colabora pro curso sim, mas pra área daí não. Se eu fizesse bacharelado contribuiria bem mais. (Estagiário L, 2022).

Por outro lado, há um estagiário que sentia uma desconexão entre o estágio e seu campo de estudo, percebendo que a experiência adquirida não agrega valor significativo ao aprendizado ou à formação (Estagiário J).

Não muito. Como eu já respondi anteriormente, nesse lugar que eu tô não agrega. Não tem nenhum aprendizado em economia, não tem relação nenhuma. (Estagiário J, 2022).

Diante da necessidade de a classe trabalhadora garantir empregos para poder sustentar suas vidas, entendemos que o Estágio não Obrigatório, quando realizado em setores relacionados à futura profissão do estudante e alinhado com os objetivos de aprendizado, oferece um grande potencial para o desenvolvimento do aluno, promovendo aprendizado, crescimento e amadurecimento profissional, preparando melhor o estudante para sua carreira futura. As autoras Lavall e Bardem, cujo trabalho foi apresentado no capítulo de revisão de literatura, também entendem que o Estágio não Obrigatório é um elo entre a vida do estudante e o mercado de trabalho, que é uma espécie de iniciação profissional, e, a partir do contato com a vida organizacional, o estagiário pode perceber “como será a sua futura realidade, identificando o que dele será esperado e como poderá contribuir para o desenvolvimento das organizações” (2014, p. 53).

Contudo, “diante da restrição, cada vez maior, de vagas no mercado laboral, o que se percebe é que o aluno geralmente aceita qualquer oportunidade de trabalho mesmo que essas não correspondam à sua área de formação” (Freitas *et al.*, 2020, p. 445). Esse cenário pode causar implicações significativas, como a desvalorização dos profissionais e das qualificações acadêmicas.

Ainda conforme o entendimento de Freitas *et al.* (2020, p. 444),

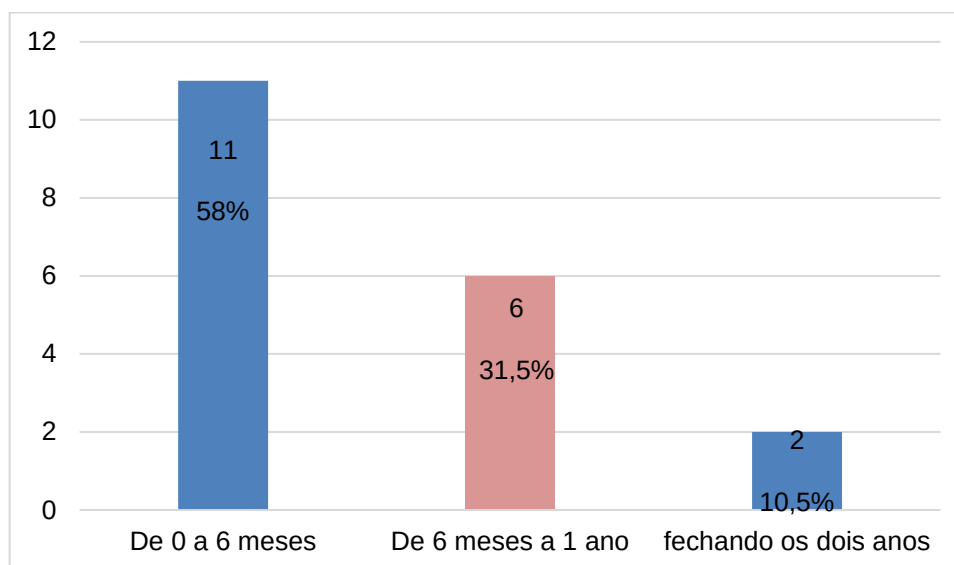
o estágio remunerado e as bolsas de estudo e aprendizagem são percebidas como uma complementação à formação escolar. No entanto, há nessa relação a presença maciça da precarização do trabalho, a qual gera um exército de mão de obra amplamente utilizada, tanto pela iniciativa privada quanto pelos órgãos públicos, legalizada pelo Estado através da Lei n. 11.778/2008.

Para regulamentar a realização de um Estágio não Obrigatório, a Lei estabelece que deve ser firmado um termo de compromisso entre o estudante, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino. Essa formalização é importante porque define as responsabilidades de cada parte e as atividades a serem desenvolvidas. No entanto,

tal termo não assegura ao estudante nenhum vínculo empregatício ou assistência previdenciária, isto é, a ‘lei do estágio’ esconde um conjunto de estratégias que facilitam, para algumas empresas, a contratação de mão de obra barata descaracterizando, assim, a função pedagógica do estágio. (Freitas *et al.*, 2020, p. 445).

Conforme previsto pela legislação, a duração máxima de um estágio em um mesmo local é de dois anos, buscando evitar possível vínculo empregatício. Sobre esse assunto, questionamos os estagiários acerca do tempo que estão realizando estágio na UEPG e obtivemos as seguintes informações, que estão apresentadas no Gráfico abaixo:

Gráfico 3 - Tempo de contrato de estágio entre estagiário e UEPG - 2022



Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Ao observar o gráfico, notamos que há uma concentração maior de estagiários que estavam iniciando o percurso do estágio (11), seis (6) estudantes que estavam desempenhando a função de 6 meses a 1 ano, e apenas dois (2) finalizando o percurso que é o autorizado em Lei.

Quanto à carga horária semanal do Estágio não Obrigatório, o responsável pela contratação afirmou que “tem de 4 horas diárias, tem de 5 horas e de 6 horas de estágio. Depende também do supervisor, do que ele precisa. A maioria é 4 horas.”. De acordo com as respostas dos estagiários: um estagiário realiza de 20 a 25 horas semanais, três estagiários cumprem 25 horas semanais, e quinze estagiários trabalham 20 horas semanais.

Para equilibrar o estudo com o estágio, os acadêmicos precisam gerenciar suas responsabilidades. As falas dos estagiários revelam diferentes estratégias e desafios na conciliação entre estágio e estudos. A maioria dos estagiários organiza suas atividades em turnos específicos: um para estágio; outro para o curso; o restante

do tempo para os estudos, tarefas e trabalhos demandados pelo curso, permitindo uma divisão clara entre as responsabilidades acadêmicas e profissionais (Estagiários B, C, D, F, G, H, I, K, M).

De manhã eu estudo, de tarde o estágio e à noite eu tenho as aulas. (Estagiário F, 2022).

Olha, é bem tranquilo porque minha faculdade é noturno e o estágio é matutino, então tenho a tarde inteira livre pra estudar. (Estagiário G, 2022).

Então, eu tento pensar assim: o período de estágio é o período de estágio, e eu faço tudo o que me pedem pra realizar. Aí o tempo da faculdade é o tempo da faculdade e eu faço tudo que é necessário, mas principalmente no final de semana que eu deixo pra fazer os trabalhos. Mas tirando isso é sempre bem delimitado pra não misturar uma coisa com a outra, sabe. (Estagiário D, 2022).

Existem também aqueles que adaptam seus horários e atividades para se ajustar às demandas do estágio e dos estudos, utilizando períodos mais tranquilos durante o estágio ou fins de semana para a realização de tarefas acadêmicas (Estagiários A, E, L, O, Q, R, S).

Pela minha faculdade ser integral à tarde, à noite, fica um pouco apertadas, só que justamente pela flexibilização que o estágio me proporciona e pela minha organização de tempo de estudo durante a semana e tudo mais, é... a faculdade também flexibiliza muito os horários, que tem aí algumas disciplinas que são só tarde e outras que são só à noite, então eu consigo conciliar bem com essa organização. (Estagiário A, 2022).

Eu me viro no tempo, mas geralmente estudo nos tempos mais tranquilos aqui no estágio. (Estagiário O, 2022).

Alguns estagiários enfrentam desafios adicionais, como transporte e carga horária intensa, que exigem ajustes na programação, como a redução de disciplinas cursadas ou mudanças nos horários de estudo (Estagiários J, N, P).

É difícil no começo, porque como eu moro longe, em Oficinas, o transporte de lá pra cá é bem complicado. Daí eu venho aqui no campus pro estágio, e meu curso é no centro. Daí, como eu tinha algumas pendências de manhã, algumas aulas de manhã do primeiro ano ainda, eu tentei fazer de manhã, mas não deu muito certo porque era muito gasto pra manhã, tarde e noite sabe. O custo com transporte era muito alto. Então eu acabei desistindo das matérias da manhã e ficando só a tarde e à noite. Daí as disciplinas vou fazer ano que vem todas elas à noite. (Estagiário J, 2022).

Pois olha, agora tá meio complicado porque eu tô em dois estágios. Daí eu vou sair agora do outro justamente por isso, pra ter mais tempo. Aí eu vou ficar só aqui, daí vai ficar tranquilo, com tempo de sobra. (Estagiário N, 2022).

Que pergunta difícil... Como eu tenho dois empregos, é pela madrugada. Tipo qualquer horário que abre eu tô tentando estudar, mas é complicado pra mim que tenho dois empregos. Agora eu tô pensando em sair do outro justamente pra gente ter mais tempo ainda mais que ano que vem é ano de TCC pra mim. Porque pra mim é mais flexível aqui justamente por tar dentro da UEPG. (Estagiário P, 2022).

Outra preocupação ao elaborar o questionário para o responsável pela contratação dos estagiários foi a questão da redução das horas de estágio durante os períodos de avaliação nas disciplinas do curso, especificamente as realizadas por meio de provas e testes, conforme previsto na Lei nº 11.788/08. O responsável esclareceu que “Sim, quando eles têm semanas de prova, eles podem sair duas horas antes do estágio”. Nas entrevistas, as falas dos estagiários refletem uma variedade de experiências e níveis de conhecimento sobre a flexibilização da carga horária durante períodos de avaliação. Alguns estagiários estão bem informados e utilizam a flexibilidade oferecida para ajustar suas horas de estágio durante as semanas de provas. Para tanto, mencionam que a possibilidade de sair mais cedo para estudar é uma prática reconhecida e que podem repor as horas em outros momentos (Estagiários A, C, F, K, L, M, O, Q, R, S).

[...] e inclusive isso vem escrito no nosso contrato que em semana de provas, contanto que a gente comprove, a gente tem uma redução da carga horária pra que a gente possa estudar, se preparar e tudo mais. (Estagiário A, 2022).

Sim, tem flexibilidade. Já precisei, daí depois venho um pouquinho antes pra repor essas horas. Dá pra trabalhar bem com as horas. (Estagiário F, 2022).

Ah sim, quando tem algum período que a gente precisa pra se dedicar a estudar, a gente conversa aqui e ela aceita bem tranquilo. (Estagiário M, 2022).

Outros estagiários ainda não precisaram utilizá-la (Estagiários D, E, G).

Eu não cheguei a ter necessidade disso. Mas já me informaram que assim, se eu precisar realmente e tiver dificultando muito, eu poderia pedir para sair mais cedo, mas tudo com justificativa, sabe. (Estagiário D, 2022).

Eu nunca pedi para reduzir em períodos de provas porque eu tenho a liberdade de estudar aqui. Tanto que minhas atividades daqui são bem poucas mesmo. Então eu posso pegar meu caderno, livro, fazer pesquisas tudo ali na minha mesa. Mas eles já me liberaram uma vez que eu precisei fazer um exame, então tem essa flexibilização, bem tranquilo. (Estagiário E, 2022).

Sim, tem a flexibilidade. Mas eu nunca precisei para ser sincera, mas eu sei que tem. (Estagiário G, 2022).

Houve ainda respostas de estudantes que não conheciam o direito de redução das horas, e outros que não estavam totalmente cientes de como o processo funciona (Estagiários B, H, I, J, N, P):

Ainda não passei por essa situação, e eu não sabia disso. (Estagiário B, 2022).

Sim, quando a gente tem prova, pode sair mais cedo né. Mas eu acho que precisa repor as horas, mas a gente ainda não repôs. (Estagiário I, 2022).

Não. Na verdade, algumas vezes eu mesmo perguntei pra minha supervisora se eu poderia vir em outros horários também. Por exemplo, eu vir de manhã pra cumprir os afazeres, pra cumprir o que no horário não dava, o que eu deixei pra fazer no dia porque não deu tempo. Então por exemplo, vir de manhã e à tarde, tipo, pra terminar o serviço. Pra reduzir, eu acho que não. (Estagiário J, 2022).

Essa diversidade de respostas demonstra que, embora a política de redução de carga horária durante períodos de avaliação esteja claramente estabelecida em Lei, a forma como é vivenciada pelos estagiários pode variar de acordo com suas necessidades individuais e as orientações recebidas.

A pesquisa de Rocha (2017), apontada na revisão de literatura, ao estudar o comportamento informacional dos alunos de Pedagogia presencial em relação ao Estágio não Obrigatório, sugeriu que a coordenação do curso reforce a disponibilidade de informações aos estudantes, propondo a elaboração de material informacional eletrônico distribuído no início dos semestres (Rocha, 2017, p. 112).

Outro questionamento feito aos estagiários foi sobre sua experiência profissional anterior, com o objetivo de identificar se o estágio na Universidade representa sua primeira aproximação com o ambiente de trabalho. Os dados revelam que 68% (13) dos estagiários já tinham trabalhado antes de iniciar o Estágio não Obrigatório (Estagiários A, D, E, F, H, I, K, L, N, O, P, Q, R), enquanto 32% (6) não possuíam nenhuma experiência profissional anterior (Estagiários B, C, G, J, M, S).

Entre os 13 estudantes estagiários que já possuíam experiência profissional antes de iniciar o Estágio não Obrigatório, observamos que essas experiências ocorreram em diversos setores. A seguir, apresentamos alguns fragmentos selecionados das entrevistas que ilustram essas diferentes experiências:

Tenho experiência em vendas personalizadas, pois trabalhei com isso antes de ingressar no curso. (Estagiário A, 2022).

Já trabalhei em vários lugares. Na Frísia como classificador de grãos. Cheguei a trabalhar no shopping Palladium em dois empregos: recepcionista na administração e como orientador de pátio no estacionamento. (Estagiário D, 2022).

Trabalhei em muitos lugares, mas a maioria era emprego informal porque como eu era, é.. Geralmente me contratavam final de ano, e eram empregos daquele jeito, sabe?! Mas já trabalhei em tudo quanto é coisa que você imaginar (Estagiário E, 2022).

Outros estagiários, “I”, “N”, “O” e “P”, afirmaram que, além do estudo e da realização do estágio na UEPG, conciliavam outra atividade, usando então os 3 turnos.

Então, na verdade eu trabalhei antes de começar a fazer o curso, como técnica agropecuária. Bem diferente de agora. E agora eu também trabalho à tarde numa loja. É uma loja de cosmético. Pra fazer cosmético artesanal, tipo aromatizador, sabonete. Então de manhã eu fico aqui, à tarde na loja e à noite pra aula (Estagiário I, 2022).

Eu já trabalhei no quartel por 11 meses e 16 dias, daí agora também faço estágio na World Idiomas à noite, e à tarde estágio aqui na UEPG. (Estagiário N, 2022).

Eu dou aula de natação em uma academia e faço estágio aqui. E antes eu trabalhei em loja como vendedora. (Estagiário O, 2022).

Já trabalhei com crossfit, também trabalho em outro estágio com reabilitação e nesse aqui da UEPG. (Estagiário P, 2022).

Durante a entrevista, essas respostas chamaram nossa atenção, levando-nos a questionar se eles pretendem manter todas essas atividades. No caso do estudante “I”, que trabalha em loja, ele indicou que é estabelecimento da família, portanto é flexível, mas cumpre com algumas atribuições. O estagiário “N” indicou que “pretendo sair do outro local de estágio, pois estou achando complicado de conciliar os dois estágios”. O estagiário “O” disse que, como está no quarto ano do curso, iniciou o estágio em “outro local para garantir pra frente”, pois na UEPG já estava encerrando o contrato. O “P” indicou que entrou há pouco tempo para substituir outra estagiária que irá sair, e antes já estava estagiando nesse outro local, “é questão de tempo mesmo para eu me adaptar aqui para daí sair do outro e permanecer só em um”.

Essas informações nos levam a refletir sobre a carga de atividades que esses estudantes estão assumindo, dividindo seu tempo entre estudos, Estágio não Obrigatório na universidade e outras atividades mencionadas.

A entrada dos jovens no mercado de trabalho para conseguir experiência profissional não é tarefa fácil. Dessa forma, muitos estudantes visualizam o estágio como uma possibilidade de suprir essa dificuldade. Guaragni (2016), destacada na revisão de literatura, entende que a exigência do mercado de trabalho requer não só dos jovens, mas da classe trabalhadora em geral, um maior grau de escolaridade e maior nível de experiência profissional, dessa forma, “os jovens saem em desvantagem sob esses aspectos, pois ainda estão passando por um processo de formação escolar e profissional e possuem pouca ou nenhuma experiência profissional” (Guaragni, 2016, p. 60). Nesse sentido, não resta outra saída a esses jovens a não ser buscar a experiência profissional para conseguir ingressar no mercado de trabalho.

O responsável pela contratação de estagiários para a UEPG entende que o Estágio não Obrigatório é uma troca entre estagiário e a Instituição concedente do estágio: “Acredito que tem uma importância, pois, além de estarem ajudando no serviço aqui, que a gente precisa muito deles, eles estão aprendendo, né. Então é muito importante. É uma troca mesmo” (Responsável).

Em pleno século XXI, mais do que nunca, bilhões de homens e mulheres dependem de forma exclusiva do trabalho para sobreviver e encontram, cada vez mais, situações instáveis, precárias, ou vivenciam diretamente o flagelo do desemprego. Isto é, ao mesmo tempo que se amplia o contingente de trabalhadores e trabalhadoras em escala global, há uma redução imensa dos empregos. Aqueles que se mantêm empregados presenciam a corrosão dos seus direitos sociais e a erosão de suas conquistas históricas, consequência da lógica destrutiva do capital que, conforme expulsa centenas de milhões de homens e mulheres do mundo produtivo (em sentido amplo), recria, nos mais distantes e longínquos espaços, novas modalidades de trabalho informal, intermitente, precarizado, ‘flexível’, depauperando ainda mais os níveis de remuneração daqueles que se mantêm trabalhando. (Antunes, 2018, p. 25).

Em relação à decisão de realizar o Estágio não Obrigatório na Universidade, as respostas revelaram diferentes motivações como: o desenvolvimento acadêmico e profissional (Estagiários A, D, G, H, I, M, P); necessidade de renda (Estagiários A, D, G, H, K, L, M, N, R, Q, R); outros motivos como a flexibilidade e possibilidade de conciliar com os estudos (Estagiários B; C, E, F, I, J, O, P, S). Abaixo, apresentamos algumas das falas dos entrevistados:

O interesse do estágio, eu sempre avalio alguns pontos. É... o primeiro é o desenvolvimento acadêmico, justamente porque o estágio é um momento em que o acadêmico universitário tem a possibilidade de se encontrar dentro de uma área. Então, eu fiquei sabendo do estágio através de uma página de

central de estágios do governo, onde eu sempre ficava olhando até que abriu uma vaga aqui na UEPG, onde eu fiz uma entrevista com mais duas, três pessoas, e eu acabei sendo selecionado pela supervisora. É... fiz o processo de aprendizado e me identifiquei muito na área da microbiologia, então acredito que esse é um dos pontos pelo qual eu escolhi fazer estágio. Outra coisa pelo qual eu escolhi o estágio foi pela remuneração, justamente porque ser universitário já não é fácil né, ainda mais eu fazendo uma faculdade integral que é tarde e noite, então não tem muita possibilidade de trabalho. Então pelo horário que é das 8 ao meio-dia, que já é um horário que é muito bom, e por conta de receber remuneração né que é 700 reais. (Estagiário A, 2022).

Eu tomei a decisão porque eu precisava de duas coisas, precisava do dinheiro para eu fazer minhas coisas, apesar de que eu ainda moro com meu pai, ele me ajuda em várias coisas, mas eu queria ter minha própria renda, e também pela experiência, porque eu já trabalhei na área de administração, mas nunca no RH. Daí quando eu entrei no curso eu tava meio sem saber tipo que área seguir, porque como é um leque muito amplo, você fica meio perdido ali no meio sem saber o que fazer, daí eu optei pelo estágio pra conhecer a área que futuramente eu vou trabalhar. (Estagiário D, 2022).

Em primeiro lugar foi pela bolsa, então é pelo financeiro porque eu participava de um grupo que tem aqui, que é o PET, e eu ganhava um certo valor de bolsa, e no estágio eu ganharia um pouco além disso e eu tinha noção de que na questão profissional isso iria agregar tanto na questão profissional quanto pessoal, porque, como eu sou de licenciatura, a gente não teve muita prática, coisa que no bacharelado tem mais, então uma matéria que eu tive que era acervos era *on-line* durante a pandemia e não tivemos nada prático. Então eu vi isso como importante somando com a bolsa. (Estagiário M, 2022).

Foi justamente pela questão da renda, porque, assim, eu moro com a minha mãe e ela não tem uma condição muito boa pra me bancar. Depois dos meus 18 anos começou uma dificuldade e, por conta do curso, eles sempre falavam, ah vocês podem fazer Estágio não Obrigatório, só que tem que conseguir conciliar o Estágio não Obrigatório com o obrigatório e a faculdade e isso no começo era bastante difícil pra mim por conta de que, quando eu comecei o não obrigatório, já tinha que fazer o obrigatório também, então eu ficava o dia inteiro fora. Mas eu quis fazer o não obrigatório justamente por conta do salário que me ajuda bastante. (Estagiário R, 2022).

Essas falas ilustram como a decisão de realizar um Estágio não Obrigatório pode ser influenciada por uma combinação de fatores e que, na maioria das vezes, tentam um equilíbrio entre a formação acadêmica, a aquisição de experiência prática, e busca de suporte financeiro. Cada estagiário tem uma combinação única de motivadores, refletindo suas vivências pessoais e objetivos profissionais.

Em muitos cursos universitários, os alunos estão cientes da necessidade de realizar o estágio obrigatório, pois isso geralmente está claramente estabelecido na grade curricular do curso. No entanto, o Estágio não Obrigatório pode não ser tão amplamente conhecido dentro da própria Universidade, pois o conhecimento e a divulgação dessa possibilidade de realização nem sempre são unânimes. Portanto, para entender como os estagiários descobriram a possibilidade de realizar um Estágio

não Obrigatório dentro da Universidade, questionamos os estagiários sobre como eles ficaram sabendo que poderiam realizar o Estágio não Obrigatório.

As respostas revelaram como os estudantes foram informados sobre essa oportunidade, assim, conseguimos identificar os diferentes canais e métodos pelos quais eles tomaram conhecimento da disponibilidade do Estágio não Obrigatório. O responsável pelo estágio explicou: “então, a gente trabalha com a central de estágio, aí lá eles fazem um cadastro e são ofertadas várias vagas, eles vão conforme o ensino superior deles, né. Se candidatam, e se chamados fazem a entrevista e começam a estagiar” (Responsável).

No entanto, os estagiários A, B, C, L, M, Q tomaram conhecimento através de mensagens em grupos de *WhatsApp*.

[...] a gente tem um grupo da turma no *WhatsApp*, daí a representante de turma direto posta os estágios lá, daí eu vi e achei legal... (Estagiário B, 2022).

Pelo grupo que a gente tem de licenciatura em história. Eles tão sempre publicando as notícias da faculdade, o que que acontece e publicaram lá que tava tendo essa entrevista pra esse estágio. Daí eu me inscrevi. (Estagiário L, 2022)

Outros souberam por meio de divulgação de professores em sala de aula (Estagiários D, G, O, P, R, S):

Ah, foi logo no começo do ano, o professor responsável pelo curso no nosso departamento, ele chegou lá e começou a explicar sobre o Estágio não Obrigatório etc. e tal, daí eu já me interessei, só que demorou pra eu encontrar uma área que talvez eu gostasse de trabalhar. E eu comecei só agora, porque um amigo me enviou, ele é representante e tem contato com.. é... os professores passaram pra ele e ele divulgou pra mim no caso. (Estagiário D, 2022).

Pelo professor que divulgou em sala. (ESTAGIÁRIO O, 2022).

Os Estagiários E, H, I, K ficaram sabendo pela Central de Estágio, disponível no site do Governo do Estado do Paraná:

Eu sempre ficava prestando atenção naquele site do Governo do Paraná e nunca tinha nada para a área de Ciências Biológicas, daí surgiu essa vaga pra esse estágio e eu me inscrevi na mesma hora. (Estagiário E, 2022).

Ah, é que tem um site do gov., que eles anunciam as vagas e até mesmo a própria página da UEPG postou. (Estagiário K, 2022).

Houve ainda estagiários que foram convidados por professor ou estudante que já estagiava na Instituição (Estagiários F, J, N):

Porque rolou a oportunidade, a professora me chamou e eu vim aqui, e já que não tava trabalhando, eu aceitei. Mas foi por causa da proposta da professora. (Estagiário F, 2022).

É que tinha uma amiga da minha sala que tava nesse lugar, daí como ela já tinha feito o estágio antes, a carga horária dela já fechou. Então ela me indicou e me contou como era e eu aceitei. (Estagiário J, 2022).

Também investigamos a visão dos estagiários sobre o Estágio não Obrigatório e como eles percebem a realização dessa atividade. As respostas demonstram uma opinião predominantemente positiva, já que os estagiários ressaltaram a importância do estágio para o desenvolvimento profissional e pessoal. Eles destacam que o estágio fortalece o currículo, facilita a inserção no mercado de trabalho e serve como uma fonte de sustentação financeira.

Acho interessante porque, por exemplo se você se forma sem uma experiência profissional até por questão de currículo é interessante que você já tem alguma ideia e alguma experiência. Então eu acho bastante importante nesse sentido. (Estagiário B, 2022).

Eu acho assim, o Estágio não Obrigatório é melhor que o obrigatório, porque a pessoa vai porque quer, e assim, a gente aprende bastante coisas. Como por exemplo como se portar num trabalho que a gente vai ter futuramente, quando entrar no mercado de trabalho, é, assim a experiência é ótima tanto pro pessoal quanto pro profissional, porque você vai aprendendo a lidar com as pessoas, vai convivendo mais com as pessoas. (Estagiário C, 2022).

Eu acredito que é importante para ganhar experiência. Tem muita gente que entra na Universidade, mas entra de cabeça, sem saber da área que quer trabalhar. Então pra mim, é essencial nessa parte, porque durante o curso você pode tar fazendo o estágio, trabalhando com aquilo pra ganhar experiência, pra no final talvez conseguir um emprego mais fácil. E ainda recebe a bolsa. (Estagiário D, 2022).

Eu acho que é uma oportunidade das pessoas que precisam ter uma renda e né, não tem outra forma de conseguir, e dar continuidade no curso, porque se eu não tivesse conseguido o estágio e tivesse continuado no emprego que eu tava, eu não ia ter conseguido passar em nada das matérias, porque realmente a Universidade precisa que a gente fique focado. E o estágio dá essa oportunidade de você ter uma renda e ainda estudar, então bem interessante. (Estagiário E, 2022).

Para o responsável pela contratação, o Estágio não Obrigatório proporciona vários aprendizados: “Eu acho que o aprendizado pra eles, a bagagem e tudo que aprendem é importante, né” (Responsável). E complementa:

Eu acho que no dia a dia deles, na questão do aprendizado deles, questão de convivência com outras pessoas no ambiente de trabalho, questão de

atendimento, questão de rotina, e pra eles, pro mercado de trabalho, algum que não tenha feito estágio eu acho que tem a perder, porque eles aprendem muita coisa, então vão para o mercado de trabalho já tendo uma bagagem bem grande, né. (Responsável)

Os estagiários entendem que o Estágio não Obrigatório exerce um impacto positivo e significativo em sua formação profissional, pois consideram que o estágio colabora para a formação profissional. Todos os participantes da pesquisa destacaram que a experiência adquirida é importante para aprimorar suas habilidades práticas, enriquecer seus currículos, prepará-los para o mercado de trabalho, obter um contato mais amplo com áreas específicas de interesse e ainda o auxílio para desenvolver competências essenciais, como organização e disciplina. Além disso, a experiência prática adquirida durante o estágio é vista, por alguns, como um diferencial importante que contribui para um desempenho profissional mais qualificado.

Tem, eu acho que tem sim, por que, digamos, tem coisa que você vai aprendendo que são básicas como convívio e tudo mais, as maneiras que as coisas funcionam dentro da UEPG, é uma empresa né, quer dizer é público mais é mais ou menos a mesma ideia, e também tem a questão técnica de você mexer com os programas do Excel que são interessantes, que provavelmente onde você for trabalhar, você vai mexer com isso também. (Estagiário B, 2022).

Eu acho que sim. Por vários motivos. Porque assim, se eu for fazer uma entrevista para um emprego mesmo, se eu for trabalhar numa empresa privada, eles vão pedir meu currículo e lá vai constar onde eu fiz estágio, quanto tempo, e isso já é um algo a mais que eu vou ter. (Estagiário C, 2022).

Eu acredito que sim, porque como eu fui contratada pra fazer a edição da revista, eu entro em contato com muitos artigos de muitas áreas de biologia e da saúde. Tem artigo falando sobre importância da saúde, sobre pesquisa alternativa de biologia que faz junção com química, física, então eu tenho contato com esses artigos e isso vai fazer com que eu tenha é, um amplo conhecimento da minha área, eu não fico só naquilo que os professores passam, então, se eu quiser mudar de área em alguma coisa pra fazer pós, eu posso porque eu tenho muito contato. (Estagiário E, 2022).

Esse panorama sobre as percepções dos estagiários mostra uma realidade complexa sobre a realização do estágio na Universidade. Conforme discutido, entendemos que a realização de um Estágio não Obrigatório deve estar intimamente vinculada aos objetivos formativos dos cursos, visando a uma verdadeira práxis que permita ao estudante uma atuação futura que seja crítica e transformadora. É preciso considerar que o neoliberalismo enfatiza a importância da experiência prática para a empregabilidade, pois, ao dominar o saber fazer, os jovens estarão aptos a

colaborarem na manutenção do *status quo*. A lógica de estar apto para a empregabilidade impulsiona os jovens na busca por experiências que os capacitem a se tornarem competitivos. Nesse contexto, o estágio se torna uma possibilidade real para adquirir experiência e se tornar apto, conforme pregado pelo neoliberalismo.

Em consonância com a Lei nº 11.788/08, que estabelece o estágio como uma oportunidade para o aprendizado e a integração entre teoria e prática, os dados obtidos indicam que os estagiários reconhecem, em sua maioria, a importância dessa vivência para seu desenvolvimento profissional e pessoal. No entanto, alguns enfrentam desafios, como a desconexão entre suas atividades de estágio e os objetivos de seu curso.

Entendemos que a flexibilidade e a conscientização sobre os direitos e deveres relacionados ao estágio, especialmente em relação à redução da carga horária durante períodos de avaliação, são aspectos que precisam ser mais bem trabalhados, para que todos os estagiários possam estar cientes.

Vemos que o desafio é transformar essas vivências em oportunidades de crescimento, aprendizagem e transformação, preparando os estudantes para uma atuação profissional que, de fato, impacte positivamente a sociedade.

A seguir, evidenciamos uma seção para tratar sobre a bolsa de estágio, item que está na regulamentação do estágio e que foi abordado nas entrevistas.

4.3 DESTAQUES DOS ESTAGIÁRIOS SOBRE A CONTRAPRESTAÇÃO DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

Ao longo da vida, é essencial ter recursos financeiros para suprir nossas necessidades básicas e manter uma qualidade de vida adequada, pois, como já nos ensinaram Marx e Engels (2007, p. 32), “os homens têm de estar em condições de viver para poder ‘fazer história’. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais”.

No caso dos estudantes de ensino superior, essas necessidades incluem não apenas as despesas diárias, como alimentação e moradia, mas também custos adicionais relacionados ao curso, como transporte e materiais acadêmicos, incluindo livros e outros recursos específicos, que não são integralmente oferecidos pelo Estado, mesmo em Instituições Públicas.

Nesse sentido, como já apontado nos depoimentos anteriores, muitos estudantes buscam alguma atividade que garanta um ganho pecuniário, e a realização do Estágio não Obrigatório pode, segundo a Lei 11.788/08, conceder bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão (Brasil, 2008). Freitas *et al.* (2020) alertam que, com a crescente limitação de vagas no mercado de trabalho, os alunos tendem a aceitar qualquer oportunidade de emprego, mesmo que não esteja alinhada à sua formação. Essa realidade resulta em uma competitividade acentuada, a qual expressa a luta pela sobrevivência, especialmente para a classe trabalhadora, que, inserida na lógica capitalista, não tem qualquer possibilidade de alterar a situação de pobreza e exclusão em que vive.

No contexto da investigação sobre os estudantes que realizam estágio na Instituição de Ensino Superior, a bolsa de estágio é prevista no Art. 20 do Decreto 5283 de 2020 que diz: “O estudante que realizar o Estágio não Obrigatório fará jus ao recebimento de bolsa auxílio mensal, cujo valor terá como referencial o respectivo nível de escolaridade, nos termos deste Decreto.” (Paraná, 2020).

Esse mesmo Decreto estabelece valores mínimos para pagamento da bolsa em que precisam ser consideradas a “carga horária estabelecida em Termo de Compromisso de Estágio e a frequência mensal efetiva do estagiário” (Paraná, 2020), que precisam ser creditados no dia programado para pagamento dos servidores públicos estaduais, conforme Calendário de Pagamento Mensal da Bolsa Auxílio.

Art. 21. O valor da bolsa auxílio do Estágio não Obrigatório será de:
 I - R\$ 5,96/h (cinco reais e noventa e seis centavos a hora), para estagiário de ensino médio regular, médio profissional e técnico subsequente;
 II - R\$ 7,67/h (sete reais e sessenta e sete centavos a hora), para estagiário de ensino superior e tecnólogo;
 III - R\$ 13,63/h (treze reais e sessenta e três centavos a hora), para o estagiário de pós-graduação, tanto em caráter lato como strictu sensu.
 § 1º O crédito do valor da bolsa auxílio aos estagiários será realizado no dia programado para pagamento dos servidores públicos estaduais, conforme Calendário de Pagamento Mensal da Bolsa Auxílio (Paraná, 2020).

Esse valor pode ser considerado um apoio financeiro que permite aos estudantes se manterem durante o período de sua formação acadêmica. Para verificar essa questão, consultamos o responsável pela contratação dos estagiários sobre o valor que a UEPG concede como bolsa aos estagiários. Segundo ele: “Eles ganham R\$ 7,67 a hora de estágio, que dá dependendo dos dias úteis né. Então é contado pelos dias úteis no mês. Então ele varia de quinhentos e pouco a seiscentos e pouco,

porque fica assim: 19, 20 e 21 dias úteis. Então varia entre esses valores.” (Responsável). Com essa declaração, podemos concluir que a UEPG cumpre com o que determina o Decreto.

Também perguntamos a opinião dos estagiários sobre a bolsa de estágio. As falas mostram uma perspectiva ampla sobre a importância e o impacto da bolsa de estágio em suas vidas. No entanto, todos destacaram a importância de receber uma compensação financeira, ressaltando que o pagamento da bolsa torna o Estágio não Obrigatório muito mais viável para eles, essencial para cobrir despesas básicas como alimentação, transporte e materiais acadêmicos (Estagiários M, N).

Eu acho que é essencial pra permanência no curso porque é uma forma de a gente se dedicar um pouco mais do que geralmente se dedica, porque eu tenho esse incentivo de saber que eu tô fazendo meu trabalho aqui e no final do mês eu vou receber a minha bolsa. E ajuda muito que nem nos custos, algum material, livro, com a bolsa é mais fácil de você ir e comprar porque você tem esse respaldo financeiro, porque você tem uma certa autonomia e liberdade financeira. Ao mesmo tempo que você estuda, você já tá trabalhando e ganhando uma bolsa de estágio, então eu acho bem importante. (Estagiário M, 2022).

Ah, é importante né. Porque veja, hoje em dia tá muito caro tudo, então pra você se manter qualquer coisa já ajuda. Principalmente pra gente universitário que tem mil coisa pra fazer, tá difícil o negócio. (Estagiário N, 2022).

O estágio ocupa uma posição situada entre o mundo do trabalho e o ambiente educacional. Essa dualidade gera um confronto de perspectivas, pois o estágio não é apenas um espaço de aprendizado, mas também uma forma de aproximação do mercado de trabalho. Assim, o estágio reflete as complexas relações entre capital e trabalho, nas quais as necessidades do sistema capitalista, que busca maximizar lucros e eficiência, podem entrar em conflito com os objetivos educacionais, que visam ao desenvolvimento do conhecimento e habilidades dos estudantes (Guaragni, 2016).

Houve depoimentos ressaltando que a remuneração não é o único motivador para o estágio, pois a experiência prática na área de estudo é igualmente valorizada (Estagiário A).

É uma bolsa que me ajuda bastante justamente por questões financeiras, né, é uma bolsa que me auxilia muito em locomoção por exemplo, em alimentação. E vale ressaltar que não tô fazendo estágio somente pela remuneração como eu já respondi na pergunta anterior, que mais que uma coisa assim que eu tenho que descobrir dentro da minha área, mas é uma bolsa que eu procurava e ela é essencial hoje em dia pelo meu sustento digamos assim entre aspas. (Estagiário A, 2022).

Outro estagiário aponta que o valor da bolsa é fundamental para compensar o esforço adicional que vai além das horas formais de trabalho, indicando que, sem esse apoio financeiro, a viabilidade do estágio poderia ser comprometida (Estagiário B).

O salário é importante porque o estágio não é algo que você não vai ficar o tempo inteiro fazendo as atividades, né, mas você fica além do tempo, tem coisas que você vai ter que se esforçar bastante pra fazer, então se não fosse a bolsa fica complicado daí. (Estagiário B, 2022).

Por outro lado, alguns estagiários enfatizam tanto suas limitações como seus benefícios. Pela fala da estagiária “E”, é possível identificar um reconhecimento do valor da bolsa, a qual ajuda a cobrir algumas necessidades básicas e despesas relacionadas à Universidade, mencionando ainda o transporte como um ponto positivo. No entanto, destaca que o valor é insuficiente para o atendimento de todas as suas necessidades, especialmente considerando quem depende exclusivamente dessa bolsa para sua manutenção e que tem outras despesas em casa.

É uma bolsa que ajuda bastante, é uma renda assim pra você conseguir suprir o que a Universidade ali te pede. Só que é um valor bem baixo pra falar a verdade. Que nem eu moro com meu namorado, e eu não tenho outra renda além do Estágio. O meu namorado trabalha, mas a minha renda é o que recebo aqui, e tem que ser muito regrado pra não passar necessidade. Então muitas coisas da Universidade que é paga, eu não faço, porque eu tenho outras despesas em casa. Mas em questão de transporte ajuda muito, porque eu recebo o transporte para vir todo dia aqui, daí e já fico para as aulas, então eu não preciso gastar, esse já é um ponto positivo. Mas pra pessoa que vive só com essa renda é bem pouco. (Estagiário E, 2022).

Outros entrevistados, na tentativa de equilibrar expectativas e realidades, mostram aceitação da situação, mesmo reconhecendo a necessidade de um valor maior.

Eu acho que podia ser mais, mas é o que tem e me ajuda bastante. Acho que é isso! (Estagiário F, 2022).

Olha eu acho podia aumentar um pouquinho... (risos). Mas acredito que é compatível com o trabalho, já que são poucas horas então acho que é compatível. (Estagiário G, 2022).

Segundo Portelinha e Borssoi, diante das incertezas geradas pela reestruturação do capital e pelas mudanças no mundo do trabalho, muitas pessoas acabam aceitando a condição de trabalhadores temporários, uma vez que estão

desempregadas. No caso dos estagiários, a manutenção dessa relação de trabalho não se dá apenas pela busca de experiência profissional, mas também pela necessidade de sobrevivência. Assim, aceitam diversas formas de flexibilização das condições de trabalho (Portelinha; Borssoi, 2022, p. 727).

Questionamos ainda se eles consideravam o recebimento da bolsa de Estágio não Obrigatório importante e as respostas dos estagiários revelam uma variedade de significados atribuídos à bolsa de estágio, refletindo sua importância tanto para necessidades básicas quanto para objetivos pessoais e acadêmicos. No entanto, os depoimentos se encaminharam com relação às afirmações anteriores, em que ressaltam que a bolsa é um elemento importante que, além de valorizar o desenvolvimento de atividades dos estagiários em campo de estágio, facilita a continuidade de suas atividades acadêmicas. (Estagiários B, G, N, O).

Então, não é um valor considerável, mas como é um estágio e eu ainda não preciso pagar conta, essas coisas, então é praticamente um valor que ele só entra e não sai pra contas, essas coisas assim. Então vale a pena, sabe. Talvez se eu precisasse pagar contas, compras, talvez não teria como, né, mas pra minha situação vale a pena mesmo. (Estagiário B, 2022).

Um incentivo pra procurar me esforçar, ir atrás do meu objetivo, sempre buscar mais e por minhas próprias metas. (Estagiário N, 2022).

Outros estagiários mencionaram que a bolsa serve como um incentivo significativo para a realização do estágio, mesmo quando o aprendizado e o desenvolvimento profissional são o principal objetivo (Estagiários I, J, K).

Eu acho que é importante porque é um incentivo a mais. Mas, na verdade, eu busquei mais assim, pelo estágio mesmo, não pela bolsa. Pelo conhecimento mesmo. Mas acho que a bolsa é, como eu falei, um incentivo. (Estagiário I, 2022).

É sim, eu acho importante, um incentivo pros alunos quererem trabalhar. (Estagiário J, 2022).

Sim, é bem importante porque é uma motivação e ninguém quer trabalhar de graça. (Estagiário K, 2022).

Além disso, a contribuição financeira da bolsa foi destacada como importante por permitir uma maior independência em relação aos pais, mostrando inclusive que a bolsa de estágio é uma ferramenta que auxilia na transição de independência dos pais para a vida adulta, permitindo que os estagiários desenvolvam sua autonomia, ao mesmo tempo que equilibram responsabilidades acadêmicas e profissionais (Estagiários H, L)

O valor da bolsa significa pra mim, é..., liberdade financeira mesmo porque a gente não fica dependendo totalmente dos pais, porque isso é meio chatinho e ainda mais eu morando sozinha às vezes quero sair, é meio chato ficar pedindo dinheiro pra sair, pra comprar alguma coisa, sei lá. Acho que por isso. (Estagiário H, 2022).

Assim, tudo. Até um pouco de independência financeira, porque antes dependia do pai e da mãe, agora já posso fazer algumas coisas sozinha. E assim, você concilia o trabalho e a faculdade no mesmo local então isso é muito melhor do que antes que eu tava no outro trabalho. E até trabalhava bem mais, era mais puxado e ganhava menos. E aqui acho muito mais tranquilo. (Estagiário L, 2022).

Alguns estagiários valorizam a bolsa por possibilitar a realização de metas pessoais, como obter a carteira de motorista e para adquirir itens e serviços desejados (Estagiários A, R).

O valor da bolsa eu considero uma das melhores ofertas de estágio porque tem algumas bolsas que pagam um valor bem menos que essa, é... mas essa significa bastante pra mim como eu já disse, justamente por que ela me auxilia muito no meu sustento e em alguns processos que eu estou fazendo, por exemplo, tô tirando a carteira de motorista e eu mesmo consigo pagar justamente pelo valor da bolsa. (Estagiário A, 2022).

Pra mim uma ajuda tanto financeira e de ter minhas coisas, comprar minhas coisas. E agora que minha mãe tava doente, eu comprei os remédios por conta justamente da bolsa. (Estagiário R, 2022).

Além disso, há estagiários que indicaram que a bolsa contribui para as despesas do curso (Estagiários C, M).

No sentido de ter essa independência, porque eu gasto com coisas voltadas pro curso mesmo e também com interesses pessoais. É um dinheiro que eu tenho pra pagar alguma conta que eu fiz, comprar alguma coisa mesmo. Então eu tenho a noção de não gastar tudo, mas dá pra eu pagar minhas continhas e sei que no último dia útil está lá o dinheiro na minha conta. (Estagiário M, 2022).

Significa bastante coisa pra mim. Porque eu tenho que comer no RU, então eu gasto no RU, a gente gasta com lanche e tem as demandas do curso também. Então é bem importante. (Estagiário C, 2022).

Outros destacaram que o valor auxilia no sustento familiar, enfatizando seu papel como uma compensação justa pelo trabalho realizado e um suporte essencial para a continuidade de seus estudos e desenvolvimento pessoal (Estagiários D, E, F, Q, S).

Significa uma ajuda de custo, digamos assim, ela supre as necessidades que a universidade pede pros alunos, mas no meu caso, eu não consigo usar pra

muita coisa dentro da Universidade, eu uso mais pra minha vida pessoal mesmo, pras necessidades básicas. Mas ajuda bastante, porque se eu não tivesse eu nem ia estar aqui na instituição. (Estagiário E, 2022).

Ele me ajuda nas passagens dos ônibus, na comida né, alimentação e alguma coisinha ainda em casa, alguma coisa que eu quero comprar. (Estagiário F, 2022).

É um valor que contribui muito pra renda da gente. É um valor importante porque a gente consegue se manter no curso, ajudar um pouco em casa. (Estagiário Q, 2022).

Eu acho que ela possibilita muitas coisas, porque pra alguns é um auxílio na renda familiar, mas também pra ter nossas coisas, pros nossos planos que dá pra ir guardando um dinheirinho, então ajuda bastante. (Estagiário S, 2022).

A análise das falas demonstra que a bolsa vai além de uma simples compensação financeira, ela desempenha um papel fundamental como suporte em várias situações na vida dos estudantes. No entanto, embora o valor da bolsa de estágio ofereça um suporte financeiro essencial, é importante observar que esses valores muitas vezes são baixos e não refletem adequadamente o custo de vida atual.

Dessa forma, o baixo valor das bolsas e a precarização do trabalho refletem uma tendência de exploração que se alinha ao modelo neoliberal, no qual as empresas se beneficiam de uma mão de obra barata que está se qualificando.

Ao analisar as atividades desempenhadas pelos estagiários em seus respectivos locais de atuação, vemos que refletem uma diversidade significativa nas tarefas realizadas, o que proporciona uma visão abrangente sobre como o estágio pode contribuir para a formação profissional. No entanto, também nos atenta a pensar sobre o estágio como uma das formas de precarização legalizada do trabalho, sendo mais lucrativa para as empresas e para o Estado, dado o baixo custo que representa (Freitas *et al.*, 2020, p. 443). Nas palavras de Freitas *et al.*,

A precarização do trabalho através do estágio vem crescendo gradualmente nas últimas décadas, acentuando-se nos momentos de maior liberalização da economia com o objetivo de se obter redução dos custos de produtos e serviços e, em detrimento desse fator, o caráter pedagógico do estágio frequentemente é posto de lado e, em muitos casos, é o próprio Estado que contribui com essa precarização. (Freitas *et al.*, 2020, p. 443).

Perguntamos para o responsável onde os estudantes realizam Estágio não Obrigatório na UEPG e segundo ele:

tem vários setores em que os estagiários atuam. É, por exemplo, os de Administração tem no hospital, tem aqui conosco, tem na Pró-Reitoria de Administração, tem de Agronomia que é da fazenda escola, tem de Direito que fazem no Projur, no NPJ, então tem bastante setores. (Responsável).

Solicitamos que os estagiários também contassem onde realizam o Estágio não Obrigatório e o que fazem (quais atividades desenvolvem). Para preservar o anonimato dos participantes da pesquisa, a maioria dos locais de atuação dos estagiários não foram expostos nesta pesquisa, mas, de um modo geral, os estagiários realizam tarefas práticas e administrativas, com variações na complexidade e no nível de responsabilidade.

Os estagiários que trabalham em laboratórios e áreas técnicas estão envolvidos em atividades práticas, como a esterilização de materiais e o manejo de cultivos microbiológicos, o que parece alinhar-se bem com o caráter formativo do estágio, permitindo um aprendizado mais aprofundado (Estagiário A).

Realizo o estágio [...]. As atividades que eu desenvolvo aqui dentro são a esterilização de materiais, é... limpeza e organização do laboratório. é.... riscamento de placa né, quando a gente semeia as bactérias e fungos, é... faço microcultivo, eu cuido de um estoque de bactérias onde já estoquei mais de 200 bactérias. Elas estão em um freezer a menos de 80 graus para que sejam estudadas por alunos de mestrado e doutorado, pra que faça a devida identificação. A gente trabalha também com bactérias que resistem a antibióticos é... deixa eu pensar... a gente faz microcultivo, a gente prepara aula também dos professores da microbiologia, de odonto também. E eu sou contratado pra cuidar de uma página que eu tô desenvolvendo ainda pro laboratório, que ainda está em processo de criação. Ah, faço pesagens de materiais também, preparo de meio de cultura, meio de cultivo, é preparo meios de açúcares por exemplo, mas as atividades que eu realizo são essas. (Estagiário A, 2022).

Há estagiários em ambientes administrativos que lidam com tarefas como digitalização, organização de documentos e manutenção de sistemas de informação, embora com um foco mais voltado para a gestão e o suporte operacional (Estagiários B, C, D, E, F, J, K, O).

Ah, eu é que, na verdade, na maior parte são questões relacionadas aos documentos, então tem o portal da transparência, o SEI que é o sistema da UEPG, né, daí é publicação e atualização de cadastro, também com a parte de digitalização, impressão de documentos, organização, é bastante disso... agora a gente está fazendo um processo de arrumar os cadastros, é bem demorado, e a gente tá a semana toda fazendo, e também tem outras coisas, como as planilhas de Excel que você vai aprendendo também. (Estagiário B, 2022).

É, aqui a gente trabalha [...] a gente lida bastante com público. A minha parte eu lido mais com planilhas quando vão fazer prestação de contas, é, colocar os dados no sistema, eu faço também, relação pra mandar para o arquivo, essas coisas. (Estagiário C, 2022).

[...] eu fico recebendo os recibos dos alunos que recebem bolsa, arrumando as contas bancárias, ajudo no que for preciso. (Estagiário K, 2022).

[...] eu trabalho mais na parte administrativa mesmo, então na parte de projetos, é, lista de pagamento, inscrição dos alunos, atendimento ao público. Toda essa parte é comigo. E durante os jogos da primavera ou os Universitários também a gente faz tudo o que precisa. (Estagiário O, 2022).

Alguns estagiários destacam o envolvimento em atividades de apoio mais gerais e auxiliares, que são essenciais para o funcionamento diário dos locais de estágio (Estagiários E, F, L, M, N, P, R, S).

[...] Só que a revista tem duas versões no ano, e eu posso fazer a edição aqui, daí eu fico auxiliando todos os setores. Então se eu precisar abrir porta, fazer impressão, disponibilizar salas, coisa mais nessa parte. (Estagiário E, 2022).

Aqui [...] a gente organiza os cursos, vai atrás dos alunos pra chamar eles para participar, entra em contato com os pais, e, a partir do que eles se inscrevem, a gente organiza os cursos [...]. (Estagiário F, 2022).

[...] e minha função é passar um catálogo físico que a gente tem de uma das bibliotecas que fazem parte do acervo do CDTH, daí eu coloco as informações do livro no sistema PERGAMON, que é o sistema de busca da biblioteca da UEPG. Então eu passo tudo o que tem do catálogo físico que a gente tem aqui em um fichário grandão e coloco no sistema e assim disponibilizo esse livro pra pesquisa no sistema da biblioteca. Aí quando a pessoa pesquisa e aparece que o livro tá disponível aqui, é consulta presencial, esses não saem daqui como os da biblioteca. É só pros pesquisadores virem aqui e fazem pesquisa, tiram foto, mas tudo aqui. Também faço outras funções como limpar documentos, checar as informações dos livros. (Estagiário M, 2022).

Entretanto, outros estagiários realizam tarefas como a preparação de petições jurídicas e o suporte direto a advogados, o que é mais alinhado com a formação específica de sua área de estudo (Estagiários G, H, I).

[...] a gente auxilia os advogados, então a gente realiza petições, tudo com a supervisão deles, responde às intimações, faz atendimento pras pessoas, é.. Basicamente essa parte assim. (Estagiário G, 2022).

[...] a gente recebe as petições mensais, protocola elas no ProJud, auxilia o advogado, recebe as intimações, responde às intimações, atende o público.. É mais ou menos isso. (Estagiário H, 2022).

A presença de atividades que envolvem a tutoria de pessoas com deficiência também está presente nas ações dos estagiários, destacado por um estagiário que realiza o estágio no Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente, localizado no Campus Universitário de Uvaranas (Estagiário Q).

[...] Eu sou tutora de um aluno com Down, então esse ano todo trabalhei com ele, preparando atividade, acompanhando ele no lanche, e outros alunos também no lanche. No começo foi bem desafiador porque ele tinha bastante medo da escola, tinha locais que ele não entrava se não fosse no colo, porque pra ele aqui era novo, ele veio de outra escola. A adaptação dele no banheiro foi bem difícil. Mas agora no final do ano foi gratificante ver o quanto ele evoluiu. (Estagiário Q, 2022).

De maneira geral, embora haja variações nas responsabilidades e no grau de complexidade das atividades realizadas pelos estagiários em diferentes contextos, elas mostram que as atividades desenvolvidas têm uma dupla função: auxiliar no funcionamento da Universidade e auxiliar na formação e no financeiro do estudante. Gonzaga *et al.* (2015, p. 477), ao analisar as representações sociais dos estudantes universitários do curso de Administração da Universidade Estadual de Maringá (UEM), lembra que, “para as empresas, o estágio é uma ferramenta que permite buscar novos talentos ou até mesmo suprir falta de funcionários por meio de uma mão de obra qualificada e barata.”.

Para Guaragni (2016), o estágio é visto como uma atividade que, embora tenha um caráter formativo e educativo, resulta em um tipo de aprendizado que pode ser classificado como “saber tácito”. Esse conceito refere-se ao conhecimento que se adquire através da prática, das experiências cotidianas e das ações automáticas, em vez de ser formalmente ensinado ou sistematizado.

Defendemos que, quando o estágio é desvirtuado, transformando-se em uma mera prestação de serviços ou em um meio de exploração da mão de obra, perde-se a oportunidade de aprendizado que complementa a formação teórica do estudante, perpetuando um modelo de exploração visado pelo neoliberalismo, no qual a maximização de lucros prevalece sobre o valor educacional. Freitas *et al.* (2020, p. 444) destacam que, devido à redução de empregos formais e à crescente necessidade de comprovação de experiência para conseguir uma vaga no mercado de trabalho, muitas pessoas acabam buscando estágios remunerados e bolsas de aprendizagem. Desse modo,

Esses estágios, que deveriam ter uma função pedagógica voltada para o aprendizado e formação prática, 'acabam ganhando status de 'emprego'. Com isso, a finalidade educacional do Estágio não Obrigatório é comprometida, já que o foco se desloca para a obtenção de uma renda, colocando sua função pedagógica em segundo plano (2020, p. 444).

Para concluir o capítulo, ressaltamos que o gerencialismo e o Neoliberalismo estão profundamente relacionados à formação acadêmica e à realização de Estágios não Obrigatórios no contexto atual. Como vimos, a escolha do curso superior, por exemplo, está ligada à condição financeira e à oferta de oportunidades de trabalho. Já no que diz respeito ao Estágio não Obrigatório, sua relação com o Neoliberalismo se evidencia no fato de que, mesmo a educação superior sendo pública, a realidade financeira dos estudantes continua a apresentar desafios significativos enfatizando a individualização e a responsabilização do estudante por sua própria situação econômica, refletindo na necessidade de buscar recursos financeiros para atender as suas necessidades básicas e garantir sua permanência no processo formativo do ensino superior.

Entendemos que, para a lógica Neoliberal, os custos e benefícios são mais importantes e acabam moldando a experiência educacional, contribuindo para a perpetuação das desigualdades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar a exposição da pesquisa, quero ressaltar a relevância de ter realizado um estudo teórico sobre o estágio não obrigatório, de ter analisado a legislação, bem como ter realizado entrevistas com os estagiários que permitiram captar a complexidade da experiência do estágio, evidenciando tanto suas potencialidades quanto suas limitações. Esses elementos concretos foram essenciais para minha pesquisa que teve o Materialismo Histórico e Dialético como fundamento.

A contradição está presente no movimento dialético em que se realiza o Estágio não Obrigatório nos mais diversos contextos. No contexto analisado, a complexidade se fez presente, especialmente para estudantes da classe trabalhadora, pois a análise mostrou que, embora o estágio seja apresentado como uma oportunidade formativa, na prática, transforma-se em um mecanismo de exploração que contribui para a manutenção de desigualdades sociais. Aqui cabe lembrar que as desigualdades são necessárias para a manutenção do capitalismo e que as demandas do mercado indicam como a oferta laboral se organiza.

Embora o Estágio não Obrigatório seja uma temática relevante, há muito ainda para ser explorado nas pesquisas. Isso reforça a importância deste trabalho, que buscou desvelar como se efetiva a realização de Estágio não Obrigatório e sua relação com as atuais formas de trabalho no contexto do capitalismo.

Por meio da pesquisa, pudemos entender que a busca por subsistência muitas vezes se sobrepõe ao desenvolvimento acadêmico, levando os estudantes a aceitarem condições de estágio que não respeitam o caráter educativo, conforme estabelecido pela legislação. Reconhecer que essa realidade é um reflexo da organização capitalista que permeia todos os aspectos da vida, incluindo a educação, é importante para que a efetivação do estágio seja repensada.

Ao analisar as relações entre o Estágio não Obrigatório e o trabalho no contexto do capitalismo, visualizamos como as dinâmicas de classe estabelecidas pelo capitalismo e as estruturas sociais moldam as experiências dos jovens no mercado de trabalho. Ao longo da história, o trabalho se constituiu como um elemento fundamental para a organização da sociedade, mas, na atualidade, ele está entrelaçado com a lógica capitalista, marcada por desigualdades, precarização e novos desafios.

O Estágio não Obrigatório, enquanto experiência formativa, insere-se nesse contexto, pois, mesmo não legalmente reconhecido como trabalho, apresenta características que se assemelham às daquelas de um emprego formal, o que levanta preocupações sobre a exploração e a substituição de postos de trabalho, tanto quando regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) quanto pelo Estatuto dos Servidores Públicos.

Em meio à precarização do trabalho, a vulnerabilidade dos trabalhadores se acentua, estando presente desde a escolha do curso superior, até a necessidade de trabalhar durante o processo formativo. A escolha do curso superior representa um marco decisivo na trajetória dos estudantes, moldando suas futuras possibilidades profissionais. No entanto, como evidenciam os relatos dos estagiários, essa decisão é influenciada por uma série de fatores sociais, econômicos, familiares e pela necessidade do mercado de trabalho, os quais estão atrelados às desigualdades estruturais da sociedade brasileira, na qual, mesmo em um contexto de políticas públicas voltadas para a democratização do acesso ao ensino superior, as desigualdades persistem. Ao reconhecer que a vida determina a consciência, como apontado por Marx e Engels, podemos entender melhor essas complexidades envolvidas na trajetória educacional dos jovens.

Em relação à necessidade de trabalhar durante o processo formativo, identificamos que os estudantes da classe trabalhadora se veem sem alternativas a não ser equilibrar suas obrigações acadêmicas com a necessidade de garantir sua sobrevivência financeira, e é aí que o Estágio não Obrigatório, por oferecer bolsa, entra como alternativa mais viável aos estudantes. Os depoimentos indicam que muitos estagiários organizam suas rotinas, dedicando momentos ao estágio e ao estudo, contudo, também emergem desafios relacionados ao transporte e à carga horária, que exigem ajustes na programação, como a redução de disciplinas cursadas.

A realização do Estágio não Obrigatório passou por uma série de adaptações nas regulamentações ao longo do tempo, evidenciando a evolução significativa dessa modalidade de aprendizagem ao longo do tempo. Desde a sua regulamentação pela Lei nº 11.788/2008, o estágio passou a ser reconhecido como um ato educativo supervisionado, essencial para a formação prática dos educandos. Essa legislação, mesmo trazendo diretrizes mais detalhadas, ainda enfrenta críticas como podemos observar na revisão de literatura, as quais estão relacionadas ao não atendimento do

caráter educativo do estágio e à precarização do trabalho, de modo que muitos estágios se transformam em formas de exploração laboral, desvirtuando seu objetivo educativo. Outro ponto que destacamos na Lei é a falta de um valor mínimo para a bolsa de estágio oferecida durante o Estágio não Obrigatório, permitindo valores muito baixos, não compatíveis com as necessidades básicas dos estudantes.

Em relação ao Decreto nº 5283 de 2020 que regulamenta o estágio nos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, incluindo as Instituições Estaduais de Ensino Superior, entendemos que esse trouxe avanços adicionais, como a possibilidade de recesso remunerado e a definição de valores mínimos para a bolsa, indicando uma evolução na proteção dos direitos dos estagiários.

Os depoimentos dos estagiários mostraram a importância da contraprestação financeira como um suporte essencial para a manutenção de suas necessidades básicas e a continuidade dos estudos. Embora a bolsa de estágio represente um alívio significativo e a UEPG siga normas do Decreto, muitos estudantes expressam a percepção de que o valor ainda é insuficiente para cobrir todas as despesas relacionadas à vida acadêmica e à subsistência, o que demonstra a necessidade de mais políticas de assistência estudantil que possibilitem a permanência dos estudantes no processo formativo.

As análises demonstram que a UEPG está integrada a um sistema que busca regulamentar e organizar a oferta de vagas, assegurando a legalidade nas relações de estágio e cumprindo com os valores mínimos estabelecidos para a bolsa de estágio. Entretanto, a realidade observada nas entrevistas também mostra que algumas lacunas ainda estão presentes, como o direito à flexibilização da carga horária durante períodos de avaliação, o que ainda não faz parte do conhecimento de muitos estagiários da Instituição, alertando para a necessidade de uma comunicação mais eficiente por parte das instituições, para garantir que todos os estudantes estejam informados sobre seus direitos.

A partir das entrevistas, notamos que a vivência do Estágio não Obrigatório na UEPG revela uma realidade complexa, que reflete tanto oportunidades quanto desafios. Embora a legislação regulamente que os estágios devem contribuir para a formação profissional e proporcionar experiências práticas, as respostas dos

estudantes indicam uma variação significativa em relação à conexão entre suas atividades de estágio e seus cursos.

A análise revela ainda uma dualidade no estágio realizado na Instituição Superior: enquanto serve como uma oportunidade de aprendizado e aproximação com seu futuro ambiente de trabalho, também reflete as pressões do sistema capitalista, que exigem que os estudantes aceitem condições muitas vezes precárias. Os relatos indicam que, os estagiários não percebem que o Estágio não Obrigatório está muito relacionado com o Estado neoliberal e com o gerencialismo, pois mesmo com as limitações financeiras indicadas, os estagiários valorizam a experiência adquirida, reconhecendo que a remuneração, embora importante, não é o único fator motivador.

Em relação às categorias teóricas “hegemonia” e “Estado”, elas foram importantes para a análise crítica da realidade contemporânea para compreender como as estruturas sociais e econômicas moldam as experiências dos trabalhadores, incluindo a prática do Estágio não Obrigatório.

A partir de Marx e Gramsci, entendemos que hegemonia não é apenas um conceito político, mas uma dinâmica social que se manifesta na forma como as ideologias dominantes permeiam a vida cotidiana e as instituições. No cenário educacional brasileiro, a oferta de estágios não obrigatórios pode ser vista como uma estratégia que reforça as desigualdades estruturais, em que o Estado, longe de ser uma entidade neutra, não atua apenas como regulador, mas se apresenta como um instrumento de dominação que reflete e perpetua os interesses da classe dominante, um facilitador das relações de exploração do trabalho.

Nesse contexto, entendemos que o estágio, mesmo com seu caráter não obrigatório, quando não efetivado como um verdadeiro espaço educativo, promove uma lógica de precarização do trabalho e insere-se em um sistema que valoriza a formação voltada para o mercado, contribuindo para a manutenção do capital, sendo o estagiário utilizado como mão de obra barata, sob o subterfúgio de uma colaboração para a formação do estudante. A aceitação de condições precárias por parte dos estagiários reflete a internalização de valores hegemônicos, permitindo que a classe dominante mantenha sua influência e controle, usando as práticas neoliberais.

Desde sua ascensão nas décadas de 1970 e 1980, o neoliberalismo transformou-se em um eixo central das políticas econômicas, refletindo uma visão que

privilegia a desregulamentação do mercado e a privatização de serviços essenciais, em detrimento do bem-estar social.

No Brasil, observamos que essa lógica neoliberal tem se manifestado de diferentes formas, dependendo do governo, mas com uma constante subordinação das políticas públicas aos interesses do capital, moldando não apenas as políticas educacionais, mas também as relações sociais. A ascensão do neoliberalismo, marcado pela redução da intervenção estatal e pela mercantilização dos direitos sociais, alterou profundamente as relações de trabalho e a educação, levando à precarização e à informalização da força de trabalho.

As práticas neoliberais se infiltram nas instituições educacionais, levando à terceirização de serviços e à adaptação dos currículos às demandas do mercado, resultando em um ambiente que prioriza resultados quantificáveis em detrimento da qualidade do ensino.

A realização do Estágio não Obrigatório, embora ofereça aos estudantes uma possibilidade formativa, muitas vezes se transforma em uma forma de precarização, em que o estágio se distancia de seu papel formativo e se torna uma ferramenta de exploração. Essa busca por experiência, juntamente com a necessidade financeira dos estudantes promovida como uma oportunidade, acaba, em muitos casos, perpetuando as desigualdades e as lacunas deixadas por um Estado que falha em não oferecer direitos dignos aos estudantes.

Concluimos que, mesmo que a instituição contratante seja pública e não tenha interesse direto no capital, a lógica do Estado aplicada sobre ela ainda segue os princípios capitalistas que visam à redução de custos, à intensificação e à precarização do trabalho, fundamentando-se na exploração da mão de obra. Dessa forma, os estudantes, que deveriam estar focados em seu processo formativo, acabam se dedicando a atividades laborais que garantem sua subsistência e permanência no ensino superior em vez de o Estado oferecer suporte para que o período de formação seja de qualidade.

Entendemos que a discussão sobre a educação e formação de trabalhadores deve ser ampliada, no intuito de promover dignidade e qualidade àqueles que estão em processo de formação.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, L. C. F. de. **Estágio extracurricular no curso de Pedagogia**: sentidos produzidos em um grupo de estudos com foco na educação inclusiva. 2020. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade São Francisco, Itatiba, 2020.
- ANDRADE, D. P. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 34, n. 1, p. 211-239, jan./abr. 2019.
- ANDRADE, D. P. *et al.* Neoliberalismo autoritário no Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, v. 34, p. 1-25, 2021.
- ANDRADE, R. C. R.; RESENDE, M. Aspectos legais do estágio: uma retrospectiva histórica. **Revista Multitexto**, [S.l.], v. 1, n. 1, fev. 2013. Disponível em: <http://www.ead.unimontes.br/multitexto/index.php/rmcead/article/view/36>.
- ANDRÉ, M. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? **Revista da FAEBA – Educação Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- ANTUNES, R. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul./set. 2011.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ARRAIS, I. R. Coordenação pedagógica: caminhando junto com a diversidade. **Research, Society and Development**, v. 8, n. 12, p. 1-9, 2019.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTÁGIOS. **Estatísticas**. Disponível em: <https://abres.org.br/estatisticas/>. Acesso em: 30 set. 2024.
- BALL, S. J. Profissionalismo, Gerencialismo e Performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 126, p. 539-564, set./dez. 2005.
- BARRIOS, J. B. de C. **A construção da Lei nº 13.415/2017 sob a influência de frações da burguesia**: as facetas políticas do neoliberalismo no Brasil e o Ensino Médio a partir do final da década de 1990. 2023. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2023.
- BARROS, A. **Precarização**: Degradação do trabalho no capitalismo contemporâneo. Maceió: Coletivo veredas, 2019.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2017.

BENEVIDES, A. G. F. da S. **(Re)pensando a gestão do estágio não-obrigatório em arquivologia na universidade estadual da paraíba: impasses e perspectivas**. 2021. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

BERNARDO, R.; NACARATO, A. M. Percepções de estudantes de Pedagogia ao atuarem como estagiárias com crianças com deficiência. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 60, n. 63, p. 1-24, jan./mar. 2022.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Zahar: Edição digital, 2013.

BRASIL, Presidência da República, **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Revogam as leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1966, e o art. 6º da Medida provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001. Brasília, 25 de setembro de 2008.

BRASIL, Presidência da República, **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

BUTIGIEG, J. A. Educação e hegemonia. *In*: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. P. **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMPAGNOLI, K. R. O mundo do trabalho como espaço formativo feminino nas primeiras décadas do século XX. **Rev. FAEEBA – Ed. e Contemp.**, Salvador, v. 30, n. 63, p. 257-269, jul./set. 2021.

CAPONE, L. A fraude à lei do estágio e a flexibilização do direito do trabalho. **Rev. Trib. Reg. Trab.** 3º Reg., Belo Horizonte, v. 51, n. 81, p. 47-70, jan./jun. 2010.

CARCANHOLO, M. D. Neoliberalismo e o consenso de Washington: a verdadeira concepção de desenvolvimento do governo FHC. *In*: MALAGUTI, M. L.; CARCANHOLO, R. A.; CARCANHOLO, M. D. (orgs.). **Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

CARVALHO, A. A precarização estrutural do trabalho na civilização do capital em crise: O precariado como enigma contemporâneo. **R. Pol. Públ.**, São Luís, Número Especial, p. 225-239, jul. 2014.

CASSUNDÉ, F. R. de S. A.; OLIVEIRA, M. V. S.; ALENCAR, M. T. C.; RODRIGUES, N. F.; RODRIGUES, E. E. D. [Re)pensando o estágio na formação profissional dos estudantes de Administração: um estudo sobre a produção científica brasileira na

área. **Administração**: ensino e pesquisa, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 594-623, set./dez. 2017.

CESA, M. P. **Lei de Estágio**: uma análise Dogmática e crítica à luz do dever de o Estado garantir a efetividade dos direitos fundamentais ao trabalho, a educação e a qualificação profissional. 2007. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, 2007.

CHAUÍ, M. O totalitarismo neoliberal. **Anacronismo e Irrupción**, v. 10, n. 18, p. 307-328, maio/out. 2020.

COLOMBO, I. M.; BALLÃO, C. M. Histórico e aplicação da legislação de estágio no Brasil. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 53, p. 171-186, jul./set. 2014.

COSTA, L. D. P. de F. **Imagens em claro/escuro**: o cenário do estágio não obrigatório na formação inicial de graduandas dos cursos de Pedagogia. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

COUTINHO, C. N. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

DEMSCHINSKI, S. C. **A realização de estágio não obrigatório por estudantes de cursos de Licenciatura em Pedagogia**: impactos e interesses. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2020.

DEMSCHINSKI, S. C. **O estágio não obrigatório no curso de Pedagogia**: Processo formativo ou exploração de mão de obra? 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

DIAS, E. F. Hegemonia: racionalidade que se faz história. In: DIAS, E. F. *et al.* **O outro Gramsci**. São Paulo: Xamã, 1996.

DIAS, E. F. Notas sobre hegemonia. In: SCHLESENER, A. H. (org.). **Filosofia, Política e educação**: leituras de Antonio Gramsci. Curitiba: UTP, 2014, pp. 19-34.

DORE, R. Afinal, o que significa o trabalho como princípio educativo em Gramsci? **Cad. Cedes**, Campinas, v. 34, n. 94, p. 297-316, set./dez., 2014.

DRUCK, G. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. spe 01, p. 37-57, 2011.

FILGUEIRAS, L.; SENA JÚNIOR, C. Z. de; FELIPE MIGUEL, L. . O terceiro governo Lula: limites e perspectivas. **Caderno CRH**, Salvador, v. 36, p. 1-10, 2023.

FLACH, S. F. **Direito à educação e ampliação da escolaridade obrigatória em Ponta Grossa (2001-2008)**. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

FONTANA, B. Hegemonia e Nova Ordem Mundial. In: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. P. (org.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 113-123.

FREITAS, A. C. de O. de; ROSTAS, M. H. S. G.; TEIXEIRA, R. M. Uma breve análise sobre o estágio remunerado: ato educativo ou força de trabalho precarizada?. **Revista Educar Mais**, v. 4, n. 2, p. 442-450, 2020.

FRIGOTTO, G. Prefácio. In: BIANCHETTI, R. G. **Modelo Neoliberal e Políticas Educacionais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

GOMES, L. de A.; SAMPAIO, D. M. N.; SIMÕES, A. V.; RIBEIRO, V. M. “Partiu estágio!” relato de experiência de uma acadêmica de Enfermagem. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 5, p. 1- 8, 2021.

GONÇALVES, R. **Ô Abre-alas - a nova inserção do brasil na economia mundial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.

GONZAGA, J. C. R.; OLIVEIRA, J. S. de; CHAGAS, P. B. Representações sociais dos estudantes de Administração sobre os estágios não-obrigatórios: um estudo na Universidade Estadual de Maringá. **Administração: ensino e pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 477–511, jul./set. 2015.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. v. 1. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. v. 2. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. v. 4. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. v. 1. Lisboa: Seara Nova, 1976.

GRAMSCI, A. Homens ou máquinas? In: MONASTA, A. **Antonio Gramsci**. Tradução de Paolo Nosella. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

GUARAGNI, M. P. **A flexibilização das relações de trabalho e suas implicações na prática pedagógica: os estagiários da educação infantil na Rede de Ensino de**

Guarapuava/PR. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2016.

HARVEY, D. **O neoliberalismo**: História e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

HILTTL, S. C. **A formação na relação teórico-prática**: desafios e possibilidades do estágio não obrigatório na perspectiva da tríade. 2022. Dissertação (Mestrado em Administração Pública em Rede Nacional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande, 2022.

IANNI, O. **Dialética & Capitalismo**: ensaio sobre o pensamento de Marx. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

JEFFREY, D. C. A constituição do gerencialismo na educação brasileira: implicações na valorização dos profissionais da educação. **Revista Exitus**, v. 2, n. 2, p. 51-60, jul./dez. 2012.

JESUS, R. P. Crise do estado de bem-estar social e neoliberalismo: uma breve análise da questão social. *In*: II SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS, 2018, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. [...] **Anais**. UFPI, Teresina, Piauí, 2018.

LAVALL, J.; BARDEN, J. E. Estágio não obrigatório: contribuições para a formação acadêmica e profissional do estudante da UNIVATES. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 7, n. 2, p. 47-68, maio 2014.

LIGUORI, G. Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade. *In*: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. P. (org.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 113-123.

LIGUORI, G.; VOZA, P. **Dicionário Gramsciano**. 1926-1937. São Paulo: Boitempo, 2017.

LIGUORI, Guido. **Roteiros para Gramsci**. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

MACHRY, M. **Estágio não obrigatório**: gestão de seu acompanhamento no ensino superior. 2014. Dissertação (Mestrado em Gestão Educacional) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, 2014.

MAINARDES, J. A ética na pesquisa em Educação: desafios atuais. *In*: CARVALHO, M. V. C.; CARVALHÊDO, J. L. P.; ARAÚJO, F. A. M. **Caminhos da Pós-Graduação em educação no nordeste do Brasil**: avaliação, financiamento, redes e produção científica. Teresina: EDUPI, 2016.

MAINARDES, J.; CURY, C. R. J. Ética na pesquisa: princípios gerais. *In*: ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. **Ética e pesquisa em Educação**: subsídios. Rio de Janeiro: ANPEd, 2019. p. 23-29.

MARTINS, E. A. K. **O contrato de estágio como mecanismo de fraude à legislação trabalhista**. Porto Alegre, abril de 2005. Disponível em: <<http://www.eduardomartins.adv.br/>>, seção "Artigos". Acesso em: 21 abr. 2023.

MARTINS, F. S.; MACHADO, D. C. Uma análise da escolha do curso superior no Brasil. **R. bras. Est. Pop.**, Belo Horizonte, 2018.

MARX, K. Glosas críticas marginais ao artigo "O rei da Prússia e a reforma social". De um prussiano. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, 3, p. 142-155, 2011.

MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Tradução de Mario Duayer e Nélío Schneider. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **O Capital**: Capítulo VI inédito. Livro I., 1. ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro I; O processo de produção do capital. Tradução de Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996a.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro II; O processo de circulação do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 1996b.

MARX, K. **Para a crítica da economia política**; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar. Introdução de Jacob Gorender; traduções de Edgar Malagodi *et al.* São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, K. Prefácio à "Contribuição à Crítica da Economia Política". *In*: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. v. 1. São Paulo: Editora Alfa-Omega. [19--]. p. 300-303.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MOREIRA, A. L. **O estágio de estudantes de pedagogia**: a experiência para além da sala de aula. 2017. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas, Gestão e

Avaliação da Educação Superior) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

MOREIRA, A. L.; PONTES, A. P. F. S. Contribuições do estágio não obrigatório para estudantes de pedagogia: uma experiência para além da sala de aula. **Revista COCAR**, Belém, v.11, n. 22, p. 35-59, jul./dez. 2017b.

MOREIRA, A. L.; PONTES, A. P. F. S. Estagiários de pedagogia na gestão universitária: do acompanhamento à relação teoria e prática. **Argumentos Pró-Educação**, Pouso Alegre, v. 3, n. 7, p. 75 - 93, jan./abr., 2018.

MOREIRA, A. L.; PONTES, A. P. F. S. O estágio para estudantes de Pedagogia na UFPB: motivações e vivência. **EDUCA – Revista Multidisciplinar em Educação**, Porto Velho, v. 4, n. 9, p. 79-97, set./dez., 2017a.

NAKAYAMA, B. C. M. S; BRITO, S. A. da S. Formação de professores, estágio remunerado e precarização do trabalho docente: as contradições do programa residência educacional. **Laplage em Revista**, Sorocaba, v. 2, n. 2, mai./ago. 2016, p. 33-41.

NEVES, M. L. **(Des)caminhos da valorização docente**: o estágio não obrigatório na Educação Infantil em Redes Municipais de Educação da microrregião de Irati-Paraná. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, 2019.

OLIVEIRA, C. T de; SANTOS, A. S. dos; DIAS, A. C. G. Percepções de estudantes Universitários sobre a realização de atividades extracurriculares na graduação. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 36, n. 4, out./dez. 2016, p. 864-876.

PAIVA, M. C. L. de P.; COSTA, L. D. P. de F. O estágio não obrigatório no contexto da formação inicial do pedagogo. **Textura**, v. 19, n. 41, p. 114-134, set./dez. 2017.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. **Relatório circunstanciado da gestão**, 2022. Disponível em: https://www.seti.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2023-05/2022_relatorio_circunstanciado_da_gestao.pdf. Acesso em: 25 maio 2023.

PEREIRA, M. R. S. **Estágio curricular não-obrigatório**: limites e perspectivas na formação dos estudantes para o mundo do trabalho. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2010.

POLZIN, F. R.; BERNARDIM, M. L. Estágio não obrigatório: um estudo com universitários do curso de administração. **DIÁLOGO**, Canoas, n. 37, p. 83-97, abr. 2018.

PORTELINHA, Â. M. S.; BORSSOI, B. L.; NEZ, E. de. O estágio remunerado no curso de pedagogia: experiência com o trabalho docente. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, Mossoró, v. 8, n. 27, 2022.

PRETTO, M. E. S. V.; PORTELINHA, Â. M. S. O Estágio não obrigatório remunerado na formação de professores: elementos históricos e legais. *Formação Docente*. **Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, Belo Horizonte, v. 14, n. 31, p. 183-198, 2022.

PRETTO, M. E. S. V. **O Estágio não obrigatório remunerado: desdobramentos para a formação e trabalho docente na educação infantil**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2021.

REIS, Jair Teixeira dos. **Relações de trabalho estágio de estudantes – reflexos da terceirização**. 3. ed. São Paulo: LTr, 2015.

ROCHA, J. A., COSTA, M. B. B. L. Estado e Sociedade Civil em Gramsci: uma primeira aproximação. *In: JORNADA INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ANTONIO GRAMSCI*, 2016, Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza: UFCE, 2016. p. 1-14.

ROCHA, T. P. da. Comportamento informacional dos alunos de Pedagogia: necessidade e busca de informações sobre estágio não obrigatório. **RACIn**, João Pessoa, v. 5, n. 2, p. 102-116, jul./dez. 2017.

ROCHA, T. P. da. **Fluxo informacional do acompanhamento do estágio supervisionado não obrigatório no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte**. 2018. Dissertação (Mestrado em Gestão da Informação e do Conhecimento) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

ROCHA, T. P. da; NETO, P. A. B. Gestão da informação como ferramenta no acompanhamento do estágio não obrigatório: análise do contexto do curso de pedagogia presencial de uma universidade federal. **AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento**, Curitiba, 8(2), p. 69-75, jul./dez. 2019.

SALGUEIRO, J. B.; FREITAS, C. B. D. Regulamentação ética da pesquisa no Brasil: papel do controle social. **Rev. Bioét**, Brasília, v. 30, n. 2., p. 234-46, abr./jun. 2022.

SANTOS, E. **Trabalho, educação e pobreza**. Maceió: Coletivo Veredas, 2019.

SANTOS, S. dos. Um semestre semeando conhecimentos: relatório das atividades do estágio não obrigatório. **Revista EDaPECI**, São Cristóvão (SE), v. 18, n. 1, p. 130-137, jan./abr. 2018.

SAVIANI, D. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. *In: FERRETI, C. J. et al. (org). Novas tecnologias, Trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

SCHLESENER, A. H. **Grilhões invisíveis**: as dimensões da ideologia, as condições de subalternidade e a educação em Gramsci. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2016.

SEMERARO, G. A concepção de trabalho em Gramsci: constituição ontológica e princípio educativo. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 233-244, jan./abr. 2015.

SEMERARO, G. **Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis**. Aparecida, São Paulo: Ideias e Letras, 2006.

SINGER, P. **Dominação e desigualdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

SILVA, E. L. A. **Estágio não obrigatório nos cursos de graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora**: perspectivas e desafios. 2016. Dissertação. (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

SILVA, F. L. **Implicações Teórico-Práticas do Estágio não obrigatório na formação do Pedagogo**: a leitura dos discentes do curso de Pedagogia formados na UFMS/CPTL em 2019. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Três Lagoas, Três Lagoas, 2022.

SIQUEIRA, D. E.; SCHMIDT, J. P. Crise do estado de bem-estar social e políticas de austeridade no Brasil e Portugal: economizando em direitos sociais para solucionar a crise econômica. **Revista DIREITO UFMS**, Campo Grande, v. 8, n. 1, p. 23-48, jan./jun. 2022.

SHEEN, M. R. C. C. A política educacional como momento de hegemonia: notas metodológicas a partir das contribuições de Antonio Gramsci. **Rev. HISTEDBR online**, Campinas, n. 25, p. 3-12, mar. 2007

TAQUETTE, S. R.; MACEDO, L. M. da; ALVARENGA, F. de B. F. Currículo paralelo: uma realidade na formação dos estudantes de Medicina da UERJ. **Rev. Brasileira de Ed. Médica**, Rio de Janeiro, v. 27, p. 171-176, set./dez. 2003.

TONET, I. **Método científico**: uma abordagem ontológica. 2. ed. São Paulo: Instituto Luckás, 2013.

TREVISAN, M. **Estágios extracurriculares**: identificação dos resultados na formação de Administradores. 2001. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

VARGAS, B. F. Trabalho, emprego, precariedade: dimensões conceituais em debate. **Caderno CRH**, v. 29, n. 77, p. 313-331, maio/ago. 2016. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v29n77/0103-4979-ccrh-29-77-0313.pdf>. Acesso em: 30 maio 2023.

VÁSQUEZ, A. S. **Filosofía de la Práxis**. México: Siglo veintiun editores, 2003.

VELÔSO, H. R.; OLIVEIRA, T. R. S.; STROPA, J. M.; CUNHA, G. D. Residência pedagógica: reinventando a prática docente em tempos de pandemia. **Educationis**, v. 10, n. 1, p. 40-45, 2022.

VIEIRA, G. P. **Estágio extracurricular e projetos de vida**: concepções de estudantes universitárias. 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia com Ciência e Profissão) – Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 2019.

VIEIRA, G. P.; ZANON, L. L. D. Estágio extracurricular e projetos de vida: percepções de estudantes universitárias. **Rev. Psicologia Escolar e Educacional**, v. 26, p. 1-8, 2022.

APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTA DOS ESTAGIÁRIOS

DADOS GERAIS

- Idade:
- Estado civil:
- Filhos:
- Sexo/gênero:
- Reside com quantas pessoas? Em qual município?
- Qual o Curso você está fazendo?
- Em que ano ou semestre do curso está?
- Experiência profissional-

SOBRE O CURSO NA IES

- O que acha do Curso?
- Porque escolheu esse curso? Conte como foi sua história para a escolha do curso/ passar no vestibular... (contar o que se sentir a vontade sobre como chegou até aqui no sentido da escolha profissional)...

SOBRE O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

- Há quanto tempo realiza o Estágio não Obrigatório?
- Quantas horas por dia/semana você realiza o Estágio não Obrigatório?
- Há flexibilização ou redução das horas de estágio em algum momento? (ex: períodos de provas do curso)
- Conte onde realiza o Estágio não Obrigatório, e o que você faz (quais atividades desenvolve)..
- Como tomou a decisão de realizar o Estágio não Obrigatório (porque decidiu fazê-lo) -Como ficou sabendo que poderia realizar estágio?

SOBRE O CARÁTER FORMATIVO

- Na sua visão, como você descreveria o Estágio não Obrigatório (o que pensa sobre ele)...
- Você considera que o Estágio não Obrigatório tem efeitos para a sua formação profissional? Quais?
- Como você concilia o tempo de estudo e de estágio?
- O Estágio não Obrigatório tem relação com o seu processo formativo? Ele colabora para a formação específica do curso de licenciatura que você está cursando?

SOBRE A BOLSA RECEBIDA

- A realização de estágio garante uma bolsa pecuniária, o que você diz sobre ela?
- Você considera o recebimento da bolsa de Estágio não Obrigatório importante?
- O que o valor da bolsa significa para você?Por quê?
- O que você não falou, e gostaria de falar sobre esse assunto?

APÊNDICE B - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM RESPONSÁVEL PELA CONTRATAÇÃO DOS ESTAGIÁRIOS NA IES-UEPG

- Como os estudantes tem acesso a vagas de Estágio não Obrigatório na IES? (Há divulgação? Como é feita?)
- Como é a demanda e a procura para realização de Estágio não Obrigatório na IES?
- Há critério de seleção de estagiários? Como ele é feito?
- Onde os estagiários da UEPG realizam Estágio não Obrigatório? (Em quais setores ex: administrativos...)
- Para assinar o termo de compromisso, é analisada se há relação do curso que o estudante faz com a vaga de estágio oferecida?
- O estagiário recebe acompanhamento durante a realização de estágio? Se sim, como é realizado?
- Quantas horas de Estágio não Obrigatório são estipuladas para os estagiários?
- Há flexibilização/ou redução das horas de estágio em algum momento? (ex: períodos de provas do curso)?

- Qual o valor da bolsa que os estagiários da UEPG recebem?
- Qual a importância do estagiário para a IES?
- O que o estágio proporciona ao estudante?

- Em suas palavras, como você caracteriza o Estágio não Obrigatório?

- O que você não disse, e gostaria de falar sobre o Estágio não Obrigatório?

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Universidade Estadual de Ponta Grossa
Programa de Pós-Graduação em Educação

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) para participar de Pesquisa sobre o Estágio não Obrigatório (estágio remunerado), sob a responsabilidade da doutoranda Sandra Cristina Demschinski, devidamente orientada pela Prof. Dra. Simone de Fátima Flach. A pesquisa tem o objetivode desvelar os efeitos do Estágio não Obrigatório para o processo formativo de estudantes de cursos de licenciaturas da UEPG e sua relação com o atual estágio do capitalismo.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevista. Se aceitar participar, estará contribuindo para a análise. Se depois de consentir em sua participação o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo de acordo com os princípios que regem a ética em pesquisa.

Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com a pesquisadora ou a orientadora da pesquisa pelos E-mails: sandrademschinski@hotmail.com e simsfflach@uepg.br.

Consentimento Pós-Informação

Eu, _____, fui informado sobre o que a acadêmica acima mencionada pretende fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar da pesquisa, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser e minha identidade será mantida em sigilo.

Assinatura do (a) entrevistado (a)

Assinatura do (a) pesquisador (a)

Data: ____/____/2022.

ANEXO A - AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA NA UEPG

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Bairro Uvaranas - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR - <https://uepg.br>**DESPACHO**

À PROGRAD/DIREN e à solicitante,

acusamos ciência da presente demanda e nos manifestamos favoravelmente à realização da mesma. Reforçamos a necessidade de atender o que prescreve a Lei nº 13709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados e os trâmites administrativos pertinentes à realização da coleta de dados na Pró-Reitoria de Graduação. A realização da mesma será acompanhada e supervisionada pela Profa. Cristiane Aparecida Woytichoski, Diretora de Ensino e responsável pela Seção de Estágios.

At.te,



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Willians Jaques Moraes, Pró-reitor de Graduação**, em 11/07/2022, às 10:48, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.uepg.br/autenticidade> informando o código verificador **1051211** e o código CRC **9AC94913**.

ANEXO B - PROJETO APROVADO PELO COMITÊ DE ÉTICA- PLATAFORMA BRASIL

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO NO ENSINO SUPERIOR: A FLEXIBILIDADE E A PRECARIIDADE DO TRABALHO EM TEMPOS DE CRISE

Pesquisador: SANDRA CRISTINA DEMSCHINSKI

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 60988022.1.0000.0105

Instituição Proponente: Universidade Estadual de Ponta Grossa

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.546.132

Apresentação do Projeto:

Projeto de Pesquisa:

ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO NO ENSINO SUPERIOR: A FLEXIBILIDADE E A PRECARIIDADE DO TRABALHO EM TEMPOS DE CRISE. A pesquisa possui abordagem qualitativa com: mapeamento dos estudantes que realizam estágio na IES-UEPG, seu respectivo curso de formação e local de atuação; Realização de entrevistas com estagiários (que aceitem participar da pesquisa) e com o responsável pela contratação dos estagiários na IES-UEPG.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Desvelar os efeitos do Estágio não obrigatório para o processo formativo de estudantes de cursos de licenciaturas da UEPG e sua relação com o atual estágio do capitalismo.

Objetivo Secundário:

- a) Verificar como as categorias "estado" e "hegemonia" se fazem presentes na oferta e realização do estágio não obrigatório na IES;
- b) Identificar a flexibilização e a precarização do trabalho no atual estágio do capitalismo e sua relação com a realização do estágio não obrigatório;

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco da Reitoria, sala 22

Bairro: Uvaranas

CEP: 84.030-900

UF: PR

Município: PONTA GROSSA

Telefone: (42)3220-3282

E-mail: propespsecretaria@uepg.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 5.546.132

c) Analisar os limites e as possibilidades da realização de estágio não obrigatório tanto para a formação profissional de estudantes de licenciatura quanto para a organização interna da IES.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Entendemos que essa pesquisa não apresenta riscos. Contudo podemos elencar que os estudantes estagiários que aceitarem participar da pesquisa, precisarão despende de um tempo para a entrevista.

Benefícios:

A pesquisa poderá contribuir para a tomada de consciência, e o estágio não obrigatório poderá deixar de ser exploração de mão de obra e contribuir para a formação do aluno.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A tese em fase de construção, versa sobre o estágio não obrigatório realizado na Instituição de Ensino Superior -UEPG por alunos das

Licenciaturas. O objeto deste estudo são os alunos das Licenciaturas que realizam estágio não obrigatório na UEPG e, considerando como base

teórico-metodológica o Materialismo Histórico e Dialético com contribuições dos escritos de Antonio Gramsci, a pergunta que norteia a pesquisa é:

Como o estágio não obrigatório realizado por estudantes das Licenciaturas na IES-UEPG vem se efetivando no atual cenário do capitalismo? O

objetivo geral da pesquisa é o de desvelar os efeitos do Estágio não obrigatório para o processo formativo de estudantes de cursos de licenciaturas

da UEPG e sua relação com o atual estágio do capitalismo. Com base nele, delimitamos os seguintes objetivos específicos: a) Verificar como as

categorias "estado" e "hegemonia" se fazem presentes na oferta e realização do estágio não obrigatório na IES; b) Identificar a flexibilização e a

precarização do trabalho no atual estágio do capitalismo e sua relação com a realização do estágio não obrigatório; c) Analisar os limites e as

possibilidades da realização de estágio não obrigatório tanto para a formação profissional de estudantes de licenciatura quanto para a organização

interna da IES. Para atender a esses objetivos, a pesquisa, possui abordagem qualitativa com: mapeamento dos estudantes que realizam estágio na

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco da Reitoria, sala 22

Bairro: Uvaranas **CEP:** 84.030-900

UF: PR **Município:** PONTA GROSSA

Telefone: (42)3220-3282

E-mail: prospsecretaria@uepg.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 5.546.132

IES-UEPG, seu respectivo curso de formação e local de atuação; Realização de entrevistas com estagiários (que aceitem participar da pesquisa) e com o responsável pela contratação dos estagiários na IES-UEPG.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Em anexo e de acordo com as normas 466/2012 e 510/2016

Recomendações:

Enviar o relatório final ao término do projeto por Notificação via Plataforma Brasil para evitar pendências.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após análise documental considera-se aprovado este projeto e devidamente autorizado para seu início conforme cronograma apresentado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1985478.pdf	19/07/2022 14:28:03		Aceito
Declaração de concordância	Autorizacao.pdf	19/07/2022 14:26:20	SANDRA CRISTINA DEMSCHINSKI	Aceito
Folha de Rosto	Sandra_folha_de_rosto.pdf	19/07/2022 14:23:11	SANDRA CRISTINA DEMSCHINSKI	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_tese.pdf	18/07/2022 15:55:40	SANDRA CRISTINA DEMSCHINSKI	Aceito
Outros	Oficio_solicitacao_dados.pdf	18/07/2022 15:19:23	SANDRA CRISTINA DEMSCHINSKI	Aceito
Outros	Roteiro_entrevista_UEPG.pdf	18/07/2022 15:14:09	SANDRA CRISTINA DEMSCHINSKI	Aceito
Outros	Roteiro_entrevistas.pdf	18/07/2022 15:12:08	SANDRA CRISTINA DEMSCHINSKI	Aceito
TCLE / Termos de	TCLE.pdf	18/07/2022	SANDRA CRISTINA	Aceito

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvarararas, Bloco da Reitoria, sala 22
Bairro: Uvarararas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3282 **E-mail:** propepsecretaria@uepg.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 5.546.132

Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	15:09:44	DEMSCHINSKI	Aceito
--	----------	----------	-------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PONTA GROSSA, 26 de Julho de 2022

Assinado por:
ULISSES COELHO
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvarararas, Bloco da Reitoria, sala 22
Bairro: Uvarararas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3282 **E-mail:** propespsecretaria@uepg.br

ANEXO C - RELAÇÃO QUANTITATIVA DE ESTAGIÁRIOS, FORNECIDA PELA UEPG - 2022

RELAÇÃO QUANTITATIVA DE ESTAGIÁRIOS UEPG - BASE DEZEMBRO DE 2022

CURSO	LOCAL DE ATUAÇÃO	ESTAGIÁRIOS
ADMINISTRAÇÃO	PROESP - Programa de Pós-Graduação	1
	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL - HURCG	4
	PRÓ-REITORIA DE RECURSOS HUMANOS - DCS	2
	PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO - CONVÊNIOS	1
AGRONOMIA	FAZENDA ESCOLA - FESCON	2
ARTES	PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E ASS. CULTURAIS-PROEX	1
	PROEX - DAC - DIVISÃO DE ASSUNTOS CULTURAIS	2
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO	PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO - DIFI	1
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO - COMÉRCIO EXTERIOR	PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO - CONVÊNIOS	1
	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL - HURCG	1
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS	PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO - CONVÊNIOS	1
	PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO - DIFI	4
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS	PROEX - Incubadora de Empreendimentos Solidários	1
BACHARELADO EM ENGENHARIA DE SOFTWARE	DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA	2
	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL - HURCG	9
BACHARELADO EM HISTÓRIA	DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA	1
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - LICENCIATURA	SETOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE	1
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO - DIFI	4
	PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO - CONVÊNIOS	1
CIÊNCIAS DA NATUREZA	DEPARTAMENTO DE BIOLOGIA EST. MOL. E GENÉTICA	1
CIÊNCIAS ECONÔMICAS	PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO - DIFI	1
	PRORH - DIRETORIA DE PROVIMENTO E CONCURSOS	1
	PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO	1
DIREITO	PROCURADORIA JURÍDICA - PROJUR	2
	NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA - NPJ	5
EDUCAÇÃO FÍSICA - BACHARELADO	Coordenadoria de Desportos e Recreação	3
ENFERMAGEM	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL - HURCG	4
	Hospital Universitário Materno Infantil	1
ENGENHARIA CIVIL	DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA CIVIL	1
	LABORATÓRIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	1
ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO	Setor de Ciências Agrárias e de Tecnologia	1
	DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA	1
	NÚCLEO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO	5
FARMÁCIA E BIOQUÍMICA	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL - HURCG	1
HISTÓRIA	DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA	2
	MUSEU DOS CAMPOS GERAIS	3
INFORMÁTICA	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL - HURCG	1
LETRAS - PORTUGUÊS / INGLÊS	DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM	1
	ESCRITÓRIO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS	1
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA	DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS	1
Licenciatura em Matemática	DEPARTAMENTO DE MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA	1
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA	CAIC - CENTRO DE ATENÇÃO À CRIANÇA E ADOLESCENTE	1
	PRÓ-REITORIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	4
PEDAGOGIA - EAD	CAIC - CENTRO DE ATENÇÃO À CRIANÇA E ADOLESCENTE	3
SERVIÇO SOCIAL	PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E ASS. CULTURAIS-PROEX	1
	AMBULATORIO	1
	PRÓ-REITORIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	1
Total de Estagiários:		90

ANEXO D - TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

1- A

IDADE: 20 ANOS

ESTADO CIVIL: SOLTEIRO

FILHOS: NÃO

SEXO: MASCULINO

RESIDE COM QUANTAS PESSOAS? EM QUAL MUNICÍPIO? 8- PONTA GROSSA

QUAL CURSO ESTÁ FAZENDO? Licenciatura em Ciências Biológicas

EM QUE ANO OU SEMESTRE DO CURSO ESTÁ? 2º ANO

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL? SIM, Tenho experiência em vendas personalizadas, pois trabalhei com isso antes de ingressar no curso.

O QUE ACHA DO CURSO? É um curso que eu não esperava fazer, mas que eu aprendi a gostar fazendo ele mesmo. Então hoje em dia eu sou bem agradecido pelo que eu aprendi e estou gostando bastante.

POR QUE ESCOLHEU ESSE CURSO? CONTE COMO FOI SUA HISTÓRIA PARA A ESCOLHA DO CURSO/ PASSAR NO VESTIBULAR... (CONTAR O QUE SE SENTIR A VONTADE SOBRE COMO CHEGOU ATÉ AQUI NO SENTIDO DA ESCOLHA PROFISSIONAL)? Então, como eu disse na pergunta passada, era um curso que eu não esperava fazer, porém eu sempre tive muito interesse na área da biologia desde o ensino médio. Eu sempre pesquisava assuntos que tinham a ver, e eram relacionados com essa área. Então eu acredito que quando me apareceu essa oportunidade de fazer o curso através do ENEM, que eu me inscrevi né, faço pela UTF, é... eu aceitei a proposta e estamos aí no segundo ano de curso já.

HÁ QUANTO TEMPO REALIZA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO? Vai fazer 5 meses que eu tô.

QUANTAS HORAS POR DIA/SEMANA VOCÊ REALIZA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO? 4 diárias, 20 semanais.

HÁ FLEXIBILIZAÇÃO OU REDUÇÃO DAS HORAS DE ESTÁGIO EM ALGUM MOMENTO (EX: PERÍODOS DE PROVAS DO CURSO)? Sei sim... e inclusive isso vem escrito no nosso contrato que em semana de provas, contanto que a gente comprove, a gente tem uma redução da carga horária pra que a gente possa estudar, se preparar e tudo mais.

CONTE ONDE REALIZA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO, E O QUE VOCÊ FAZ (QUAIS ATIVIDADES DESENVOLVE)? Realizo o estágio pela UEPG, no Bloco M, na sala 82 A, que é um laboratório de microbiologia. As atividades que eu desenvolvo aqui dentro são a esterilização de materiais, é.. limpeza e organização do laboratório... é.... riscamento de placa né, quando a gente semeia as bactérias e fungos, é.. faço micro cultivo, eu cuido de um estoque de bactérias onde já estoquei mais de 200 bactérias. Elas estão em um freezer a menos de 80 graus para que sejam estudadas por alunos de mestrado e doutorado, pra que faça a devida identificação. A gente trabalha também com bactérias que resistem a antibióticos é... deixa eu pensar... a gente faz micro cultivo, a gente prepara aula também dos professores da microbiologia, de odonto também. E eu sou contratado pra cuidar de uma página que eu tô desenvolvendo ainda pro laboratório, que ainda está em processo

de criação. Ah, faço paisagens de materiais também, preparo de meio de cultura, meio de cultivo, é preparo meios de açúcares por exemplo, mas as atividades que eu realizo são essas.

-COMO TOMOU A DECISÃO DE REALIZAR O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO (PORQUE DECIDIU FAZÊ-LO)? O interesse do estágio, eu sempre avalio alguns pontos. É, o primeiro é o desenvolvimento acadêmico, justamente porque o estágio é um momento em que o acadêmico universitário tem a possibilidade de se encontrar dentro de uma área. Então, é eu fiquei sabendo do estágio através de uma página de central de estágios do governo, onde eu sempre ficava olhando até que abriu uma vaga aqui na UEPG, onde eu fiz uma entrevista com mais duas, três pessoas, e eu acabei sendo selecionado pela supervisora. É.. fiz o processo de aprendizado e me identifiquei muito na área da microbiologia, então acredito que esse é um dos pontos pelo qual eu escolhi fazer estágio. Outra coisa pelo qual eu escolhi o estágio foi pela remuneração, justamente porque ser universitário já não é fácil né, ainda mais eu fazendo uma faculdade integral que é tarde e noite, então não tem muita possibilidade de trabalho. Então pelo horário que é das 8 ao meio-dia, que já é um horário que é muito bom, e por conta de receber remuneração né que é 700 reais.

- NA SUA VISÃO, COMO VOCÊ DESCREVERIA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO (O QUE PENSA SOBRE ELE). Descrevo ele como bastante didático, porque pra gente aprender fazer as coisas, é a gente depende de quem sabe, então pelos meus supervisores é, eles me ensinam bastante coisa de caráter bem didático mesmo, então é bem de aprendizado mesmo. É, então é uma coisa que pela UTF eu não aprendi, eu não costumo dizer muitas coisas boas sobre a minha faculdade quando não é.. Então através do ensino remoto que foi uma grande dificuldade a UTF ainda que é uma Universidade tecnológica, ela enfrenta muitos problemas em relação de transmissão, é... de aulas EAD, e eu acabei que eu tinha também uma professora na área de microbiologia que não tinha uma didática muito boa né.. Nós acadêmicos da área da educação, a gente aprende várias didáticas né... e como ela não tinha uma didática boa, ela não conseguiu transpassar tudo que eu já aprendi no estágio da microbiologia, então, eu sempre falo para os meus colegas acadêmicos que se eles tiverem oportunidade de desenvolver um trabalho na microbiologia eles vão ver o quão gratificante é, e o qual diverso é essa área.

-VOCÊ CONSIDERA QUE O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO TEM EFEITOS PARA A SUA FORMAÇÃO PROFISSIONAL? QUAIS? Sim, Com certeza. Justamente também pela experiência em que eu vou carregar daqui pra frente né, é claro que não vou ficar pra sempre nesse estágio né, eu tenho um período que é de 2 anos ele se encerra né, justamente porque minha graduação também se encerra mais ou menos nesse período. Mas acredito que eu já tenho estabelecido uma área pela qual eu quero seguir, que é na área de microbiologia.

-COMO VOCÊ CONCILIA O TEMPO DE ESTUDO E DE ESTÁGIO? Pela minha faculdade ser integral a tarde a noite, fica um pouco apertadas, só que justamente pela flexibilização que o estágio me proporciona e pela minha organização de tempo de estudo durante a semana e tudo mais, é... a faculdade também flexibiliza muito os horários, que tem aí algumas disciplinas que são só tarde e outras que são só a noite, então eu consigo conciliar bem com essa organização

-O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO TEM RELAÇÃO COM O SEU PROCESSO FORMATIVO? ELE COLABORA PARA A FORMAÇÃO ESPECÍFICA DO CURSO DE LICENCIATURA QUE VOCÊ ESTÁ CURSANDO? sim!

-A REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO GARANTE UMA BOLSA PECUNIÁRIA, O QUE VOCÊ DIZ SOBRE ELA? É uma bolsa que me ajuda bastante justamente por questões financeiras né, é uma bolsa que me auxilia muito em locomoção por exemplo, em alimentação. E vale ressaltar que não tô fazendo estagio somente pela remuneração como eu já respondi na pergunta anterior, que mais que uma coisa assim que eu tenho que descobrir dentro da minha área, mas é uma bolsa que eu procurava e ela é essencial hoje em dia pelo meu sustento digamos assim entre aspas.

-VOCÊ CONSIDERA O RECEBIMENTO DA BOLSA DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO IMPORTANTE? Sim, com certeza. Mas também faria um estágio obrigatório na área sem a bolsa. Que pelo menos no curso de licenciatura, é.... os estágios devem ser feitos dentro das salas de aula né. Mas por exemplo, se eu tivesse cursando bacharelado em biologia com certeza eu faria um estágio é obrigatório e não remunerado dentro do laboratório de microbiologia.

-O QUE O VALOR DA BOLSA SIGNIFICA PARA VOCÊ? POR QUÊ? O valor da bolsa eu considero uma das melhores ofertas de estágio porque tem algumas bolsas que pagam um valor bem menos que essa, é... mas essa significa bastante pra mim como eu já disse, justamente por que ela me auxilia muito no meu sustento e em alguns processos que eu estou fazendo por exemplo tô tirando a carteira de motorista e eu mesmo consigo pagar justamente pelo valor da bolsa.

Aberto para outras colocações que não foram abrangidas nas questões:

2- B

IDADE: 21

ESTADO CIVIL: Solteiro

FILHOS: Não

SEXO: Masculino

RESIDE COM QUANTAS PESSOAS? EM QUAL MUNICÍPIO? 4- Ponta Grossa

QUAL CURSO ESTÁ FAZENDO? Administração

EM QUE ANO OU SEMESTRE DO CURSO ESTÁ? 2º ano

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL? Não. Essa é a minha primeira experiência

O QUE ACHA DO CURSO? É legal. É interessante. Tem algumas coisas diferentes. Dá pra dizer que estou me identificando com o curso

POR QUE ESCOLHEU ESSE CURSO? CONTE COMO FOI SUA HISTÓRIA PARA A ESCOLHA DO CURSO/ PASSAR NO VESTIBULAR... (CONTAR O QUE SE SENTIR A VONTADE SOBRE COMO CHEGOU ATÉ AQUI NO SENTIDO DA ESCOLHA PROFISSIONAL)... É que eu tinha tentado, na verdade eu tinha feito um semestre de engenharia da computação, e eu até achei legal mais é Integral e daí eu queria escolher um curso que fosse noturno e até a por que, digamos eu queria começar a trabalhar porque dá vontade comprar as coisas as vezes ai querendo ou não é um dos motivos.

HÁ QUANTO TEMPO REALIZA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO? Fazem dois meses, é bem recente.

- QUANTAS HORAS POR DIA/SEMANA VOCÊ REALIZA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO? 4 horas diárias e 20 semanais

-HÁ FLEXIBILIZAÇÃO OU REDUÇÃO DAS HORAS DE ESTÁGIO EM ALGUM MOMENTO (EX: PERÍODOS DE PROVAS DO CURSO)? Ainda não passei por essa situação, e eu não sabia disso.

-CONTE ONDE REALIZA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO, E O QUE VOCÊ FAZ (QUAIS ATIVIDADES DESENVOLVE)? Ah, eu é que, na verdade na maior parte são questões relacionadas aos documentos, então tem o portal da transparência o SEI que é o sistema da UEPG né, daí é publicação e atualização de cadastro, também com a parte de digitalização, impressão de documentos, organização, é bastante disso... agora a gente está fazendo um processo de arrumar os cadastros, é bem demorado, e a gente tá a semana toda fazendo, e também tem outras coisas, como as planilhas de Excel que você vai aprendendo também. Mas é mais a parte de documentos mesmo que lidamos na Divisão de carreiras.

-COMO TOMOU A DECISÃO DE REALIZAR O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO (PORQUE DECIDIU FAZÊ-LO) –

COMO FICOU SABENDO QUE PODERIA REALIZAR ESTÁGIO? Foi... é, a gente tem um grupo da turma no WhatsApp daí a representante de turma direto posta os estágios lá, daí eu vi e achei legal...

- NA SUA VISÃO, COMO VOCÊ DESCREVERIA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO (O QUE PENSA SOBRE ELE)... Acho interessante por quê, por exemplo se você se forma sem uma experiência profissional até por questão de currículo é interessante que você já tem alguma ideia e alguma experiência. Então eu acho bastante importante nesse sentido.

-VOCÊ CONSIDERA QUE O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO TEM EFEITOS PARA A SUA FORMAÇÃO PROFISSIONAL? QUAIS? Tem, eu acho que tem sim por que digamos tem coisa que você vai aprendendo que são básicas como convívio e tudo mais, as maneiras que as coisas funcionam dentro da UEPG, é uma empresa né, quer dizer é público mais é mais ou menos a mesma ideia, e também tem a questão técnica de você mexer com os programas do Excel que são interessantes, que provavelmente onde você for trabalhar, você vai mexer com isso também.

-COMO VOCÊ CONCILIA O TEMPO DE ESTUDO E DE ESTÁGIO? Então, de manhã é o estágio e a noite o curso, daí tem esse período livre, então é tranquilo.

-O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO TEM RELAÇÃO COM O SEU PROCESSO FORMATIVO? ELE COLABORA PARA A FORMAÇÃO ESPECÍFICA DO CURSO DE LICENCIATURA QUE VOCÊ ESTÁ CURSANDO? Sim, porque é uma área de recursos humanos que é uma das áreas do curso, aí você vai conhecendo mesmo.

-A REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO GARANTE UMA BOLSA PECUNIÁRIA, O QUE VOCÊ DIZ SOBRE ELA? O salário é importante porque o estágio não é algo que você não vai ficar o tempo inteiro fazendo as atividades né, mas você fica além do tempo tem coisas que você vai ter que se esforçar bastante pra fazer, então se não fosse a bolsa fica complicado daí.

-VOCÊ CONSIDERA O RECEBIMENTO DA BOLSA DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO IMPORTANTE? Sim, claro!

-O QUE O VALOR DA BOLSA SIGNIFICA PARA VOCÊ? POR QUÊ? Então, não é um valor considerável, mas como é um estágio e eu ainda não preciso pagar conta, essas coisas, então é

praticamente um valor que ele só entra e não sai pra contas, essas coisas assim. Então vale a pena sabe. Talvez se eu precisasse pagar contas, compras, talvez não teria como né, mas pra minha situação vale a pena mesmo.

3- C

IDADE: 21

ESTADO CIVIL: solteira

FILHOS: não

SEXO: feminino

RESIDE COM QUANTAS PESSOAS? EM QUAL MUNICÍPIO? 4 Ponta Grossa

QUAL CURSO ESTÁ FAZENDO? Economia

EM QUE ANO OU SEMESTRE DO CURSO ESTÁ? 2º ANO

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL? nenhuma

-O QUE ACHA DO CURSO? Então, eu gosto do curso, só acho muito difícil, ele é muito complexo porque a gente não estuda só cálculo ou só matéria de humanas, a gente tem que abranger assim, é mais amplo. A gente tem que ver o lado do cálculo, a gente tem que fazer a interpretação e depois aplicar ele na sociedade. Então assim, é bem complexo, mas mesmo assim é legal.

-POR QUE ESCOLHEU ESSE CURSO? CONTE COMO FOI SUA HISTÓRIA PARA A ESCOLHA DO CURSO/ PASSAR NO VESTIBULAR... (CONTAR O QUE SE SENTIR A VONTADE SOBRE COMO CHEGOU ATÉ AQUI NO SENTIDO DA ESCOLHA PROFISSIONAL). Então, eu meio que escolhi aleatoriamente, porque eu tava entre ADM e contábeis, eu falei, não gosto de nenhum desses e vi economia e vi a descrição do curso que tem no site, achei legal fui lá e me inscrevi. Foi isso.

-HÁ QUANTO TEMPO REALIZA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO? 9 meses

- QUANTAS HORAS POR DIA/SEMANA VOCÊ REALIZA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO? 4 diárias, 20 horas

-HÁ FLEXIBILIZAÇÃO OU REDUÇÃO DAS HORAS DE ESTÁGIO EM ALGUM MOMENTO (EX: PERÍODOS DE PROVAS DO CURSO)? tem sim.

-CONTE ONDE REALIZA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO, E O QUE VOCÊ FAZ (QUAIS ATIVIDADES DESENVOLVE)? É, aqui a gente trabalha no Pró-RH, que é recursos humanos, aí a gente faz a contratação de pessoas, então a gente lida bastante com público. A minha parte eu lido mais com planilhas quando vão fazer prestação de contas, é, colocar os dados no sistema, eu faço também, relação pra mandar para o arquivo, essas coisas.

-COMO TOMOU A DECISÃO DE REALIZAR O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO (PORQUE DECIDIU FAZÊ-LO) – Na verdade foi uma amiga da minha sala que divulgou no grupo que tinha vagas de estágio na UEPG, daí eu me interessei porque a gente trabalha 4 horas diária, o salário é bom, e ainda é na UEPG né. Eu até fui em outros lugares, fiz entrevistas, só que assim, é bem trabalho escravo praticamente, porque são 6 horas, daí você começa às 13:30 até 18:30 e com salário bem pequenininho e nem tem vale transporte. E como aqui na UEPG, é bem melhor do que os outros lugares comparando, eu resolvi estagiar aqui.

- NA SUA VISÃO, COMO VOCÊ DESCREVERIA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO (O QUE PENSA SOBRE ELE)... Eu acho assim, o Estágio não Obrigatório é melhor que o obrigatório, porque a pessoa vai porque quer, e assim, a gente aprende bastante coisas. Como por exemplo como se portar num trabalho que a gente vai ter futuramente, quando entrar no mercado de trabalho, é, assim a experiencia é ótima tanto pro pessoal quanto pro profissional, porque você vai aprendendo a lidar com as pessoas, vai convivendo mais com as pessoas.

-VOCÊ CONSIDERA QUE O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO TEM EFEITOS PARA A SUA FORMAÇÃO PROFISSIONAL? QUAIS? Eu acho que sim. Por vários motivos. Porque assim, se eu for fazer uma entrevista para um emprego mesmo, se eu for trabalhar numa empresa privada, eles vão pedir meu currículo e lá vai constar onde eu fiz estágio, quanto tempo, e isso já é um algo a mais que eu vou ter.

-COMO VOCÊ CONCILIA O TEMPO DE ESTUDO E DE ESTÁGIO? Assim, como é 4 horas diárias, eu consigo conciliar bem. Eu estudo de manhã, depois do almoço faço estágio e depois das 18 horas eu consigo fazer as atividades da Universidade.

-O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO TEM RELAÇÃO COM O SEU PROCESSO FORMATIVO? ELE COLABORA PARA A FORMAÇÃO ESPECÍFICA DO CURSO DE LICENCIATURA QUE VOCÊ ESTÁ CURSANDO? Um pouquinho... Porque meu curso não é uma coisa assim específica, ele abrange várias áreas. A gente pode trabalhar com o que quiser praticamente. Então acho que ajuda.

-A REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO GARANTE UMA BOLSA PECUNIÁRIA, O QUE VOCÊ DIZ SOBRE ELA? Eu acho que tá bom a bolsa. Não é nem um valor tão baixinho porque se for comparar com as horas trabalhadas, é um valor bom, maior do que um outro emprego que eu fui fazer entrevista. Eram 6 horas diárias para 500 reais.

-VOCÊ CONSIDERA O RECEBIMENTO DA BOLSA DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO IMPORTANTE? Sim, muito

-O QUE O VALOR DA BOLSA SIGNIFICA PARA VOCÊ? POR QUÊ? Significa bastante coisa pra mim. Porque eu tenho que comer no RU, então eu gasto no RU, a gente gasta com lanche e tem as demandas do curso também. Então é bem importante.

4- D

IDADE: 20

ESTADO CIVIL: Solteiro

FILHOS: não

SEXO: masculino

RESIDE COM QUANTAS PESSOAS? EM QUAL MUNICÍPIO? 2 pessoas-ponta Grossa

QUAL CURSO ESTÁ FAZENDO? Administração noturno

EM QUE ANO OU SEMESTRE DO CURSO ESTÁ? 1º ano, segundo período

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL? sim, já trabalhei em vários lugares. Na frísia como classificador de grãos. Cheguei a trabalhar no shopping Palladium em dois empregos: recepcionista na administração e como orientador de pátio no estacionamento.

-O QUE ACHA DO CURSO? Eu acho interessante, é um curso generalista que dá pra seguir vários caminhos de escolha, tem muita opção de carreira que você pode seguir tanto no setor privado quanto no público. E eu acho um curso interessante por causa disso.

-POR QUE ESCOLHEU ESSE CURSO? CONTE COMO FOI SUA HISTÓRIA PARA A ESCOLHA DO CURSO/ PASSAR NO VESTIBULAR... (CONTAR O QUE SE SENTIR A VONTADE SOBRE COMO CHEGOU ATÉ AQUI NO SENTIDO DA ESCOLHA PROFISSIONAL). Então, na verdade eu já tinha feito um curso pago em outro estado, era o curso de direito. Só que eu acabei optando por não seguir esse curso porque não me identifiquei muito com a área, sabe? Aí quando eu voltei para Ponta Grossa, eu tava atrás de uma faculdade que eu pudesse fazer né, e principalmente pública porque eu não tinha tanto dinheiro. Principalmente nesse período de pandemia, daí acho que administração foi uma das minhas primeiras opções, mais por ser um curso mais generalista, que permite vários caminhos. Eu me inscrevi no vestibular no final do ano passado pra fazer logo. Tipo foi muito rápido assim, fiz o vestibular, passei direto e já comecei a fazer o curso em maio desse ano.

-HÁ QUANTO TEMPO REALIZA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO? Acho que dia 18 fazem dois meses, é bem recente.

- QUANTAS HORAS POR DIA/SEMANA VOCÊ REALIZA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO? Por semana são 20 horas.

HÁ FLEXIBILIZAÇÃO OU REDUÇÃO DAS HORAS DE ESTÁGIO EM ALGUM MOMENTO (EX: PERÍODOS DE PROVAS DO CURSO)? Eu não cheguei a ter necessidade disso. Mas já me informaram se assim, se eu precisar realmente e tiver dificultando muito, eu poderia pedir para sair mais cedo, mas tudo com justificativa sabe.

-CONTE ONDE REALIZA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO, E O QUE VOCÊ FAZ (QUAIS ATIVIDADES DESENVOLVE)? Então, eu sou estagiário do PróRH- divisão de carreiras, e eu trabalho que desenvolvo é mais no auxílio das meninas ali dentro. Então qualquer trabalho que seja menor, que seja mais repetitivo que elas não tenham tempo de fazer, por mais que seja importante as vezes não sobra tempo, então eu e mais e mais o outro estagiário do período da manhã, fazemos essas atividades mais de auxiliar mesmo. Porque a gente tá aprendendo e não tenho muita noção do que elas fazem, eu tô aprendendo conforme elas vão me passando.

-COMO TOMOU A DECISÃO DE REALIZAR O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO (PORQUE DECIDIU FAZÊ-LO) – Eu tomei a decisão porque eu precisava de duas coisas, precisava do dinheiro para eu fazer minhas coisas, apesar de que eu ainda moro com meu pai, ele me ajuda em várias coisas, mas eu queria ter minha própria renda, e também pela experiência, porque eu já trabalhei na área de administração, mas nunca no RH. Daí quando eu entrei no curso eu tava meio sem saber tipo que área seguir, porque como é um leque muito amplo, você fica meio perdido ali no meio sem saber o que fazer, daí eu optei pelo estágio pra conhecer a área que futuramente eu vou trabalhar.

-COMO FICOU SABENDO QUE PODERIA REALIZAR ESTÁGIO? Ah, foi logo no começo do ano, o professor responsável pelo curso no nosso departamento, ele chegou lá e começou a explicar sobre o Estágio não Obrigatório etc e tal, daí eu já me interessei, só que demorou pra eu encontrar uma área que talvez eu gostasse de trabalhar. E eu comecei só agora, porque um amigo me enviou, ele é

representante e tem contato com... é... os professores passaram pra ele e ele divulgou pra mim no caso.

- NA SUA VISÃO, COMO VOCÊ DESCREVERIA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO (O QUE PENSA SOBRE ELE). Eu acredito que é importante para ganhar experiência. Tem muita gente que entra na Universidade, mas entra de cabeça, sem saber da área que quer trabalhar. Então pra mim, é essencial nessa parte, porque durante o curso você pode tar fazendo o estágio, trabalhando com aquilo pra ganhar experiência, pra no final talvez conseguir um emprego mais fácil. E ainda recebe a bolsa.

-VOCÊ CONSIDERA QUE O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO TEM EFEITOS PARA A SUA FORMAÇÃO PROFISSIONAL? QUAIS? Sim, com certeza!

-COMO VOCÊ CONCILIA O TEMPO DE ESTUDO E DE ESTÁGIO? Então, eu tento pensar assim: o período de estágio é o período de estágio, e eu faço tudo o que me pedem pra realizar. Aí o tempo da faculdade é o tempo da faculdade e eu faço tudo que é necessário, mas principalmente no final de semana que eu deixo pra fazer os trabalhos. Mas tirando isso é sempre bem delimitado pra não misturar uma coisa com a outra sabe.

-O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO TEM RELAÇÃO COM O SEU PROCESSO FORMATIVO? ELE COLABORA PARA A FORMAÇÃO ESPECÍFICA DO CURSO DE LICENCIATURA QUE VOCÊ ESTÁ CURSANDO? Com Certeza, porque é da área de administração.

-A REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO GARANTE UMA BOLSA PECUNIÁRIA, O QUE VOCÊ DIZ SOBRE ELA? Eu acho importante com certeza. Até pelo motivo que eu falei de ter minha própria renda. Mesmo sendo pouco, eu também trabalho pouco então acaba valendo a pena no final.

-VOCÊ CONSIDERA O RECEBIMENTO DA BOLSA DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO IMPORTANTE? sim

-O QUE O VALOR DA BOLSA SIGNIFICA PARA VOCÊ? POR QUÊ? Então o valor da bolsa, é do estágio. Eu já cheguei a trabalhar e ganhar muito mais que isso. Eu já cheguei trabalhar 12 horas principalmente no emprego de orientador de pátio. Então, ter mais tempo me ajuda e ainda ganho em cima disso, ainda que seja pouco mas já me ajuda é.. muito recompensador por conta da experiência, por conta de ter meu dinheiro e ainda ter um tempo para faculdade e pra estudar. Se eu trabalhasse num lugar de 8 horas e ainda ir de noite pra faculdade, seria muito cansativo, e eu conheço um monte de gente que acaba largando a faculdade por conta disso. E meu objetivo é terminar minha faculdade e pra poder me qualificar melhor.

5- E

IDADE: 21 anos

ESTADO CIVIL: solteira legalmente, mas tenho companheiro

FILHOS: Não legalmente, mas tenho companheiro

SEXO: Feminino

RESIDE COM QUANTAS PESSOAS? EM QUAL MUNICÍPIO? 2- Ponta Grossa

QUAL CURSO ESTÁ FAZENDO? Licenciatura em Ciências Biológicas

EM QUE ANO OU SEMESTRE DO CURSO ESTÁ? 2 ano, 4º semestre

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL? Sim, trabalhei em muitos lugares, mas a maioria era emprego informal porque como eu era, é.. Geralmente me contratavam final de ano, e eram empregos daquele jeito sabe?! Mas já trabalhei em tudo quanto é coisa que você imaginar

-O QUE ACHA DO CURSO? Eu gosto do meu curso, mas eu iniciei ele como uma base, porque o que eu quero estudar depois vai precisar de um curso de graduação, que eu sempre quis estudar astronomia, alguma área da astronomia, só que como não tem aqui no Paraná, e eu não consigo ir pra São Paulo, que só tem na USP, daí fui por uma via alternativa que é graduação de alguma área pra fazer uma pós em astronomia ou até astrobiologia.

-POR QUE ESCOLHEU ESSE CURSO? CONTE COMO FOI SUA HISTÓRIA PARA A ESCOLHA DO CURSO/ PASSAR NO VESTIBULAR... (CONTAR O QUE SE SENTIR A VONTADE SOBRE COMO CHEGOU ATÉ AQUI NO SENTIDO DA ESCOLHA PROFISSIONAL). Então, quando eu tava terminando o ensino médio, eu não tinha muita ideia do que fazer, até eu nem queria muito entrar na Universidade, mas com a pressão eu comecei a pesquisar e decidi pela astronomia. Eu terminei o ensino médio em 2018 e entrei na UEPG pra fazer física, e fiz por um ano. Aí pela necessidade de precisar trabalhar, eu tive que abandonar o curso, porque no primeiro ano a gente não consegue trancar. Então tive que largar mesmo. Na pandemia, comecei a pesquisar cursos alternativos que eu poderia estudar astronomia, daí apareceu biologia, estudei e entrei. E assim, eu estudei em casa, não fiz cursinho nada e consegui entrar.

-HÁ QUANTO TEMPO REALIZA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO? Não faz um ano ainda. Iniciei em maio, então faz 8 meses

-QUANTAS HORAS POR DIA/SEMANA VOCÊ REALIZA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO? 4 diárias

-HÁ FLEXIBILIZAÇÃO OU REDUÇÃO DAS HORAS DE ESTÁGIO EM ALGUM MOMENTO (EX: PERÍODOS DE PROVAS DO CURSO)? Eu nunca pedi para reduzir em períodos de provas porque eu tenho a liberdade de estudar aqui. Tanto que minhas atividades daqui são bem poucas mesmo. Então eu posso pegar meu caderno, livro, fazer pesquisas tudo ali na minha mesa. Mas eles já me liberaram uma vez que eu precisei fazer um exame, então tem essa flexibilização, bem tranquilo.

-CONTE ONDE REALIZA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO, E O QUE VOCÊ FAZ (QUAIS ATIVIDADES DESENVOLVE)? Então, eu fico aqui no SEBISA, que é o setor de biológicas e da saúde em geral, mas eu fui contratada pra fazer a edição da revista de ciências biológicas que é a *publication*. Só que a revista tem duas versões no ano, e eu posso fazer a edição aqui, daí eu fico auxiliando todos os setores. Então se eu precisar abrir porta, fazer impressão, disponibilizar salas, coisa mais nessa parte.

-COMO TOMOU A DECISÃO DE REALIZAR O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO (PORQUE DECIDIU FAZÊ-LO)? Então, antes de eu realizar o estágio, eu trabalhava né, em qualquer coisa assim, dei até aula de informática básica em uma escola, só que o período era muito, muito corrido, eu ia cedo e de tarde, saía muito em cima da hora, aí chegava na Universidade muito em cima da hora da aula, eu não conseguia aproveitar nada do tempo, nem estudar, aí achei a oportunidade do estágio que mesmo eu ganhando menos eu tenho essa flexibilidade pra estudar, então é um sacrifício pra eu conseguir passar de ano.

-COMO FICOU SABENDO QUE PODERIA REALIZAR ESTÁGIO? Eu sempre ficava prestando atenção naquele site do governo do Paraná e nunca tinha nada para a área de ciências biológicas, daí surgiu essa vaga pra esse estágio e eu me inscrevi na mesma hora.

- NA SUA VISÃO, COMO VOCÊ DESCREVERIA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO (O QUE PENSA SOBRE ELE).? Eu acho que é uma oportunidade das pessoas que precisam ter uma renda e né, não tem outra forma de conseguir, e dar continuidade no curso, porque se eu não tivesse conseguido o estágio e tivesse continuado no emprego que eu tava, eu não ia ter conseguido passar em nada das matérias, porque realmente a Universidade precisa que a gente fique focado. E o estágio dá essa oportunidade de você ter uma renda e ainda estudar, então bem interessante.

-VOCÊ CONSIDERA QUE O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO TEM EFEITOS PARA A SUA FORMAÇÃO PROFISSIONAL? QUAIS? Eu acredito que sim, porque como eu fui contratada pra fazer a edição da revista, eu entro em contato com muitos artigos de muitas áreas de biologia e da saúde. Tem artigo falando sobre importância da saúde, sobre pesquisa alternativa de biologia que faz junção com química, física, então eu tenho contato com esses artigos e isso vai fazer com que eu tenha, é, um amplo conhecimento da minha área, eu não fico só naquilo que os professores passam, então se eu quiser mudar de área em alguma coisa pra fazer pós, eu posso porque eu tenho muito contato.

-COMO VOCÊ CONCILIA O TEMPO DE ESTUDO E DE ESTÁGIO? Grande parte das coisas que eu faço é no estágio, claro que eu fico muito atenta pra isso não atrapalhar as minhas obrigações aqui. Mas quando dá pra fazer em casa também faço, mas a maioria é aqui mesmo.

-O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO TEM RELAÇÃO COM O SEU PROCESSO FORMATIVO? ELE COLABORA PARA A FORMAÇÃO ESPECÍFICA DO CURSO DE LICENCIATURA QUE VOCÊ ESTÁ CURSANDO? Sim, porque tenho muito contato com os professores, então eu consigo ver como que é a carreira aqui, dá vontade de continuar trabalhando dentro da Universidade, porque a gente tá com muito contato entre pesquisa, extensão, dia dia dos professores, então assim, ele ajuda bastante nessa situação.

-A REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO GARANTE UMA BOLSA PECUNIÁRIA, O QUE VOCÊ DIZ SOBRE ELA? É uma bolsa que ajuda bastante, é uma renda assim pra você conseguir suprir o que a Universidade ali te pede. Só que é um valor bem baixo pra falar a verdade. Que nem eu moro com meu namorado, e eu não tenho outra renda além do Estágio. O meu namorado trabalha, mas a minha renda é o que recebo aqui, e tem que ser muito regrado pra não passar necessidade. Então muitas coisas da Universidade que é paga, eu não faço, porque eu tenho outras despesas em casa. Mas em questão de transporte ajuda muito, porque eu recebo o transporte para vir todo dia aqui, daí e já fico para as aulas, então eu não preciso gastar, esse já é um ponto positivo. Mas pra pessoa que vive só com essa renda é bem pouco.

-VOCÊ CONSIDERA O RECEBIMENTO DA BOLSA DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO IMPORTANTE? O QUE O VALOR DA BOLSA SIGNIFICA PARA VOCÊ? POR QUÊ? Significa uma ajuda de custo, digamos assim, ela supre as necessidades que a universidade pede pros alunos, mas no meu caso, eu não consigo usar pra muita coisa dentro da Universidade, eu uso mais pra minha vida pessoal mesmo, pras necessidades básicas. Mas ajuda bastante, porque se eu não tivesse eu nem ia ter aqui na instituição.

-ABERTO PARA OUTRAS COLOCAÇÕES QUE NÃO FORAM CONTEMPLADAS NAS QUESTÕES:
Tem uma coisa que é o período. O estágio pode durar dois anos, então quando eu tiver no quarto ano, vou ficar sem estágio. E no quarto ano eles não aceitam que a gente pegue bolsa porque já vai tar se formando, então eu acho que seria muito melhor se dessem uma aumentada no tempo, tipo 3 anos por aí.

6- F

IDADE: 21 anos

ESTADO CIVIL: Solteiro

FILHOS: não

SEXO: masculino

RESIDE COM QUANTAS PESSOAS? EM QUAL MUNICÍPIO? 5- Ponta Grossa

QUAL CURSO ESTÁ FAZENDO? Licenciatura em Matemática

EM QUE ANO OU SEMESTRE DO CURSO ESTÁ? 3º ano do segundo semestre

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL? Trabalhei em uma indústria chamada LP Brasil.

-O QUE ACHA DO CURSO? No começo eu achei bem difícil por ser matemática, e eu não dominar. Aí ainda continua bem difícil, mas eu enxergo que é isso que eu quero pra mim.

-POR QUE ESCOLHEU ESSE CURSO? CONTE COMO FOI SUA HISTÓRIA PARA A ESCOLHA DO CURSO/ PASSAR NO VESTIBULAR... (CONTAR O QUE SE SENTIR A VONTADE SOBRE COMO CHEGOU ATÉ AQUI NO SENTIDO DA ESCOLHA PROFISSIONAL). Então, quando eu terminei o ensino médio, não sabia o que fazer, daí fiz o Enem e vestibular. Com a nota do Enem, eu ganhei uma bolsa pra fazer uma UniCesumar é, uma faculdade que até esqueci o que era, daí aqui na UEPG eu passei acho que de segunda vez pra matemática. A primeira vez eu tentei outra coisa. Aí entrei, ficou um mês presencialmente, depois entrou a pandemia e foi *on-line* por dois anos, e no terceiro voltou presencial. No começo, eu fiquei assustado porque matemática dá muito medo quando você vê assim, as teorias, tudo. Hoje em dia, eu acho que é isso que eu quero. Eu tô gostando do curso.

-HÁ QUANTO TEMPO REALIZA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO? Mais ou menos 4 ou 5 meses

- QUANTAS HORAS POR DIA/SEMANA VOCÊ REALIZA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO? 4 horas por dia

-HÁ FLEXIBILIZAÇÃO OU REDUÇÃO DAS HORAS DE ESTÁGIO EM ALGUM MOMENTO (EX: PERÍODOS DE PROVAS DO CURSO)? Sim, tem flexibilidade. Já precisei, daí depois venho um pouquinho antes pra repor essas horas. Dá pra trabalhar bem com as horas.

-CONTE ONDE REALIZA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO, E O QUE VOCÊ FAZ (QUAIS ATIVIDADES DESENVOLVE)? Aqui a gente trabalha com os cursos que o DEMAT proporciona, tem a tabela alí óh, POT, PIT, CHAMAT, o CHAMAT na escola, o OBEMEP. E a gente organiza os cursos, vai atrás dos alunos pra chamar eles para participar, entra em contato com os pais, e, a partir do que eles se inscrevem, a gente organiza os cursos. O nome daqui é Centro Integrar, no PDE. Os alunos são os de Fundamental, tem os do médio e fundamental 1 também.

-COMO TOMOU A DECISÃO DE REALIZAR O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO (PORQUE DECIDIU FAZÊ-LO) – Porque rolou a oportunidade, a professora me chamou e eu vim aqui, e já que não tava trabalhando, eu aceitei. Mas foi por causa da proposta da professora.

- NA SUA VISÃO, COMO VOCÊ DESCREVERIA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO (O QUE PENSA SOBRE ELE). Eu acho importante, porque aqui a gente se desenvolve bastante. Melhora a comunicação, profissionalmente, além de que ajuda a própria Universidade nas tarefas que tem que fazer, nas demandas. E eu tô gostando bastante. É uma boa experiência.

-VOCÊ CONSIDERA QUE O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO TEM EFEITOS PARA A SUA FORMAÇÃO PROFISSIONAL? QUAIS? Com certeza agrega. Porque assim, como eu tive experiência com trabalho mesmo, nessa área agora eu to aprendendo mais do que no antigo. O outro era mais a área industrial, e aqui desenvolvo mais por exemplo no Excel, nos programas da minha própria área de ensino, a gente vê bastante coisas porque tem as provas que a gente corrige, as questões que a gente resolve.

-COMO VOCÊ CONCILIA O TEMPO DE ESTUDO E DE ESTÁGIO? De manhã eu estudo, de tarde o estágio e a noite eu tenho as aulas.

-O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO TEM RELAÇÃO COM O SEU PROCESSO FORMATIVO? ELE COLABORA PARA A FORMAÇÃO ESPECÍFICA DO CURSO DE LICENCIATURA QUE VOCÊ ESTÁ CURSANDO? Tem tudo a ver. Por exemplo as olimpíadas é tratada com as questões problemas, e a gente tem que resolver. E o POT, a gente dá aula pras crianças pra treinar eles pra fazer a olimpíada.

-A REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO GARANTE UMA BOLSA PECUNIÁRIA, O QUE VOCÊ DIZ SOBRE ELA? Eu acho que podia ser mais, mas é o que tem e me ajuda bastante. Acho que é isso!

-VOCÊ CONSIDERA O RECEBIMENTO DA BOLSA DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO IMPORTANTE? Com certeza, é o trabalho que vale a pena e é necessário, e tem muito trabalho, e não receber seria digamos assim, sacanagem.

-O QUE O VALOR DA BOLSA SIGNIFICA PARA VOCÊ? POR QUÊ? Ele me ajuda nas passagens dos ônibus, na comida né, alimentação e alguma coisinha ainda em casa, alguma coisa que eu quero comprar.

7- G

IDADE: 20 anos

ESTADO CIVIL: solteira

FILHOS: não

SEXO: feminino

RESIDE COM QUANTAS PESSOAS? EM QUAL MUNICÍPIO? Divido ap com duas pessoas que também são estudantes em ponta grossa, mas sou de Castro

QUAL CURSO ESTÁ FAZENDO? Direito

EM QUE ANO OU SEMESTRE DO CURSO ESTÁ? 2º ano, 4º período

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL? Não, estágios dentro do curso mesmo, o não obrigatório.

-O QUE ACHA DO CURSO? Olha, eu gosto, sempre quis fazer direito na verdade, é claro que é difícil você falar agora já que tem um monte de prova agora, mas querendo ou não esse é um curso muito bom, que abre bastante portas de trabalho pra gente, então eu gosto bastante.

-POR QUE ESCOLHEU ESSE CURSO? CONTE COMO FOI SUA HISTÓRIA PARA A ESCOLHA DO CURSO/ PASSAR NO VESTIBULAR... (CONTAR O QUE SE SENTIR A VONTADE SOBRE COMO CHEGOU ATÉ AQUI NO SENTIDO DA ESCOLHA PROFISSIONAL). Eu escolhi direito porque quando eu tava no ensino médio era maior afinidade que eu tinha de matéria né, então na hora de escolher a gente vai mais pelo que tem afinidade, e na época eu namorava alguém que fazia o curso de direito, então era uma influência muito próxima, eu via como era o curso, eu participava das palestras, dos eventos e eu achava muito interessante que na prática... é... e minha irmã também fez direito, então era uma influência tanto de família e de identificação, que daí acabei indo pra esse lado.

-HÁ QUANTO TEMPO REALIZA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO? Eu tô desde agosto, então 4 meses.

-QUANTAS HORAS POR DIA/SEMANA VOCÊ REALIZA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO? 4 diárias. HÁ FLEXIBILIZAÇÃO OU REDUÇÃO DAS HORAS DE ESTÁGIO EM ALGUM MOMENTO (EX: PERÍODOS DE PROVAS DO CURSO)? Sim, tem a flexibilidade. Mas eu nunca precisei para ser sincera, mas eu sei que tem.

-CONTE ONDE REALIZA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO, E O QUE VOCÊ FAZ (QUAIS ATIVIDADES DESENVOLVE)? Aqui é o núcleo de práticas jurídicas da UEPG, aqui basicamente a gente auxilia os advogados, então a gente realiza petições, tudo com a supervisão deles, responde as intimações, faz atendimento pras pessoas, é... Basicamente essa parte assim.

-COMO TOMOU A DECISÃO DE REALIZAR O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO (PORQUE DECIDIU FAZÊ-LO)? Acredito que o ponto principal, além da bolsa que é muito importante né, é a questão do aprendizado, eu acho que a gente aprende muito mais na prática, a teoria é muito importante, mas a prática é tudo. Acho que é isso.

COMO FICOU SABENDO QUE PODERIA REALIZAR ESTÁGIO?

- NA SUA VISÃO, COMO VOCÊ DESCREVERIA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO (O QUE PENSA SOBRE ELE). Bom acredito que seja basicamente o que eu falei que é muito importante para o aprendizado da gente, importante a gente decidir no estágio o que a gente quer seguir quando se formar, né, que a gente já tem uma visão do que a gente pretende ser, ou não pretende ser. Então eu acho muito importante pra formar a gente lá na frente.

-VOCÊ CONSIDERA QUE O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO TEM EFEITOS PARA A SUA FORMAÇÃO PROFISSIONAL? QUAIS? Sim, com toda certeza!

-COMO VOCÊ CONCILIA O TEMPO DE ESTUDO E DE ESTÁGIO? Olha, é bem tranquilo porque minha faculdade é noturno e o estágio é matutino então tenho a tarde inteira livre pra estudar.

-O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO TEM RELAÇÃO COM O SEU PROCESSO FORMATIVO? ELE COLABORA PARA A FORMAÇÃO ESPECÍFICA DO CURSO DE LICENCIATURA QUE VOCÊ ESTÁ CURSANDO? Sim, sim.

-A REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO GARANTE UMA BOLSA PECUNIÁRIA, O QUE VOCÊ DIZ SOBRE ELA? Olha eu acho podia aumentar um pouquinho... Rsrs. Mas acredito que é compatível com o trabalho, já que são poucas horas então acho que é compatível.

-VOCÊ CONSIDERA O RECEBIMENTO DA BOLSA DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO IMPORTANTE? Com certeza, sim. Porque o curso de direito exige a compra de materiais mais caros, e pro custeio de vida, algumas coisinhas que a gente quer comprar né, na questão econômica eu acho bem importante.

-O QUE O VALOR DA BOLSA SIGNIFICA PARA VOCÊ? POR QUÊ? Ah, com certeza significa ter mais liberdade, é um pouco de liberdade dos pais, poder comprar as próprias coisinhas, com seu próprio dinheiro, isso é muito bom!

8- H

IDADE: 20

ESTADO CIVIL: solteira

FILHOS: não

SEXO: feminino

RESIDE COM QUANTAS PESSOAS? EM QUAL MUNICÍPIO? Sozinha, pois moro aqui e minha família em Telêmaco Borba

QUAL CURSO ESTÁ FAZENDO? Direito

EM QUE ANO OU SEMESTRE DO CURSO ESTÁ? 2º ano 4º semestre

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL? Sim e não... Na verdade, agora estou somente no estágio. Mas quando eu morava com meus pais, eu trabalhei como jovem aprendiz de auxiliar administrativo em um hospital de lá.

-O QUE ACHA DO CURSO? Bom, o curso é... Eu acho assim, que está dentro das minhas expectativas, pois eu sempre quis fazer direito também e eu gosto bastante

-PORQUE ESCOLHEU ESSE CURSO? CONTE COMO FOI SUA HISTÓRIA PARA A ESCOLHA DO CURSO/ PASSAR NO VESTIBULAR... (CONTAR O QUE SE SENTIR A VONTADE SOBRE COMO CHEGOU ATÉ AQUI NO SENTIDO DA ESCOLHA PROFISSIONAL). Pra escolha.. Quando eu estava no ensino médio, eu tava bem indecisa ainda, aí lá na minha cidade mesmo eu fui fazer uma prova que era pra estágio de ensino médio, mas pra fazer no fórum. Aí eu fiz a prova e quando eu entrei naquele ambiente eu me senti a vontade assim, e falei assim, acho que isso é minha cara e a partir daquele momento eu me identifiquei e quis fazer direito.

-HÁ QUANTO TEMPO REALIZA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO? Eu tô aqui há um mês.

- QUANTAS HORAS POR DIA/SEMANA VOCÊ REALIZA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO? São 4 horas por dia e 20 horas semanais.

HÁ FLEXIBILIZAÇÃO OU REDUÇÃO DAS HORAS DE ESTÁGIO EM ALGUM MOMENTO (EX: PERÍODOS DE PROVAS DO CURSO)? Eu acho que sim. Mas nunca fiz uso

-CONTE ONDE REALIZA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO, E O QUE VOCÊ FAZ (QUAIS ATIVIDADES DESENVOLVE)? É, no Núcleo de práticas jurídicas da UEPG, e a gente recebe as

petições mensais, protocola elas no ProJud, auxilia o advogado, recebe as intimações, responde as intimações, atende o público... É mais ou menos isso.

-COMO TOMOU A DECISÃO DE REALIZAR O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO (PORQUE DECIDIU FAZÊ-LO) – Ah, eu soube pela central de estágio mesmo que tem, que é do governo, e, decidi fazer pela questão da bolsa, é de aprendizagem e de liberdade financeira.

-COMO FICOU SABENDO QUE PODERIA REALIZAR ESTÁGIO? Eu acho que fazer estágio é essencial pra todo estudante. Não só para os do curso de direito mas pra todos pela prática mesmo. Porque muitas vezes o que você aprende só na faculdade com a prática junto vai ficar muito melhor, para conhecimento mesmo, pra várias coisas.

- NA SUA VISÃO, COMO VOCÊ DESCREVERIA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO (O QUE PENSA SOBRE ELE). Tem sim, pelos motivos que já falei.

-COMO VOCÊ CONCILIA O TEMPO DE ESTUDO E DE ESTÁGIO? Pois é bem tranquilo de conciliar. Faço estágio de manhã e a tarde eu faço as coisas que precisa e a noite a faculdade. Então pra mim tá bem tranquilo de conciliar.

-O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO TEM RELAÇÃO COM O SEU PROCESSO FORMATIVO? ELE COLABORA PARA A FORMAÇÃO ESPECÍFICA DO CURSO DE LICENCIATURA QUE VOCÊ ESTÁ CURSANDO? Aham, sim.

-A REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO GARANTE UMA BOLSA PECUNIÁRIA, O QUE VOCÊ DIZ SOBRE ELA? Eu acho que a bolsa é proporcional ao tanto que a gente trabalha. A gente ganha por hora então acredito que é proporcional mesmo.

-VOCÊ CONSIDERA O RECEBIMENTO DA BOLSA DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO IMPORTANTE? Sim. É importante.

-O QUE O VALOR DA BOLSA SIGNIFICA PARA VOCÊ? POR QUÊ? O valor da bolsa significa pra mim, é.. Liberdade financeira mesmo porque a gente não fica dependendo totalmente dos pais , porque isso é meio chatinho e ainda mais eu morando sozinha as vezes quero sair, é meio chato ficar pedindo dinheiro pra sair, pra comprar alguma coisa, sei lá. Acho que por isso.

9- I

IDADE: 24

ESTADO CIVIL: solteira

FILHOS: não

SEXO: feminino

RESIDE COM QUANTAS PESSOAS? EM QUAL MUNICÍPIO? 3 pessoas aqui em PG.

QUAL CURSO ESTÁ FAZENDO? Faço direito

EM QUE ANO OU SEMESTRE DO CURSO ESTÁ? 4º ano

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL? Então, na verdade eu trabalhei antes de começar a fazer o curso, como técnica agropecuária. Bem diferente de agora. E agora eu também trabalho a tarde numa loja. É uma loja de cosmético. Pra fazer cosmético artesanal, tipo aromatizador, sabonete. Então de manhã eu fico aqui, a tarde na loja e a noite pra aula. Esse estabelecimento é da família então é mais flexível, mas é lógico que eu tenho que cumprir algumas coisas lá também.

-O QUE ACHA DO CURSO? Eu acho que me identifiquei bastante. Antes eu tava fazendo engenharia de bioprocessos, e era na verdade bom, eu até gostava, mas eu não me identificava com aquilo, sabe?! Daí fui pesquisar mais sobre direito, fui ver mais as áreas de atuação, fui ver que era um campo muito amplo assim né, daí eu troquei.

--POR QUE ESCOLHEU ESSE CURSO? CONTE COMO FOI SUA HISTÓRIA PARA A ESCOLHA DO CURSO/ PASSAR NO VESTIBULAR... (CONTAR O QUE SE SENTIR A VONTADE SOBRE COMO CHEGOU ATÉ AQUI NO SENTIDO DA ESCOLHA PROFISSIONAL). Quando eu decidi mudar, fiz um novo vestibular e passei.

-HÁ QUANTO TEMPO REALIZA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO? Eu tô aqui faz 8 meses

- QUANTAS HORAS POR DIA/SEMANA VOCÊ REALIZA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO? 20 semanais

-HÁ FLEXIBILIZAÇÃO OU REDUÇÃO DAS HORAS DE ESTÁGIO EM ALGUM MOMENTO (EX: PERÍODOS DE PROVAS DO CURSO)? Sim, quando a gente tem prova, pode sair mais cedo né. Mas eu acho que precisa repor as horas, mas a gente ainda não repôs.

-CONTE ONDE REALIZA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO, E O QUE VOCÊ FAZ (QUAIS ATIVIDADES DESENVOLVE)? No Núcleo de práticas jurídicas da UEPG, então a gente recebe as petições que os alunos fazem lá em baixo, a gente protocola no Projud, a gente auxilia os advogados aqui em cima também. É mais nessa parte administrativa mesmo.

-COMO TOMOU A DECISÃO DE REALIZAR O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO (PORQUE DECIDIU FAZÊ-LO) – Na verdade eu vi pela central de estágios, né, a vaga. E eu só tava trabalhando na loja, eu trabalhava o dia inteiro, e daí eu queria ter um pouco de prática, ver como que era. Porque só na prática a gente consegue ver se realmente é aquilo né.

-COMO FICOU SABENDO QUE PODERIA REALIZAR ESTÁGIO? Eu acho que é muito bom pra gente conseguir adquirir o conhecimento. Ver o que a gente vai fazer na prática no futuro. Que nem aqui, nossa! Eu aprendi muita coisa que eu não aprendi na aula eu tô aprendendo aqui sabe. E é outra coisa mesmo você vê na prática aquilo que você vê na teoria. Quando você tá vendo as coisas, como elas funcionam é bem diferente.

- NA SUA VISÃO, COMO VOCÊ DESCREVERIA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO (O QUE PENSA SOBRE ELE).

-VOCÊ CONSIDERA QUE O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO TEM EFEITOS PARA A SUA FORMAÇÃO PROFISSIONAL? QUAIS? Sim.

-COMO VOCÊ CONCILIA O TEMPO DE ESTUDO E DE ESTÁGIO? Então, é que eu estudo a noite, e na loja também é tranquilo, porque consigo estudar lá também. E de manhã faço o estágio aqui

-O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO TEM RELAÇÃO COM O SEU PROCESSO FORMATIVO? ELE COLABORA PARA A FORMAÇÃO ESPECÍFICA DO CURSO DE LICENCIATURA QUE VOCÊ ESTÁ CURSANDO? Sim.

-A REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO GARANTE UMA BOLSA PECUNIÁRIA, O QUE VOCÊ DIZ SOBRE ELA? Eu acho que condiz com que a gente faz aqui. E é um incentivo a mais pra gente né, pra buscar o estágio

-VOCÊ CONSIDERA O RECEBIMENTO DA BOLSA DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO IMPORTANTE? Eu acho que é importante porque é um incentivo a mais. Mas na verdade, eu busquei mais assim, pelo estágio mesmo, não pela bolsa. Pelo conhecimento mesmo. Mas acho que a bolsa é como eu falei um incentivo.

-O QUE O VALOR DA BOLSA SIGNIFICA PARA VOCÊ? POR QUÊ? Pra mim, é um algo a mais. A bolsa é um incentivo a mais pra fazer o estágio.

10- J

IDADE: 25

ESTADO CIVIL: solteiro

FILHOS: não

SEXO: masculino

RESIDE COM QUANTAS PESSOAS? EM QUAL MUNICÍPIO? 3 pessoas, aqui em ponta grossa

QUAL CURSO ESTÁ FAZENDO? ciências econômicas -noturno

EM QUE ANO OU SEMESTRE DO CURSO ESTÁ? 2º ano

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL? Por enquanto não tive a carteira assinada nenhuma vez.

-O QUE ACHA DO CURSO? É um curso muito intuitivo sabe?! Eu acho que é um curso que além de ensinar propriamente o que propriamente o que é a vontade de eu querer economizar, de querer saber do que se trata os assuntos né, tanto os empresariais quanto os familiares, é um curso bem preparatório pessoalmente falando.

-POR QUE ESCOLHEU ESSE CURSO? CONTE COMO FOI SUA HISTÓRIA PARA A ESCOLHA DO CURSO/ PASSAR NO VESTIBULAR... (CONTAR O QUE SE SENTIR A VONTADE SOBRE COMO CHEGOU ATÉ AQUI NO SENTIDO DA ESCOLHA PROFISSIONAL)... Bom, economia foi além de querer entender como funciona todo o mercado disso, todos esses assuntos, acho que vêm de família mesmo. Meu avô era formado em economia, daí eu falei, ah, quero seguir no mesmo caminho dele, no mesmo rumo dele.

-HÁ QUANTO TEMPO REALIZA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO? 6 meses

- QUANTAS HORAS POR DIA/SEMANA VOCÊ REALIZA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO? 20 semanais

-HÁ FLEXIBILIZAÇÃO OU REDUÇÃO DAS HORAS DE ESTÁGIO EM ALGUM MOMENTO (EX: PERÍODOS DE PROVAS DO CURSO)? Não. Na verdade, algumas vezes eu mesmo perguntei pra minha supervisora se eu poderia vir em outros horários também. Por exemplo, eu vir de manhã pra cumprir os afazeres, pra cumprir o que no horário não dava, o que eu deixei pra fazer no dia porque não deu tempo. Então por exemplo, vir de manhã e a tarde, tipo, pra terminar o serviço. Pra reduzir, eu acho que não.

-CONTE ONDE REALIZA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO, E O QUE VOCÊ FAZ (QUAIS ATIVIDADES DESENVOLVE)? É no Campus de Uvaranas, no Bloco da Reitoria, na secretaria de pós-graduação e especialização. Essa secretaria em específico ela emite certificado tanto de especialização quanto de pós-graduação, sabe!? Então tem algumas coisas que vão acontecer, mas eu não posso dizer ainda. Porque eu como estagiário não tenho todo o assunto sabe. Mas

provavelmente terá outros cursos. É aqui que decide se pode ou não abrir os cursos. E minha atividade é emissão de certificado, atendimento ao público, atendimento de telefone e controle de e-mail.

-COMO TOMOU A DECISÃO DE REALIZAR O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO (PORQUE DECIDIU FAZÊ-LO) – É que tinha uma amiga da minha sala que tava nesse lugar, daí como ela já tinha feito o estágio antes, a carga horária dela já fechou. Então ela me indicou e me contou como era e eu aceitei. COMO FICOU SABENDO QUE PODERIA REALIZAR ESTÁGIO? ah, eu acho que é uma forma de a gente ter uma experiência. Que nem pra quem tá entrando no mercado de trabalho, e pra quem tá saindo do ensino médio. Eu acho que seria um pontapé inicial pra se acostumar com o lugar. Já tá estudando, fazendo Estágio não Obrigatório e já inicia no mercado né. Ele é bom mas ao mesmo tempo dependendo da área que você quer fazer ele não é tão indicado né. Eu acredito nisso. Mas pode ser que pra maioria de quem não faz o obrigatório é o melhor negócio agora né. É um começo né.

- NA SUA VISÃO, COMO VOCÊ DESCREVERIA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO (O QUE PENSA SOBRE ELE)..

-VOCÊ CONSIDERA QUE O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO TEM EFEITOS PARA A SUA FORMAÇÃO PROFISSIONAL? QUAIS? Depende. Depende da área. Porque em economia, essa secretaria não agrega nada. Não tem nenhum aprendizado em economia, não tem relação nenhuma.

-COMO VOCÊ CONCILIA O TEMPO DE ESTUDO E DE ESTÁGIO? É difícil no começo, porque como eu moro longe, em oficinas, o transporte de lá pra cá é bem complicado. Daí em venho aqui no campus pro estágio, e meu curso é no centro. Daí, como eu tinha algumas pendências de manhã, algumas aulas de manhã do primeiro ano ainda, eu tentei fazer de manhã, mas não deu muito certo porque era muito gasto pra manhã, tarde e noite sabe. O custo com transporte era muito alto. Então eu acabei desistindo das matérias da manhã e ficando só a tarde e a noite. Daí as disciplinas vou fazer ano que vem todas a noite.

-O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO TEM RELAÇÃO COM O SEU PROCESSO FORMATIVO? ELE COLABORA PARA A FORMAÇÃO ESPECÍFICA DO CURSO DE LICENCIATURA QUE VOCÊ ESTÁ CURSANDO? Não muito. Como eu já respondi anteriormente, nesse lugar que eu tô não agrega. Não tem nenhum aprendizado em economia, não tem relação nenhuma.

-A REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO GARANTE UMA BOLSA PECUNIÁRIA, O QUE VOCÊ DIZ SOBRE ELA? Eu acredito que pra um começo assim, ele ajuda, mas na medida que vai passando tempo, poderia ser um pouquinho melhor. Além de ser uma bolsa auxílio é aquilo. É um pontapé inicial pra te ajudar, mas não te garante nada sabe, não é aquele salário, aquela ajuda, mas ajuda.

-VOCÊ CONSIDERA O RECEBIMENTO DA BOLSA DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO IMPORTANTE? É sim, eu acho importante, um incentivo pros alunos quererem trabalhar.

-O QUE O VALOR DA BOLSA SIGNIFICA PARA VOCÊ? POR QUÊ? É um incentivo sabe, pra ver se eu tô no caminho certo, o que eu quero. Eu quero aprender mais, focar mais, apesar da instituição de ensino não olhar como uma empresa privada, pra crescer lá dentro, mas enfim, ajuda.

11- K

IDADE: 18

ESTADO CIVIL: solteira

FILHOS: não

SEXO: fem.

RESIDE COM QUANTAS PESSOAS? EM QUAL MUNICÍPIO? 3-PG

QUAL CURSO ESTÁ FAZENDO? Administração e comércio exterior

EM QUE ANO OU SEMESTRE DO CURSO ESTÁ? 1º ano- 2º semestre

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL? Sim, já trabalhei em uma loja que era de atacado e agencia de viagens.

-O QUE ACHA DO CURSO? Nossa eu adoro meu curso e me identifiquei demais!

-POR QUE ESCOLHEU ESSE CURSO? CONTE COMO FOI SUA HISTÓRIA PARA A ESCOLHA DO CURSO/ PASSAR NO VESTIBULAR... (CONTAR O QUE SE SENTIR A VONTADE SOBRE COMO CHEGOU ATÉ AQUI NO SENTIDO DA ESCOLHA PROFISSIONAL? Então ele era uma das minhas últimas opções assim, porque eu sempre quis fazer coisa relacionada a saúde. Só que quando eu comecei a estudar eu vi que não era bem isso que eu queria. E eu sempre quis viajar para o exterior e trabalhar no exterior, e o comércio é a porta pra isso né. Daí eu escolhi o comércio.

-HÁ QUANTO TEMPO REALIZA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO? 3 meses

- QUANTAS HORAS POR DIA/SEMANA VOCÊ REALIZA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO? 20 semanais

-HÁ FLEXIBILIZAÇÃO OU REDUÇÃO DAS HORAS DE ESTÁGIO EM ALGUM MOMENTO (EX: PERÍODOS DE PROVAS DO CURSO)? Sim, por exemplo quando teve o jogo da copa eu trabalhei só até as 14 horas. E sei que tenho redução se eu precisar tipo pra prova.

-CONTE ONDE REALIZA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO, E O QUE VOCÊ FAZ (QUAIS ATIVIDADES DESENVOLVE)? Eu faço na Propesp, na divisão de iniciação científica e eu fico recebendo os recibos dos alunos que recebem bolsa, arrumando as contas bancárias, ajudo no que for preciso.

-COMO TOMOU A DECISÃO DE REALIZAR O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO (PORQUE DECIDIU FAZÊ-LO) – É mais porque eu já tinha essa independência financeira antes de estudar, e daí como meu curso é durante a manhã, eu não queria voltar a depender dos pais assim, daí eu vim atrás do estágio.

-COMO FICOU SABENDO QUE PODERIA REALIZAR ESTÁGIO? Ah, é que tem um site do gov, que eles anunciam as vagas e até mesmo a própria página da UEPG postou.

- NA SUA VISÃO, COMO VOCÊ DESCREVERIA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO (O QUE PENSA SOBRE ELE)... Aqui eu tenho aprendido muitas coisas, conhecido muitas pessoas, eu tenho me desenvolvido muito inclusive com Excel, word, e isso é muito importante principalmente por causa do meu curso, e eu tô aprendendo bem mais.

-VOCÊ CONSIDERA QUE O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO TEM EFEITOS PARA A SUA FORMAÇÃO PROFISSIONAL? QUAIS? Sim, porque é administração, e esse é o curso que eu faço.

-COMO VOCÊ CONCILIA O TEMPO DE ESTUDO E DE ESTÁGIO? Ah, eu estudo de manhã, até o meio dia, daí eu venho pra cá as 13 horas e daí das 17 às 22 eu tenho tempo de estudarem casa.

-O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO TEM RELAÇÃO COM O SEU PROCESSO FORMATIVO? ELE COLABORA PARA A FORMAÇÃO ESPECÍFICA DO CURSO DE LICENCIATURA QUE VOCÊ ESTÁ CURSANDO? Tem sim.

-A REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO GARANTE UMA BOLSA PECUNIÁRIA, O QUE VOCÊ DIZ SOBRE ELA? Ah, é uma ajuda boa, até porque eu trabalho pouco, 4 horas por dia, e não é um trabalho assim muito exagerado.

-VOCÊ CONSIDERA O RECEBIMENTO DA BOLSA DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO IMPORTANTE? Sim, é bem importante porque é uma motivação e ninguém quer trabalhar de graça.

-O QUE O VALOR DA BOLSA SIGNIFICA PARA VOCÊ? POR QUÊ? Pra mim, é pra eu pagar minhas contas, uma independência financeira.

ABERTO PARA OUTRAS COLOCAÇÕES QUE NÃO FORAM CONTEMPLADAS NAS QUESTÕES: O estágio aqui é ótimo e recomendo para os alunos.

12- L

IDADE: Não gosto de falar minha idade

ESTADO CIVIL: solteira

FILHOS: não.

SEXO: fem.

RESIDE COM QUANTAS PESSOAS? EM QUAL MUNICÍPIO? 3- Aqui em PG

QUAL CURSO ESTÁ FAZENDO? História

EM QUE ANO OU SEMESTRE DO CURSO ESTÁ? 3º ano

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL? Eu já trabalhei antes, em recepção de academia.

-O QUE ACHA DO CURSO? Eu gosto bastante, ele superou minhas expectativas.

-POR QUE ESCOLHEU ESSE CURSO? CONTE COMO FOI SUA HISTÓRIA PARA A ESCOLHA DO CURSO/ PASSAR NO VESTIBULAR... (CONTAR O QUE SE SENTIR A VONTADE SOBRE COMO CHEGOU ATÉ AQUI NO SENTIDO DA ESCOLHA PROFISSIONAL) Então, eu sempre gostei de história na escola, e sempre gostei da coisa da docência, porque minha mãe é professora de educação física. Aí eu pensei, porque não eu juntar as duas coisas, história eu gosto tanto e docência também, então eu decidi juntar as duas coisas.

-HÁ QUANTO TEMPO REALIZA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO? 9 meses

- QUANTAS HORAS POR DIA/SEMANA VOCÊ REALIZA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO? 20 horas por semana

-HÁ FLEXIBILIZAÇÃO OU REDUÇÃO DAS HORAS DE ESTÁGIO EM ALGUM MOMENTO (EX: PERÍODOS DE PROVAS DO CURSO)? Sempre que a gente precisa pra algum trabalho, algum evento da faculdade a gente é liberado. E no caso da copa do mundo a gente foi liberado, mas precisa repor, mas quando é evento da faculdade ou coisa da faculdade a gente é liberado sem precisar repor.

-CONTE ONDE REALIZA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO, E O QUE VOCÊ FAZ (QUAIS ATIVIDADES DESENVOLVE)? Então, meu estágio é dentro do CDPH e a gente faz catalogação do acervo que tem aqui. Eu no caso fico responsável pelos discos de vinil que a gente tem aqui, o outro

estagiário lida com os livros, então a gente faz mais a catalogação pra que depois que tiver catalogado todos saberem o que fica disponível aqui pra pesquisa.

-COMO TOMOU A DECISÃO DE REALIZAR O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO (PORQUE DECIDIU FAZÊ-LO) – Eu tava livre de tarde, e sem dinheiro, sem emprego aí eu vi que tinha a vaga e eu me inscrevi pra ganhar um dinheirinho e também pra trabalhar aqui já na área né.

-COMO FICOU SABENDO QUE PODERIA REALIZAR ESTÁGIO? Pelo grupo que a gente tem de licenciatura em história. Eles tão sempre publicando as notícias da faculdade, o que que acontece e publicaram lá que tava tendo essa entrevista pra esse estágio. Daí eu me inscrevi.

- NA SUA VISÃO, COMO VOCÊ DESCREVERIA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO (O QUE PENSA SOBRE ELE)... Eu acho que assim, eu gosto da experiência de trabalhar aqui só que pra minha área que é licenciatura não agrega tanto, mas ajuda bastante, assim, caso eu queira fazer um bacharelado daqui um tempo, isso vai me ajudar muito na formação.

-VOCÊ CONSIDERA QUE O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO TEM EFEITOS PARA A SUA FORMAÇÃO PROFISSIONAL? QUAIS? Com certeza. A preparação pra enfrentar o mercado de trabalho depois, lidar com a pressão, com as pessoas, com o tempo que a gente trabalha e estudo, a ter organização, disciplina

-COMO VOCÊ CONCILIA O TEMPO DE ESTUDO E DE ESTÁGIO? Então, eu tento fazer assim, de manhã eu faço as coisas da casa e a tarde venho pra cá, e a noite estudo.

-O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO TEM RELAÇÃO COM O SEU PROCESSO FORMATIVO? ELE COLABORA PARA A FORMAÇÃO ESPECÍFICA DO CURSO DE LICENCIATURA QUE VOCÊ ESTÁ CURSANDO? É, digamos que é mais ou menos. Colabora pro curso sim, mas pra área daí não. Se eu fizesse bacharelado contribuiria bem mais.

-A REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO GARANTE UMA BOLSA PECUNIÁRIA, O QUE VOCÊ DIZ SOBRE ELA? Eu acho que é um valor bem justo e o pagamento é bem direitinho, nunca falha. E esse dinheiro ajuda bastante assim, ajuda muito.

-VOCÊ CONSIDERA O RECEBIMENTO DA BOLSA DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO IMPORTANTE? Muito, demais.

-O QUE O VALOR DA BOLSA SIGNIFICA PARA VOCÊ? POR QUÊ? Assim, tudo. Até um pouco de independência financeira, porque antes dependia do pai e da mãe, agora já posso fazer algumas coisas sozinha. E assim, você concilia o trabalho e a faculdade no mesmo local então isso é muito melhor do que antes que eu tava no outro trabalho. E até trabalhava bem mais, era mais puxado e ganhava menos. E aqui acho muito mais tranquilo.

13- M

IDADE: 22 anos

ESTADO CIVIL: solteiro

FILHOS: não

SEXO: masculino

RESIDE COM QUANTAS PESSOAS? EM QUAL MUNICÍPIO? 2- PG

QUAL CURSO ESTÁ FAZENDO? História-Noturno

EM QUE ANO OU SEMESTRE DO CURSO ESTÁ? 2º semestre 2º ano

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL? não

-O QUE ACHA DO CURSO? Eu tive uma experiência anterior com outro curso que era jornalismo, fiz um ano e alguns meses e aquilo não era pra mim de forma nenhuma. Daí eu larguei e comecei história, e tudo que não encontrei naquele curso, encontrei nesse assim de pertencimento, da carreira mesmo, das vivências da Universidade, então tudo isso tem tudo a ver comigo

-POR QUE ESCOLHEU ESSE CURSO? CONTE COMO FOI SUA HISTÓRIA PARA A ESCOLHA DO CURSO/ PASSAR NO VESTIBULAR... (CONTAR O QUE SE SENTIR A VONTADE SOBRE COMO CHEGOU ATÉ AQUI NO SENTIDO DA ESCOLHA PROFISSIONAL). Eu tinha pego as opções de curso pra fazer na UEPG né, porque era de graça e eu não tinha condições de pagar a Faculdade. Aí peguei e fui eliminando os que eu não queria fazer de forma nenhuma. Aí eu cheguei a ficar com jornalismo, história e arte. História e arte porque eu sempre amei as disciplinas e jornalismo porque eu não teria que dar aulas, porque eu não queria ser professor. Aí na hora decidi jornalismo. Mas daí cursando ele foi extremamente decepcionante, foi o curso que eu odiei e a única coisa que gostei foi a matéria de fotografia. No segundo ano, quando os professores estavam apresentando a ementa, o que a gente ia ver, teve um professor que tava falando e tinha um texto dobre um conteúdo que ele deixou de fora. Daí ele comentou que tinha esse conteúdo, mas que não ia dar tempo e por isso deixou de fora. E daí nisso, eu conhecia esse conteúdo porque eu tinha visto no ensino médio com um professor de sociologia e eu tinha me interessado muito no assunto. Que era o conceito de Foucault e eu comentei que conhecia aquilo, e nisso um colega falou que ele não conhecia, e eu tirei um tempinho pra explicar do que se tratava, e nisso eu tive uma satisfação, um prazer em ensinar pra ele aquilo, e daí parece que igual desenho animado, acendeu uma lâmpada na minha cabeça e pensei nossa: será que é assim ser professor? e se eu largasse o jornalismo e tentasse história? Porque do jeito que tava, o cenário não era muito bonito. Daí tranquei jornalismo e fiz o vestibular pra história e passei na lista de espera. Logo começou as aulas, já entrou a pandemia. Mas mesmo assim, mesmo na pandemia eu tive um prazer de aprender cada conteúdo.

-HÁ QUANTO TEMPO REALIZA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO? 7 meses

- QUANTAS HORAS POR DIA/SEMANA VOCÊ REALIZA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO? 20 semanais

-HÁ FLEXIBILIZAÇÃO OU REDUÇÃO DAS HORAS DE ESTÁGIO EM ALGUM MOMENTO (EX: PERÍODOS DE PROVAS DO CURSO)? Ah sim, quando tem algum período que a gente precisa pra se dedicar a estudar, a gente conversa aqui e ela aceita bem tranquilo.

-CONTE ONDE REALIZA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO, E O QUE VOCÊ FAZ (QUAIS ATIVIDADES DESENVOLVE)? No CDPH que é o centro de documentação e pesquisa de história que é do departamento de história da UEPG, e minha função é passar um catálogo físico que a gente tem de uma das bibliotecas que fazem parte do acervo do CDTH, daí eu coloco as informações do livro no sistema PERGAMON que é o sistema de busca da biblioteca da UEPG. Então eu passo tudo o que tem do catálogo físico que a gente tem aqui em um fichário grandão e coloco no sistema e assim disponibilizo esse livro pra pesquisa no site da biblioteca. Aí quando a pessoa pesquisa e aparece que o livro tá disponível no CDTH, é consulta presencial, esses não saem daqui como os da biblioteca. É

só pros pesquisadores virem aqui e fazem pesquisa, tiram foto, mas tudo aqui. Também faço outras funções como limpar documentos, checar as informações dos livros.

-COMO TOMOU A DECISÃO DE REALIZAR O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO (PORQUE DECIDIU FAZÊ-LO) – Em primeiro lugar foi pela bolsa, então é pelo financeiro porque eu participava de um grupo que tem aqui, que é o PET, e eu ganhava um certo valor de bolsa, e no estágio eu ganharia um pouco além disso e eu tinha noção de que na questão profissional isso iria agregar tanto na questão profissional quanto pessoal, porque como eu sou de licenciatura, a gente não teve muita prática, coisa que no bacharelado tem mais, então uma matéria que eu tive que era acervos era *on-line* durante a pandemia e não tivemos nada prático. Então eu vi isso como importante somando com a bolsa.

-COMO FICOU SABENDO QUE PODERIA REALIZAR ESTÁGIO? Foi divulgado num grupo, onde a coordenadora sempre manda os informes, então quando surgiu a vaga foi anunciado e daí eu vi essa possibilidade e pensei que era excelente eu tentar a vaga.

- NA SUA VISÃO, COMO VOCÊ DESCREVERIA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO (O QUE PENSA SOBRE ELE)... Eu acho que é uma experiência riquíssima. Tanto é que é difícil colocar em palavras todos os pontos que agregam na minha carreira, na minha vida profissional, estudantil e tudo mais então, eu até penso como sou privilegiado por poder ter essa experiência porque da minha turma tem só uma que tem essa experiência, e o restante da turma não tem essa experiência né. E isso é uma experiência muito grande formativa e pra futuramente procurar uma vaga de emprego porque a gente vai ter esse diferencial de já ter trabalhado e ter tido todas essas experiências que aqui a gente faz um pouco de tudo que é possível fazer no estágio. Então agrega muito em todos os sentidos, é essencial.

-VOCÊ CONSIDERA QUE O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO TEM EFEITOS PARA A SUA FORMAÇÃO PROFISSIONAL? QUAIS? Sim, já respondi, que agrega muito na formação profissional e acadêmica.

-COMO VOCÊ CONCILIA O TEMPO DE ESTUDO E DE ESTÁGIO? Então eu trabalho aqui a tarde, das 14 às 18 h. e tenho aula das 19 às 21:30 geralmente então meu tempo livre é pela manhã e os finais de semana. Então esse tempo livre que eu utilizo pra leitura de textos, fazer trabalhos, enfim...

-O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO TEM RELAÇÃO COM O SEU PROCESSO FORMATIVO? ELE COLABORA PARA A FORMAÇÃO ESPECÍFICA DO CURSO DE LICENCIATURA QUE VOCÊ ESTÁ CURSANDO? Sim.

-A REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO GARANTE UMA BOLSA PECUNIÁRIA, O QUE VOCÊ DIZ SOBRE ELA? Eu acho que é essencial pra permanência no curso porque é uma forma de a gente se dedicar um pouco mais do que geralmente se dedica, porque eu tenho esse incentivo de saber que e tô fazendo meu trabalho aqui e no final do mês eu vou receber a minha bolsa. E ajuda muito que nem nos custos, algum material, livro, com a bolsa é mais fácil de você ir e comprar porque você tem esse respaldo financeiro, porque você tem uma certa autonomia e liberdade financeira. Ao mesmo tempo que você estuda, você já tá trabalhando e ganhando uma bolsa de estágio, então eu acho bem importante.

-VOCÊ CONSIDERA O RECEBIMENTO DA BOLSA DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO IMPORTANTE? Muito.

-O QUE O VALOR DA BOLSA SIGNIFICA PARA VOCÊ? POR QUÊ? No sentido de ter essa independência, porque eu gasto com coisas voltadas pro curso mesmo e também com interesses

peçoais. É um dinheiro que eu tenho pra pagar alguma conta que eu fiz, comprar alguma coisa mesmo. Então eu tenho a noção de não gastar tudo, mas dá pra eu pagar minhas continhas e sei que no último dia útil está lá o dinheiro na minha conta.

14- N

IDADE: 24

ESTADO CIVIL: solteiro

FILHOS: não

SEXO: masculino

RESIDE COM QUANTAS PESSOAS? EM QUAL MUNICÍPIO? 5 pessoas em PG

QUAL CURSO ESTÁ FAZENDO? Ed. Física bacharel

EM QUE ANO OU SEMESTRE DO CURSO ESTÁ? 2º semestre do segundo ano

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL? Eu já trabalhei no quartel por 11 meses e 16 dias, daí agora também faço estágio na Word idiomas a noite, e a tarde estágio aqui na UEPG.

-O QUE ACHA DO CURSO? Muito bom, gosto muito do curso e é o que eu queria mesmo.

-POR QUE ESCOLHEU ESSE CURSO? CONTE COMO FOI SUA HISTÓRIA PARA A ESCOLHA DO CURSO/ PASSAR NO VESTIBULAR... (CONTAR O QUE SE SENTIR A VONTADE SOBRE COMO CHEGOU ATÉ AQUI NO SENTIDO DA ESCOLHA PROFISSIONAL). Ah, desde pequeno eu sempre joguei de tudo, e consegui bolsa de estudos em uma escola particular aqui da cidade porque eu jogava, se não nem teria estudado lá. Desde pequeno eu e meu irmão fomos criados jogando de tudo, sendo competitivo por isso que acho que escolhi esse curso.

-HÁ QUANTO TEMPO REALIZA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO? há duas semanas

- QUANTAS HORAS POR DIA/SEMANA VOCÊ REALIZA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO? 20 semanais

-HÁ FLEXIBILIZAÇÃO OU REDUÇÃO DAS HORAS DE ESTÁGIO EM ALGUM MOMENTO (EX: PERÍODOS DE PROVAS DO CURSO)? Eu acho que tem.

-CONTE ONDE REALIZA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO, E O QUE VOCÊ FAZ (QUAIS ATIVIDADES DESENVOLVE)? No CDR (Centro desportivo de recreação), faço de tudo, ajudo o professor fazer os orçamentos, organizamos os jogos, a ida para Universitários.

-COMO TOMOU A DECISÃO DE REALIZAR O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO (PORQUE DECIDIU FAZÊ-LO) – Porque eu tava precisando de dinheiro também né, e também a experiência, você aprende muito né. Principalmente aqui que você tem contato com professor, com muita gente.

-COMO FICOU SABENDO QUE PODERIA REALIZAR ESTÁGIO? Pelo outro estagiário que estava saindo, ele que me indicou e passou o contato do professor daqui e fomos conversando, e quando abriu a vaga eu já me inscrevi. Teve o processo seletivo e passei.

- NA SUA VISÃO, COMO VOCÊ DESCREVERIA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO (O QUE PENSA SOBRE ELE)... Acho que é importante porque é uma experiência, né. Porque o curso é quatro anos só e a gente tem que sair meio pronto já, com uma boa experiência pra gente ter mercado. Se não fizer nada na Universidade eu acho que não adianta porque você pode ter uma boa base, mas querendo ou não, você não tem contato, não ter uma experiência as pessoas não vão querer.

-VOCÊ CONSIDERA QUE O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO TEM EFEITOS PARA A SUA FORMAÇÃO PROFISSIONAL? QUAIS? Sim. Com certeza. Por questão da experiência, de ter contatos até...

-COMO VOCÊ CONCILIA O TEMPO DE ESTUDO E DE ESTÁGIO? Pois olha, agora tá meio complicado porque eu tô em dois estágios. Daí eu vou sair agora do outro justamente por isso, pra ter mais tempo. Aí eu vou ficar só aqui, daí vai ficar tranquilo, com tempo de sobra.

-O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO TEM RELAÇÃO COM O SEU PROCESSO FORMATIVO? ELE COLABORA PARA A FORMAÇÃO ESPECÍFICA DO CURSO DE LICENCIATURA QUE VOCÊ ESTÁ CURSANDO? Sim. Com certeza. Por questão da experiência, de ter contatos até...

-A REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO GARANTE UMA BOLSA PECUNIÁRIA, O QUE VOCÊ DIZ SOBRE ELA? Ah, é importante né. Porque veja, hoje em dia tá muito caro tudo, então pra você se manter qualquer coisa já ajuda. Principalmente pra gente universitário que tem mil coisa pra fazer, tá difícil o negócio.

-VOCÊ CONSIDERA O RECEBIMENTO DA BOLSA DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO IMPORTANTE? Sim. Com certeza. Por questão da experiência, de ter contatos até...

-O QUE O VALOR DA BOLSA SIGNIFICA PARA VOCÊ? POR QUÊ? Um incentivo pra procurar me esforçar, ir atrás do meu objetivo, sempre buscar mais e por minhas próprias metas.

15- O

IDADE: 23 anos

ESTADO CIVIL: estou noiva, vou casar

FILHOS: não

SEXO: feminino

RESIDE COM QUANTAS PESSOAS? EM QUAL MUNICÍPIO? 6 comigo em Ponta grossa

QUAL CURSO ESTÁ FAZENDO? Educação física bacharel

EM QUE ANO OU SEMESTRE DO CURSO ESTÁ? 4º ano

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL? Eu dou aula de natação em uma academia, e faço estágio aqui. E antes eu trabalhei em loja como vendedora. Como já tô no quarto ano, surgiu a oportunidade e comecei nesse outro local para garantir pra frente.

-O QUE ACHA DO CURSO? Eu acho um curso muito bom, ele abre bastante a cabeça da gente. Porque quando a gente entra acha que vai trabalhar só com modalidades e não é só isso, é um curso bastante interessante.

-POR QUE ESCOLHEU ESSE CURSO? CONTE COMO FOI SUA HISTÓRIA PARA A ESCOLHA DO CURSO/ PASSAR NO VESTIBULAR... (CONTAR O QUE SE SENTIR A VONTADE SOBRE COMO CHEGOU ATÉ AQUI NO SENTIDO DA ESCOLHA PROFISSIONAL). Na verdade eu gostava bastante de praticar esportes, jogar bola então eu não me via fazendo outra coisa mesmo.

-HÁ QUANTO TEMPO REALIZA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO? Aqui pelo contrato da UEPG faz 2 anos já.

- QUANTAS HORAS POR DIA/SEMANA VOCÊ REALIZA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO? 4 a 5 horas por dia

-HÁ FLEXIBILIZAÇÃO OU REDUÇÃO DAS HORAS DE ESTÁGIO EM ALGUM MOMENTO (EX: PERÍODOS DE PROVAS DO CURSO)? Sim, sempre que eu preciso fazer alguma coisa o professor libera a gente pra fazer algum trabalho, alguma coisa assim.

-CONTE ONDE REALIZA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO, E O QUE VOCÊ FAZ (QUAIS ATIVIDADES DESENVOLVE)? No CDR, eu trabalho mais na parte administrativa mesmo, então na parte de projetos, é, lista de pagamento, inscrição dos alunos, atendimento ao público. Toda essa parte é comigo. E durante os jogos da primavera ou os Universitários também a gente faz tudo o que precisa.

-COMO TOMOU A DECISÃO DE REALIZAR O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO (PORQUE DECIDIU FAZÊ-LO) – Então, na verdade o professor trouxe como uma oportunidade mesmo, contou como que era o processo, eu gostei bastante. Acho que aqui é um lugar que você aprende muitas coisas e conhece muitas pessoas, e isso abre oportunidades de emprego.

-COMO FICOU SABENDO QUE PODERIA REALIZAR ESTÁGIO? Pelo professor que divulgou em sala.

- NA SUA VISÃO, COMO VOCÊ DESCREVERIA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO (O QUE PENSA SOBRE ELE). Eu acho ele muito importante porque você tem que ter uma experiência. Porque se você só fazer as matérias e não tiver nada pra aprender fora, na prática, fica muito cru pra gente.

-VOCÊ CONSIDERA QUE O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO TEM EFEITOS PARA A SUA FORMAÇÃO PROFISSIONAL? QUAIS? Sim, com certeza. Aqui eu aprendi bastante coisa que eu coloquei dentro do meu trabalho como professora de natacão.

-COMO VOCÊ CONCILIA O TEMPO DE ESTUDO E DE ESTÁGIO? Eu me viro no tempo, mas geralmente estudo nos tempos mais tranquilos aqui no estágio.

-O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO TEM RELAÇÃO COM O SEU PROCESSO FORMATIVO? ELE COLABORA PARA A FORMAÇÃO ESPECÍFICA DO CURSO DE LICENCIATURA QUE VOCÊ ESTÁ CURSANDO? Sim.

-A REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO GARANTE UMA BOLSA PECUNIÁRIA, O QUE VOCÊ DIZ SOBRE ELA? É importante porque com esse dinheiro a gente consegue fazer as nossas coisinhas, ninguém vai ficar trabalhando de graça.

-VOCÊ CONSIDERA O RECEBIMENTO DA BOLSA DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO IMPORTANTE? Sim, ajuda bastante, tem bastante gente que precisa né.

-O QUE O VALOR DA BOLSA SIGNIFICA PARA VOCÊ? POR QUÊ? Acho que é um incentivo pra gente querer fazer o estágio.

ABERTO PARA OUTRAS COLOCAÇÕES QUE NÃO FORAM CONTEMPLADAS NAS QUESTÕES:

16- P

IDADE: 20

ESTADO CIVIL: solteira

FILHOS: não

SEXO: feminino

RESIDE COM QUANTAS PESSOAS? EM QUAL MUNICÍPIO? 2- Em Ponta Grossa

QUAL CURSO ESTÁ FAZENDO? Bacharel em Ed. Física

EM QUE ANO OU SEMESTRE DO CURSO ESTÁ? 3º ano

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL? Já trabalhei com *cross fit*, também trabalho em outro estágio com reabilitação e nesse aqui da UEPG. Como acabei de entrar estagiar aqui, é só uma questão de tempo mesmo para eu me adaptar aqui para daí sair do outro e permanecer só em um daí.

-O QUE ACHA DO CURSO? acho ele muito bom, superou todas as minhas expectativas.

-POR QUE ESCOLHEU ESSE CURSO? CONTE COMO FOI SUA HISTÓRIA PARA A ESCOLHA DO CURSO/ PASSAR NO VESTIBULAR... (CONTAR O QUE SE SENTIR A VONTADE SOBRE COMO CHEGOU ATÉ AQUI NO SENTIDO DA ESCOLHA PROFISSIONAL). Eu não escolhi. Na verdade, eu falo que é o contrário. Eu queria enfermagem, outro curso relacionado a saúde, mas peguei como uma segunda opção em outro vestibular e acabei passando em Educação física e não no que eu queria mesmo e eu falei, foi um tiro no escuro e acabei me apaixonando mesmo.

-HÁ QUANTO TEMPO REALIZA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO? Faz duas semanas

- QUANTAS HORAS POR DIA/SEMANA VOCÊ REALIZA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO? 20 semanais

-HÁ FLEXIBILIZAÇÃO OU REDUÇÃO DAS HORAS DE ESTÁGIO EM ALGUM MOMENTO (EX: PERÍODOS DE PROVAS DO CURSO)? Pelo que eu vi tem bastante, principalmente com nossos compromissos da Universidade.

-CONTE ONDE REALIZA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO, E O QUE VOCÊ FAZ (QUAIS ATIVIDADES DESENVOLVE)? No CDR, entrei para substituir uma estagiária que vai se formar agora, então ela vai sair do estágio e eu vou fazer o trabalho dela, na parte administrativa e na organização dos projetos e no marketing, divulgação dos projetos. Antes de entrar aqui eu já tava estagiando nesse outro local, então é só uma questão de tempo mesmo para eu me adaptar aqui para daí sair do outro e permanecer só em um.

-COMO TOMOU A DECISÃO DE REALIZAR O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO (PORQUE DECIDIU FAZÊ-LO) –Então, era uma coisa que eu queria bastante trabalhar com esportes. Surgiu essa oportunidade com o coordenador daqui e eu comprei a ideia.

COMO FICOU SABENDO QUE PODERIA REALIZAR ESTÁGIO? O professor divulgou e abriu um formulário de inscrição e foi por lá que a gente se inscreveu, fez um processo seletivo e teve que passar por alguns tópicos que quem fizesse mais pontos passava.

- NA SUA VISÃO, COMO VOCÊ DESCREVERIA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO (O QUE PENSA SOBRE ELE). Eu penso que é muito importante pra nossa carreira profissional futuramente, então eu acho importante fazer desde o primeiro ano, pra quem é calouro já ir pegando a ideia de como é trabalhar.

-VOCÊ CONSIDERA QUE O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO TEM EFEITOS PARA A SUA FORMAÇÃO PROFISSIONAL? QUAIS? Muito. Eu acho que você vai ser um profissional melhor se você tiver trabalhando, fazendo estágio antes de você se formar

-COMO VOCÊ CONCILIA O TEMPO DE ESTUDO E DE ESTÁGIO? Que pergunta difícil... Como eu tenho dois empregos, é pela madrugada. Tipo qualquer horário que abre eu tô tentando estudar, mas é complicado pra mim que tenho dois empregos. Agora eu tô pensando em sair do outro justamente

pra gente ter mais tempo ainda mais que ano que vem é ano de TCC pra mim. Porque pra mim é mais flexível aqui justamente por tar dentro da UEPG.

-O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO TEM RELAÇÃO COM O SEU PROCESSO FORMATIVO? ELE COLABORA PARA A FORMAÇÃO ESPECÍFICA DO CURSO DE LICENCIATURA QUE VOCÊ ESTÁ CURSANDO? Sim. Colabora.

-A REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO GARANTE UMA BOLSA PECUNIÁRIA, O QUE VOCÊ DIZ SOBRE ELA? Eu acho que é importante e é preciso.

-VOCÊ CONSIDERA O RECEBIMENTO DA BOLSA DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO IMPORTANTE? Muito.

-O QUE O VALOR DA BOLSA SIGNIFICA PARA VOCÊ? POR QUÊ? Significa o valor que o meu serviço tem. Porque atualmente ninguém vai trabalhar de graça, então eu acho que isso é uma representação do meu trabalho aqui dentro.

17- Q

IDADE: 26

ESTADO CIVIL: casada

FILHOS: não

SEXO: feminino

RESIDE COM QUANTAS PESSOAS? EM QUAL MUNICÍPIO? 1 em ponta grossa

QUAL CURSO ESTÁ FAZENDO? Licenciatura em Pedagogia

EM QUE ANO OU SEMESTRE DO CURSO ESTÁ? 4º ano

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL? No comércio. Já trabalhei em mercado e loja.

-O QUE ACHA DO CURSO? Eu acho um curso muito interessante porque a gente pode não trabalhar somente em escolas, mas também em empresa, tem várias possibilidades né, não só em escolas

-POR QUE ESCOLHEU ESSE CURSO? CONTE COMO FOI SUA HISTÓRIA PARA A ESCOLHA DO CURSO/ PASSAR NO VESTIBULAR... (CONTAR O QUE SE SENTIR A VONTADE SOBRE COMO CHEGOU ATÉ AQUI NO SENTIDO DA ESCOLHA PROFISSIONAL). Primeiramente como eu trabalhava em comercio que não tinha feriado, não tinha final de semana, é eu decidi fazer uma faculdade né, que na época coubesse no meu orçamento e ai surgiu uma oportunidade de eu consegui uma bolsa do PROUNI, então eu sou bolsista 100% do PROUNI. Aí eu comecei Pedagogia pra ter uma melhoria de vida mesmo, não trabalhar nos finais de semana, feriado, e é uma área que eu gosto bastante. Então por isso que eu decidi escolher pedagogia.

-HÁ QUANTO TEMPO REALIZA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO? Aqui no CAIC já vai fazer dois anos, então ano que vem já vai acabar meu contrato.

-QUANTAS HORAS POR DIA/SEMANA VOCÊ REALIZA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO? 5 horas por dia, e 25 semanais.

-HÁ FLEXIBILIZAÇÃO OU REDUÇÃO DAS HORAS DE ESTÁGIO EM ALGUM MOMENTO (EX: PERÍODOS DE PROVAS DO CURSO)? Sim, se a gente conversar com a direção, se a gente precisar sair antes, a gente conversa e faz a troca de horário né. Por exemplo se eu precisasse não vir hoje, eu poderia trocar por outro dia e fazer o horário da tarde pra tar compensando.

-CONTE ONDE REALIZA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO, E O QUE VOCÊ FAZ (QUAIS ATIVIDADES DESENVOLVE)? No CAIC na turma de primeiro ano. Eu sou tutora de um aluno com Down, então esse ano todo trabalhei com ele, preparando atividade, acompanhando ele no lanche, e outros alunos também no lanche. No começo foi bem desafiador porque ele tinha bastante medo da escola, tinha locais que ele não entrava se não fosse no colo, porque pra ele aqui era novo, ele veio de outra escola. A adaptação dele no banheiro foi bem difícil. Mas agora no final do ano foi gratificante ver o quanto ele evoluiu.

-COMO TOMOU A DECISÃO DE REALIZAR O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO (PORQUE DECIDIU FAZÊ-LO) –Por precisar contribuir nas despesas da casa mesmo, porque eu sou casada é só meu marido que trabalha, então é pra ajudar em casa, e essa foi a maneira que eu consegui pra conciliar a faculdade e o trabalho.

COMO FICOU SABENDO QUE PODERIA REALIZAR ESTÁGIO? Foi por indicação de uma professora da faculdade que divulgou a vaga no grupo da turma e daí eu me inscrevi, fiz a entrevista e passei.

- NA SUA VISÃO, COMO VOCÊ DESCREVERIA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO (O QUE PENSA SOBRE ELE)... Acho ele muito importante. Ele contribui com o obrigatório e na verdade a gente aprende mais no não obrigatório do que no obrigatório. A gente vivencia dois anos na escola, coisas e situações que a gente vivencia que no obrigatório não vê.

-VOCÊ CONSIDERA QUE O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO TEM EFEITOS PARA A SUA FORMAÇÃO PROFISSIONAL? QUAIS? Muita.

-COMO VOCÊ CONCILIA O TEMPO DE ESTUDO E DE ESTÁGIO? Eu faço estágio aqui de manhã, então a tarde eu tenho livre em casa, faço os afazeres de casa e sempre sobra um tempinho eu faço atividades da faculdade que precisa, estudo pra prova, até aqui na UEPG, a gente tem direito a cada 60 dias trabalhados, uma semana de recesso remunerado. Então sempre que era semana de prova eu conseguia conversar com a direção da escola, com a PRÓ-RH pra eu pegar essa semana de prova pra eu tar estudando.

-O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO TEM RELAÇÃO COM O SEU PROCESSO FORMATIVO? ELE COLABORA PARA A FORMAÇÃO ESPECÍFICA DO CURSO DE LICENCIATURA QUE VOCÊ ESTÁ CURSANDO? Sim. A gente vê a teoria na faculdade, mas tem coisa que a teoria não trás muito pra gente.

-A REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO GARANTE UMA BOLSA PECUNIÁRIA, O QUE VOCÊ DIZ SOBRE ELA? É um valor que contribui muito pra renda da gente. É um valor importante porque a gente consegue se manter no curso, ajudar um pouco em casa.

-VOCÊ CONSIDERA O RECEBIMENTO DA BOLSA DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO IMPORTANTE? Sim. Igual eu que sou bolsista do PROUNI, mas tem gente que não tem bolsa e precisa pagar a faculdade particular, então isso vem a ajudar.

-O QUE O VALOR DA BOLSA SIGNIFICA PARA VOCÊ? POR QUÊ? Além de eu estar fazendo o que eu preciso e gosto, recebo e está contribuindo pra minha formação.

18- R

IDADE: 21

ESTADO CIVIL: solteira

FILHOS: não

SEXO: feminino

RESIDE COM QUANTAS PESSOAS? EM QUAL MUNICÍPIO? 1- Em Ponta Grossa

QUAL CURSO ESTÁ FAZENDO? Licenciatura em Pedagogia na UNICESUMAR

EM QUE ANO OU SEMESTRE DO CURSO ESTÁ? 3º ano

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL? Não. Na verdade, já fiz estágio pela prefeitura.

-O QUE ACHA DO CURSO? Eu gosto bastante e acho que é uma área que eu me identifiquei bastante. Não foi minha primeira escolha né, mas depois que eu comecei a trabalhar aqui, comecei gostar bastante.

-POR QUE ESCOLHEU ESSE CURSO? CONTE COMO FOI SUA HISTÓRIA PARA A ESCOLHA DO CURSO/ PASSAR NO VESTIBULAR... (CONTAR O QUE SE SENTIR A VONTADE SOBRE COMO CHEGOU ATÉ AQUI NO SENTIDO DA ESCOLHA PROFISSIONAL) ... A pedagogia na verdade caiu na minha vida de paraquedas, eu digo isso pra todo mundo. Porque eu comecei pedagogia, e quando eu tava na metade, eu passei em engenharia na UTF, e daí por ser uma faculdade federal, eu fui pra lá e não gostei porque eu tava acostumada com a pedagogia, e me identifiquei mais do que com a engenharia, sendo que meu sonho sempre era engenharia. Ai voltei pra fazer pedagogia. E hoje já quero até me especializar na área.

-HÁ QUANTO TEMPO REALIZA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO? 1 ano, mas já trabalhei na prefeitura, mas por conta da distância eu saí de lá e vim pra cá.

- QUANTAS HORAS POR DIA/SEMANA VOCÊ REALIZA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO? 5 horas por dia

-HÁ FLEXIBILIZAÇÃO OU REDUÇÃO DAS HORAS DE ESTÁGIO EM ALGUM MOMENTO (EX: PERÍODOS DE PROVAS DO CURSO)? Sim, que nem agora eu tive uma situação bem chata com a minha mãe, que ela teve que ficar internada no hospital e daí conversei com a diretora aqui e ela deixou eu ficar com a minha mãe bem tranquilo.

-CONTE ONDE REALIZA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO, E O QUE VOCÊ FAZ (QUAIS ATIVIDADES DESENVOLVE)? Aqui eu sou estagiária do infantil 4, da turma A e B, e sempre que tem professor ou estagiário de alguma turma que falta a gente sempre tá indo ajudar. Então a gente é bem flexível. Sempre temos o planejamento e as crianças já estão acostumadas com a gente, então quando precisa, fazemos um pouco de tudo.

-COMO TOMOU A DECISÃO DE REALIZAR O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO (PORQUE DECIDIU FAZÊ-LO) – Foi justamente pela questão da renda, porque assim, eu moro com a minha mãe e ela não tem uma condição muito boa pra me bancar. Depois dos meus 18 anos começou uma dificuldade e por conta do curso eles sempre falavam, ah vocês podem fazer Estágio não Obrigatório, só que tem que conseguir conciliar o Estágio não Obrigatório com o obrigatório e a faculdade e isso no começo era bastante difícil pra mim por conta de que quando eu comecei o não obrigatório, já tinha que fazer o obrigatório também, então eu ficava o dia inteiro fora. Mas eu quis fazer o não obrigatório justamente por conta do salário que me ajuda bastante

COMO FICOU SABENDO QUE PODERIA REALIZAR ESTÁGIO? Foi divulgado por uma professora.

- NA SUA VISÃO, COMO VOCÊ DESCREVERIA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO (O QUE PENSA SOBRE ELE)... Eu acho assim: o obrigatório já é importante pra nossa formação e o não obrigatório a gente vê mais a realidade do trabalho, do mercado de trabalho que você tá se formando né e é uma contribuição maior. Por exemplo, tem coisas que no estágio obrigatório a gente vê, mas só no não obrigatório a gente vê como funciona, precisa resolver e a gente já entra no mercado de trabalho depois de formada com essa experiência.

-VOCÊ CONSIDERA QUE O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO TEM EFEITOS PARA A SUA FORMAÇÃO PROFISSIONAL? QUAIS? Sim, e positivo

-COMO VOCÊ CONCILIA O TEMPO DE ESTUDO E DE ESTÁGIO? Então eu trabalho aqui a tarde e a faculdade é a noite. E quando eu tenho que fazer o obrigatório eu faço de manhã, mas assim, é tranquilo porque já acostumei com a rotina.

-O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO TEM RELAÇÃO COM O SEU PROCESSO FORMATIVO? ELE COLABORA PARA A FORMAÇÃO ESPECÍFICA DO CURSO DE LICENCIATURA QUE VOCÊ ESTÁ CURSANDO? Sim. Até pra relacionar teoria e prática.

-A REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO GARANTE UMA BOLSA PECUNIÁRIA, O QUE VOCÊ DIZ SOBRE ELA? É uma coisa muito boa, que ajuda muito a gente. Tem muito estagiário que tem uma condição menor e eu sou estudante de faculdade particular, tenho bolsa, mas não é de 100%. E eu acabo pagando mais de 100 reais de faculdade por mês, e isso pesa bastante assim. Então a bolsa me ajuda bastante.

-VOCÊ CONSIDERA O RECEBIMENTO DA BOLSA DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO IMPORTANTE? Sim até em questão de incentivo. Porque você trabalha na área e tem a bolsa.

-O QUE O VALOR DA BOLSA SIGNIFICA PARA VOCÊ? POR QUÊ? Pra mim uma ajuda tanto financeira e de ter minhas coisas, comprar minhas coisas. E agora que minha mãe tava doente eu comprei os remédios por conta justamente da bolsa.

19- S

IDADE: 18

ESTADO CIVIL: solteira

FILHOS: não

SEXO: feminino.

RESIDE COM QUANTAS PESSOAS? EM QUAL MUNICÍPIO? 3-Ponta Grossa

QUAL CURSO ESTÁ FAZENDO? Pedagogia na UEPG pela manhã

EM QUE ANO OU SEMESTRE DO CURSO ESTÁ? 1º ano

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL? Eu tenho experiência no comércio onde trabalhei em loja, e também como sacristã em serviços gerais.

-O QUE ACHA DO CURSO? Eu acho um curso muito bom, eu gosto da área. Mas acho que as vezes falta um pouco de ligar a teoria e a prática. Eu tô sentindo essa dificuldade, mas é um curso que eu gosto e acho que é uma profissão boa.

-POR QUE ESCOLHEU ESSE CURSO? CONTE COMO FOI SUA HISTÓRIA PARA A ESCOLHA DO CURSO/ PASSAR NO VESTIBULAR... (CONTAR O QUE SE SENTIR A VONTADE SOBRE COMO

CHEGOU ATÉ AQUI NO SENTIDO DA ESCOLHA PROFISSIONAL). Então, eu não pretendia fazer esse curso, eu queria fazer fisioterapia, mas daí eu precisava aplicar algum curso pro meu PSS que eu já tinha feito, daí nisso eu fiquei pensando qual curso faria e pensei na pedagogia e no porque fazer pedagogia. E nisso comecei a ver que tinha uma certa falta, necessidade na questão da educação. Aí eu pensei nessa questão de tentar ajudar essa área né, ajudar os alunos, na aprendizagem aí decidi mudar.

-HÁ QUANTO TEMPO REALIZA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO? 5 meses

- QUANTAS HORAS POR DIA/SEMANA VOCÊ REALIZA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO? 25 horas semanais

-HÁ FLEXIBILIZAÇÃO OU REDUÇÃO DAS HORAS DE ESTÁGIO EM ALGUM MOMENTO (EX: PERÍODOS DE PROVAS DO CURSO)? sim, inclusive no meu caso, eu saio direto da aula e venho pro estágio. E como eu venho de ônibus e não chego no horário bem certinho que eu deveria começar o estágio, então eu chego um pouco depois e saio um pouco depois, então tem essa flexibilização.

-CONTE ONDE REALIZA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO, E O QUE VOCÊ FAZ (QUAIS ATIVIDADES DESENVOLVE)? Faço estágio no CAIC, comecei trabalhando com o infantil 5, como auxiliar de sala. E agora com uma troca com outra estagiária eu tô na brinquedoteca. Então eu trabalho com as crianças desde o infantil 4 até o 2º ano. Eles vão ali pra brincar, mas as vezes a gente faz coisas relacionadas à musica, a história, mas é voltado pro lado lúdico mesmo. Os professores levam os alunos, e eu fico com as crianças e enquanto isso as professoras podem fazer outras coisas.

-COMO TOMOU A DECISÃO DE REALIZAR O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO (PORQUE DECIDIU FAZÊ-LO) –Na verdade antes de eu entrar aqui eu já tava trabalhando, e como surgiu essa oportunidade devir fazer o estágio eu resolvi trocar porque seria na minha área já. Na área que eu estou estudando.

-COMO FICOU SABENDO QUE PODERIA REALIZAR ESTÁGIO? Através de uma professora. Na verdade, assim, eu vim fazer um projeto antes, que não era remunerado, e a gente ficou ajudando os professores aqui, e nisso surgiu a oportunidade de vim fazer o estágio. Daí eu vim, me inscrevi e deu certo.

- NA SUA VISÃO, COMO VOCÊ DESCREVERIA O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO (O QUE PENSA SOBRE ELE)... Eu acho muito importante, porque muitas vezes a gente fica muito restrito no obrigatório sabe, de cumprir aquela carga horária né, de cumprir só com que é pedido. E no remunerado a gente tem um convívio todo com a escola, com os profissionais realmente ganhando muita experiência.

-VOCÊ CONSIDERA QUE O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO TEM EFEITOS PARA A SUA FORMAÇÃO PROFISSIONAL? QUAIS? Sim, muitas...

-COMO VOCÊ CONCILIA O TEMPO DE ESTUDO E DE ESTÁGIO? É, então é meio corrido na verdade, eu saio da faculdade e venho direto pra cá, mas ainda assim é possível porque lá eu vou e passo a manhã, aqui eu passo a tarde e tenho ainda a noite pra realizar as atividade e o que eu precisar estudar.

-O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO TEM RELAÇÃO COM O SEU PROCESSO FORMATIVO? ELE COLABORA PARA A FORMAÇÃO ESPECÍFICA DO CURSO DE LICENCIATURA QUE VOCÊ ESTÁ CURSANDO? Sim.

-A REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO GARANTE UMA BOLSA PECUNIÁRIA, O QUE VOCÊ DIZ SOBRE ELA? Eu acho muito bom, porque é um incentivo, mas ajuda bastante na questão de ter que pagar as coisas muitas vezes da faculdade, ou algum outro auxílio até mesmo pessoal. Então é muito bom mesmo.

-VOCÊ CONSIDERA O RECEBIMENTO DA BOLSA DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO IMPORTANTE? Sim.

-O QUE O VALOR DA BOLSA SIGNIFICA PARA VOCÊ? POR QUÊ? Eu acho que ela possibilita muitas coisas, porque pra alguns é um auxílio na renda familiar, mas também pra ter nossas coisas, pros nossos planos que dá pra ir guardando um dinheirinho, então ajuda bastante.